Portugal. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

III PLANO DE FOMENTO

PARA 1968-1973

VOLUME IV

INTERNATIONAL MONETARY FUND
Joint Library
Washington, D. C. 20431
INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA
1968

92943

5X
338.91
P833p
1968/1973
v.4

PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS

(Continuação)

V

MOÇAMBIQUE

CAPÍTULO I

Caracterização sumária da economia. Evolução recente, situação actual e perspectivas

1. Caracterização global da economia

1. A população de Moçambique era em 1960 de 6 593 000 habitantes, de acordo com os resultados provisórios do Recenseamento Geral da População. Estima-se para o fim de 1966 a população em 7 250 000 habitantes, o que corresponde a densidade populacional de 9,3 habitantes por quilómetro quadrado. Esta densidade, baixa, como em todos os territórios da África intertropical, é, todavia, superior à média registada na África oriental.

2. Como em todos os territórios com características semelhantes, a província revela estrutura económica dualista, com largos estratos da população vivendo em fracas relações com a economia monetária ou mantendo com ela relações de carácter intermitente.

3. As características essenciais da economia podem ainda ser inferidas do facto de 88 por cento da população activa residente estar adstrita a actividades do sector primário, contra 3 por cento na indústria transformadora e electricidade e 9 por cento nos restantes sectores. O grau de industrialização é assim baixo, como pode ainda ser aferido pela contribuição da indústria transformadora para o produto interno bruto da província (integrando neste os circuitos não monetários).

4. O nível de poder de compra da população, aliado à ainda incompleta integração económica interna — por sua vez radicada no dualismo económico apontado e na insuficiência dos meios de transporte —, dá origem a um mercado interno de dimensões reduzidas com as consequentes implicações para a escala a que se reali-

zam as actividades económicas e, particularmente, para as possibilidades de desenvolvimento da indústria transformadora e dos serviços.

5. A importância do sector externo na economia pode ser medida pela participação das exportações e das importações de bens e serviços no produto interno bruto, que foi, em 1962, respectivamente, de 22 e 24 por cento.

A balança comercial é ainda deficitária, tendo sido o coeficiente de cobertura das importações pelas exportações de apenas 62 por cento em 1965. O excedente da balança de invisíveis compensa, em grande parte, o *deficit* das trocas, devido especialmente ao movimento de trânsito com os territórios vizinhos.

6. O sector primário caracteriza-se pela existência do dualismo económico já assinalado. A este propósito pode indicar-se que o valor relativo do autoconsumo dos produtos alimentares na produção total é estimado do seguinte modo:

	Percentagens
Mandioca	97
Milho	87
Amendoim	77
Arroz	32
Castanha de caju	18

7. A exploração agrícola é efectuada por três tipos de estruturas: as empresas de tipo familiar tradicional, com importante autoconsumo, as médias empresas e as grandes empresas agro-industriais. Em relação aos principais produtos verificam-se os seguintes elementos:

Produção relativa

Percentagem

Produtos	Empresas familiares	Médias empresas	Grandes empresas
Algodão	95	5	–
Caju	88	12	–
Açúcar	–	11	89
Chá	–	8	92
Quenafe	65	35	–
Milho	95	5	–
Arroz	45	55	–
Amendoim	99	1	–
Em conjunto	61	17	22

Tem-se, além disso, um total de 1 500 000 empresas familiares contra cerca de 3000 outras empresas, as pri-

meiras cultivando mais de 3 milhões de hectares e as segundas menos de 0,5 milhões de hectares.

Em consequência dos métodos de cultivo utilizados pela estrutura produtiva predominante, a produtividade é, em geral, baixa. Salientam-se as produções médias por hectare dos principais produtos de cultura estreme:

	Kg/ha^{-1}
Algodão	339
Arroz (2430 médias empresas)	1 680
Milho	740
Amendoim	380

As actividades económicas agro-silvo-pecuárias ocupam uma reduzida área da província:

	Percentagens	Milhões de hectares
Área aproveitada:		
Agricultura	93	–
Pastagens	4	–
Matas	3	3,5
Águas interiores, praias, vias de comunicação, povoações e formações rochosas	–	4
Florestas naturais	–	71
Total	–	78,5

Assim, tem-se que a área agricultada, relativamente ao total das terras imersas, teòricamente aproveitáveis, orça pelos 4,7 por cento. Em contrapartida, a área aproveitável representa 95,3 por cento.

Note-se que, do total de florestas naturais, apenas 10 a 15 por cento são aproveitáveis a curto prazo, havendo, quanto à parte restante, que esclarecer as suas possibilidades de aproveitamento económico.

Do total de 3,5 milhões de hectares aproveitados cabem cerca de 0,5 milhões aos agricultores evoluídos (3000 empresários) e cerca de 3 milhões aos não evoluídos (1,5 milhões de agricultores).

A área aproveitada pela agricultura evoluída é avaliada em cerca de um terço da área concedida.

Na caracterização do sector agrícola são ainda aspectos relevantes a insuficiência de infra-estruturas de apoio (crédito, assistência técnica, etc.) e de organização da comercialização para a recolha dos produtos.

Verifica-se não ser completo ainda o conhecimento dos recursos silvícolas, cuja utilização se limita ao corte para fins quase exclusivamente de exportação da madeira em bruto ou serrada.

Na avaliação dos recursos pecuários são os bovinos que ocupam a posição do maior relevo. Os efectivos são de 1133 milhares de cabeças, registando-se uma situação pràticamente estacionária nos últimos anos (1962–1965), com incremento anual médio de 0,3 por cento. Como indicador da capacidade de expansão dos efectivos, pode citar-se a percentagem de vacas no total dos efectivos, cujo valor de 36 por cento se tem mantido pràticamente constante. Os efectivos na posse de criadores autóctones representam 64 por cento do total. Destes criadores, apenas uma pequena percentagem se pode considerar como tal, já que a maioria exerce a simples detenção do gado sem exploração comercial do mesmo. Esta situação terá tendência a melhorar principalmente no Sul do Save, em consequência da classificação e garantia de preços mínimos para o gado transaccionado em feiras.

8. No que se refere a recursos do subsolo, há que assinalar especialmente não se dispor ainda de inventariação completa das potencialidades da província, não obstante os trabalhos de cartografia geológica e de prospecção mineira já efectuados. Salienta-se o trabalho de inventariação de recursos efectuados na bacia do Zambeze e a perspectiva de importantes jazigos de gás natural e, eventualmente, petróleo.

A produção mineira atinge valores ainda baixos, apenas tendo relevância as minas de carvão do Moatize e as pegmatites da Zambézia. O valor acrescentado do sector não representa mais que 0,5 por cento do produto interno bruto.

Também na pesca sobressai a insuficiência de estudos de base, agora em desenvolvimento, salientando-se as prometedoras perspectivas de expansão do sector, nomeadamente no que respeita a crustáceos.

9. A importância da indústria transformadora no quadro da actividade económica de Moçambique pode ser avaliada pela sua contribuição para o produto interno bruto. Em 1962 a participação teria sido de 9 por cento, que, todavia, sobe a 15 por cento se forem considerados apenas os circuitos monetários.

Ressalta o predomínio de certos sectores industriais que convencionalmente podem ser considerados como tradicionais. Se se considerar o valor de produção do conjunto de indústrias correspondentes aos sectores de alimentação e bebidas, tabaco, têxteis, calçado e madeira, obtém-se 71 por cento do valor de produção total da indústria transformadora.

A indústria está altamente concentrada nos distritos de Lourenço Marques e Manica e Sofala, na realidade,

essencialmente as cidades de Lourenço Marques e Beira e suas extensões industriais.

A medida desta concentração pode deduzir-se através da participação do valor da produção industrial originada nestes dois distritos sobre o valor total da produção industrial. A respectiva participação foi de 69 por cento em 1963, cabendo a Lourenço Marques 46 por cento e a Manica e Sofala 23 por cento. Se a estes juntarmos os distritos da Zambézia e Moçambique, obtém-se 93 por cento do total.

A dimensão média das unidades industriais é muito variável de sector para sector. Tem no entanto significado a dimensão média que resulta para o conjunto da indústria transformadora da província e que se pode classificar de extremamente baixa. De facto, a participação dos estabelecimentos utilizando menos de dez operários é de 54 por cento do total.

Pode assinalar-se, igualmente, que o mesmo índice, para os estabelecimentos utilizando mais de 50 operários, representa apenas 16 por cento do conjunto.

O carácter elementar de transformação realizada na maioria das actividades industriais pode ser avaliada, na ausência de informações que permitam avaliá-lo com maior rigor, pela participação das matérias-primas no valor de produção, que atinge, em geral, valores muito elevados, como se pode confirmar pela indicação dessa participação nalgumas indústrias.

	Percentagem
Moagem de farinha em rama	87
Descasque de arroz	71
Panificação	74
Fabricação de açúcar	54
Produção de óleos de sementes oleaginosas	75
Preparação das folhas de chá	62
Fabricação de sabões e detergentes	81

10. A configuração da província, caracterizada por uma forma alongada, com larga extensão de orla marítima, aliada à tendência das populações para se instalarem ao largo da mesma orla, terá adiado o estabelecimento de vias de comunicação longitudinais, uma vez que os grandes centros populacionais se podiam ligar pela via marítima.

Essa tendência explica o florescimento de uma apreciável actividade de cabotagem que, presentemente, continua a revestir-se de grande importância, na medida em que promove a distribuição, ao longo de toda a costa, de grande volume de mercadorias que entram na província através dos portos oceânicos.

Foi assim que a estruturação da rede de comunicações se veio a materializar, predominantemente, em vias de penetração. Esta orientação foi reforçada pela existência de territórios vizinhos com apreciáveis riquezas mineiras, cujo acesso aos grandes centros consumidores das suas produções só seria possível desde que se utilizassem os portos da costa moçambicana.

Assim se estabeleceram as principais linhas da rede ferroviária de Moçambique: voltadas essencialmente para o tráfego de trânsito, essas linhas ligam às redes dos países fronteiros e têm como terminais os principais portos oceânicos da província — Lourenço Marques, Beira e Nacala.

A insuficiência de vias de comunicação longitudinais está, em boa medida, relacionada com a deficiente integração económica interna, podendo considerar-se que o território está ainda parcelado em economias mais paralelas que complementares. Assim, nota-se a fraca intensidade das relações de interdependência de carácter económico entre as regiões a sul do Save e as regiões dos distritos de Manica e Sofala e Tete, e, por sua vez, destas com as regiões ao norte do Zambeze, nas quais se distinguem ainda compartimentações que convém eliminar.

Esta situação terá tendência a atenuar-se, na medida em que for possível estabelecer vias de transporte orientadas no sentido norte-sul, de que a estrada nacional n.º 1, cuja conclusão até à Beira se prevê para o ano de 1968, constituirá, nos anos mais próximos, a concretização de maior relevo.

11. Pela importância que o sector dos transportes e comunicações apresenta, quer do ponto de vista da sua participação no produto nacional, quer do ponto de vista da balança de pagamentos (contribuição positiva de 1113 milhares de contos em 1965), as principais actividades deste sector — caminhos de ferro e portos — têm sempre beneficiado do maior interesse por parte da administração pública.

A exploração dos portos e caminhos de ferro e, em parte, do tráfego rodoviário (carga e passageiros) está confiada a um serviço autónomo — a Administração dos Portos e Caminhos de Ferro e Transportes. Este serviço autónomo arrecada receitas que representam cerca de 50 por cento do orçamento geral da província.

Os seguintes indicadores dão uma ideia da importância do sector na vida económica da província:

	Ano de 1965
Principais portos (Lourenço Marques, Beira e Nacala):	
Número de navios movimentados	3 203
Tonelagem de carga manuseada	13 426 086
Receita (milhares de escudos) . .	664 899

	Ano de 1964
Caminhos de ferro:	
Extensão total (quilómetros) . .	3 612
Unidades-quilómetro oferecidas:	
Passageiros-quilómetro . . .	865 000 000
Toneladas-quilómetro	4 386 000 000
Unidades-quilómetro transportadas:	
Passageiros-quilómetro . . .	236 000 000
Toneladas-quilómetro	2 358 000 000
Unidades transportadas:	
Passageiros	4 500 000
Toneladas	11 000 000

Do transporte de passageiros, apenas uma pequena parcela diz respeito a serviço combinado (cerca de 20 por cento dos passageiros-quilómetro); pelo contrário, nas mercadorias, a contribuição interna é extremamente reduzida (perto de 5 por cento da tonelagem-quilómetro transportada). Em termos de receitas — 575 000 contos em 1964 — pode dizer-se que o tráfego interno contribui com 10 por cento da receita total do tráfego ferroviário.

12. Quanto à rede de estradas, além da estrada nacional n.º 1, poucas estradas com expressão existem orientadas no sentido norte-sul. Neste sentido predominam os pequenos troços ligando povoações próximas.

Entre 1960 e 1965 construíram-se 721 km de estradas, tendo-se elevado para 26 666 km o património rodoviário da província. Essa extensão desdobra-se em:

1359 km de estrada asfaltada.
819 km de estrada definitiva em terra.
24 488 km de outras estradas.

Em relação à superfície da província, verifica-se que a densidade rodoviária, além de desigualmente repartida, é ainda baixa — menos de 30 m de estrada por quilómetro quadrado.

13. Um outro meio de transporte que vem ganhando importância é o avião, que, vencendo ràpidamente as grandes distâncias, está a tornar-se preferido principalmente para o transporte de pessoas: de 1961 para 1965 quase duplicou o número de passageiros transportados que, neste último ano, foi de 43 600 em carreiras internas e de 16 400 nas carreiras internacionais.

14. As receitas públicas têm evoluído lentamente, a uma taxa de 4,5 por ano, que é bastante inferior à taxa de crescimento do rendimento nacional, apesar de uma boa parcela dessas receitas estarem estreitamente correlacionadas com aquela grandeza.

A parte principal dessas receitas — 57 por cento em 1965 — respeitou a receitas consignadas, merecendo referência especial a contribuição dos portos, caminhos de ferro e transportes, que representa cerca de 70 por cento da receita consignada.

Nas outras classes de receitas salientam-se os impostos directos (670 000 milhares de escudos em 1965), os impostos indirectos, com um volume de 816 000 milhares de escudos em 1965 (dos quais a parcela maior se refere a direitos aduaneiros), e os impostos de consumo, que se situam ao nível de 349 000 milhares de escudos no mesmo ano.

No campo de despesas ordinárias têm relevo especial os encargos com pessoal, a defesa nacional, os subsídios e transferências e os encargos da dívida pública.

As despesas têm vindo a crescer a um ritmo mais acelerado que as receitas, tendo sido de +7,8 por cento a taxa média anual do período 1962–1965.

O aumento nos encargos com pessoal teve particular incidência nos Serviços de Educação e nos Serviços de Saúde, em consequência do alargamento do ensino e da acção sanitária.

15. A organização do sistema de mobilização das poupanças não está adequada às necessidades de um desenvolvimento rápido da economia, sendo de referir, especialmente, a insuficiência de meios de recolha das pequenas poupanças e a quase inexistência desses meios no que se refere à população em economia de transição.

A canalização da poupança para os investimentos mais produtivos não é facilitada pela estrutura de crédito existente, que não possibilita ainda a concessão de crédito a médio e longo prazos em condições satisfatórias.

E de salientar a insuficiência do crédito agrícola, manifestada, quer pela exiguidade dos recursos financeiros aplicados, quer pelas modalidades de crédito praticadas, problema a que se procurou, no entanto, dar já solução através de uma regulamentação mais adequada às necessidades e condições actuais da Caixa de Crédito Agrícola.

16. A inversão de capitais externos na economia moçambicana revela-se necessária, dada a escassez de pou-

panças locais mobilizadas, independentemente dos benefícios originados pela técnica trazida, muitas vezes concomitante.

Considera-se a legislação actual, de um modo geral, favorável à atracção de capitais externos; todavia, é de aconselhar a intensificação de uma acção de captação de investimentos externos.

17. A economia de Moçambique apresenta forte dependência em relação ao exterior.

Como característica mais relevante, assinala-se que os saldos estruturalmente negativos da balança de pagamentos são da ordem dos 200-270 milhares de contos e neles pesam sobretudo: do lado positivo, os transportes (trânsito pelos portos e caminhos de ferro — 1113 milhares de contos) e o turismo; do lado negativo, as transferências privadas, os rendimentos de capitais e os movimentos de mercadorias. Desta forma, os saldos da balança de pagamentos são agravados, sobretudo, pelos saldos da balança comercial (1870 milhares de contos) e das transferências, e compensados pelas receitas de transportes (trânsito vindo do exterior e movimento dos portos) e pelo turismo.

Na formação dos saldos da balança comercial, verifica-se que: do lado das receitas são predominantes (64 por cento) as que respeitam a sete produtos (algodão, castanha de caju, açúcar, chá, sisal, copra e amêndoa de caju) e três territórios (metrópole, União Indiana e África do Sul), equivalendo a 63 por cento do total; do lado das despesas há menor dependência externa, se bem que cinco produtos apenas (tecidos de algodão, vinhos, petróleo, ferro em bruto e ferro ou aço em obra) representem 25 por cento das importações e três territórios (metrópole, África do Sul e Reino Unido) representam 55,5 por cento das mesmas.

Em termos de razão de troca (sobre preços médios), verifica-se uma posição desfavorável relativamente ao exterior, tendo sido o respectivo valor da ordem dos 0,76 no último triénio.

18. Noutros aspectos ainda se detecta a dependência da província em relação ao exterior, como seja na aquisição de bens de equipamento, na obtenção de técnicos e na formação de capitais para investimento público (metrópole).

19. Em Moçambique encontram-se instituídos todos os graus de ensino, podendo assegurar-se que se ocupa uma

posição equilibrada em relação a outros territórios africanos no que respeita à escolarização nos graus primário e secundário.

No ensino primário a população escolar cresceu desde 1959–1960 ao ritmo de 8,5 por cento em cada ano, situando-se no ano lectivo de 1964–1965 ao nível de 412 000 alunos para 5500 agentes de ensino.

A taxa de escolarização é de 37,2 por cento.

No ensino liceal — oficializado e particular — existiam, em 1964–1965, 45 unidades escolares e 520 professores, sendo a frequência de 7900 alunos.

Ainda no âmbito do ensino secundário, inscrevem-se o ensino técnico elementar e o ensino de artes e ofícios, com uma frequência certamente superior a 10 000 alunos em 1964–1965.

O ensino agrícola é incipiente; no entanto existe uma escola elementar, uma escola prática de agricultura e uma escola de regentes agrícolas e estão em estudo mais duas escolas elementares.

Como estabelecimento de ensino técnico médio funcionam três institutos, que, no ano lectivo de 1964–1965, eram frequentados por 450 alunos.

Cite-se, por fim, os Estudos Gerais Universitários, abrangendo já os ramos das Ciências Pedagógicas, Engenharia, Medicina e Cirurgia, Agronomia, Silvicultura e Veterinária, existindo ainda os cursos de professores adjuntos do ensino técnico do 8.º e 11.º grupos. Com um corpo docente de 50 elementos, a frequência em 1964–1965 atingiu os 322 alunos.

20. O panorama sanitário da província referido a 1965 considera-se satisfatório quando comparado com o de outros territórios africanos.

Anos de 1964 e 1965

Países	Médicos por 100 000 habitantes	Camas por 10 000 habitantes
Moçambique	5,8	16
Madagáscar	9	24
Senegal	5,9	11
Costa do Marfim	4	22

A rede de ocupação sanitária é já excelente, mas torna-se necessário ainda melhorar a cobertura da província.

Também é indispensável intensificar a acção no campo da medicina preventiva, para o que a lei prevê a actividade de serviços especiais destinados a servir de eficiente instrumento de prospecção e luta contra as endemias predominantes.

É necessário reforçar as dotações relativas às infra-estruturas criadas, especialmente no que respeita a estabelecimentos hospitalares.

A assistência médica, embora de bom nível, carece de actualização, de modo a acompanhar o ritmo acelerado da evolução da medicina.

21. Os indicadores que a seguir se apresentam caracterizam a situação em 1965:

	Por 100 000 habitantes
Médicos	5,8
Farmacêuticos	1,3
Parteiras	3,9
Enfermeiros	19
Camas	163,3
Estabelecimentos hospitalares	20,8

Existe a necessidade de alargar os quadros do pessoal dos serviços de saúde e assistência, completando os quadros do pessoal médico constantes da lei e diferenciando os quadros de pessoal de enfermagem e outro pessoal paramédico.

Já se enfrenta o problema delicado de pôr a funcionar grandes hospitais de recente construção e convém prevenir, portanto, maiores dificuldades que eventualmente surjam com a execução deste Plano.

22. Na óptica da caracterização regional verifica-se uma forte irregularidade na distribuição da população pelas diversas regiões do território, podendo apontar-se como aspectos principais os seguintes:

a) Três distritos apresentam densidades superiores a 9,3 habitantes por quilómetro quadrado, média do território: Lourenço Marques, 35,2; Moçambique, 19,5, e Zambézia, 13,3. A alta densidade do primeiro é influenciada sobretudo pela concentração populacional na capital. Os outros dois distritos, contíguos e cobrindo 23 por cento do território, representam 42 por cento da população total.

b) Verifica-se uma concentração muito marcada nas áreas litorais, pois nos concelhos e circunscrições situados no litoral com densidade superior a 20 habitantes por quilómetro quadrado se

encontra a terça parte da população total da província. Em contrapartida, têm uma população muito rarefeita o interior dos distritos de Gaza e Inhambane, as regiões a norte da Beira e no interior do distrito de Tete e grande parte do distrito do Niassa.

23. Sob o ponto de vista de condições naturais, pode considerar-se, em termos muito gerais, a divisão do território nas seguintes regiões:

I) Distritos do Niassa, Cabo Delgado, Moçambique e Zambézia (com excepção da bacia do Zambeze);
II) Distritos de Tete e Manica e Sofala (com excepção da bacia do Zambeze, a jusante da confluência Chire-Zambeze);
III) Bacia do Zambeze, a justante da confluência com o Chire;
IV) Regiões a sul do Save.

Na realidade, não há homogeneidade nas regiões naturais definidas, podendo distinguir-se em cada uma delas sub-regiões, que, em certa medida, explicam as condições de ocupação económica do território:

Região I:

I-A — Terras altas do Niassa — acima dos 800 m.
I-B — Planaltos dos Macondes e Macomia.
I-C — Terras baixas do litoral, até à Maganja da Costa (até aos 100 m).
I-D — Terras altas da Zambézia (Milanje, Tacuane e Guruè).

Região II:

II-A — Terras altas de Tete — Angónia, Marávia (Chofombo e Vasco da Gama), Macanga (sede e Bene), Zumbo (Zâmbuè).
II-B — Terras altas de Manica e Sofala (Báruè. Manica e Mossurize).

Região IV:

IV-A — Litoral de Inhambane e Gaza, até ao Bilene.
IV-B — Interior de Inhambane e Norte de Gaza.
IV-C — Vales dos grandes rios.

24. No quadro da distribuição populacional e da diferenciação de condições naturais se insere o processo de ocupação económico-agrícola do território.

Assim, na região I há que diferenciar os distritos do Niassa e Cabo Delgado, regiões de baixa densidade populacional e onde se denota ausência quase total de explorações agrícolas evoluídas.

Os distritos de Moçambique e da Zambésia apresentam maior densidade populacional e maior grau de ocupação da terra, particularmente em Moçambique. A exploração agrícola evoluída tem grande importância nesta zona, havendo a distinguir a sub-região já assinalada — terras altas da Zambézia (Milange, Tacuane e Gurué) —, em que assume relevância a agricultura evoluída à base do chá.

Na região II, afora a parte da Angónia, das terras altas de Tete, e as terras altas de Manica e Sofala, domina ocupação essencialmente autóctone, assumindo importância, também, a exploração florestal. Em qualquer das sub-regiões indicadas existem condições muito favoráveis para a ocupação evoluída e para culturas de sequeiro, mas só na segunda — nos núcleos de Vila Pery e de Manica — se regista ocupação significativa.

Na região III — constituída pela bacia do Zambeze, a jusante da confluência com o Chire — denota-se predomínio da ocupação evoluída, à base da copra e do açúcar.

Finalmente, na região IV, a zona litoral indicada revela alta densidade da população autóctone, terras leves e pouco férteis; os vales dos grandes rios proporcionam uma ocupação autóctone e europeia importante, com culturas de regadio; no interior de Inhambane e Norte de Gaza, a densidade populacional é baixa e a manutenção dos importantes efectivos pecuários existentes defronta problemas graves de abastecimento de água; nas restantes regiões do Sul do Save também tem importância a ocupação pecuária.

2. Evolução demográfica

1. População total

25. A evolução da população de Moçambique foi, desde 1930, a que se mostra no quadro da página seguinte.

Evolução da população de 1930 a 1965, por distritos

Unidade: milhar de habitantes

Anos	Distritos									
	Total	Lourenço Marques	Gaza	Inhambane	Manica e Sofala	Tete	Zambézia	Moçambique	Cabo Delgado	Niassa
1930	3 996	180	365	339	360	317	909	965	394	167
1940	5 086	243	561	481	463	413	1 006	1 213	483	223
1950	5 739	298	583	572	610	439	1 164	1 318	495	260
1960	6 592	447	675	584	779	474	1 370	1 439	547	277
1965	7 136	547	734	645	819	523	1 469	1 513	574	312

Os números apresentados são extraídos dos recenseamentos gerais da população, com excepção dos referentes ao ano de 1965, que foram estimados, entrando simultâneamente em conta com as taxas de acréscimo verificadas entre 1950 e 1960 e os resultados dos recenseamentos administrativo e missionário referentes a 1964.

A taxa média anual de crescimento entre os dois últimos censos foi de 1,4 por cento.

26. Para o mesmo período, foi a seguinte a evolução da população alienígena.

Evolução da população alienígena, por distritos, no período de 1930 a 1960

Unidade: milhar de habitantes

Anos e tipos somáticos	Distritos									
	Total	Lourenço Marques	Gaza	Inhambane	Manica e Sofala	Tete	Zambézia	Moçambique	Cabo Delgado	Niassa
1930	*39*	*18,1*	*1,9*	*3,2*	*7,7*	*1*	*3*	*3,1*	*0,9*	*0,1*
Brancos	19,8	10,9	1	0,7	3,7	0,4	1,3	1,4	0,4	–
Outros	19,2	7,2	0,9	2,5	4	0,6	1,7	1,7	0,5	0,1
1940	*53,8*	*25,5*	*2,9*	*3,9*	*9,7*	*1,8*	*3,8*	*4,5*	*1,5*	*0,2*
Brancos	27,4	15,7	1,1	0,8	4,8	0,7	1,5	2,1	0,6	0,1
Outros	26,4	9,8	1,8	3,1	4,9	1,1	2,3	2,4	0,9	0,1
1950	*87,5*	*40,1*	*4,3*	*5,9*	*17,7*	*2*	*7,4*	*7,2*	*2,3*	*0,6*
Brancos	48,2	25,9	1,7	1,2	10,1	0,9	3,2	3,9	0,9	0,4
Outros	39,3	14,2	2,6	4,7	7,6	1,1	4,2	3,3	1,4	0,2
1960	*148*	*66,4*	*10,6*	*6,3*	*29,6*	*4,3*	*13,1*	*12,8*	*3,6*	*1,3*
Brancos	97,3	48,2	7,4	1,9	19,7	2,2	7,4	8,1	1,5	0,9
Outros	50,7	18,2	3,2	4,4	9,9	2,1	5,7	4,7	2,1	0,4

Desde 1960 os efectivos totais da população alienígena seguiram a seguinte evolução:

1961	159 344
1962	167 576
1963	178 224
1964	188 913
1965	199 453

A população branca tem aumentado a sua participação relativa no total da população alienígena, sendo especialmente de referir a rápida expansão que se verificou entre 1950 e 1960 nos distritos do Sul do Save e no distrito de Manica e Sofala.

2. Distribuição espacial

27. A densidade populacional da província era de 9,1 habitantes por quilómetro quadrado, de acordo com a estimativa da população total efectuada para 1965.

O distrito de Lourenço Marques é o primeiro em ocupação relativa, seguido dos distritos de Moçambique e da Zambézia. O distrito do Niassa é o de menor densidade populacional.

Apresenta-se a seguir, por ordem decrescente, a densidade populacional de cada um dos distritos:

Ano de 1965

Habitantes por quilómetro quadrado

Distritos	Densidade populacional
Total	**9,1**
Lourenço Marques	30,5
Moçambique	19,9
Zambézia	14,3
Inhambane	9,3
Gaza	8,8
Cabo Delgado	7,3
Manica e Sofala	6,5
Tete	5
Niassa	2,4

Ao nível do concelho ou circunscrição, verifica-se que as áreas de maior densidade se situam no litoral, com excepção dos concelhos dos Muchopes e do Baixo Limpopo.

A distribuição das densidades populacionais dos concelhos e circunscrições da província é apresentada no

quadro seguinte, onde se mostra que 50 por cento dos concelhos e circunscrições tinham em 1960 uma densidade inferior a 10 habitantes por quilómetro quadrado e apenas 20 por cento superavam 30 habitantes por quilómetro quadrado.

Densidade populacional em 1960

Densidade	Número de concelhos e circunscrições	População (milhares de habitantes)
Até 9,9	43	2 572
De 10 a 19,9	16	1 364
De 20 a 29,9	12	1 166
De 30 a 39,9	5	449
De 40 a 49,9	6	525
De 50 a 99,9	4	320
De 100 e mais	2	196
Total	88	6 592

Por sua vez, a análise circunscrita apenas à população alienígena permite concluir que a sua ocupação espacial relativa tem pouco significado, com excepção do distrito de Lourenço Marques, em que atingiu 4,1 habitantes por quilómetro quadrado, em 1960.

3. Estrutura etária

28. A repartição dos habitantes em três grandes classes etárias — 0–14, 15–59 e 60 e mais anos — permite considerar a população de Moçambique pertencente ao tipo progressivo: elevada proporção de valores potenciais (grupo I) e reduzida percentagem do grupo III, conforme é evidenciado pela distribuição por idades para 1940 e 1950, completada, para efeitos de comparação, com a que resultaria da aplicação de uma estrutura etária típica dos países da África oriental à população total constante do censo de 1960.

Estrutura etária nos anos de 1940, 1950 e 1960

Unidade: milhar de habitantes

Anos	Até 14 anos		De 15 a 59 anos		De 60 e mais anos	
	Total	Percentagens	Total	Percentagens	Total	Percentagens
1940	2 212	43,4	2 696	53,2	178	3,4
1950	2 321	40,4	3 129	54,4	289	5,2
1960 (estimativa)	2 837	43	3 440	52,2	315	4,8

29. A estrutura demográfica da população alienígena é resultante das carecterísticas, em termos de dinâmica populacional, dos diversos tipos somáticos que a constituem. Entre estas características avulta, em especial, a relativamente forte corrente imigratória da população branca, que origina predomínio das idades adultas, tal como se verifica no quadro que a seguir se apresenta, para os anos de 1940 a 1955.

Estrutura etária da população alienigena nos anos de 1940, 1950 e 1955

Unidade: milhar de habitantes

Anos	Até 14 anos		De 15 a 59 anos		De 60 e mais anos	
	Total	Percentagens	Total	Percentagens	Total	Percentagens
1940	16,7	31,2	35,2	65,6	1,7	3,2
1950	26,2	30	58,1	66,4	3,2	3,6
1955	38,5	32,7	74,4	63,4	4,6	3,9

Também esta população é do tipo progressivo, independentemente dos valores excessivos do grupo II, que, como se referiu, advêm de uma elevada imigração.

4. Níveis de natalidade e mortalidade

30. Não é possível caracterizar a natalidade e a mortalidade da população autóctone através das respectivas taxas, dada a circunstância de os registos de nascimentos e óbitos não serem ainda completos para todo o território.

Por este motivo, a presente análise refere-se ùnicamente à população alienígena, para a qual já é possível calcular as taxas de natalidade, fecundidade e mortalidade, visto que os elementos disponíveis são suficientes para o estudo dos fenómenos referidos.

A seguir se apresenta um quadro com os referidos elementos relativos aos anos de 1940 a 1964.

Movimento fisiológico de população alienigena no período de 1940 a 1964

Anos	Natalidade — Percentagens	Mortalidade — Percentagens	Saldo fisiológico — Percentagens
1940	30,91	11,68	19,23
1950	35,57	7,65	27,92
1960	36,32	5,68	30,64

Anos	Natalidade — Percentagens	Mortalidade — Percentagens	Saldo fisiológico — Percentagens
1961	34,34	6,19	28,15
1962	37,18	5,60	31,58
1963	36,02	5,77	30,25
1964	31,32	5,55	25,77

Como se verifica pelo quadro, a natalidade cresce no período de 1940 a 1960, para apresentar posteriormente um movimento irregular, de tendência ainda não definida. Todavia, no ano de 1964, regista-se uma taxa comparativamente muito baixa, e que é inferior às taxas encontradas para a população europeia de outros territórios africanos.

A elevação da taxa de natalidade desde 1940 deve-se essencialmente à maior participação das mulheres em idade de procriar no conjunto da população.

Por sua vez, a taxa de mortalidade é decrescente, situando-se em 1964 a um nível inferior à da quase totalidade das populações europeias dos demais países africanos, sendo mesmo mais baixa que na generalidade dos países europeus.

5. Projecções da população para o período de 1968–1973

31. Em relação à população total, tomou-se como base de projecção as taxas médias anuais de crescimento, por distritos, que resultam do confronto entre os recenseamentos de 1950 e 1960. Em seguida fez-se a comparação entre as populações distritais em 1964 — resultantes da aplicação destas mesmas taxas — e os elementos conhecidos, para esse ano, dos recenseamentos administrativo e missionário, no sentido de detectar a validade da aplicação daquelas taxas para efeitos de projecção. É certo que, quer o recenseamento administrativo, quer o missionário, não se revestem de um grau de rigor tal que permita utilizar directamente os seus resultados. Todavia, tem o maior interesse o confronto que se estabeleceu.

Através da comparação estabelecida desta forma, foi possível estimar novas taxas de crescimento, que se adoptam para efeitos de projecção, e que se supõem mais realistas do que as tendências de crescimento do período de 1950 a 1960, tal como resultam dos censos. Aliás, em grande parte dos casos, as taxas adoptadas são idênticas ou não se afastam sensìvelmente das anteriores.

Estimativa da população total, por distritos, no período de 1960 a 1966

Unidade: milhar de habitantes

Distritos	Anos e taxas			
	1960 (censo)	Taxa I (a)	Taxa II (b)	1966
Lourenço Marques	447,2	4,1	4,1	569,1
Gaza	675	1,7	1,7	746,9
Inhambane	584,4	0,2	2	658,1
Manica e Sofala	779,4	0,9	1	827,3
Tete	474	3,4	2	533,8
Zambézia	1 369,9	1,6	1,4	1 489,1
Moçambique	1 439,2	0,9	1	1 527,8
Cabo Delgado	546,5	1	1	580,1
Niassa	276,7	0,6	2,4	319
Total	6 592,3	1,4	1,6	7 251,2

(a) Taxa I — Taxas médias anuais de crescimento, no período de 1950 a 1960.
(b) Taxa II — Taxas adoptadas para efeitos de projecção.

A aplicação destas taxas permite supor que a população total de Moçambique se tenha elevado a cerca de 7250 milhares de habitantes em 1966, o que corresponde a uma taxa de crescimento anual de 1,6 por cento, taxa que se adoptará para a projecção da população no período do III Plano de Fomento.

Assim, a população total em 1973 será aproximadamente de 8100 milhares de pessoas.

32. A evolução da população alienígena está condicionada à variação que se verifique no fluxo migratório, melhor dizendo, ao volume de imigrantes que, das diversas partes do território nacional, acorrem à província para fixação de residência.

A estimativa que se possa fazer é, pois, limitada pela circunstância acima exposta.

Desta forma, estimou-se o saldo migratório em 6000 unidades anuais, de acordo com a evolução de 1960 a 1964 e admitindo que o povoamento rural se mantém ao nível anterior, e tomou-se a taxa de 2,6 por cento que foi a verificada no saldo fisiológico do ano de 1964, ainda que esta pareça um pouco baixa em relação ao que se conhece, de 1960 em diante, no que respeita a saldos fisiológicos. Todavia, admitindo-se como normal uma tendência decrescente da taxa de natalidade, entendeu-se preferível não considerar um valor superior para o saldo fisiológico.

Conhecida a população em 1965 — 199 453 habitantes — foi a partir deste valor que se projectou para o período de 1968 a 1973.

Seria, pois, aproximadamente, de 297 milhares de habitantes a população alienígena no ano de 1973.

3. Evolução do produto, rendimento e despesa interna

1. Crescimento e níveis do produto por grandes sectores

33. Considerando apenas os circuitos monetários, o crescimento do produto interno bruto ao custo dos factores processou-se à taxa média anual acumulada de 6,5 por cento no período de 1953–1962[1].

A esta taxa corresponde um acréscimo médio da capitação do produto de 5,1 por cento. Este ritmo de crescimento tem a sua explicação, quer na expansão verificada na capacidade produtiva da província, quer na progressiva passagem à economia monetária de largos estratos da população, vivendo até aí, quase que exclusivamente, em regime de autoconsumo.

34. Esta dupla explicação é mais claramente evidenciada pela decomposição do produto por actividades de origem, em que se verifica um crescimento do sector primário superior ao do conjunto da economia no mesmo período. De facto, a taxa média de crescimento foi de 6,7 por cento, valor que não se afasta, senão ligeiramente, da taxa global.

O sector secundário revela no mesmo período uma expansão muito rápida — 11,1 por cento em média cada ano —, ao passo que o crescimento do sector terciário se processou à taxa de 5,4 por cento.

Como resultado desta variabilidade de comportamento, alterou-se a estrutura da composição do produto no período em análise, como se pode verificar no quadro abaixo, mantendo-se a participação relativa do sector primário, e sendo a elevação da participação do sector secundário compensada por um movimento contrário do sector terciário.

---

[1] Os elementos utilizados são resultantes da elaboração de uma série estatística com base nos apuramentos efectuados pela Missão de Estudos do Rendimento Nacional do Ultramar.

Decomposição do produto por grandes sectores (circuitos monetários)

Participações relativas

Sectores	Percentagens	
	1953	1962
Primário	16,9	17,2
Secundário	12	17,6
Terciário	71,1	65,2

35. Esta estrutura da composição do produto não reflecte a «verdade» da economia moçambicana, atendendo à importância que revestem os fluxos não monetários, estando muito subestimada a importância da agricultura. De facto, a integração no produto do valor estimado do autoconsumo, bem como da prestação de serviços que não dão origem a circuitos monetários, permite apresentar o seguinte quadro, de estrutura análoga à do anterior, em que se pode verificar a importância acrescida do sector primário no conjunto da economia, bem como o processamento da sua evolução, a ritmo de crescimento inferior ao dos outros sectores.

Decomposição do produto por grandes sectores

Participações relativas

Sectores	Percentagens	
	1953	1962
Primário	28	24,9
Secundário	5,5	10,4
Terciário	66,5	64,7

2. Estrutura e evolução das componentes da despesa nacional

36. No período de 1953–1962, a variação das componentes da despesa nacional (com exclusão da variação de existências e do movimento com o exterior) processou-se como se segue:

	Percentagens
Consumo privado	6,7
Consumo do Estado	7,7
Formação bruta de capital fixo	5,6

A nota mais flagrante respeita ao menor ritmo de acréscimo da formação de capital fixo, comparativamente às restantes rubricas da despesa, traduzindo uma situação de escassez de formação de capital, desproporcionada em relação à expansão de rendimentos gerada neste período.

Note-se, porém, que a taxa de crescimento apurada se ressente muito da evolução desfavorável verificada nos últimos anos. De facto, pode observar-se, no decorrer do período, uma tendência para o decréscimo da participação do consumo privado em favor de uma maior acumulação de capital fixo, tendência esta que é contrariada pelo verificado nos últimos anos, de tal modo que em 1962 é o inverso que se verifica:

Estrutura da despesa nacional

	Percentagens		
	1953	1960	1962
Despesa de consumo privado	68,1	66,6	69,4
Despesa de consumo do Estado	16,6	18,5	18,4
Formação bruta de capital fixo	15,3	17,7	14,2
Saldo da balança de transacções correntes	–	— 2,8	— 2

37. Atendendo à importância da acumulação de capital fixo no processo de crescimento, há vantagem em analisar mais detidamente a sua evolução no período em estudo, bem como a sua decomposição pelos vários sectores. Apresenta-se primeiro a tendência de crescimento dos diversos ramos de actividade no período de 1953–1962, expressa em taxas médias anuais cumulativas de crescimento. Dado que os dois últimos anos do período implicaram comportamentos algo diferentes nalgumas das rubricas, apresentam-se também as suas taxas de crescimento no período de 1953–1960:

Taxas de crescimento das componentes da formação bruta de capital fixo

	Percentagens	
	1953–1960	1953–1962
Agricultura	3,9	— 1,4
Indústrias extractivas	–	4
Indústrias manufactureiras — construção	–	1,6

	Percentagens	
	1953-1960	1953-1962
Electricidade	–	11,4
Transportes	–	7
Comércio	11,3	3,2
Bancos	–	12,2
Propriedade	13,6	4,8
Administração pública e defesa	21,3	16
Serviços	–	3,9
Formação bruta de capital fixo	8	5,6

A primeira coluna é preenchida precisamente por aqueles sectores que maior influência tiveram no comportamento desfavorável verificado nos últimos anos do período. Deve, aliás, dizer-se que a tendência regressiva se vinha já a verificar desde 1960. Pareceu, porém, aconselhável, considerar o período de 1953–1960, atendendo a que o ano de 1959 foi excepcional, assistindo-se a um progresso notável na formação de capital fixo do sector terciário.

Aliás, é esta a nota dominante na análise da contribuição dos diferentes sectores para a formação de capital fixo no período de 1953–1962: o maior ritmo de formação do capital fixo verifica-se nas actividades terciárias.

4. Relações económicas com o exterior

38. Da análise do quadro seguinte ressalta uma evolução das importações regularmente ascendente em valores e oscilatória em termos de quantidades.

Importações totais de Moçambique

Índices — base 1961=100

Anos	Valor	Volumes
1961	100	100
1962	105	93
1963	109	91
1964	120	103
1965	133	111
Incremento anual médio:		
Índices simples	+ *8,25*	+ *2,7*
Índices de médias móveis trienais	+ *6,5*	+ *1,75*

As importações apresentam um acréscimo médio anual entre 6 e 8 por cento em valor e cerca de 2 por cento em quantidade.

39. Transparece tendência diversificadora no quadro das importações. Em particular, ganham maior importância os bens de equipamento e, consequentemente, reduz-se a importância dos outros tipos de bens, embora em valor absoluto continuem a verificar-se aumentos em quase todos.

Importações	Quantidades (toneladas)					Valores (contos)					Percentagens do total (valores)	
	1961	1962	1963	1964 (a)	1965 (a)	1961	1962	1963	1964	1965	1963	1965
Tecidos de algodão não especificados	3 955	3 822	5 116	5 326	5 028	256 132	251 060	336 593	360 727	373 210	8,26	7,49
Vinhos e mosto de uvas abafado com álcool	35 950	30 307	35 310	41 690	44 477	225 377	200 261	214 419	238 476	257 812	5,26	5,18
Petróleo ou óleo de xistos em bruto	489 652	399 053	436 820	483 967	535 499	247 887	199 861	210 728	222 351	243 599	5,17	4,89
Ferro em bruto e semitrabalhado	38 470	39 145	33 794	40 276	50 677	157 090	157 237	132 664	145 738	208 433	3,26	4,18
Ferro ou aço em obra	15 495	15 941	19 625	17 167	13 870	159 297	155 235	185 700	165 111	159 636	4,56	3,20
Automóveis para transporte de pessoas, não especificados	3 286	2 400	2 710	980	3 201	182 262	96 771	95 071	119 369	127 563	2,33	2,56
Automóveis não carroçados (com cabina)	1 933	1 658	1 836	320	2 980	75 990	69 529	69 157	88 096	118 996	1,70	2,39
Automóveis de carga com caixa e de carga, não especificados	894	1 211	1 133	940	2 162	28 702	45 271	37 736	33 907	87 518	0,93	1,76
Milho	516	41 987	34 953	1 672	42 512	813	57 913	51 614	56 364	82 886	1,27	1,66
Meias, peúgas e roupas interiores (malhas)	376	239	282	465	389	43 475	35 520	41 873	77 136	80 451	1,03	1,62
Trigo	33 196	40 057	46 621	37 685	49 493	72 717	89 303	102 971	86 447	77 107	2,53	1,55
Vestuário não especificado	544	422	526	542	533	60 609	53 176	70 384	70 771	71 524	1,73	1,44
Tecidos de fibras têxteis, sintéticas ou artificiais contínuas	1 289	1 238	1 288	823	727	76 615	74 295	79 634	64 317	69 069	1,95	1,39
Tractores	1 675	1 086	966	1 422	1 693	58 816	36 885	29 684	48 069	66 785	0,73	1,34
Pneumáticos	1 484	1 152	1 575	1 136	1 262	68 639	49 884	47 507	56 613	64 092	1,16	1,29
Peixe em salmoura, seco ou fumado	6 830	6 703	5 455	6 032	6 349	54 425	55 976	49 808	58 898	61 952	1,22	1,24
Leite e nata conservados	3 449	3 916	4 635	4 915	5 005	39 346	46 649	54 752	60 631	59 123	1,34	1,19
Motores de explosão ou combustão	318	326	343	442	629	27 874	41 825	42 587	48 510	54 990	1,05	1,10
Partes, peças e acessórios de automóveis	981	882	864	825	771	63 580	62 394	62 827	59 828	53 865	1,54	1,08
Partes e peças de veículos para vias férreas e tractores	287	1 026	2 720	2 099	3 571	8 586	16 528	43 169	33 646	52 048	1,06	1,04
Carvões minerais	305 927	327 276	293 021	323 125	344 322	39 875	40 774	37 523	40 698	45 266	0,92	0,91
Adubos	17 391	14 517	17 309	22 184	21 118	31 456	24 776	29 651	40 288	43 945	0,73	0,88
Calçado	243	289	445	399	380	32 537	39 665	51 215	46 008	43 825	1,26	0,88
Óleos lubrificantes	7 207	6 229	6 591	9 391	8 990	35 568	32 071	29 182	41 189	39 192	0,72	0,79
Geradores, motores e conversores de bobinas	549	482	647	484	526	35 557	26 087	37 024	30 714	37 407	0,91	0,75
Ferramentas	1 272	1 100	1 094	1 334	1 398	28 525	28 109	27 757	28 879	36 068	0,68	0,72
Aparelhos de transmissão e recepção	82	93	121	93	104	20 535	30 441	44 266	31 674	35 865	1,09	0,72
Azeite para usos alimentares	1 192	1 283	1 190	1 485	1 547	24 872	25 434	26 551	30 664	35 345	0,65	0,71
Máquinas e aparelhos para aterro e desaterro	942	757	638	660	668	46 340	28 253	25 644	20 970	35 180	0,63	0,71
Antibióticos	85	107	82	116	146	24 932	23 465	23 400	25 116	31 321	0,57	0,63
Velocípedes sem motor	544	480	505	543	734	24 084	20 454	19 631	20 389	31 248	0,48	0,63
Preparados e conservas de peixe	1 056	1 398	1 028	1 374	1 955	16 778	22 323	16 429	21 255	31 014	0,40	0,62
Juta em bruto, estopa e desperdícios	3 350	4 732	6 477	6 510	4 622	29 895	24 906	33 629	31 968	30 415	0,82	0,61
Óleos combustíveis	76 672	31 557	18 669	51 210	40 966	69 827	28 534	16 520	43 634	29 185	0,40	0,59
Alumínio	354	430	394	423	542	15 873	16 643	17 501	18 744	28 162	0,43	0,57
Cobertores e mantas de viagem	680	552	475	779	673	19 349	16 566	14 917	25 087	27 177	0,37	0,55
Tecidos e fibras têxteis, sintéticas ou artificiais	26	30	72	243	264	1 719	3 931	11 259	30 013	27 128	0,28	0,54
Desinfectantes, insecticidas, fungicidas e herbicidas	933	1 191	1 263	1 506	2 281	14 014	17 808	19 190	21 092	26 274	0,47	0,53
Armários e outros móveis com aparelho de frio	395	350	382	377	468	19 974	17 672	19 450	19 484	25 256	0,48	0,51
Frutas	2 935	2 722	2 829	3 534	3 356	15 834	18 651	19 102	24 345	25 190	0,47	0,50
Máquinas	590	586	410	573	791	13 769	14 320	12 204	16 738	24 935	0,30	0,50
Papel não especificado	2 005	2 039	2 507	2 422	2 328	21 639	19 538	23 796	23 386	24 548	0,58	0,49
Gasolina	37 351	18 814	10 588	27 929	22 421	44 303	23 268	13 118	31 897	22 743	0,32	0,46
Obras não especificadas de materiais plásticos artificiais	175	190	183	268	391	9 386	10 408	12 032	16 163	21 311	0,29	0,43
Queijo	475	549	661	710	653	14 277	15 695	16 962	19 856	20 166	0,42	0,40
Subtotal	1 103 011	1 010 324	1 004 153	1 140 396	1 232 472	2 559 150	2 365 367	2 556 831	2 795 256	3 148 825	62,75	63,22
Outras rubricas	102 357	141 043	131 903	138 763	141 411	1 371 313	1 542 691	1 517 728	1 695 507	1 832 143	37,25	36,78
Total	1 205 368	1 151 367	1 136 056	1 279 159	1 373 883	3 930 463	3 908 058	4 074 559	4 490 763	4 980 968	100	100

(a) Alguns dos volumes físicos em toneladas são estimativas.

Quantidades (toneladas)					Valores (contos)					Percentagens do total (valores)		Principais sub-rubricas
1961	1962	1963	1964 (a)	1965 (a)	1961	1962	1963	1964	1965	1963	1965	
3 955	3 822	5 116	5 326	5 028	256 132	251 060	336 593	360 727	373 210	8,26	7,49	Tecidos tintos e estampados.
35 950	30 307	35 310	41 690	44 477	225 377	200 261	214 419	238 476	257 812	5,26	5,18	Vinhos comuns tintos e comuns brancos.
389 652	399 053	436 820	483 967	535 499	247 887	199 861	210 728	222 351	243 599	5,17	4,89	Petróleo em bruto.
38 470	39 145	33 794	40 276	50 677	157 090	157 237	132 664	145 738	208 433	3,26	4,18	Chapas, barras, perfis e fios de ferro.
15 495	15 941	19 625	17 167	13 870	159 297	155 235	185 700	165 111	159 636	4,56	3,20	Tubos e acessórios, tambores, latas, caixas, pregos e parafusos.
3 286	2 400	2 710	980	3 201	182 262	96 771	95 071	119 369	127 563	2,33	2,56	
1 933	1 658	1 836	320	2 980	75 990	69 529	69 157	88 096	118 996	1,70	2,39	
894	1 211	1 133	940	2 162	28 702	45 271	37 736	33 907	87 518	0,93	1,76	
516	41 987	34 953	1 672	42 512	813	57 913	51 614	56 364	82 886	1,27	1,66	
376	239	282	465	389	43 475	35 520	41 873	77 136	80 451	1,03	1,62	
33 196	40 057	46 621	37 685	49 493	72 717	89 303	102 971	86 447	77 107	2,53	1,55	
544	422	526	542	533	60 609	53 176	70 384	70 771	71 524	1,73	1,44	
1 289	1 238	1 288	823	727	76 615	74 295	79 634	64 317	69 069	1,95	1,39	
1 675	1 086	966	1 422	1 693	58 816	36 885	29 684	48 069	66 785	0,73	1,34	
1 484	1 152	1 575	1 136	1 262	68 639	49 884	47 507	56 613	64 092	1,16	1,29	
6 830	6 703	5 455	6 032	6 349	54 425	55 976	49 808	58 898	61 952	1,22	1,24	Bacalhau seco.
3 449	3 916	4 635	4 915	5 005	39 346	46 649	54 752	60 631	59 123	1,34	1,19	Leite condensado.
318	326	343	442	629	27 874	41 825	42 587	48 510	54 990	1,05	1,10	Motores e peças.
981	882	864	825	771	63 580	62 394	62 827	59 828	53 865	1,54	1,08	Peças para automóveis e tractores.
287	1 026	2 720	2 099	3 571	8 586	16 528	43 169	33 646	52 048	1,06	1,04	Peças e partes de locomotivas e vagões.
305 927	327 276	293 021	323 125	344 322	39 875	40 774	37 523	40 698	45 266	0,92	0,91	Hulha não preparada.
17 391	14 517	17 309	22 184	21 118	31 456	24 776	29 651	40 288	43 945	0,73	0,88	Adubos azotados.
243	289	445	399	380	32 537	39 665	51 215	46 008	43 825	1,26	0,88	Sapatos de sola de couro ou de couro e borracha.
7 207	6 229	6 591	9 391	8 990	35 568	32 071	29 182	41 189	39 192	0,72	0,79	Lubrificantes.
549	482	647	484	526	35 557	26 087	37 024	30 714	37 407	0,91	0,75	Geradores, conversores e motores.
1 272	1 100	1 094	1 334	1 398	28 525	28 109	27 757	28 879	36 068	0,68	0,72	
82	93	121	93	104	20 535	30 441	44 266	31 674	35 865	1,09	0,72	Receptores de radiodifusão, radioeléctricos e emissores.
1 192	1 283	1 190	1 485	1 547	24 872	25 434	26 551	30 664	35 345	0,65	0,71	Azeite.
942	757	638	660	668	46 340	28 255	25 644	20 970	35 180	0,63	0,71	Máquinas e aparelhos completos.
85	107	82	116	146	24 932	23 465	23 400	25 116	31 321	0,57	0,63	
544	480	505	543	734	24 084	20 454	19 631	20 389	31 248	0,48	0,63	
1 056	1 398	1 028	1 374	1 955	16 778	22 323	16 429	21 255	31 014	0,40	0,62	Sardinha e similares em azeite ou molhos.
3 350	4 732	6 477	6 510	4 622	29 895	24 906	33 629	31 968	30 415	0,82	0,61	
76 672	31 557	18 669	51 210	40 966	69 827	28 534	16 520	43 634	29 185	0,40	0,59	
354	430	394	423	542	15 873	16 643	17 501	18 744	28 162	0,43	0,57	Alumínio em obra.
680	552	475	779	673	19 349	16 566	14 917	25 087	27 177	0,37	0,55	
26	30	72	243	264	1 719	3 931	11 259	30 013	27 128	0,28	0,54	
933	1 191	1 263	1 506	2 281	14 014	17 808	19 190	21 092	26 274	0,47	0,53	
395	350	382	377	468	19 974	17 672	19 450	19 484	25 256	0,48	0,51	
2 935	2 722	2 829	3 534	3 356	15 834	18 651	19 102	24 345	25 190	0,47	0,50	
590	586	410	573	791	13 769	14 320	12 204	16 738	24 935	0,30	0,50	
2 005	2 039	2 507	2 422	2 328	21 639	19 538	23 796	23 386	24 548	0,58	0,49	
37 351	18 814	10 588	27 929	22 421	44 303	23 268	13 118	31 897	22 743	0,32	0,46	
175	190	183	268	391	9 386	10 408	12 032	16 163	21 311	0,29	0,43	
475	549	661	710	653	14 277	15 695	16 962	19 856	20 166	0,42	0,40	
103 011	1 010 324	1 004 153	1 140 396	1 232 472	2 559 150	2 365 367	2 556 831	2 795 256	3 148 825	62,75	63,22	
102 357	141 043	131 903	138 763	141 411	1 371 313	1 542 691	1 517 728	1 695 507	1 832 143	37,25	36,78	
205 368	1 151 367	1 136 056	1 279 159	1 373 883	3 930 463	3 908 058	4 074 559	4 490 763	4 980 968	100	100	

adas são estimativas.

Também se pode verificar a existência de uma concentração acentuada, pela reflexão sobre as duas percentagens, 26 por cento e 25 por cento, representativas da importância dos cinco principais produtos no total, em 1965 e 1965. Assim:

5 produtos representam 25 por cento das importações de 1965;
39 produtos representam 38 por cento das importações de 1965;
Os restantes representam 37 por cento das importações de 1965.

Contudo, estamos longe das chamadas altas concentrações, pois os restantes produtos ainda conseguem deter 37 por cento do total.

40. Em termos de valores, a participação da zona do escudo oscila entre 34 por cento e 39 por cento, dos quais 4,5 por cento e 5,1 por cento dizem respeito ao ultramar.

Do ponto de vista da concentração por territórios, bastará ver que, para 1965, se tinham as seguintes importâncias relativas:

	Percentagens
Continente e ilhas	34,5
África do Sul	10,5
Reino Unido	10,5
Alemanha	7,7
Iraque	4,9
Províncias ultramarinas	4,8
Estados Unidos da América	4,2
Japão	3,8
França	2,7
Holanda	2,1
Total	85,7

Quer dizer que dez territórios (onze se atendermos a que o ultramar envolve Angola e Macau em parte iguais) detêm 85,7 por cento das aquisições de Moçambique, e três deles, continente e ilhas, África do Sul e Reino Unido, só por si, já representam 55,5 por cento.

Moçambique tem, assim, nesses três territórios, a origem de mais de metade das suas importações.

Tornando índices relativos ao quinquénio de 1961–1965, obtém-se o seguinte quadro.

Importações da zona do escudo e do estrangeiro

Anos	Zona do escudo		Estrangeiro	
	Valores	Volumes	Valores	Volumes
1961	100	100	100	100
1962	102	89	107	93
1963	114	94	107	91
1964	126	109	118	102
1965	151	137	125	108
Incremento anual médio:				
Índices simples	+ 12,75	+ 9,2	+ 6,25	+ 2
Índices de médias móveis	+ 10	+ 5,75	+ 5,25	+ 1,25

Os principais produtos de importação da metrópole são os tecidos (92 por cento do valor de importação de tecidos provêm da metrópole e constituem 20 por cento da importação total desta origem), os vinhos (100 e 14 por cento, respectivamente), as meias, peúgas e roupas interiores, os pneumáticos, o calçado, o azeite e os medicamentos. Do ultramar importa-se sobretudo vestuário (Macau), peixe em salmoura, seco ou fumado (Angola), milho (Angola) e tecidos de fibras sintéticas ou artificiais contínuas (Macau).

Do estrangeiro provêm o petróleo em bruto (Iraque), os automóveis para transporte de pessoas, não especificados, e com cabina (Alemanha, Reino Unido, França e Suécia), o trigo (Argentina), o ferro ou aço em chapas (África do Sul e Japão), os medicamentos (Alemanha, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos da América), os tractores (Estados Unidos da América e Reino Unido), os automóveis de carga (Reino Unido, Japão e Alemanha), as partes e peças separadas de automóveis e velocípedes (Reino Unido e Alemanha) e o leite e nata (Holanda e Dinamarca).

Se se considerar os principais produtos de importação, vê-se que provêm:

Produtos	Percentagens	
	Zona do escudo	Estrangeiro
Tecidos de algodão	92	8
Vinhos	99,5	0,5
Petróleo	–	100
Ferro em bruto	5	95
Ferro ou aço em obra	31	69

41. Da análise do quadro seguinte ressalta uma evolução das exportações regularmente crescente em valores e em quantidades, com interrupção em 1964.

Exportações totais

Índices — Base 1961 = 100

Anos	Valores	Volumes
1961	100	100
1962	102	160
1963	113	185

Anos	Valores	Volumes
1964	119	171
1965	121	188
Incremento anual médio:		
Índices simples	+ 5,25	+ 22
Índices de médias móveis . . .	+ 5	+ 19,75

Em termos médios, tem-se um grande incremento em volume físico, e um crescimento normal de 5 por cento em termos de valor.

42. Verifica-se uma elevada dependência da província na exportação das matérias-primas e produtos alimentares. Contudo, teria havido uma diversificação, embora ligeira, das mesmas exportações de 1963 para 1965.

Exportações	Quantidades (toneladas)				
	1961	1962	1963	1964	1965
Algodão em rama, não tinto	40 776	34 933	31 564	32 445	31 339
Castanha de caju	84 582	80 478	119 210	124 293	98 668
Açúcar de cana	113 842	129 931	124 896	83 347	94 936
Chá	9 904	8 989	8 437	9 017	10 091
Sisal	28 426	29 643	29 679	31 581	31 381
Copra (sementes, frutos)	60 069	52 793	46 432	43 812	28 574
Castanha de caju – amêndoa	1 057	1 899	2 684	3 503	4 005
Amendoim (óleos)	404	1 145	3 333	5 889	9 051
Gasolina	–	75 043	84 207	84 332	84 600
Gasóleo e *Diesel-oil*	66	84 141	92 444	90 881	98 478
Fuel-oil	–	185 507	237 124	184 912	229 784
Madeira serrada	33 810	30 422	27 132	39 888	39 794
Madeira em travessas	37 101	54 641	61 171	66 536	63 643
Copra (óleos e gorduras)	3 173	3 237	9 662	8 413	6 477
Algodão (bagaços)	23 131	21 766	14 699	15 087	21 709
Madeira aplainada para soalhos	17 740	15 184	23 144	34 256	38 354
Minérios metalúrgicos	5 838	6 358	5 934	8 083	6 700
Tecidos tintos ou estampados	189	483	481	308	432
Amendoim (bagaços e oleaginosas)	696	3 434	4 040	7 955	9 901
Tabaco não manipulado	1 083	1 086	888	570	816
Hulha não preparada	60 791	52 756	64 345	52 676	88 055
Algodão (óleos gordos e gorduras)	4 473	1 754	287	997	1 935
Citrinas frescas	5 536	7 226	6 130	7 010	9 277
Bananas verdes	11 633	15 989	19 420	20 207	15 319
Tabaco manipulado	64	122	128	126	123
Algodão (sementes e frutos oleaginosos)	5 717	7 836	15 679	4 513	9 346
Caju (óleos gordos e gorduras)	947	1 410	1 021	1 263	986
Garrafas e garrafões	946	1 297	1 682	1 537	1 339
Gergelim (sementes e frutos)	2 043	3 833	1 366	1 968	1 448
Peles em bruto, secas, não especificadas	766	861	811	972	718
Copra (bagaços e oleaginosas)	2 463	2 690	5 371	5 588	4 287
Peles em bruto verdes	766	861	52	81	186
Calçado	26	14	29	50	76
Sucata de ferro	7 728	3 370	4 776	8 615	8 864
Vestuário de seda ou fibras	1	1	4	12	19
Produtos de padaria, etc.	254	382	307	347	394
Sucata de cobre	344	246	280	390	397
Melaços	7 244	9 766	34 323	24 024	38 559
Crustáceos e moluscos	219	297	282	236	248
Cimentos	3	2	2 600	1 802	13 071
Cervejas	217	345	382	656	663
Massas alimentícias	216	403	519	841	763
Carne e miudezas, comestíveis	68	57	196	390	408
Madeira placada ou contraplacada	582	757	806	679	729
Subtotal	574 934	933 388	1 087 957	1 010 088	1 105 943
Total	612 651	980 694	1 136 579	1 048 855	1 159 895

Análise das exportações de Moçambique de 1961 a 1965

	Quantidades (toneladas)					Valores (contos)					Percentagens do total (valores)	
	1961	1962	1963	1964	1965	1961	1962	1963	1964	1965	1963	1965
	40 776	34 933	31 564	32 445	31 339	690 293	606 948	523 229	564 794	553 710	18,07	17,82
	84 582	80 478	119 210	124 293	98 668	314 981	230 939	404 104	516 883	492 400	13,95	15,85
	113 842	129 931	124 896	83 347	94 936	324 879	345 117	327 531	245 722	291 833	11,31	9,39
	9 904	8 989	8 437	9 017	10 091	235 729	179 602	155 436	163 921	205 475	5,37	6,61
	28 426	29 643	29 679	31 581	31 381	162 099	166 753	261 614	274 376	174 867	9,03	5,63
	60 069	52 793	46 432	43 812	28 574	266 877	204 514	204 038	208 263	167 952	7,05	5,41
	1 057	1 899	2 684	3 503	4 005	24 751	43 393	61 337	91 516	110 748	2,12	3,56
	404	1 145	3 333	5 889	9 051	4 397	10 527	37 825	60 684	97 334	1,31	3,13
	–	75 043	84 207	84 332	84 600	–	82 103	88 110	81 523	82 749	3,04	2,66
	66	84 141	92 444	90 881	98 478	142	76 694	83 659	77 021	82 141	2,89	2,64
	–	185 507	237 124	184 912	229 784	–	82 595	77 642	68 448	78 882	2,68	2,54
	33 810	30 422	27 132	39 888	39 794	52 822	51 550	48 141	71 671	75 565	1,66	2,43
	37 101	54 641	61 171	66 536	63 643	40 500	60 159	71 879	73 885	69 990	2,48	2,25
	3 173	3 237	9 662	8 413	6 477	22 955	21 123	63 954	62 077	54 177	2,21	1,74
	23 131	21 766	14 699	15 087	21 709	42 111	43 111	31 569	33 961	48 556	1,09	1,56
	17 740	15 184	23 144	34 256	38 354	16 642	14 397	23 103	37 026	43 193	0,80	1,39
	5 838	6 358	5 934	8 083	6 700	49 024	38 113	31 098	37 984	29 990	1,07	0,97
	189	483	481	308	432	19 006	28 667	30 219	18 017	25 090	1,04	0,81
	696	3 434	040	7 955	9 901	1 702	8 173	10 600	18 896	23 607	0,37	0,76
	1 083	1 086	888	570	816	21 035	19 320	21 413	16 514	23 484	0,74	0,76
	60 791	52 756	64 345	52 676	88 055	9 255	8 549	12 217	11 911	20 059	0,42	0,65
	4 473	1 754	287	997	1 935	36 113	16 460	1 999	8 208	18 516	0,07	0,60
	5 536	7 226	6 130	7 010	9 277	6 771	13 341	14 272	12 813	17 311	0,49	0,56
	11 633	15 989	19 420	20 207	15 319	12 895	19 843	21 385	22 340	16 789	0,74	0,54
	64	122	128	126	123	6 893	13 001	13 583	12 446	12 433	0,47	0,40
	5 717	7 836	15 679	4 513	9 346	5 681	8 016	19 523	4 860	11 729	0,67	0,38
os)	947	1 410	1 021	1 263	986	4 582	8 075	6 506	11 127	9 262	0,22	0,30
	946	1 297	1 682	1 537	1 339	6 588	10 997	17 003	10 456	9 144	0,59	0,29
	2 043	3 833	1 366	1 968	1 448	10 606	21 937	7 341	10 152	8 501	0,25	0,27
	766	861	811	972	718	9 890	10 440	8 611	11 220	8 242	0,30	0,27
las	2 463	2 690	5 371	5 588	4 287	4 002	5 204	10 744	9 853	8 232	0,37	0,26
	766	861	52	81	186	9 890	10 440	6 412	6 595	7 680	0,22	0,25
	26	14	29	50	76	1 994	644	3 022	4 691	7 167	0,10	0,23
	7 728	3 370	4 776	8 615	8 864	8 232	2 678	2 936	6 668	6 925	0,10	0,22
	1	1	4	12	19	213	578	1 638	4 084	6 775	0,06	0,22
	254	382	307	347	394	4 283	6 880	5 320	5 766	6 756	0,18	0,22
	344	246	280	390	397	3 488	2 290	2 841	5 648	6 729	0,10	0,22
	7 244	9 766	34 323	24 024	38 559	2 997	1 828	3 231	6 440	6 632	0,11	0,21
	219	297	282	236	248	3 321	5 793	5 188	4 508	6 374	0,18	0,21
	3	2	2 600	1 802	13 071	2	2	1 558	1 121	6 143	0,05	0,20
	217	345	382	656	663	2 122	3 394	3 726	6 299	5 737	0,13	0,18
	216	403	519	841	763	2 011	3 545	4 209	6 313	5 609	0,15	0,18
	68	57	196	390	408	800	733	2 403	4 713	5 188	0,08	0,17
	582	757	806	679	729	4 876	6 326	6 586	5 429	5 034	0,23	0,16
	574 934	933 388	1 087 957	1 010 088	1 105 943	2 438 450	2 494 762	2 738 760	2 916 843	2 954 710	94,56	95,10
	612 651	980 694	1 136 579	1 048 855	1 159 895	2 548 125	2 615 832	2 896 170	3 042 681	3 107 070	100	100

Apesar disso, com base em 1965, tem-se ainda que:

7 produtos representam 64 por cento das exportações totais.

37 produtos representam 31 por cento das exportações totais.

Os restantes representam 5 por cento das exportações totais.

Basta reler o que foi expresso a este propósito sobre as importações para se ver que a concentração nas exportações é bastante mais elevada. De facto, os restantes produtos só representam 5 por cento, enquanto ali representavam 37 por cento.

43. A participação da zona do escudo nas exportações moçambicanas em valores evoluiu no quinquénio dos 45 para os 42 por cento, passando por menores participações. Em média 41 por cento é a participação da zona do escudo, dos quais 3,9 por cento cabem ao ultramar.

Quanto à concentração por países ou territórios, têm-se para 1965 (valores):

	Percentagem
Continente e ilhas	37
União Indiana	14,5
África do Sul	11,6
Estados Unidos da América	4,7
Reino Unido	4,6
Províncias ultramarinas	4,1
Alemanha	3,6
Rodésia	3
Holanda	2
Total	85,1

Portanto nove territórios (menos que na importação) representam 85,1 por cento das exportações (o mesmo que para a importação) e três deles — metrópole, União Indiana e África do Sul — só por si equivalem a 63,1 por cento das exportações. Há, pois, maior concentração nas exportações do que nas importações. E, por outro lado na lista dos países mais representativos nas importações, o Reino Unido sai aqui para dar lugar à União Indiana. Do ultramar, o território mais representativo é Angola (3,7 por cento).

Para referir a evolução, durante o quinquénio, veja-se o quadro seguinte:

Exportações para a zona do escudo e estrangeiro

Anos	Zona do escudo		Estrangeiro	
	Valores	Volumes	Valores	Volumes
1961	100	100	100	100
1962	99	116	105	178
1963	102	145	123	202
1964	96	123	138	191
1965	113	184	129	190
Incremento anual médio:				
Índices simples	+ 3,25	+ 21	+ 7,25	+ 22,5
Índices de médias móveis	+ 1,25	+ 13,25	+ 8,25	+ 22,5

Como se observa, são as exportações para a zona do escudo as de maior irregularidade. Apesar disso, tem-se, em média, um crescimento de 1 a 3 por cento anual em valores e entre 13 a 21 por cento em tonelagem. O crescimento das exportações para o estrangeiro é superior sob ambos os aspectos: respectivamente 7 a 8 por cento em valores e 22 por cento em tonelagem.

Nas exportações para a metrópole pesam sobretudo o algodão em rama, o açúcar, o óleo de amendoim e a castanha de caju. São ainda importantes as exportações de *fuel*, copra, sisal, chá e hulha não preparada. No total destes nove produtos têm-se 93 por cento das exportações para a metrópole.

Para o ultramar seguem sobretudo o óleo de amendoim, o óleo de algodão, a hulha não preparada, o açúcar e ainda o chá e a amêndoa de caju. Portanto, seis produtos mais importantes que representam, contudo, apenas 13 por cento das exportações com esse destino.

Os óleos destinam-se a Angola e Cabo Verde, a hulha a Angola, o açúcar a Timor e Angola, o chá a Angola e S. Tomé e a amêndoa de caju a Angola e Macau.

Com o estrangeiro apresentam-se sete principais produtos, que representam 68 por cento do total que lhe é destinado. A castanha de caju (destinada à Índia), o chá (Reino Unido, Quénia, Estados Unidos da América, etc.), o sisal (Holanda, Alemanha e França), a copra (Espanha, Israel, Noruega, França e Itália) e a

amêndoa de caju (Estados Unidos da América, África do Sul, Alemanha e Austrália) são os únicos produtos com mais de 100 milhares de contos de exportação para o estrangeiro. A gasolina destina-se à África do Sul e o gasóleo e *Diesel* à África do Sul e à navegação marítima.

Os sete principais produtos das exportações moçambicanas distribuem-se, portanto, da forma seguinte:

Produtos	Percentagens	
	Zona do escudo	Estrangeiro
Algodão em rama	100	—
Castanha de caju	8,3	91,7
Açúcar	99,7	0,3
Chá	2,8	97,2
Copra	20,5	79,5
Sisal	18,7	81,3
Amêndoa de caju	1,9	98,1

Projecções do valor das importações dos principais produtos

Milhares de contos

Anos	Tecidos de algodão		Vinhos		Petróleo		Ferro em bruto		Ferro em obra		Total das importações	
	O	P	O	P	O	P	O	P	O	P	O	P
Média de 1961-1965	315	315	225	225	225	225	160	160	164	164	4 240	4 240
1966	380	410 433	260	253 253	248	292 223	220	193 169	160	169 162	5 120	5 200 5 300
1967	400	432 438	264	261 260	253	363 235	232	205 254	161	171 168	5 450	5 450 5 700
1968	428	464 451	270	269 265	258	471 275	245	219 300	162	173 171	5 670	5 780 6 100
1969	460	498 466	277	281 282	263	590 320	256	232 346	163	174 172	5 900	6 100 6 550
1970	484	533 482	284	291 318	268	770 340	267	247 360	163	176 173	6 140	6 450 6 970
1971	512	571 489	291	302 358	273	1 000 370	280	264 371	164	177 174	6 370	6 760 7 400
1972	540	610 497	297	313 410	280	1 260 400	292	280 382	165	178 175	6 600	7 100 7 830
1973	596	650 500	304	325 467	290	1 600 420	305	299 390	166	180 177	6 850	7 450 8 270
Grau de erro (percentagens)	*17*		*58*		*100* *50*		*60*		*90* *50*		*10*	

Grau de erro = $1 - r^2$

O — Médias móveis.

P — R. N. ou P. N. B. (R. N. — Acertado regionalmente).

44. Segundo as perspectivas estabelecidas com base nas tendências verificadas no quinquénio de 1961–1965, as importações elevar-se-iam dos 4,2 milhões de contos (média de 1961–1965) para o nível dos 8,2 milhões em 1973.

Em termos de volume, parece mais realista optar pelas projecções com base nas médias móveis modificadas, para acerto com as projecções sobre regiões, o que leva a esperar um volume de 1,68 milhões de toneladas em 1973 contra 1,24, média do quinquénio (1961–1965).

As importações previsíveis serão, pois:

Períodos	Valores (milhares de contos)	Volumes (milhares de toneladas)
Total de 1968–1973	43 110	9 466
Média do sexénio	7 185	1 577
Percentagem do quinquénio de 1961–1965	*166*	*128*

45. No que diz respeito às regiões fornecedoras, obteve-se uma projecção linear de valores, baseada na regressão com o rendimento nacional, que sofre de grau de erro não exagerado. Projecção separada para o estrangeiro conduz a que as importações do estrangeiro já pouco superarão as da zona do escudo.

Ter-se-iam, então, em 1973, 4 milhões da zona do escudo e 4,2 milhões do estrangeiro.

46. Em termos de quantidades, apenas a regressão linear feita com os valores da zona do escudo tem um grau de erro aceitável. Tomaram-se assim essas projecções; as que respeitam ao estrangeiro foram obtidas por diferença para o total.

Ter-se-iam então como projecção, por regiões, para 1968–1973:

Milhares de contos e milhares de toneladas

Períodos	Zona do escudo		Estrangeiro	
	Valores	Volumes	Valores	Volumes
Total de 1968–1973 . .	20 183	1 130	22 927	8 336
Média do sexénio . . .	3 364	188	3 821	1 389
Percentagem do quinquénio de 1961–1965	*217*	*166*	*142*	*124*

47. No que respeita a valores globais de exportação, adoptaram-se as projecções com base no ajustamento linear. Ter-se-iam 4459 milhares de contos de exportações em 1973, contra 2842 milhares no quinquénio-base.

Em termos de volumes também se optou pelas projecções resultantes de ajustamento linear. Ter-se-iam, pois, 2264 milhares de toneladas em 1973, contra 980 milhares no quinquénio-base.

O preço médio assim previsto para 1973 será de 1,98 contos por tonelada exportada, o que não é incoerente com a prevista pequena variação do preço.

Em síntese, a situação esperada será:

Períodos	Valores (milhares de contos)	Volumes (milhares de toneladas)
Total de 1968–1973	24 155	11 495
Média do sexénio	4 026	1 916
Percentagem do quinquénio de 1961–1965	*142*	*114*

48. Segundo as projecções, em regiões-clientes as exportações para a zona do escudo atingiriam 1410 milhares de contos em 1973, e 3049 milhares seria a verba para o estrangeiro. Em termos de quantidades, ter-se-iam 562 000 t para a zona do escudo e 1702 milhares para o estrangeiro.

Exportações regionais

Milhares de contos e milhares de toneladas

Períodos	Zona do escudo		Estrangeiro	
	Valores	Volumes	Valores	Volumes
Total de 1968–1973 . .	8 068	2 875	16 083	8 618
Média do sexénio . . .	1 344	479	2 681	1 436
Percentagem de 1961–1965	*114*	*200*	*160*	*190*

Projecções do valor das exportações dos principais produtos

Milhares de contos

Anos	Produtos															
	Algodão		Castanha de caju		Açúcar		Chá		Sisal		Copra		Amêndoa de caju		Total da exportação	
	O	P	O	P	O	P	O	P	O	P	O	P	O	P	O	P
Média 1961–1965	588	588	392	392	307	307	188	188	208	208	210	210	66	66	2 842	2 842
1966	525	625	535	567	256	290	205	–	162	–	160	–	136	150	3 210	3 261
1967	604	624	580	630	240	272	197	–	172	–	155	–	157	172	3 338	3 402
1968	483	603	621	630	225	263	189	–	183	–	150	–	176	197	3 465	3 593
1969	456	576	670	753	209	254	180	–	194	–	145	–	200	220	3 593	3 771
1970	435	555	715	810	192	244	172	–	204	–	140	–	220	245	3 720	3 949
1971	407	527	762	876	176	234	164	–	214	–	135	–	242	270	3 847	4 102
1972	380	500	806	923	160	225	156	–	225	–	130	–	265	295	3 975	4 281
1973	352	472	850	998	145	220	147	–	235	–	125	–	285	310	4 102	4 459
Grau de erro (percentagens)	23		36		64		80		80		75		6		8	

Grau de erro:

$$\frac{S_z^2}{S_y^2} = 1 - r^2$$

O — Médias móveis

P — R. N. ou P. N. B

49. Não se vai tentar proceder pròpriamente a um estudo da balança de pagamentos, pois que o único objectivo visado foi o de apreciar a posição da balança comercial no conjunto da balança de pagamentos e definir para as mais importantes rubricas a sua evolução provável.

A balança comercial apresenta-se estruturalmente deficitária.

Situação em 1961–1965

Milhares de contos

	Importações	Exportações	Saldo
Média de 1957–1960	3 350	1 976	— 1 374
1961	3 720	2 548	— 1 172
1962	3 908	2 616	— 1 292
1963	4 075	2 896	— 1 179
1964	4 491	3 043	— 1 448
1965	4 981	3 107	— 1 874

50. As projecções, baseadas na evolução tendencial, conduziriam, tomando como projecções todo o campo de variação entre as colunas 2 e 3–A do quadro seguinte, a saldos evoluindo negativamente entre 1,8 e 2,5 milhões de contos em 1968, até 2,2 a 3,8 milhões em 1973.

Evolução esperada dos saldos da balança comercial

Milhares de contos

Anos	Índices simples (1)	De médias móveis (2)	Por adopção das projecções do comércio externo (3)	
			A	B
1968	— 2 040	— 1 840	— 2 500	— 2 180
1969	— 2 170	— 1 900	— 2 700	— 2 300
1970	— 2 260	— 1 950	— 3 000	— 2 500
1971	— 2 350	— 2 030	— 3 300	— 2 660
1972	— 2 450	— 2 100	— 3 500	— 2 800
1973	— 2 550	— 2 160	— 3 800	— 3 000

Considerando agora a posição dos saldos da balança comercial para regiões, zona do escudo e estrangeiro, tem-se o quadro que segue.

Milhares de contos

Anos	Zona do escudo		Estrangeiro	
	Valores	Índices	Valores	Índices
1961	— 165	100	— 1 007	100
1962	— 191	116	— 1 101	109
1963	— 315	191	— 863	86
1964	— 538	326	— 909	98
1965	— 678	411	— 1 195	119
1968	— 1 400	–	— 1 100	–
1969	— 1 600	–	— 1 105	–
1970	— 1 900	–	— 1 110	–
1971	— 2 100	–	— 1 150	–
1972	— 2 300	–	— 1 200	–
1973	— 2 550	–	— 1 250	–

No período de 1961–1965 o saldo negativo mais elevado registou-se com o estrangeiro, embora de tendência oscilatória levemente crescente. Os saldos com a zona do escudo, embora mais baixos, crescem a ritmo acelerado, tendo quadruplicado em quatro anos.

As projecções que se encontram no quadro anterior originam aproximadamente os saldos globais apresentados na coluna 3–A do quadro que o precedeu.

Trânsitos em Moçambique

Anos	Indirecto (reexportação)			Directo (baldeação)		
	Milhares de toneladas	Milhares de contos	Valor médio — Toneladas	Milhares de toneladas	Milhares de contos	Valor médio — Toneladas
1957–1960 . .	2 428	7 067	2,91	3 335	18 359	5,50
1961	3 010	8 598	2,86	3 563	21 201	5,95
1962	3 317	8 982	2,71	3 439	19 715	5,73
1963	3 116	10 035	3,22	3 246	19 899	6,13
1964 (*a*)	–	–	–	–	–	–
1965 (*a*)	–	–	–	–	–	–

(*a*) Não publicados.

51. Os trânsitos são feitos pelos portos de Lourenço Marques e Beira, em relação à África do Sul, Rodésia, Malawi e República Democrática do Congo.

Apresenta-se uma perspectiva da posição dos trânsitos no período do Plano, adoptando um crescimento regular idêntico ao registado no triénio em termos de médias de períodos:

Projecções para o período de 1968 a 1973 dos trânsitos de Moçambique

Anos	Milhares de contos	
	Indirecto	Directo
1968	11 600	22 000
Médias:		
1967–1971	14 800	24 600
1972–1973	18 500	27 200

52. O quadro seguinte retrata a estrutura da balança de pagamentos no ano de 1965:

Balança de pagamentos em 1965

Unidade: milhão de escudos

Especificações	Débito	Crédito	Saldos
Transacções correntes	*5 841*	*5 787*	— *54*
Mercadorias	4 139	2 896	— 1 243
Invisíveis correntes	1 702	2 891	+ 1 189
Turismo	258	272	+ 14
Transportes	89	1 203	+ 1 114
Rendimentos de capitais	384	27	— 357
Transferências privadas	363	205	— 158
Diversos	608	1 184	+ 576
Movimento de capitais	*359*	*195*	— *164*
Curto prazo	19	4	— 15
Longo prazo	340	191	— 149
Totais e saldo da balança de pagamentos	6 200	5 982	— 218

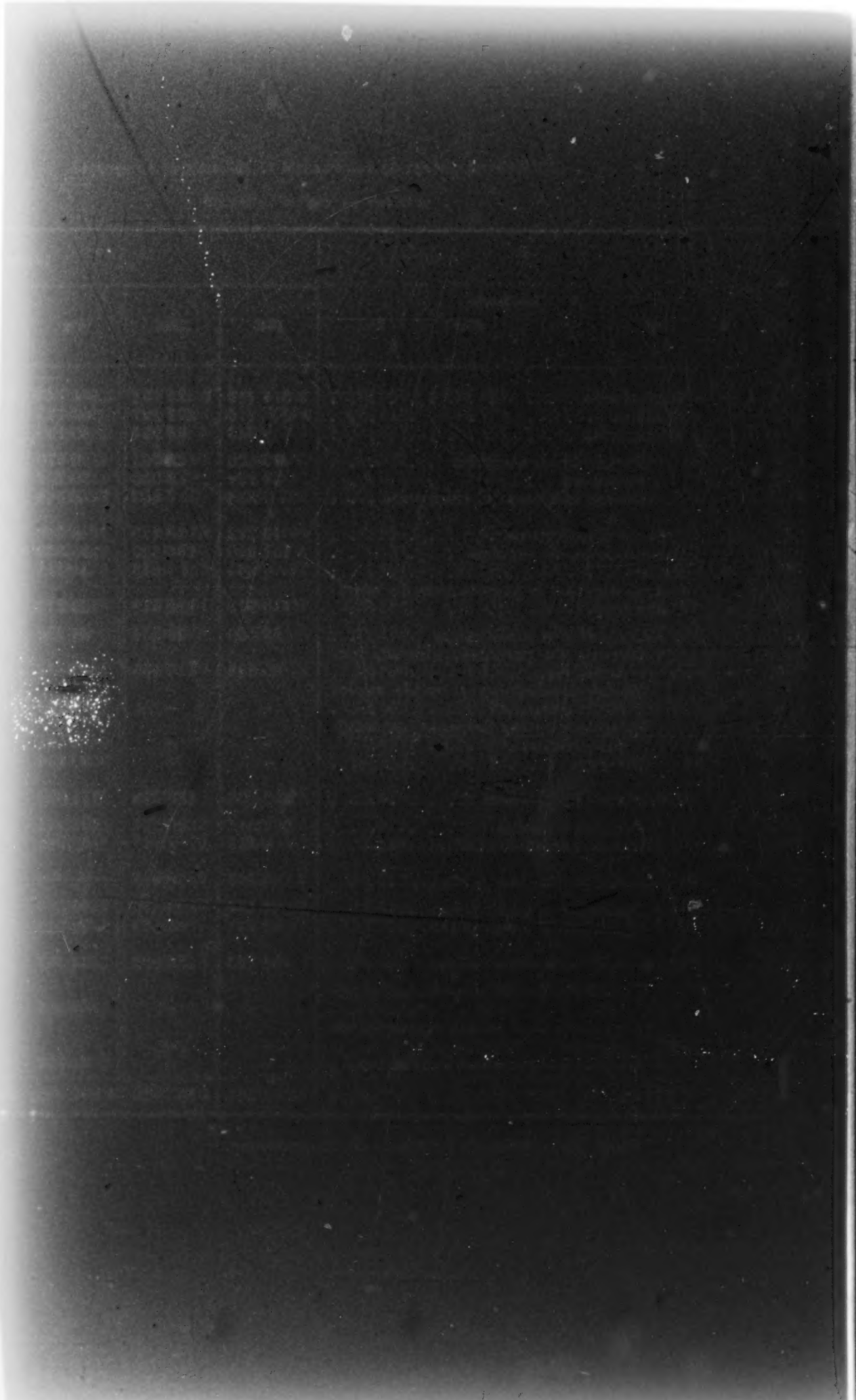
Designação	Débito				
	1960	1961	1962	1963	1964
Mercadorias	3 314 112	3 535 191	3 504 145	3 644 887	3 793 676
Turismo	204 816	277 297	269 173	258 119	260 442
Transportes	48 943	65 251	65 130	69 112	110 391
Fretes de mercadorias	13 826	22 762	5 970	18 754	41 276
Passagens	34 229	42 036	50 792	43 862	62 116
Outras despesas de transporte	888	453	8 368	6 496	6 999
Seguros e resseguros	15 282	20 483	8 980	17 407	32 157
Rendimentos de capitais	154 020	186 829	155 855	282 156	431 460
Estado	964	643	24 343	92 257	93 652
Outros serviços e pagamentos de rendimentos	119 918	142 819	139 272	189 624	209 473
Comissões e corretagens	23 530	26 354	38 126	28 728	28 689
Direitos de patentes, marcas, modelos, etc.	96 388	116 465	2 137	3 116	3 154
Encargos administrativos de exploração e outros	–	–	49 740	69 898	149 856
Salários e outras despesas por serviços pessoais	–	–	18 334	52 804	44 087
Diversos	–	–	30 935	35 078	43 687
Transferências privadas	283 896	330 838	311 026	336 447	324 918
Pensões e rendas	277 541	320 867	201 444	246 285	257 895
Outras transferências privadas	6 355	9 971	109 582	90 162	67 023
Operações de capitais privados	68 105	70 995	94 600	156 169	360 431
Operações a curto prazo	24 164	22 476	16 560	39 605	33 466
Operações a longo prazo	43 941	48 519	78 040	116 564	326 965
Operações de capitais públicos	338 205	235 083	35 387	85 067	95 439
Transferências diversas do sector público	–	–	4 358	–	–
Empréstimos e outras operações de capitais	–	–	–	10	569
Amortizações e outras liquidações	–	–	31 029	85 057	94 870
Total	4 548 261	4 865 429	4 607 911	5 131 245	5 772 039

Fonte: Estatística da província de Moçambique.

Balança de pagamentos de Moçambique no sexénio de 1960-1965

Unidade: milhar de escudos

Crédito							Saldos					
1964	1965	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1960	1961	1962	1963	1964	1965
3 793 676	4 138 591	2 222 126	2 484 514	2 349 388	2 523 593	2 843 006	2 896 285	— 1 091 986	— 1 050 677	— 1 154 757	— 1 121 294	— 950 670	— 1 242 306
260 442	258 426	161 202	163 024	151 648	145 764	256 575	272 034	— 43 614	— 114 273	— 117 525	— 112 355	— 3 867	+ 13 608
110 391	88 954	1 213 373	1 263 507	1 270 333	1 235 465	1 195 946	1 202 593	+ 1 164 430	+ 1 198 256	+ 1 205 203	+ 1 166 353	+ 1 085 555	+ 1 113 639
41 276	30 618	46 492	92 486	24 992	53 692	43 797	68 718	+ 32 666	+ 69 724	+ 19 022	+ 34 938	+ 2 521	+ 38 100
62 116	53 011	3 474	2 317	4 625	2 032	1 173	3 277	— 30 755	— 39 719	— 46 167	— 41 830	— 60 943	— 49 734
6 999	5 325	1 163 407	1 168 704	1 240 716	1 179 741	1 150 976	1 130 598	+ 1 162 519	+ 1 168 251	+ 1 232 348	+ 1 173 245	+ 1 143 977	+ 1 125 273
32 157	25 463	5 929	6 405	6 557	8 418	9 248	16 694	— 9 353	— 14 078	— 2 423	— 8 989	— 22 909	— 8 771
431 460	384 486	4 560	7 758	4 161	1 661	15 141	26 607	— 149 460	— 179 071	— 151 694	— 280 495	— 416 319	— 357 879
93 652	69 335	9 467	13 077	37 401	94 252	138 537	91 409	+ 8 503	+ 12 434	+ 13 058	+ 1 995	+ 44 885	+ 22 074
269 473	332 145	147 924	110 135	325 394	558 376	804 425	1 249 364	+ 28 006	— 32 684	+ 186 122	+ 368 752	+ 534 952	+ 917 219
28 689	31 550	40 684	49 208	41 190	41 712	40 055	35 758	+ 17 154	+ 22 854	+ 3 064	+ 12 984	+ 11 366	+ 4 208
3 154	4 447	107 240	60 927	10 806	3 446	8 074	206	+ 10 852	— 55 538	+ 8 669	+ 330	+ 4 920	— 4 241
149 853	179 771	–	–	59 406	226 634	492 399	970 363	–	–	+ 9 666	+ 156 736	+ 342 543	+ 790 592
44 087	50 039	–	–	170 473	226 543	177 646	175 127	–	–	+ 152 139	+ 173 739	+ 133 559	+ 125 088
43 687	66 338	–	–	43 519	60 041	86 251	67 910	–	–	+ 42 584	+ 24 963	+ 42 564	+ 1 572
324 918	313 241	272 587	252 034	25 620	26 751	30 099	30 229	— 11 309	— 78 804	— 285 406	— 309 696	— 294 819	— 283 012
257 895	260 603	52 979	43 976	922	1 414	6 136	6 121	— 224 562	— 276 891	— 200 522	— 244 871	— 251 759	— 254 482
67 023	52 638	219 608	208 058	24 698	25 337	23 963	24 108	+ 213 253	+ 198 087	— 84 884	— 64 825	— 43 060	— 28 530
360 431	358 854	156 652	124 999	184 712	137 924	238 872	195 180	+ 88 547	+ 54 004	+ 90 112	— 18 245	— 121 559	— 163 674
33 466	18 642	4 359	1 852	11 439	34 730	9 472	4 388	— 19 805	— 20 624	— 5 121	— 4 875	— 23 994	— 14 254
326 965	340 212	152 293	123 147	173 273	103 194	229 400	190 792	+ 108 352	+ 74 628	+ 95 233	— 13 370	— 97 565	— 149 420
95 439	231 153	80 000	–	169 290	12 853	16 795	2 000	— 258 205	— 235 083	+ 133 903	— 72 214	— 78 644	— 229 153
–	25 337	–	–	–	404	–	–	–	–	— 4 358	+ 404	–	— 25 337
569	–	–	–	–	12 449	14 650	2 000	–	–	–	+ 12 439	+ 14 081	+ 2 000
94 870	205 816	–	–	169 290	–	2 145	–	–	–	+ 138 261	— 85 057	— 92 725	— 205 816
5 772 039	6 200 650	4 273 820	4 425 453	4 524 504	4 745 057	5 548 644	5 982 395	— 274 441	— 439 976	— 83 407	— 386 188	— 223 395	— 218 255



Para além de uma situação deficitária que, embora não exagerada, é de considerar, verifica-se desde logo que é na balança de transacções com mercadorias que se manifesta o maior *deficit*. Do mesmo modo, ressalta imediatamente que é nos invisíveis de transportes que se tem o maior *superavit*, aliás inferior àquele.

Quanto aos saldos globais são os seguintes:

Saldos da balança de pagamentos

Milhares de contos

Anos	Saldos	Índices (base: 1963)
1959	— 252	65
1960	— 274	71
1961	— 440	114
1962	— 83	22
1963	— 386	100
1964	— 223	58
1965	— 218	56
Média do último quinquénio	— 270	70
Média do septénio	— 268	69

53. Tem-se, pois, uma evolução muito variável em virtude do resultado dos anos de 1961 e 1962. Considerando os sete anos, a fim de suavizar o efeito dessas perturbações, tem-se um saldo médio negativo de 268 milhares de contos, pouco inferior ao do quinquénio: 270 milhares de contos. Há, no entanto, uma tendência decrescente embora lenta, que faz levar a prever uma melhoria, pelo menos a curto prazo. Se se excluir os anos de 1961 e 1962, obtém-se ainda mais acelerada tendência decrescente.

54. A balança de pagamentos, apesar da melhoria observada, não tende, pois, a um equilíbrio futuro. A tendência, a manter-se com regularidade, levaria a tal situação apenas a longo prazo.

As projecções regionais conduzem a uma projecção para o saldo global que é muito mais realista.

Saldos da balança por territórios

Milhares de contos

Anos	Zona do escudo		Estrangeiro		Total
	Valores	Índices	Valores	Índices	
1960	— 834	70	+ 559	69	— 275
1961	— 912	76	+ 472	58	— 440
1962	— 625	52	+ 541	67	— 84
1963	— 1 195	100	+ 809	100	— 386
1964	— 1 259	105	+ 1 035	128	— 224
1965	— 1 458	122	+ 1 240	153	— 218

Pela observação dos saldos territoriais verificam-se saldos positivos com o estrangeiro, saldos esses que aparentam crescimento.

Quanto aos saldos com a zona do escudo, apresentam-se em geral crescentes, mas de natureza negativa.

Para os primeiros saldos e sua natureza positiva, contribuem largamente a África do Sul, a Rodésia e a União Indiana. São negativos os saldos com os países europeus, o Japão e a Austrália (*deficits* individuais da ordem dos 50 000 contos).

Na contribuição para os saldos negativos da zona do escudo sobressaem as balanças com a metrópole e Macau.

As balanças de mercadorias e de invisíveis correntes explicam quase totalmente a ordem de grandeza e a evolução daqueles saldos. Distinguem-se, sobretudo, os pagamentos de invisíveis à metrópole (transferências privadas) e as receitas de turismo e transportes com o estrangeiro. A balança comercial com a União Indiana é, pràticamente, a única não deficitária.

As previsões que podem decorrer, por uma fria análise estatística dos saldos antes apresentados, são as que constam do quadro seguinte.

Evolução esperada dos saldos da balança de pagamentos

Milhares de contos

Anos	Zona do escudo		Estrangeiro		Total	
	Médias móveis	Exponencial	Médias móveis	Exponencial	Médias móveis	Exponencial
1968	— 1 742	— 1 420	+ 1 503	+ 1 220	— 239	— 200
1969	— 1 869	— 1 468	+ 1 637	+ 1 282	— 232	— 186
1970	— 1 996	— 1 512	+ 1 772	+ 1 342	— 224	— 170
1971	— 2 122	— 1 554	+ 1 906	+ 1 398	— 216	— 156
1972	— 2 248	— 1 593	+ 2 040	+ 1 452	— 208	— 141
1973	— 2 376	— 1 630	+ 2 175	+ 1 504	— 201	— 126
Média do sexénio	— 2 059	— 1 529	+ 1 839	+ 1 366	— 220	— 163

55. Como conclusões gerais pode prever-se que os saldos negativos da balança comercial aumentem consideràvelmente, variando entre duas linhas limites. Em 1973 situar-se-ão entre 2160 e 3800 milhares de contos.

É de esperar, em particular, que os saldos negativos com a zona do escudo acabem por superar os registados no estrangeiro.

Quanto à balança de pagamentos, são de esperar as seguintes posições:

Comparação de saldos da balança de pagamentos (1965 – 1973)

Milhares de contos

Anos	Total	Zona do escudo	Estrangeiro
1965	— 218	— 1 458	+ 1 240
1973 . . Crescimento linear	— 201	— 2 376	+ 2 175
1973 . . Crescimento exponencial	— 126	— 1 630	+ 1 504

CAPITULO II

Objectivos

1. Objectivos gerais

56. Os objectivos do III Plano de Fomento para Moçambique devem, naturalmente, ser integrados nos objectivos genéricos definidos para todo o espaço económico português, de harmonia com as directivas definidas pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos.

A fim de assegurar que estes objectivos fossem cumpridos da melhor maneira, houve que adoptar uma linha de acção estratégica que estivesse em harmonia com as características específicas do território e o seu actual estado de desenvolvimento.

Com base na análise cuidadosa a que se procedeu sobre a estrutura económica e social de Moçambique e as características mais relevantes da evolução em curso, considerou-se que a acção a desenvolver deveria visar os objectivos específicos a seguir descritos.

57. A dinâmica de desenvolvimento de um território como Moçambique, com as características de dualismo económico já assinaladas, postula em primeiro lugar um esforço no sentido do alargamento do mercado interno. Este objectivo parece à primeira vista redundante, na medida em que só pode derivar de um acréscimo de produção e de rendimentos nas mãos da população, o que constitui um objectivo de todos os planos de desenvolvimento.

É, todavia, essencial considerá-lo como um objectivo primário. De facto, a existência de um sector moderno na economia, formado por uma fracção já significativa da população, com uma mentalidade receptiva ao progresso, mantendo contactos frequentes com os centros mais evoluídos, se por um lado revela problemas de dualismo económico e social, por outro lado deve ser encarado

como um elemento valioso. Um técnico competente, uma organização eficiente e um espírito aberto são peças de importância muito grande num território subdesenvolvido. Ora esse sector pode, em princípio, se lhe forem proporcionados os necessários estímulos, corresponder às novas solicitações da população, através da extensão e diversificação da produção agrícola e industrial e das actividades terciárias correspondentes.

O dinamismo de crescimento das actividades secundárias e terciárias terá de assentar numa procura em rápida expansão e, portanto, num aumento de poder de compra e numa progressiva integração da população em economia de transição na economia de mercado.

A expansão de rendimentos procurada vai assentar essencialmente no aumento substancial da produção e da produtividade do sector agro-silvo-pecuário, através da criação e melhoria das estruturas de apoio a esse desenvolvimento, completadas pelo aperfeiçoamento da organização da comercialização para a recolha dos produtos primários, condicionadora do desenvolvimento da produção, e pela criação de condições de existência às actividades de transformação dos produtos primários naturalmente aptas a criar, a estabilizar e a valorizar o mercado correspondente ao acréscimo da oferta.

Mas esse aumento da produção e da produtividade postula também uma atitude da população, um desejo operante de melhoria de condição material, que só pode existir se lhe for proporcionada uma melhoria significativa das suas condições económicas, sociais e culturais, que despertem as três propensões básicas de que depende o crescimento económico: a propensão ao trabalho, ao consumo e à inovação.

Eis porque a promoção humana e a elevação do nível de vida da população (em que naturalmente se integra a melhoria das suas condições económicas e sociais), que constitui o objectivo último de desenvolvimento e foi indirectamente consagrada no próprio Plano ao ser apontado como um dos seus grandes objectivos, a «mais equitativa repartição dos rendimentos formados», não está em contradição com as possibilidades de um crescimento rápido da economia. Pelo contrário, essa tarefa de promoção aparece com uma condição essencial de progresso económico.

58. O progresso de expansão de uma economia subdesenvolvida é normalmente refreado pela existência de «estrangulamentos» nos seus circuitos económicos, correspondentes à escassez de certos recursos. Neste capítulo,

assume maior relevância em Moçambique o que se refere ao capital financeiro, às divisas externas e aos quadros técnicos especializados.

59. No que se refere ao capital financeiro, considera-se de maior significado o acréscimo da capacidade de financiamento do sector público, com o qual se prendem aspectos tão importantes como a eficiência do sistema em vigor e a reorganização dos serviços públicos. Numa perspectiva mais restrita, procedeu-se no decorrer da elaboração do Plano à pesquisa sistemática das possibilidades de autofinanciamento em cada sector de actividade.

A carência de divisas externas, face às necessidades de desenvolvimento, implica um esforço de substituição das importações e, por outro lado, um acréscimo e diversificação das exportações. Nesta linha se integra também a criação de condições favoráveis ao fomento do turismo.

Por outro lado, a carência de quadros técnicos especializados impõe a expansão do ensino técnico (elementar, médio e superior) e o lançamento de programas de formação profissional.

60. Considerando como agentes de desenvolvimento simultâneamente a Administração e o investidor privado, entende-se prioritária a criação de condições para uma maior racionalidade e eficiência da acção de uma e de outro.

É indispensável completar a reforma de estruturas administrativas e de métodos da administração, já iniciada através da reorganização de sectores importantes, como sejam, por exemplo, os Serviços de Economia, de Veterinária e de Estatística, as juntas provinciais de povoamento, e da criação de organismos de investigação nos âmbitos da agricultura e veterinária, mediante esforços que se deverão concretizar especialmente ao nível da reestruturação de serviços públicos, da colaboração entre organismos que se debruçam sobre problemas relacionados, de um acréscimo geral da produtividade de acção dos serviços e de uma intervenção activa no lançamento de novos empreendimentos.

Por outro lado, considerando especialmente o que se refere à actividade industrial, é indispensável a criação de condições favoráveis ao investidor industrial, nomeadamente no relativo aos aspectos fiscais e aduaneiros, crédito, pesquisa de oportunidades industriais e de mercados externos, definição de zonas onde estejam asseguradas as infra-estruturas básicas.

61. A necessidade de assegurar um crescimento económico rápido, conjuntamente com as actuais dificuldades

de capitais, impõe cuidadosos critérios de selecção dos empreendimentos e da sua localização. Com esse objectivo, procedeu-se no decorrer da elaboração do Plano a atenta avaliação dos projectos de investimentos elaborados, procurando, tanto quanto possível, respeitar os seguintes critérios:

a) Preferência pelos empreendimentos de maior e mais rápida produtividade;

b) Escolha das infra-estruturas que mais directamente contribuem para o aperfeiçoamento do potencial produtivo, procurando igualmente, proporcionar um maior coeficiente de utilização às infra-estruturas existentes, de preferência a novas instalações;

c) Polarização do desenvolvimento, procurando tirar o maior partido das economias externas inerentes aos empreendimentos instalados nas zonas mais desenvolvidas e a desenvolver.

Com esse objectivo tentou-se uma definição das zonas de desenvolvimento, ao mesmo tempo que se fez uma compatibilização inter-regional dos empreendimentos previstos nos diferentes sectores, de modo a favorecer uma concentração por zonas dos investimentos ou simplesmente a criar condições para que actuem com proveito as relações de interdependência existentes.

62. A finalizar, apresentam-se duas orientações gerais que decorrem dos princípios da política nacional.

Em primeiro lugar, espera-se que uma das consequências de maior relevo a resultar da intensificação de actividades produtivas programada consistirá no povoamento espontâneo, que há posteriormente que estimular por medidas de apoio à produção e à comercialização. Assim se cumpre um dos imperativos da presença portuguesa em África, ao mesmo tempo que se asseguram ao autóctone as condições de enquadramento que tornem possível a sua progressiva familiarização com técnicas e processos mais produtivos.

Finalmente, a consolidação da unidade económica nacional exige que se conceda uma especial relevância aos investimentos ou modalidades de política que criem ou fortaleçam relações de interdependência ou de carácter complementar da economia das diferentes parcelas do território português.

2. Projecções

63. A fixação de metas quantificadas para os sectores de actividade, a que se procedeu na elaboração do Plano

para Moçambique, implica, em confronto com iguais tendências registadas no passado, que se dê uma elevação no ritmo de acréscimo do produto nacional no período do III Plano de Fomento. Tentar-se-á analisar se essa elevação é compatível com a previsível evolução de outras grandezas económicas globais, para as quais existem informações relativas ao seu comportamento no passado.

64. Os trabalhos preparatórios do III Plano de Fomento para Moçambique não foram conduzidos segundo métodos de programação descendente, quer por impossibilidade de o fazer no momento presente por insuficiência de elementos estatísticos básicos, incluindo os de contabilidade nacional, quer por se ter achado mais conveniente tentar um método ascendente, que seria aferido, sempre que possível, por métodos macroeconómicos de análise.

A tentativa efectuada não tem, portanto, a pretensão de substituir uma análise daquela ordem, mas apenas a de ensaiar uma hipótese de evolução, relativamente à qual se possam tirar ilações úteis em termos de política económica, na medida em que se tornem salientes determinados factores condicionantes de uma evolução mais favorável da economia moçambicana.

Ainda aqui se supõe estar a ser coerente com aquilo que pode ser designado uma «dominante» do processo de planeamento adoptado, isto é, a averiguação, a todos os níveis, das dependências e carácter complementar que os projectos (entendidos num sentido amplo) mantêm entre si e com o complexo económico. De facto, esta averiguação conduziu, muitas vezes, a suscitar novas necessidades, a reformular os projectos apresentados e também a sugerir novas orientações para a política económica.

65. Os elementos de base utilizados para esta análise resultam dos trabalhos efectuados pela Missão de Estudo do Rendimento Nacional do Ultramar, com ligeiras adaptações necessárias para o seu melhor manuseamento.

Os primeiros elementos divulgados durante o ano de 1965 abrangem apenas os circuitos monetários, deixando de fora fluxos de grande importância para a economia provincial, como seja a fracção representada pela produção para autoconsumo.

Apesar de se ter recorrido na elaboração à utilização de processos expeditos de cálculo e de, portanto, serem de admitir correcções posteriores, conforme prevenção inicial feita pela própria Missão, estes elementos foram acolhidos com o maior interesse, por se tratar da primeira tentativa de contabilização das grandezas económicas globais

de Moçambique, em todos os anos do período de 1953 a 1962.

Muito recentemente foram elaboradas novas séries estatísticas pela Missão, integrando já o ano de 1963, mas não possibilitando comparação com as primitivas séries, por passarem a abranger indistintamente fluxos monetários e não monetários. Sucede, por outro lado, que para a consideração dos fluxos não monetários foi utilizado um critério que se pode talvez qualificar de demasiado amplo.

Após atenta avaliação de uns e outros elementos, foi decidido que seria mais útil aos propósitos existentes considerar quase exclusivamente as grandezas consubstanciadas em fluxos monetários, apesar do carácter precário que a Missão atribui a tais dados.

Sobre estes elementos de base foram então elaboradas novas séries estatísticas, a preços constantes, que constituem a fonte das tendências de crescimento adiante apontadas. Para o ano de 1963 foi feita uma estimativa com base nos valores indicados para o conjunto dos fluxos monetários e não monetários.

66. O crescimento do produto interno bruto processou-se, no período de 1953 a 1962, à taxa média anual acumulada de 6,5 por cento. Este ritmo está, no entanto, muito dependente do forte acréscimo verificado no último ano; de facto, se o ano de 1962 for excluído, a tendência será apenas de 5,8 por cento.

Já anteriormente se referiu que este ritmo rápido de crescimento se explica quer pela expansão verificada na capacidade produtiva da província, quer pela progressiva passagem à economia monetária de extractos da população vivendo até aí quase exclusivamente em regime de autoconsumo.

Quer dizer: a evolução das grandezas macroeconómicas, considerando apenas os fluxos monetários, inclui precisamente um factor de grande importância para o estudo da evolução da economia moçambicana, que é a progressiva integração da população em economia de transição na economia do mercado.

Ao mesmo tempo esta indicação permite afirmar que é algo inferior o ritmo de progresso verificado na economia moçambicana no seu todo.

De facto, as mesmas taxas para os valores indicados pela Missão como respeitando ao conjunto de fluxos monetários e não monetários são apenas de 3,6 por cento para o período de 1953 a 1962, e de 3,2 por cento, se for excluído o último ano.

As taxas de crescimento elevadas com que se vai trabalhar — correspondentes apenas aos fluxos monetários —

não devem, pois, permitir a ilusão de que se está a atravessar uma fase de progresso muito rápido da economia provincial.

Segundo os últimos dados publicados pela Missão, no ano de 1963 ter-se-ia mantido um ritmo de crescimento superior ao do anterior decénio. De acordo com a destrinça efectuada, avalia-se em 7,5 por cento a taxa de acréscimo comparativamente ao ano anterior.

A evolução do período de 1964 a 1967 será objecto de uma análise posterior; por agora dir-se-á apenas que se deve ter verificado um abrandamento na expansão, particularmente nos primeiros anos deste período.

67. A hipótese de passagem para um ritmo de acréscimo superior no período de 1968 a 1973 corresponde às previsões sectoriais efectuadas, em que se teve particularmente em atenção o programa de investimentos públicos proposto. Teria assumido o maior interesse o desdobramento do produto interno bruto pelos diferentes sectores de actividade e que, portanto, se tivesse considerado de uma forma mais precisa o previsível comportamento da actividade privada no mesmo período. Porém, a deficiência dos elementos estatísticos disponíveis para o efeito não o permite.

Ao mesmo tempo, teve-se em mente a orientação genérica, já várias vezes expressa, de redução das disparidades do nível de vida entre as diversas parcelas do território nacional.

Se se quiser exprimir quantitativamente esta orientação, ocorre naturalmente a comparação com o ritmo de crescimento programado para a metrópole. No Plano Intercalar de Fomento havia sido previsto um crescimento do produto interno bruto de 6,5 por cento por ano; se se tiver em consideração, por um lado, que é muito superior a taxa de crescimento demográfico em Moçambique (a previsão para o período de 1968 a 1973 é de 1,6 por cento por ano, ao passo que na metrópole é inferior a 1 por cento por ano) e, por outro lado, que, de acordo com as considerações atrás expostas, o ritmo de crescimento para o conjunto da economia é muito inferior ao da fracção susceptível de ser traduzida em termos monetários, verifica-se que o aumento do produto interno bruto (fluxos monetários) em Moçambique teria de progredir a uma taxa superior a 10 por cento por ano para que tal objectivo fosse atingido.

Não parece realista supor um crescimento desta ordem ou mesmo aproximado. Por outro lado, a disponibilidade de meios humanos, técnicos e financeiros em que se baseou a preparação do Plano não parece possibilitar a

manutenção de uma taxa de crescimento para o produto (fluxos monetários e não monetários) a um nível idêntico ao da metrópole.

Deste modo — e com base ùnicamente no produto interno bruto a preços de mercado (fluxos monetários), sobre a evolução do qual vai incidir toda a análise posterior —, não parece possível prever mais que uma aceleração do crescimento até agora verificado, a um nível compatível com as previsões sectoriais efectuadas.

Admite-se que o crescimento se processe no período de 1968 a 1973 a uma taxa média anual na vizinhança dos 7 por cento, com tendência para um ligeiro acréscimo na parte final do mesmo período, que se concretizaria numa taxa de 7,2 por cento no biénio de 1972–1973.

Já se acentuou que estes elementos têm um relativo carácter programático, pretendendo-se apenas fornecer enquadramento que permita ajuizar da sua compatibilidade com a evolução de outras grandezas económicas que poderão ser objecto de uma previsão aproximada.

A verificação da compatibilidade global da evolução adoptada em princípio vai ser efectuada através da projecção do modelo geral da economia, relacionando a soma dos recursos e das aplicações, para todo o período do III Plano de Fomento.

A projecção será feita tomando como base as tendências registadas no passado e as implicações mais importantes dos programas sectoriais estabelecidos.

Considerando que os últimos elementos referentes a estas grandezas se acham reportados a 1962, havendo ainda algumas informações para 1963, é também necessário adoptar determinadas hipóteses de evolução para o período intermédio, isto é, para os anos de 1964 a 1967.

68. Como elementos de base, apresentam-se no quadro seguinte os valores absolutos e relativos para os anos inicial e final do período de 1953 a 1962, a que se acrescenta o do ano de 1963, elaborado da maneira já exposta, e ainda o de 1960, considerado característico, já que, a partir daí, a evolução das diversas grandezas sofre uma alteração de comportamento relativamente ao período anterior. Esta última afirmação pode ser documentada pela comparação das taxas médias anuais de crescimento para os períodos de 1954 a 1960 e 1954 a 1962, que também constam do mesmo quadro.

Estrutura e evolução das componentes da despesa nacional (1953–1963)

Preços de 1962 (unidade: milhão de escudos)

Designação	1953		1960		1962		Tendências de crescimento (percentagens)		1963	
	Valor	Percentagens	Valor	Percentagens	Valor	Percentagens	1954–1960	1954–1962	Valor (a)	Percentagens
Consumo privado	6 406,5	68,1	9 298,7	66,6	11 464,7	69,5	5,5	6,7	12 414,9	70
Consumo público	1 563,6	16,6	2 579,0	18,5	3 041,2	18,4	7,4	7,7	3 301,8	18,6
Formação bruta de capital fixo	1 443,2	15,3	2 466,5	17,7	2 351,2	14,2	8	5,6	2 453,4	13,8
Saldo da balança de transacções correntes	— 8,7	o	— 383,5	— 2,8	— 348,5	— 2,1	n	n	— 423,3	— 2,4
Produto interno bruto a preços de mercado	9 404,6	100	13 960,7	100	16 508,6	100	5,8	6,5	17 746,8	100

(a) Estimativa.

As notas mais flagrantes da evolução neste período podem ser sintetizadas assim:

Até 1960 só o consumo privado cresce a um ritmo inferior ao do conjunto da despesa: como consequência, diminui a sua participação na despesa total e aumenta, correspondentemente, a participação dos outros sectores;

A formação bruta de capital fixo cresce a um bom ritmo, atingindo a elevada participação de 18 por cento em 1960; a balança de transacções correntes passa a apresentar um saldo francamente negativo;

Após 1960 (na realidade não há uma demarcação rígida, sucedendo até que, em grande parte dos casos, os efeitos mais sensíveis se verificaram após 1961), dá-se uma aceleração no ritmo de crescimento da produção interna, mas diminui sensivelmente o volume de recursos destinados à formação de equipamento em favor dos consumos privado e público; é particularmente relevante a subida verificada no consumo privado, que passa a representar 69,5 por cento da despesa em 1962, percentagem superior à de todo o decénio anterior.

Segundo a estimativa realizada para 1963, com base nos valores indicados para o conjunto dos fluxos monetários, o produto teria acusado um acréscimo, importante relativamente a 1962, de cerca de 7,5 por cento, e mantinham-se ou agravavam-se as tendências definidas para os dois anos anteriores.

A fim de realizar a projecção para o período do III Plano, houve, como se disse, que adaptar uma hipótese para a evolução no triénio de 1964 a 1966, para o qual só existem elementos parcelares.

Em linhas gerais, a evolução ter-se-ia processado do seguinte modo:

O produto interno bruto teria acusado uma redução no ritmo de crescimento, que orçaria sensivelmente pelo mesmo ritmo do período de 1953–1960;

O consumo público teria continuado a absorver uma fracção muito elevada dos recursos, que se situaria mesmo acima dos 20 por cento, a partir de 1965;

Manter-se-ia sensivelmente o *deficit* da balança de transacções correntes;

A formação bruta de capital fixo acusaria a mesma tendência regressiva nos primeiros anos do período, para recuperar para o final;

O consumo privado, finalmente, teria crescido a um ritmo inferior ao do triénio anterior, mas correspondendo a um ritmo anual de acréscimo de cerca de 7,5 por cento, a partir de 1960.

Em resumo, tender-se-ia, na parte final do período de 1964 a 1966 (e também se prevê que tal se passe em 1967), para um reequilíbrio na composição da despesa total, voltando o consumo privado a assumir uma importância relativa comparável à do decénio anterior e aproximando-se a formação bruta de capital fixo da participação normal, embora ficando ainda um pouco aquém, no mesmo período.

69. No quadro a seguir, de estrutura análoga ao anterior, são quantificadas estas hipóteses, e também se indicam os valores correspondentes para o período de 1968 a 1973.

Estrutura e evolução das componentes da despesa nacional (1963–1973)

Preços de 1962 (unidade: milhão de escudos)

Designação	1963		1967		1973		Tendências de crescimento (percentagens)	
	Valor	Percentagens	Valor	Percentagens	Valor	Percentagens	1964–1967	1968–1973
Consumo privado	12 414,9	70	14 720	66,4	21 358,6	64	4,4	6,4
Consumo público	3 301,8	18,6	4 449,1	20,1	6 097,6	18,3	7,7	5,4
Formação bruta de capital fixo	2 453,4	13,8	3 428,9	15,5	6 336,6	19	8,7	10,8
Saldo da balança de transacções correntes	— 423,3	— 2,4	— 445,6	— 2	— 423,6	— 1,3	— 1,3	0,9
Produto interno bruto a preços de mercado	17 746,8	100	22 152,4	100	33 369,2	100	5,7	7,1

70. No processo de feitura destas previsões elaboraram-se duas projecções relativamente autónomas: as referentes ao consumo do Estado e ao movimento com o exterior. Por sua vez, as projecções do consumo privado e da formação bruta de capital fixo foram feitas de modo a assegurar a coerência do modelo, tomando como base o aumento da produção interna no ritmo previsto e as respectivas tendências detectadas em períodos anteriores.

Quanto ao consumo do Estado, utilizaram-se os valores conhecidos do período de 1963 a 1965 e seguiram-se as previsões contidas no estudo financeiro para o período posterior, tendo sido necessário fazer a redução a preços constantes. Em qualquer dos casos, foi feita análise particularizada no que se refere aos encargos dos serviços autónomos.

No que se refere às exportações e importações de bens e serviços, calculou-se primeiramente a tendência de crescimento das duas grandezas no passado. Em seguida procurou determinar-se para que nível evoluiriam essas taxas, com base na projecção das componentes, em especial transacções de mercadorias, turismo e transportes, integrando os efeitos conhecidos dos projectos que consubstanciam o Plano. Após a redução a preços constantes, estimaram-se as taxas de crescimento das exportações e das importações no período do III Plano de Fomento e, como resultado, derivaram os saldos que são indicados no quadro.

71. Pelo quadro anterior se pode verificar que o esforço de investimento a um ritmo acrescido constitui uma das bases do modelo proposto. Após a ligeira recuperação que se espera ter-se verificado no período final do triénio de 1964 a 1966 e se mantenha no ano seguinte, mas que não deve conseguir elevar a formação de capital fixo para uma participação no conjunto da despesa nacional superior a 15,5 por cento, admite-se que o seu crescimento se processe a uma taxa anual de 10,8 por cento, de modo a elevar a sua participação na despesa nacional para cerca de 19 por cento em 1973.

Esta participação pode considerar-se muito favorável, mas deve notar-se que não se afasta muito da verificada nalguns anos do período de 1953 a 1960 e particularmente nos últimos.

Do mesmo modo se notará que o coeficiente marginal capital/produto correspondente a esta projecção se pode considerar bastante baixo, mas ainda aqui não há uma diferença sensível em relação ao período anterior, segundo os elementos da contabilidade nacional conhecidos. Por outro lado, não pode esquecer-se que o aumento da

produção interna, derivado do fomento das culturas tradicionais da população autóctone, que constitui um dos pólos dominantes da programação sectorial efectuada, se considera possível com um montante de investimentos relativamente reduzido. Acrescente-se também que, em relação ao programa de investimento público proposto, se procurou seguir, tanto quanto possível, o critério da preferência pelos empreendimentos de maior e mais rápida reprodutividade, o que se espera venha a reflectir-se benèficamente no período do III Plano de Fomento.

Aliás, não parece ter grande significado para Moçambique, como também para outros territórios africanos, raciocinar em termos de coeficiente capital/produto. De facto, os efeitos mais significativos no campo da produção podem ser obtidos através de simples tarefas de organização, de assistência e de vulgarização técnica, e, por outro lado, parte do aumento da produção interna esperada resulta de uma entrada no mercado de produção actual. Ao mesmo tempo, não devem esquecer-se as possibilidades, ainda tão insuficientemente exploradas, de conversão directa do trabalho em investimento, através de uma inteligente orientação do esforço das populações, o que òbviamente resultará num reforço do capital fixo acumulado sem contrapartida na utilização de recursos financeiros anteriormente criados.

Referindo agora o consumo privado, notar-se-á a taxa de acréscimo reduzido do período de 1964 a 1967. A redução no ritmo de crescimento, que se supõe ter-se verificado, corresponderá, por um lado, ao abrandamento na expansão do produto e, por outro lado, a um reequilíbrio da sua participação normal na defesa nacional. De facto, muito embora o ritmo anual de crescimento seja inferior a 5 por cento neste período, o valor indicado para 1967 corresponde a um ritmo de acréscimo elevado relativamente a 1960 — cerca de 7,5 por cento ao ano.

No período do III Plano de Fomento assistir-se-á, provàvelmente, a uma elevação no ritmo de acréscimo do consumo privado, que passaria a ser 6,4 por cento ao ano, correspondendo à expansão do produto, mas estando implícita uma certa contracção — a promover por medidas apropriadas — de modo que a sua participação na despesa nacional não exceda 64 por cento no final do III Plano de Fomento.

Por sua vez, o consumo público, cuja participação na despesa aumenta nos últimos anos, de acordo com elementos conhecidos, veria a sua importância diminuída no período do III Plano de Fomento, de modo que pouco excederia 18 por cento no ano terminal.

Manter-se-á, provàvelmente, o desequilíbrio da balança de transacções correntes, mas espera-se que actue uma tendência para o equilíbrio.

De facto, segundo o processo anteriormente descrito, as taxas anuais de crescimento das exportações e das importações, no período de 1968 a 1973, seriam de 7,25 e 6,75 por cento, respectivamente. Quer dizer: o *deficit* da balança, que se exprimiria entre 400 e 450 milhões de escudos anuais, tenderia a uma diminuição, mas o equilíbrio só viria a ocorrer muito mais tarde, cerca de 1983 e 1984.

72. Eis como é considerada, em termos genéricos, a evolução das componentes da despesa nacional no período do III Plano de Fomento, na hipótese de que o ritmo de acréscimo da produção interna se situe ao nível anual dos 7 por cento, subindo para 7,2 por cento nos dois últimos anos do Plano.

73. Salientem-se, agora, as principais exigências do modelo apresentado.

A primeira nota importante diz respeito à necessidade de mobilização dos recursos financeiros disponíveis para investimento a uma cadência francamente superior à verificada a partir de 1960. Admite-se que o Estado e as instituições de crédito desempenhem um papel mais activo no processo de recolha das poupanças e as orientem para os investimentos mais reprodutivos. O problema assume aspectos muito diferentes conforme se trate das poupanças provenientes do sector evoluído da economia ou das provenientes do pequeno empresário rural, qualquer delas, todavia, podendo ser objecto de formas de actuação para as quais existe um largo campo de experiências alheias que convém analisar e ensaiar.

Intimamente ligada a este problema está a necessidade de adopção de uma política decidida de refreamento da expansão dos consumos supérfluos, sem o que não será possível a descida da participação do consumo privado no conjunto da despesa nacional, ao ritmo assinalado, bem como ficará comprometida a evolução prevista para o saldo da balança de transacções correntes. Refere-se especialmente o ajustamento do regime fiscal.

Deve referir-se, por outro lado, que, dentro da óptica em que este Plano foi elaborado — em que se concede marcada importância à expansão das culturas tradicionais da população autóctone — e dada a elevada propensão ao consumo desta população, é de esperar um reforço substancial do seu poder de compra, que se traduza numa pressão adicional sobre o mercado de bens de consumo. Por isso mesmo se estima que o consumo

privado progrida a um ritmo não muito inferior ao da despesa nacional, sendo, portanto, o comportamento daquele resultante de duas tendências opostas.

É também essencial à efectivação do modelo de desenvolvimento proposto a redução do ritmo de crescimento das despesas de consumo do Estado, que atinge valores relativos elevados no momento presente. A este respeito se anota aqui a necessidade da reforma administrativa, insistindo-se na avaliação sistemática das despesas dos diversos serviços públicos em termos da produtividade.

Finalmente, o ritmo previsto da evolução dos saldos da balança de transacções correntes está estreitamente relacionado com a possibilidade de um forte acréscimo das exportações, chamando-se a atenção, especialmente, para a necessidade de o Estado desempenhar papel activo e complementar da iniciativa privada, promovendo a realização de estudos de mercado e de divulgação no estrangeiro e metrópole dos produtos de exportação moçambicana. Com este objectivo, deverá ser atribuída alta prioridade à constituição, no organismo que for considerado mais adequado, de um departamento especializado em estudos de mercado. A actual escassez de meios de pagamento sobre o exterior, característica, aliás, de todos os territórios subdesenvolvidos, actuará certamente como obstáculo a um crescimento rápido da economia, se não forem mobilizados esforços consideráveis na promoção e diversificação da exportação.

74. Os efeitos directos do Plano sobre a balança de pagamentos revestem-se da maior importância pelo facto de a balança se ter vindo a apresentar deficitária, afectando as reservas de divisas.

75. Nas componentes da balança de pagamentos tomam maior relevância a balança comercial e os invisíveis correntes, originados pelo sector dos transportes, cujos valores, por isso, se apresentam nos dois quadros seguintes em relação nos últimos anos.

Balança comercial nos anos de 1957 a 1965

Unidade: milhão de escudos

Anos	Importações	Exportações	Saldo
Média de 1957-1960 . .	3 350	1 976	— 1 374
1961	3 720	2 548	— 1 172
1962	3 908	2 616	— 1 292
1963	4 075	2 896	— 1 179
1964	4 491	3 043	— 1 448
1965	4 981	3 107	— 1 874

Saldo dos invisíveis de transportes

Unidade: milhão de escudos

Ano	Saldos
1959	+ 1 055,8
1960	+ 1 164,4
1961	+ 1 198,3
1962	+ 1 205,2
1963	+ 1 166,4
1964	+ 1 085,6
1965	+ 1 113,6

E bem claro que a balança comercial é estruturalmente negativa e com tendência para agravamento dos respectivos saldos. Em 1965 o saldo negativo computou-se em 1 874 000 contos, ou seja, a balança sofreu um agravamento de cerca de 700 000 contos em quatro anos, apesar das medidas tomadas para modificar esta evolução.

Os transportes apresentam saldos positivos, que tendem a estabilizar-se à roda de 1,1 milhões de contos.

76. Nas projecções a seguir apresentadas, limita-se a análise, no aspecto de entradas e saídas de divisas, ao investimento público afecto ao III Plano, deixando-se de fora uma análise específica relativa a alguns sectores, como o da indústria transformadora. Não se fez uma análise específica porque na previsão da evolução da balança de pagamentos, elaborada com base numa evolução do passado, contém-se também, pelo menos, parte da necessidade de divisas dos vários sectores de actividade e, portanto, do de transformação.

77. Sendo o «equilíbrio monetário e financeiro, interno e externo», uma das condições básicas a que deve satisfazer o Plano, verifica-se quais serão os possíveis aumentos de entradas e saídas de divisas previstas, em resultado das medidas e projectos propostos.

O quadro seguinte contém os efeitos adicionais, anuais, em divisas, que resultarão da execução do Plano.

Efeitos estimados dos empreendimentos imperativos, constitutivos do I

Unidade: milhar de escudos

Sectores	1968		1969		1970	
	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada
Agricultura (*a*)	74 650	11 150	67 170	297 116	74 910 — 75 000	602 646
Projecto de cultura de algodão (sequeiro)	27 000	–	11 200	115 716	14 700	197 779
Projecto da cultura do caju	2 250	–	–	100 000	–	200 000
Projecto da cultura do milho (sequeiro)	5 010	–	3 800	–	3 750	7 817
Projecto de regadios	–	–	–	–	— 20 000	–
Projecto da cultura da banana	37 615	11 150	–	26 800	— 55 000	45 850
Citrinos:	1 150	–	25 000	–	25 000	–
Secção A	1 625	–	25 550	–	26 750	70 000
Secção B	–	–	1 620	5 100	1 620	11 200
Amendoim	–	–	–	–	3 090	–
			–	50 000	–	70 000
Pecuária (*a*)	10 715 — 1 980	–	10 265 — 3 960	–	10 215 — 12 260	7 200
Bovinos leiteiros	450	–	200	–	150	–
Esquema de aproveitamento das regiões de Muda e Save	— 1 980 3 265	–	— 3 960 3 265	–	— 7 260 3 265	7 200
Animais selvagens	–	–	–	–	— 5 000	–
Outros projectos e medidas	1 000	–	800	–	800	–
	6 000	–	6 000	–	6 000	–
Povoamento (*a*)	–	–	–	–	–	–
Zona D	–	–	–	–	–	–
Zona F	–	–	–	–	–	–
Zona A	–	–	–	–	–	–
Indústria extractiva	2 450	–	18 450	–	76 000	93 000
Jazigos de ilmenite de Pebane	–	–	–	–	60 000	93 000
Cartografia geológica e prospecção geral	–	–	13 000	–	13 000	–
Cintilometria e magnetometria aéreas	–	–	3 000	–	3 000	–
Prospecção regional e pesquisa e reconhecimento mineiro	2 450	–	2 450	–	–	–
Águas (meios de obtenção de água doce)	8 504	–	809	–	809	–
Energia	57 190	–	66 380	–	138 480	–
Inventariação dos recursos hidráulicos	3 690	–	360	–	360	–
Aproveitamento hidroeléctrico do rio Molócuè	7 000	–	23 000	–	86 000	–
Distribuição de energia ligada ao aproveitamento do Alto Molócuè	42 000	–	42 000	–	42 000	–
Ampliação da central do Limpopo	–	–	–	–	6 300	–
Ampliação da rede de alta tensão do Limpopo	–	–	–	–	1 800	–
Ampliação da central de Nacala	–	–	–	–	–	–
Ampliação da rede de alta tensão de Nacala (1.ª fase)	–	–	–	–	1 000	–
Ampliação da central de Inhambane	3 100	–	1 020	–	1 020	–
Ampliação da rede de Inhambane	1 400	–	–	–	–	–
Transportes e comunicações (estradas)	90 000	–	92 500	–	90 000	–
Saúde	28 000	–	24 800	–	43 400	–
Soma	271 509	11 150	280 374	297 116	433 814	702 846
Saldo	— 260 359		+ 16 742		+ 269 032	

(*a*) Os valores que, com sinal negativo, aparecem nas colunas de saídas de divisas correspondem à substituição de importações.

s estimados dos empreendimentos imperativos, constitutivos do III Plano, sobre a balança de pagamentos

Unidade: milhar de escudos

	1968		1969		1970		1971		1972		1973		Total	
	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada
. . .	74 650	11 150	67 170	297 116	74 910 — 75 000	602 646	63 210 — 90 000	928 998	58 810 — 100 000	1 293 834	42 560 — 120 000	1 563 790	381 310 — 385 000	4 697 534
. . .	27 000	–	11 200	115 716	14 700	197 779	14 700	294 385	14 700	393 266	–	496 714	82 300	1 497 860
. . .	2 250	–	–	100 000	–	200 000	–	300 000	–	400 000	–	500 000	2 250	1 500 000
. . .	5 010	–	3 800	–	3 750	7 817	750	29 313	750	54 718	750	82 076	14 810	173 924
	–	–	–	–	— 20 000	–	— 30 000	–	— 30 000	–	— 30 000	–	— 110 000	–
. . .	–	11 150	–	26 300	— 55 000	45 850	— 60 000	67 700	— 70 000	91 750	— 90 000	115 800	— 275 000	358 550
. . .	37 615	–	25 000	–	25 000	–	16 000	–	11 000	–	9 000	–	123 615	–
. . .	1 150	–	25 550	–	26 750	70 000	27 050	140 000	27 650	240 000	28 100	240 000	136 250	690 000
. . .	1 625	–	1 620	5 100	1 620	11 200	1 620	14 700	1 620	15 300	1 620	16 000	9 725	62 300
. . .	–	–	–	–	3 090	–	3 090	2 900	3 090	8 800	3 090	13 200	12 360	24 900
. . .	–	–	–	50 000	–	70 000	–	80 000	–	90 000	–	100 000	–	390 000
. . .	10 715	–	10 265	–	10 215	7 200	6 915	8 920	100	8 920	100	8 920	38 310	33 960
. . .	— 1 980	–	— 3 960	–	— 12 260	–	— 18 560	–	— 22 360	–	— 26 500	–	— 85 620	–
	450	–	200	–	150	–	150	–	100	–	100	–	1 150	–
. . .	— 1 980	–	— 3 960	–	— 7 260	–	— 11 060	–	— 14 860	–	— 19 000	–	— 58 120	–
	3 265	–	3 265	–	3 265	7 200	3 265	7 200	–	7 200	–	7 200	13 060	28 800
ave . .	–	–	–	–	— 5 000	–	— 5 000	–	— 5 000	–	— 5 000	–	— 20 000	–
	1 000	–	800	–	800	–	— 2 500	1 720	— 2 500	1 720	— 2 500	1 720	— 7 500 2 600	5 160
. . .	6 000	–	6 000	–	6 000	–	3 500	–	–	–	–	–	21 500	–
	–	–	–	–	–	–	— 3 000	70 000	— 6 000	135 000	— 10 000	200 000	— 19 000	405 000
	–	–	–	–	–	–	–	50 000	–	100 000	–	150 000	–	300 000
	–	–	–	–	–	–	–	20 000	–	35 000	–	50 000	–	105 000
	–	–	–	–	–	–	— 3 000	–	— 6 000	–	— 10 000	–	— 19 000	–
	2 450	–	18 450	–	76 000	93 000	76 000	93 000	76 000	93 000	76 000	93 000	324 900	372 000
	–	–	–	–	60 000	93 000	60 000	93 000	60 000	93 000	60 000	93 000	240 000	372 000
	–	–	13 000	–	13 000	–	13 000	–	13 000	–	13 000	–	65 000	–
	–	–	3 000	–	3 000	–	3 000	–	3 000	–	3 000	–	15 000	–
eiro. .	2 450	–	2 450	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4 900	–
	8 504	–	809	–	809	–	809	–	809	–	809	–	12 549	–
	57 190	–	66 380	–	138 480	–	28 680	–	24 625	–	26 625	–	341 980	–
	3 690	–	360	–	360	–	360	–	360	–	360	–	5 490	–
	7 000	–	23 000	–	86 000	–	4 500	–	4 500	–	4 500	–	129 500	–
lo Alto	42 000	–	42 000	–	42 000	–	3 200	–	3 200	–	3 200	–	135 600	–
	–	–	–	–	6 300	–	6 800	–	400	–	400	–	13 900	–
	–	–	–	–	1 800	–	4 800	–	145	–	145	–	6 890	–
	–	–	–	–	–	–	7 000	–	7 000	–	8 000	–	22 000	–
	–	–	–	–	1 000	–	1 000	–	8 000	–	9 000	–	19 000	–
)	–	–	–	–	1 020	–	1 020	–	1 020	–	1 020	–	8 200	–
	3 100	–	1 020	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1 400	–
	1 400	–	–	–										
	90 000	–	92 500	–	90 000	–	90 000	–	95 000	–	85 000	–	542 500	–
	28 000	–	24 800	–	43 400	–	41 400	–	50 800	–	48 300	–	236 700	–
	271 509	11 150	280 374	297 116	433 814	702 846	307 014	1 100 918	306 144	1 530 754	279 394	1 865 710	1 878 249	5 508 494
	— 260 359		+ 16 742		+ 269 032		+ 793 904		+ 1 224 610		+ 1 586 316		+ 3 630 245	

nas colunas de saídas de divisas correspondem à substituição de importações.

Para os cálculos dos efeitos em divisas foram deduzidos aos valores globais previstos com a execução do Plano traíram-se os valores dos saldos que resultariam naqueles anos de uma evolução normal.

Pelos montantes anuais de entradas e saídas de divisas previstas no quadro, tem-se que, em 1968, primeiro ano do Plano, o efeito adicional será negativo (— 269 224 contos), pelo facto de os resultados só aparecerem com um certo diferimento, como é natural.

Nos anos que se seguem, os saldos são positivos e sempre crescentes, com valores que vão de 17 000 contos, em 1959, a 1 586 000 contos, em 1973.

Por outro lado, a partir de 1970, há uma substituição de importações, cujos montantes vão de 87 000 contos, em 1970, a 156 000 contos, em 1973, com valores que crescem regularmente ao longo do período.

Assim, espera-se que, no período de 1968 a 1973, o Plano contribua com um efectivo líquido positivo, para a balança de pagamentos, da ordem dos 3 630 000 contos, acrescidos de 490 000 contos resultantes de substituição de importações. Isto é, os investimentos previstos para o III Plano de Fomento contribuem de forma acentuada para a melhoria do saldo da balança de pagamentos, verificando-se que, com a excepção do primeiro ano do Plano, a entrada de divisas é sempre superior às saídas, obtendo-se um efeito líquido directo francamente positivo e anualmente crescente.

78. Uma análise sumária dos sectores permitiu tirar as seguintes conclusões:

Os sectores de agricultura e povoamento são os que mais contribuem para o efeito adicional global — cerca de 76 por cento;

As substituições de importações são devidas apenas à agricultura, povoamento e pecuária, com relevo para a primeira;

A energia, os transportes (apenas os investimentos em estradas) e a saúde apresentam valores negativos; contudo, na energia não foram considerados os possíveis efeitos indirectos resultantes da sua utilização principalmente no sector das indústrias;

Na agricultura são notòriamente importantes os projectos de algodão e caju, cujos efeitos somam cerca de 2,9 milhões de contos, ou seja, cerca de 67,5 por cento do efeito do sector e 61 por cento do efeito total, o que denota a importância destes projectos; além desses, são também importantes os casos do milho, regadios, banana e amendoim,

cujos valores, embora inferiores aos anteriores, são, contudo, vultosos, atingindo cada um algumas centenas de milhares de contos;

Nos outros sectores são de realçar os seguintes casos:

Zona D de povoamento (300 000 contos);

Jazigos de ilmenite de Pebane (132 000 contos) e aproveitamento hidroeléctrico do Alto Molócuè, cujo efeito, embora vultoso, como se prevê, foi, contudo, impossível determinar.

79. O turismo, que não é incluído no cômputo do quadro anterior, apresentou no quinquénio de 1960 a 1964 um saldo negativo de cerca de 390 000 contos. Calcula-se que no período do Plano tenha um saldo positivo de 544 500 contos, passando de 40 500 contos em 1968, para 135 000 em 1973. Estes efeitos previstos não se podem considerar sòmente provocados pelo Plano, por não se poder distinguir exactamente quais os efeitos que dele resultarão.

80. No que respeita aos transportes, no quadro anterior só se considerou o dispêndio, em divisas, na compra de equipamento para execução das estradas. Não foi possível determinar o efeito proveniente da intervenção do Plano, mas fez-se uma previsão de entradas e saídas totais de divisas em cada um dos anos do III Plano de Fomento.

A partir de 1968 espera-se que a evolução dos saldos dos invisíveis de transportes seja francamente favorável, passando dos 1 100 000 a 1 200 000 contos do período de 1959 a 1965 para 1 450 000 em 1968 e 1 850 000 em 1973.

Movimento de entradas e saídas de divisas previsto nos sectores de turismo e transporte no período de 1968 a 1973

Unidade: milhar de escudos

Anos	Turismo			Transportes		
	Saída	Entrada	Saldo positivo	Saída	Entrada	Saldo positivo
1968	270 000	310 500	40 500	340 518	1 690 000	1 349 482
1969	270 000	324 000	54 000	381 961	1 776 000	1 394 039
1970	270 000	351 000	81 000	371 024	1 866 000	1 494 976
1971	270 000	364 500	94 500	341 372	1 961 000	1 619 628
1972	270 000	391 500	121 500	354 902	2 064 000	1 709 098
1973	270 000	405 000	135 000	328 215	2 176 000	1 847 785
Total	1 620 000	2 146 500	526 500	2 117 992	11 533 000	9 415 008

81. A evolução da balança de pagamentos prevista, sem a intervenção do Plano, no período de 1968 a 1973, se se admitir um desenvolvimento progressivo da tendência actual de forma regular, é a expressa no quadro seguinte, em que, por qualquer das três hipóteses consideradas, a balança se apresenta anualmente negativa.

Previsão dos saldos da balança de pagamentos sem intervenção do Plano

Unidade: milhar de contos

Anos	Saldos		
	Médias simples	Médias móveis	Exponencial
1968	— 205	— 199	— 298
1969	— 196	— 191	— 307
1970	— 190	— 185	— 315
1971	— 185	— 179	— 323
1972	— 179	— 172	— 331
1973	— 173	— 164	— 339

Admitindo a evolução exponencial dos saldos globais (hipótese pessimista), o resultado a que se chegou, somando os efeitos adicionais estimados com a execução dos empreendimentos do Plano, embora se não considere a substituição de importações, representa correcção significativa da evolução desfavorável, como se vê no quadro seguinte:

Previsão dos saldos da balança de pagamentos com a intervenção do Plano

Unidade: milhar de contos

Anos	Evolução prevista (exponencial)	Efeito adicional estimado por efeito do Plano	Saldos
1968	— 298	— 269	— 567
1969	— 307	+ 17	— 290
1970	— 315	+ 269	— 46
1971	— 323	+ 794	+ 471
1972	— 331	+ 1 225	+ 894
1973	— 339	+ 1 586	+ 1 247

82. No período do III Plano, e apesar de não se ter considerado o efeito de substituição de importações e o efeito adicional dos sectores do turismo e transportes, os saldos obtidos a partir do terceiro ano (em que é pràticamente nulo) são, pois, fortemente positivos, ultrapassando, em 1973, 1 milhão de contos.

Note-se que se não atendeu a que a subida de nível de vida, como consequência do desenvolvimento provocado pela execução do Plano, implicará maiores importações, não só de equipamento, como também de bens sumptuários, mas julga-se que tal estará compensado pela forma cautelosa como todos os valores foram estimados e com a esperada actuação dos serviços que intervêm na condução das importações.

Poder-se-á com relativa segurança concluir que os dispêndios em divisas na execução do III Plano de Fomento em investimentos públicos são compatíveis com a previsível disponibilidade de divisas no mesmo período e, mais do que isso, o Plano contribuirá de forma anualmente crescente para tornar positiva a balança de pagamentos, que se vem apresentando em posição de deterioração.

83. Do balanço dos resultados previstos dos projectos imperativos e medidas constitutivos do III Plano, em termos do factor mão-de-obra e pessoal técnico, podem extrair-se os dados mais salientes:

	Indivíduos
Total de empregos criados pelas estruturas a aparecer devido a projectos e medidas	19 287
Total de empregos criados nas empresas formadas:	
Em 115 000 pequenas empresas familiares	463 000
Em 3850 empresas médias	11 550
Total	493 787

Verifica-se, ainda, que o pessoal nos empregos criados pelas estruturas previstas pelos projectos e medidas será, por níveis de qualificação, o seguinte:

	Indivíduos
Não evoluído ou autóctone não especializado	6 770
Não evoluído ou autóctone especializado	5 363
Evoluído ou alienígena especializado	4 854
Não classificado	2 250

84. No que respeita à mão-de-obra autóctone não especializada, teve-se em conta que os projectos recrutariam o pessoal nos próprios locais onde se executavam, já por serem em geral zonas sem problemas de mão-de-obra, já porque, na maioria dos casos, os próprios autóctones são os beneficiários dos projectos, constituindo-se em pequenas empresas familiares ordenadas e apoiadas pelas acções planeadas.

Assim, os 463 000 indivíduos que se espera virão a contactar com a economia de mercado sob uma forma mais intensa dizem respeito a mais de 115 000 pequenas

empresas constituídas de novo ou, na maioria dos casos, simplesmente polarizadas pela acção de planeamento encarada.

No que respeita aos 6770 indivíduos a contratar para as estruturas e meios de acção previstos pelos projectos, entendeu-se não existirem problemas, dada a experiência passada e o conhecimento das zonas onde actuarão essas estruturas.

Pelo que toca à mão-de-obra especializada — 5363 unidades —, antevê-se a sua formação em moldes simplificados, coforme foi encarado sempre que se referiu a formação de monitores e práticos agrícolas ou pecuários.

Entende-se que, à medida das necessidades, será possível escalonar a sua formação acelerada com a colaboração dos serviços de extensão e a experiência que na matéria de formação de monitores autóctones se possui.

85. No que se refere aos 11 550 indivíduos alienígenas que se admite venham a ter colocação nas 3850 empresas médias a criar, foi entendido que não haverá inviabilidade na sua consideração. Aliás, durante os trabalhos de compatibilização sectorial e regional, procedeu-se à redução das metas inicialmente previstas para certas zonas quanto a número de famílias a instalar. Nas restantes zonas e nos projectos de produções agrícolas e pecuárias tiveram-se também em atenção certas reduções, quer porque se pretendesse reduzir as metas a níveis considerados viáveis, em face da experiência exterior, quer porque se entendesse pouco conveniente engrossar exageradamente os caudais de migração já existentes em certas zonas da província. Espera-se que nas forças armadas (desmobilizadas) e nas correntes imigratórias da província se encontrarão os colonos indicados para tais fins.

No relativo aos 4854 indivíduos especializados previstos para as estruturas de execução dos projectos e medidas, há que distinguir as suas diferentes categorias:

De formação superior	330
De formação média	1 307
De formação secundária	2 873
De formação primária	344
Total	4 854

Quanto ao pessoal de formação primária e mesmo secundária, entende-se que os saldos migratórios actuais, os desmobilizados e o aumento previsto de caudal de imigração proveniente da metrópole poderão satisfazer as necessidades determinadas pelo Plano.

86. No que respeita a técnicos de nível médio e superior é que o problema se pode considerar mais delicado.

Para a satisfação das necessidades previstas conta-se não só com um possível recrutamento de técnicos metropolitanos, mas também com a formação de técnicos nos Estudos Gerais Universitários de Moçambique e institutos médios.

87. Prevê-se que a necessidade de técnicos de formação média se repartirá assim:

Professores primários	1 131
Regentes agrícolas (inclui regentes pecuários de formação especial por cursos previstos nos projectos de pecuária e educação) . .	98
Agentes técnicos	17
Topógrafos	29
Diversos (contabilistas, etc.)	32
Total	1 307

No que respeita aos agentes técnicos, topógrafos e diversos, entende-se que as necessidades não excedem, pelo contrário, as capacidades de formação das respectivas escolas nos seis anos do Plano.

Em geral, o escalonamento é curto, visto os primeiros anos, de 1968 e 1969, serem os de maiores exigências. Porém, as necessidades são também reduzidas.

No relativo a regentes agrícolas, as necessidades correspondem a 17 indivíduos por ano. Entrará, aliás, em funcionamento, em 1968, uma escola de regentes agrícolas.

Alunos que frequentam os Estudos Gerais Universitários de Moçambique no ano lectivo de 1966-1967

	Frequência total			Frequência por anos			
	Masculino	Feminino	Total	1.º	2.º	3.º	4.º
Medicina e Cirurgia	76	68	144	69	43	20	12
Ciências Pedagógicas	36	32	68	68	–	–	–
Preparação para professores do 8.º grupo do ensino técnico	8	29	37	25	12	–	–
Agronomia	19	13	32	12	13	3	4
Medicina Veterinária	26	14	40	15	14	7	4
Engenharia Civil	58	8	66	35	16	7	8
Engenharia Electrónica	64	6	70	32	18	15	5
Engenharia Mecânica	48	–	48	27	14	5	2
Engenharia Químico-Industrial	18	36	54	28	16	8	2
Engenharia de Minas	2	–	2	1	1	–	–
Preparação para professores do 11.º grupo do ensino técnico	14	13	27	17	10	–	–
Ciências Geológicas (*a*)	1	–	1	1	–	–	–
Ciências Biológicas (*a*)	–	1	1	1	–	–	–
Matemática Aplicada (*a*)	–	–	–	–	–	–	–
Licenciatura em Geografia (*a*)	–	1	1	–	1	–	–
Ciências Físico-Químicas (*a*)	1	3	4	–	–	–	4
Economia (*a*)	5	–	5	5	–	–	–
Ciências Geofísicas (*a*)	2	–	2	–	2	–	–
Total	378	224	602	336	160	65	41

(*a*) Estes cursos não existem nos Estudos Gerais Universitários de Moçambique. Os alunos indicados para eles estão a frequentar cadeiras dos cursos existentes que são comuns às dos cursos pretendidos.

Quaisquer saldos não satisfeitos poderão ser supridos, a título provisório, por indivíduos com cursos secundários com formação prática.

Quanto aos professores, há 800 indivíduos formados que não estão exercendo a profissão, por os quadros os não comportarem. Os 313 adicionais estão dentro das dimensões da formação das escolas do magistério da província (cerca de 60 professores por ano, em média).

88. Onde surgem as maiores dificuldades quanto a técnicos a contratar é no relativo a pessoal de formação superior.

Segundo as necessidades previstas para o Plano, ter-se-ão de conseguir:

Médicos	152
Agrónomos	19
Veterinários	27
Silvicultores	2
Engenheiros de minas	11
Geólogos	19
Engenheiros petrógrafos	2
Engenheiros geógrafos	6
Engenheiros químicos	8
Engenheiros geofísicos	2
Engenheiros civis	17
Engenheiros electrotécnicos	8
Engenheiros mecânicos	3
Diversos — para leccionar em cursos secundários e médios	50
Total	330

No tocante aos licenciados com maior número exigido — os médicos — foi reconhecido que os Estudos Gerais Universitários poderão contribuir, em média, com vinte médicos por ano. Tal facto implica que os Serviços de Saúde tenham de conseguir o contrato de cerca de cinco médicos por ano nas Universidades metropolitanas.

No relativo a técnicos de formação muito especializada, como sejam os petrógrafos, geofísicos e outros, como os geógrafos, há que recorrer à metrópole, para o que deverão ser envidados esforços pelos próprios serviços que deles necessitam.

No que respeita aos engenheiros silvicultores, electrotécnicos e mecânicos, reconhece-se a possibilidade da sua formação pelos Estudos Gerais, já pelo seu reduzido número, já pela possibilidade de escalonamento de preenchimento de lugares.

Quanto a engenheiros de minas, geólogos e parte dos engenheiros químicos, a sua necessidade surge devido à cartografia geológica e prospecção, que, por vir a ser entregue por empreitadas, não constituirá problema estatal.

No tocante a veterinários, tem-se uma necessidade de cinco indivíduos, em média, por ano, contando-se com a possibilidade de desempenho de tarefas duplas por alguns dos veterinários que forem sendo contratados, até ao total preenchimento dos quadros. Os Estudos Gerais têm capacidade para a satisfação destas necessidades até ao fim dos seis anos.

No relativo aos engenheiros civis e agrónomos, crê-se que é possível a sua formação nos Estudos Gerais.

Os outros licenciados diversos poderão ter de ser recrutados na metrópole, em número que se prevê à volta de 40.

89. Em síntese, ter-se-á de recorrer à metrópole na obtenção de cerca de:

30 médicos;
60 outros indivíduos com cursos superiores;
50 a 60 regentes agrícolas, se se admitir o desempenho provisório de certos lugares que deveriam ser preenchidos por indivíduos de formação secundária, preparados em cursos de formação prática acelerada, com o auxílio dos serviços de extensão.

90. Interpõe-se aqui problema que se enquadra também dentro da questão da reforma administrativa de que carece a província, pois poder-se-á diminuir as necessidades a que se chegou, para a execução do III Plano, quanto a técnicos superiores, com relevo para os agrónomos e veterinários, visto ser admissível dar-se melhor aproveitamento aos actuais.

Sabe-se que há técnicos absorvidos por problemas burocráticos; sabe-se também que mesmo o trabalho técnico poderia ser multiplicado pela utilização conveniente de técnicos médios e mesmo práticos, tanto nos casos dos agrónomos como nos dos veterinários.

Para não se deixar completamente desapoiadas as ideias que se expressaram, dá-se o exemplo da veterinária.

O quadro que se insere a seguir permite verificar ser em Moçambique que se encontra o maior número de veterinários por animais de exploração, comparando este território com Angola e os países da parte meridional de África.

Com efeito, em Moçambique há 20 000 bovinos por veterinário, vindo a seguir a África do Sul, com 24 000,

Angola, com 29 000, e o Malawi, com 51 000, ou, considerando os efectivos expressos em cabeças normais, Moçambique figura à frente, com 22 000 cabeças por veterinário, depois Angola, com 32 000 cabeças, a África do Sul, com 33 000, e o Quénia, com 36 000.

De outro ponto de vista, Moçambique dispõe de 54 veterinários para 1 209 000 cabeças normais, dispondo a Tanzânia dos mesmos veterinários para 9 529 000 cabeças normais. Com mais de 54 veterinários só aparece a Rodésia, com 64 (mas tendo 3 981 000 cabeças normais), e a África do Sul.

Pode concluir-se que Moçambique tem disponibilidades em técnicos para fazer face a efectivos pecuários muito superiores aos existentes, o que significa que os técnicos estão a trabalhar a nível de produtividade inferior ao que poderiam, sejam quais forem as condições em que a pecuária se insere na economia.

Daqui se poderá concluir que o número de técnicos superiores não constituirá estrangulamento ao III Plano, desde que se proceda às reorganizações que se impõem.

91. Sintetizando: do ângulo de visão que se considerou — o da mão-de-obra e técnicos — só no pessoal técnico o problema se mostra delicado, verificando-se carências mais difíceis de solucionar no caso dos regentes agrícolas e dos restantes técnicos superiores.

Animais de exploração e número de veterinários existentes na zona sul da África no ano de 1965

Unidade: milhar de cabeças

Países	Bovinos	Caprinos	Equinos	Asininos e muares	Ovinos	Suínos	Número de veterinários	Total em cabeças normais (*a*)	Bovinos por veterinário	Cabeças normais por veterinário
África do Sul	12 527	5 133	456	395	37 897	1 492	520	17 671	24	33
Tanzânia	8 313	4 214	–	142	3 500	25	54	9 529	153	176
Quénia	7 236	6 400	2	–	6 571	37	30	1 187	201	39
Rodésia	3 845	568	6	2	390	132	64	3 981	60	62
Uganda	3 531	2 021	–	17	760	19	23	3 784	153	164
Sudoeste Africano	2 284	1 503	31	56	3 553	19	–	2 743	–	–
Botswana	1 347	378	9	28	137	2	17	1 430	79	84
Zâmbia	1 267	156	–	1	36	70	23	1 307	55	56
Angola	1 220	465	1	3	120	295	41	1 349	29	32
Moçambique (*b*)	1 126	423	–	13	102	98	54	1 209	20	22
Suazilândia	545	248	2	16	43	10	6	590	90	98
Malawi	408	450	–	–	80	100	8	480	51	60
Lesotho	366	792	36	58	1 432	–	3	712	122	237

(*a*) Para a redução a cabeças normais foram utilizados os coeficientes do arrolamento feito em 1955 na metrópole: 1 cabeça normal = 1 bovino = 1 equino ou muar = = 2 asininos = 11 ovinos = 11 caprinos = 4 suínos.

(*b*) Verifica-se que não há coincidência entre os números aqui considerados e aqueles com que se trabalhou no decorrer destes estudos. Entendeu-se não se deverem fazer correcções, pois, desconhecendo-se o método de recolha utilizado pela F. A. O., poder-se-ia eliminar a comparabilidade entre aqueles países, Angola e Moçambique.

Fonte: *Anuário de Sanidade Animal* da F. A. O.

Efeitos globais à escala regional e definição de zonas de desenvolvimento no período de 1968-1973

1. Estratos de desenvolvimento

92. Um balanço final das realizações projectadas no III Plano de Fomento e da sua localização permitiu a definição dos seguintes tipos de estratos na província de Moçambique:

Estrato A

Nele predominam as regiões de mais intensa produção, onde se localizam precisamente as principais culturas e efectivos pecuários da economia da província. Envolve também as zonas industriais, as zonas de influência do comércio do interior e as zonas de influência das principais vias de comunicação.

Estrato A'

Sobreposto ao estrato A, este estrato caracteriza-se pelo facto de ser afectado de forma dispersa pelos resultados previstos das medidas e investimentos no III Plano de Fomento.

Ao procurar, no III Plano, actuar decisivamente sobre a pecuária e sobre as principais culturas que não oferecem problemas de mercado, programou-se um acção que tem como objectivo um aumento de produtividade das explorações já existentes e um alargamento das áreas cultivadas por agricultor. Os programas estabelecidos consistiram, fundamentalmente, em intensificar a acção e os meios de trabalho dos serviços de extensão, bem como melhorar as possibilidades de recolha das produções, procurando, tanto quanto possível, garantir preços mínimos e dar vida aos serviços de armazenagem.

Estrato A''

Este estrato envolve regiões que já tinham algum desenvolvimento, mas necessitam, para evoluir para outro estádio, de uma actuação concentrada. Tal é o caso das zonas incluídas nos projecto dos regadios e das zonas A_1, D, F e K_1 dos esquemas de povoamento.

Estrato B'

Compreende as regiões em que, por via do alargamento dos meios de acção anteriormente referidos, se tem em vista conseguir um aumento das áreas em exploração económica. Tais novas áreas virão, assim, a adquirir a natureza das regiões actualmente incluídas no estrato A.

Estrato B"

Compreende as regiões que, não estando incluídas no estrato A, e podendo, portanto, considerar-se como económicamente inactivas no presente, se pretende estimular através dos projectos e medidas contidas no III Plano.

São zonas que, tendo boas condições ecológicas para as finalidades propostas, serão chamadas à actividade económica através de medidas de acção mais concentradas, prevendo-se para elas a mesma evolução que se prevê para as zonas do estrato A".

Estrato C

Após esta caracterização, restam no território da província diversas regiões que integram o estrato C. Nelas não está prevista acção especial no III Plano, exceptuando a criação de vias de transporte que garantam a ligação das zonas activadas ou das actualmente activas, ou de vias justificadas por motivos extra-económicos.

Estas regiões caracterizam-se, aliás, por terem, na generalidade, piores condições ecológicas e muito baixa densidade de população, ou exigirem para o seu aproveitamento um grande volume de investimentos.

Incluem-se regiões que, para o seu aproveitamento, exigem grandes trabalhos ou investimentos de base de efeito retardado, tais como:

Obras de regadio (foz do Zambeze);
Trabalhos de hidrogeologia (zonas M e O no Sul do Save).

2. O equilíbrio entre os estratos activos e as vias de transporte

93. Quando se efectuou a compatibilização intersectorial, o programa das estradas foi considerado à luz das necessidades de se garantirem ligações entre as zonas económicamente activas.

Daí resultou uma autêntica espinha dorsal de estradas no sentido norte-sul e de alguns ramos penetrantes, tais como os dos distritos de Tete e de Cabo Delgado e Niassa. Como, por motivos extra-económicos, foram sugeridas outras vias de transporte, verificou-se que mesmo as regiões de estrato C ficam dotadas de estradas que garantem a circulação todo o ano.

Daqui se pode inferir que no próximo Plano eventualmente poderá ser chamada à actividade económica boa parte do estrato C.

3. As zonas deprimidas

Norte dos distritos do Niassa e Cabo Delgado (com excepção do planalto dos Macondes e da região litoral)

94. Trata-se de região de baixíssima densidade populacional, de condições ecológicas em geral pouco favoráveis e que não era servida por uma rede de estradas de carácter permanente.

A região ficará, com o presente Plano, servida por uma rede de vias de transporte, o que possibilitará a progressão, para o Norte, das actividades económicas centradas nas zonas D e A, em modalidades de aproveitamento que sejam compatíveis com a ecologia. Cita-se em especial o vale do rio Lugenda, que representa especiais características para aproveitamento em regadios com pequenas bombagens.

A razão por que não se propuseram regadios na zona em causa, mas antes no Sul da província, reside no facto de este não oferecer garantia pluviométrica para as culturas de sequeiro, tornando-se aqui muito mais premente a necessidade do regadio.

Zona central do distrito de Tete

95. Nesta zona, o maior problema tem sido o da inexistência de uma cultura de rendimento que sirva de suporte ao desenvolvimento da região, a qual não justificou o estabelecimento de uma rede de vias de transporte permanentes. A própria pecuária nunca foi possibilitada uma expansão, por falta de um sistema de preços incentivador.

No futuro vislumbra-se, para a região, todo um desenvolvimento assente noutras perspectivas: o aproveitamento da Cabora-Bassa, com produção de energia a custos muito baixos, que possibilitará a expansão da actividade transformadora de minérios e sua extracção (carvão, ferro, manganés, etc.).

Outro tipo de aproveitamento a mais longo prazo é o do estabelecimento de grandes regadios, com base em barragens a construir. Tal realização considera-se remota pelo facto de, eventualmente, se virem a realizar em primeiro lugar na província os regadios por bombagem, de investimentos muito mais baixos.

Delta do Zambeze e seu prolongamento até à Beira e vale do Urema

96. No que respeita ao aproveitamento do delta do Zambeze e vale do Urema, são necessárias grandes obras de rega e de enxugo. Pelos investimentos que tais trabalhos implicariam, o desenvolvimento desta região tornava-se incompatível com a dimensão do presente Plano.

Zona a norte do Save

97. De Nova Sofala até um pouco ao sul de Espungabera, a zona irá beneficiar grandemente da melhoria do sistema de comunicações, se bem que a sua parte mais próxima do litoral não tenha grandes possibilidades de evolução por serem bastante fracas as condições ecológicas.

Região a sul do Save (zonas M e O)

98. Estas zonas têm aptidão para a criação de gado, mas com deficientes condições de abeberamento.

Para o período do III Plano de Fomento estão previstos os estudos hidrogeológicos necessários à execução posterior de captações de água que permitam transformar o Sul do Save na grande região pecuária de Moçambique.

Entretanto, os projectos da pecuária prevêem, também, uma intensificação da assistência sanitária, da organização da comercialização e das condições de abeberamento.

A expansão das zonas de velhos e novos regadios nos rios Limpopo e dos Elefantes está dependente das obras de represamento no Massingir.

99. Crê-se, pois, que, concretizados os empreendimentos propostos para o III Plano de Fomento, se terão criado as condições necessárias para, no Plano seguinte, se chamar à actividade económica grande parte do território que agora pode ser considerado como definido.

CAPÍTULO III

Financiamento

1. Administração Central

100. Foram previstos empréstimos directos da Administração Central no montante global de 2 240 000 contos, ou seja cerca de 370 000 contos anuais.

101. Dado o esquema de investimentos que está previsto para o sexénio de 1968–1973 e consideradas as possibilidades das outras fontes financeiras, há necessidade de que estes empréstimos se escalonem do seguinte modo:

	Milhares de contos
1968	471,2
1969	389,5
1970	372,7
1971	278,7
1972	355,3
1973	372,6
Total	2 240

Verifica-se assim que para se concretizar o programa de investimentos é necessário exceder o valor médio de 370 000 contos anuais em 1968, o que é compensado por uma menor contribuição em 1971.

2. Administração provincial

102. O estudo elaborado sobre a evolução financeira da província permite estimar a poupança do Estado no período de 1968 a 1973 num montante total de 3 043 800 contos, cuja distribuição por fontes parciais consta do quadro seguinte (elaborado com base nos elementos dos cinco quadros que se juntam em sua sequência).

Primeira previsão da poupança do sector público no período de 1968-1973

Milhares de contos

Anos e classificação dos valores		Apuramentos de saldos de receitas e despesas excluindo as relativas aos serviços autónomos			Apuramentos de saldos de receitas e despesas dos serviços autónomos			Somas dos saldos
		Receitas do ano, excluindo as dos serviços autónomos	Despesas do ano, excluindo as dos serviços autónomos	Saldos do ano	Receitas do ano dos serviços autónomos	Despesas do ano dos serviços autónomos	Saldos do ano	5 + 8
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
Valores observados	1962	2 229,9	2 002,4	+ 227,5	1 430,4	1 573,5	— 143,1	+ 84,4
	1963	2 315,1	2 121,5	+ 193,6	1 485,2	1 444,2	+ 41	+ 234,6
	1964	2 463,7	2 304,7	+ 159	1 596,8	1 703,9	— 107,1	+ 51,9
	1965	2 665,5	2 509,9	+ 155,6	1 882,2	1 893,3	— 11,1	+ 144,5
	1968	3 182,6	2 931,1	+ 251,5	2 147,4	1 974,4	+ 173	+ 424,5
Valores estimados	1969	3 339	3 095,3	+ 243,7	2 249,9	2 035,2	+ 214,7	+ 458,4
	1970	3 496	3 274,7	+ 221,3	2 358,8	2 060,7	+ 298,1	+ 519,4
	1971	3 660,1	3 469,9	+ 190,2	2 475	2 117,9	+ 357,1	+ 547,3
	1972	3 794,8	3 686,4	+ 108,4	2 600,1	2 158,1	+ 442	+ 550,4
	1973	3 955,4	3 925,5	+ 29,9	2 735,3	2 221,4	+ 513,9	+ 543,8
Total		21 427,9	20 382,9	1 045	14 566,5	12 567,7	1 998,8	3 043,8

Previsão da receita ordinária (excluídas as receitas consignadas)

Milhares de contos

Designação	Valores observados				Valores estimados					
	1962	1963	1964	1965	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Impostos directos	659,9	648,7	656,6	669,7	891,2	928,3	968,3	1 010,9	1 050,5	1 098,2
Impostos indirectos	677,0	698,7	735,9	815,5	852,1	895,8	940,6	986,3	1 034,1	1 080,7
Indústrias em regime tributário especial	228,9	243	236,3	253,5	347,8	367,6	389,2	412,4	434,1	460,3
Taxas — Rendimentos de diversos serviços (*a*) . . .	113,7	112,1	127,1	152,3	243	259,3	275,9	292	308,6	325,2
Domínio privado, etc. . . .	19,0	23,8	36,7	30,0	37,5	40	42,5	45	47,5	50
Rendimento de capitais . .	10,5	8,2	17,7	8,2	10	10	10	10	10	10
Reembolsos e reposições . .	187,9	225,6	231,4	234,3	243	244	246	249	225	209
Total (*a*) . .	1 896,9	1 960,1	2 041,7	2 163,5	2 624,6	2 745	2 872,5	3 005,6	3 109,8	3 233,4

(*a*) Considerando que se recomeça a cobrança da taxa de 1 por cento de emolumentos gerais aduaneiros do artigo 22.º da tabela aprovada pelo Decreto n.º 31 883.

2,089.5

1,709.0 — 1929.3

other 118.0 — other 224.0

ind. 315.0 — ind. 278.0

2,042.0 — 2,431.3

Previsão das receitas ordinárias consignadas (excluídas as receitas dos serviços autónomos)

Milhares de contos

Designação	Valores observados				Valores estimados					
	1962	1963	1964	1965	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Defesa nacional:										
Fundo de Defesa Militar e imposto ultramarino	65	68	74	78	94	100	106,5	113,5	120	128
Comparticipação dos serviços autónomos . .	118	120	167	224	215	225	236	248	260	274
Selo de defesa nacional (*a*)	–	–	–	27	60	60	60	60	60	60
Outras receitas consignadas:										
Adicional ao imposto domiciliário	29	30	31	33	37	38	39	40	41	42
Receita da importação do gasóleo	28	23	29	26	30	31	32	33	34	35
Diversas receitas consignadas	93	114	121	114	122	140	150	160	170	183
Total	333	355	422	502	558	594	623,5	654,5	685	722

(*a*) Inclui-se a receita proveniente de multas cobradas por violação da lei sobre a utilização do selo de defesa nacional.

Previsão das despesas ordinárias (*a*)

Milhares de contos

Designação	Valores observados				Valores estimados					
	1962	1963	1964	1965	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Dívida da província . . .	112,9	136,9	158,2	246,3	261,5	259,1	256,8	253,3	250,9	248,6
Defesa nacional	378,2	387,9	448,2	494	648,6	710,2	777,7	851,6	932,7	1 021,3
Despesas dos serviços:										
Encargos com o pessoal	690,7	762,3	814,7	875,4	1 048,6	1 121,4	1 201,8	1 291,2	1 391,8	1 505,4
Formação de capital . .	82,6	60,1	40,9	37,3	55,4	55,4	55,4	55,4	55,4	55,4
Outros bens e serviços para operações correntes	239,8	257,2	225,9	233,2	235	235	235	235	235	235
Subsídios, subvenções e outras transferências	464,5	487	567,4	554,6	611,8	638,4	666,6	696,4	728	761,6
Assistência técnica e profiláctica	22,6	23,8	44,5	35,4	56,7	62,3	67,9	73,5	79,1	84,7
Estudos e investigação	6	2,6	1,9	30,5	10	10	10	10	10	10
Exercícios findos . . .	4,1	3,7	3	3,2	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Total	2 002,4	2 121,5	2 304,7	2 509,9	2 931,1	3 095,3	3 274,7	3 469,9	3 686,4	3 925,5

(*a*) Excluem-se as despesas dos serviços autónomos.

19188

24726

Previsão das receitas dos serviços autónomos (*a*)

Milhares de contos

Serviços autónomos	Valores observados				Valores estimados					
	1962	1963	1964	1965	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Portos, caminhos de ferro e transportes	1 231,2	1 259,6	1 361	1 618,1	1 879,4	1 973,3	2 072,9	2 179,2	2 293,6	2 417,5
Correios, telégrafos e telefones	138	148	135	137	140	140	140	140	140	140
Outros serviços autónomos	61,2	77,6	100,8	127,1	128	136,6	145,9	155,8	166,5	177,8
Total	1 430,4	1 485,2	1 596,8	1 882,2	2 147,4	2 249,9	2 358,8	2 475	2 600,1	2 735,3

(*a*) Em relação às receitas dos serviços autónomos não estão consideradas as verbas relativas à utilização de saldos dos exercícios findos, subsídios e, também, as verbas concedidas ao abrigo do Plano de Fomento.

Previsão das despesas dos serviços autónomos

Milhares de contos

Serviços autónomos	Valores observados				Valores estimados					
	1962	1963	1964	1965	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Portos, caminhos de ferro e transportes	1 376,6	1 240,2	1 412,8	1 540,3	1 649,4	1 698,2	1 710,7	1 754,9	1 782,1	1 830,4
Correios, telégrafos e telefones	146	150	131	128	142	147	153	158	163	169
Outros serviços autónomos	50,9	54	160,1	225	183	190	197	205	213	222
Total	1 573,5	1 444,2	1 703,9	1 893,3	1 974,4	2 035,2	2 060,7	2 117,9	2 158,1	2 221,4
Saldos . . .	— 143,1	+ 41	— 107,1	— 11,1	+ 173	+ 214,7	+ 298,1	+ 357,1	+ 442	+ 513,9

103. As receitas arrecadadas pelo lançamento de alguns impostos encontram-se, porém, correlacionadas com o rendimento nacional da província. Estimativas dessas receitas foram obtidas considerando uma taxa anual de 6 por cento para o crescimento do rendimento nacional. Essa taxa foi inferior à de 6,5 por cento observada no período de 1955 a 1961.

Ora um dos objectivos do programa que se propõe consiste, exactamente, em se aumentar o ritmo de crescimento do rendimento nacional. As estimativas já estabelecidas a este respeito fazem prever que, durante os seis anos de vigência do III Plano de Fomento, aquela grandeza crescerá ao ritmo anual de cerca de 7 por cento, a preços constantes, o que dá origem a um ritmo de acréscimo superior, tendo em conta a normal elevação dos preços.

Se desde logo se tomarem as medidas convenientes, é de prever que as finanças públicas venham a beneficiar desse acréscimo de riqueza.

Tendo em conta essa aceleração da evolução do rendimento nacional, corrigiram-se os saldos orçamentais previstos para os valores seguintes, passando a taxa anual de acréscimo de 6 por cento para 7 por cento, que, como se disse, ainda é inferior ao ritmo que se considera possível em termos de preços correntes, nos quais tem sido realizada toda a análise financeira:

Poupança do sector público no período de 1968-1973, corrigida (em milhões de escudos):

1968	495,9
1969	543,5
1970	619,1
1971	660,9
1972	693,2
1973	701,1
Total	3 713,7

104. Sabe-se que boa parte da actividade a que se tem entregado o Fundo de Fomento Pecuário está considerada no programa proposto para o III Plano de Fomento.

Deste modo, deverá afectar-se parte das receitas deste Fundo que arrecadará (estima-se em cerca de 20 000 contos anuais) ao financiamento do Plano.

105. Terá também de se considerar que o acréscimo esperado da produção agro-pecuária deverá exercer efeitos sobre o montante das taxas cobradas pelos fundos e institutos ligados ao sector. Entendeu-se que, à medida que se materializassem, essas receitas adicionais seriam em parte

afectadas a empreendimentos previstos no mesmo sector. As estimativas feitas levam a admitir, desde já, as seguintes verbas susceptíveis de serem usadas para financiar parcialmente aqueles empreendimentos:

	Contos
Fundo de Fomento Orizícola	10 000
Instituto dos Cereais	10 000
Taxa de Exportação do Caju	28 000
Fundo de Fomento Algodoeiro	81 000
Instituto do Algodão	74 000
Total	153 000

106. Haverá que referir também a possibilidade de aumento de receitas dos correios, telégrafos e telefones.

Este departamento autónomo fez já algumas propostas susceptíveis de aumentarem as suas receitas com um acréscimo anual de 5400 contos.

Cautelosamente e para cômputo, considerou-se sòmente aquele acréscimo de receitas a partir de 1969, inclusive.

107. Ainda há que citar uma receita adicional de 4000 contos anuais que o Estado auferirá a partir de 1969, inclusive, por participar numa empresa de economia mista destinada à exploração de «ranchos de caça».

108. As verbas que se referiram poderão adicionar-se à poupança segundo consta do quadro seguinte:

Verbas provenientes de fundos de fomento e outras

Milhares de contos

Designação	1968	1969	1970	1971	1972	1973	Total
Fundo de Fomento Pecuário	17,5	16,5	16,5	16,5	16,5	16,5	100
Fundos	–	14	26	33	38	42	153
Correios, telégrafos e telefones	–	5,4	5,4	5,4	5,4	5,4	27
Empresa de «ranchos de caça»	–	4	4	4	4	4	20
Total . . .	17,5	39,9	51,9	58,9	63,9	67,9	300

Chega-se assim ao valor mobilizável de 4013,7 milhares de contos, sendo necessário proceder a duas deduções.

109. Nos cálculos para obtenção da primeira previsão da poupança consideram-se incluídos os saldos que se

prevêem disponíveis pelos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes.

Como estes Serviços se propõem investir os seus saldos e houve que os considerar mobilizados para o III Plano, considerou-se que através da obtenção de um empréstimo externo da ordem dos 2 milhões de contos se iriam suprir as suas necessidades de capital.

Dado que se estimou que para liquidação daquele empréstimo externo será necessário fornecer aos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes 100 000 contos anuais, serão estes valores deduzidos da poupança.

110. Por outro lado, há que corrigir os quantitativos anteriormente previstos para despesas ordinárias não ligadas ao III Plano de Fomento, para os anos de 1968 a 1970, com os acréscimos seguintes:

1968	174,4
1969	112,8
1970	45,8
Total	333

111. O quadro seguinte inclui as deduções referidas e firma a distribuição anual do quantitativo de 3080,7 milhares de contos que se mobilizam na província de Moçambique para investimento imperativo no decurso do III Plano.

Poupança da provincia de Moçambique mobilizada para o financiamento do III Plano de Fomento

Designação	Milhares de contos						
	1968	1969	1970	1971	1972	1973	Total
Primeira previsão da poupança provincial no período de 1968–1973	424,5	458,4	519,4	547,3	550,4	543,8	3 043,8
Acréscimo das receitas correlacionadas com o rendimento nacional	71,4	85,1	99,7	113,6	142,8	157,3	669,9
Verbas provenientes de fundos de fomento e outras	17,5	39,9	51,9	58,9	63,9	67,9	300
	513,4	583,4	671	719,8	757,1	769	4 013,7
Amortização parcial de um empréstimo externo a obter com vista a investimentos a efectuar pelos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes	— 100	— 100	— 100	— 100	— 100	— 100	— 600
Correcção às verbas necessárias para cobertura de despesas ordinárias	— 174,4	— 112,8	— 45,8	–	–	–	— 333
Poupança destinada ao financiamento do III Plano de Fomento pela fonte designada «Administração provincial»	239	370,6	525,2	619,8	657,1	669	3 080,7

112. Verificou-se no estudo-base sobre os aspectos financeiros da província que a incidência do conjunto «impostos directos+impostos indirectos+indústrias em regime tributário especial», medida em termos de «escudos arrecadados por mil escudos de produto nacional bruto», é muito baixa, comparativamente com o que se observa noutras regiões.

A carga fiscal, derivada daquelas três classes de impostos, ainda que se situe ao nível dos 10 por cento de rendimento nacional — circuitos monetários —, é bastante baixa em confronto com outros territórios estrangeiros.

Considerando, com efeito, a taxa anual de crescimento de rendimento nacional, em média, de 7 por cento, encontra-se, para a incidência de 11 por cento de rendimento nacional, um acréscimo de poupança do Estado superior ao considerado em 2 700 000 contos no período do Plano.

113. Em síntese, fica aberta à província a possibilidade de obter, para além do que se considerou para o Plano, recursos financeiros apreciáveis: mais de 2 300 000 contos durante o período de 1968 a 1973.

114. As possibilidades financeiras consideradas apresentam a maior importância como meio de manobra, porquanto não só serão necessárias para enfrentar as despesas recorrentes resultantes do Plano, como também há a considerar que havia sido previsto inicialmente um dispêndio em estradas, no decurso do III Plano, superior ao valor que veio a ser programado, esperando-se, porém, que venha a exceder volumosamente aquele primeiro investimento previsto em estradas no decurso do sexénio de 1968–1973, dada a forma cautelosa como se demonstrou que foi feita a mobilização financeira das verbas provenientes desta fonte de administração provincial.

115. É muito importante notar que se procurou dar vida permanente, do ponto de vista financeiro, a vários empreendimentos, pois parte das verbas e, nalguns casos, a totalidade das verbas a conceder pelo Plano destinam-se a ser aplicadas como recuperação no tempo, o que vem a tornar maior o investimento que se fará efectivamente, por rotação do capital mobilizado no decurso de 1968 a 1973, embora por prudência não se contabilizem no investimento previsto no período. Estão neste caso a generalidade dos empreendimentos de povoamento e das verbas dos projectos agrícolas e pecuários que se destinam a conceder um apoio creditício aos agricultores, quer instalados, quer a instalar. É evidente que

se pode afirmar que se aliviará assim o IV Plano de Fomento, pois o mesmo capital continuará a rodar para além de 1973.

116. Do mesmo modo se espera no período do Plano uma comparticipação das autarquias locais de cerca de 270 000 contos em complemento dos 95 000 contos a serem investidos pelo Plano em obras públicas (melhoramentos locais).

117. Há, além disso, que considerar os investimentos previstos no caminho de ferro da Beira a cobrir por autofinanciamento.

118. No sector da habitação, o problema, como será referido adiante, deve envolver uma procura de crédito interno, pela Junta de Bairros e Casas Populares, da ordem dos 128 000 contos, para serem investidos na obtenção de terrenos e urbanização dos mesmos, o que se não contabilizou também a favor do Plano. Este investimento deve originar, por parte dos futuros possuidores dos lotes para construção, um outro investimento que não foi objecto de estimativa. Não se deixa de fazer referência ao caso, nomeadamente pela importância que tem no aspecto social.

3. Instituições de crédito

119. Relativamente a estas instituições, apenas se refere explicitamente a capacidade de absorção de promissórias do fomento ultramarino, que se considera poder atingir perto de 100 000 contos no ano de 1968, e a possibilidade de subscrição de obrigações de fomento por parte destas instituições e também de entidades particulares, o que se estimou em 400 000 contos, a serem cobertos com o seguinte escalonamento:

	Percentagens
1969	200
1970	100
1971	100
Total	400

Há, no entanto, que ter presente a necessidade e possibilidade do recurso eventual a empréstimos bancários para antecipar, em especial nos primeiros anos do sexénio, a formação efectiva da poupança do sector público, pelo que esta modalidade de financiamento será referida «por memória».

4. Particulares e empresas

a) Autofinanciamento privado

120. Foi estimado que o investimento bruto em indústrias transformadoras no decurso do sexénio de 1968 a 1973 atingiria o quantitativo de 5,21 milhões de contos, assim repartidos:

Previsão do investimento bruto em indústrias transformadoras no período do III Plano em milhares de contos:

1968	650
1969	725
1970	810
1971	900
1972	1 005
1973	1 120
Total	5 210

121. Não se considerou para cômputo de investimento do Plano o autofinanciamento que se espera dos agricultores e criadores, o qual será importante, porquanto só no caso do povoamento orientado se estima que sejam auto-investidos cerca de 50 000 contos pelos colonos.

b) Participação privada nas sociedades de financiamento do desenvolvimento

122. Inscreve-se no III Pla o o valor de 150 000 contos, que foi julgado ser possível por «participação privada nas previstas sociedades de financiamento do desenvolvimento».

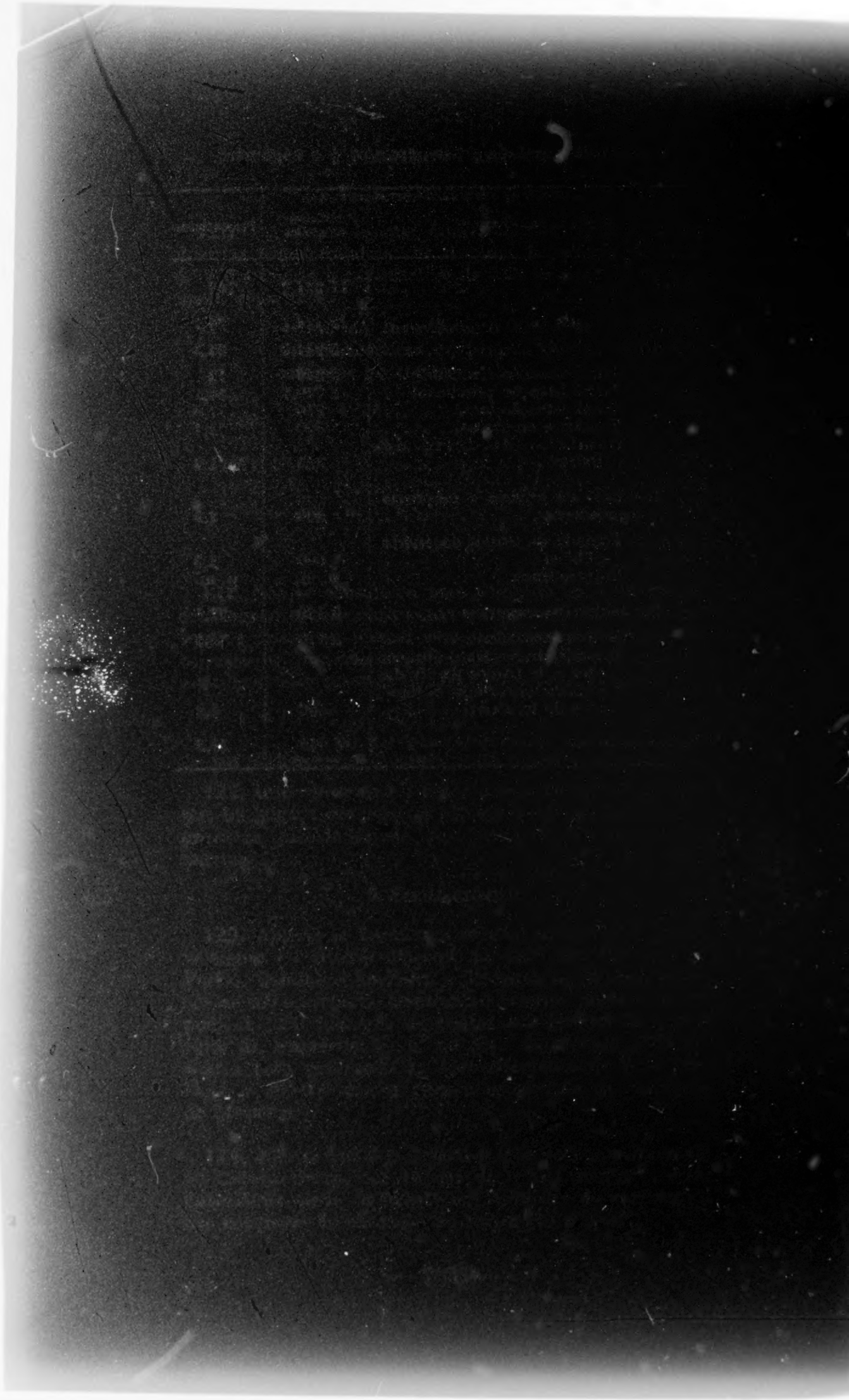
5. Fontes externas

123. Apenas se inscreve o recurso ao crédito e provàvelmente ao critério externo, no caso dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes (2 milhões de contas sob a forma de empréstimo externo, provàvelmente puro, e 1290 milhares de contos sob formas de outros tipos de empréstimos) e, no caso da energia (380 000 contos para realização do aproveitamento do Alto Molócuè e 380 000 contos para a construção da barragem do Massingir).

124. Não se inclui o financiamento do aproveitamento de Cabora Bassa, em virtude de o seu montante estar dependente ainda da fixação em definitivo do programa e das condições de execução do respectivo projecto.

O esquema geral de financiamento é o seguinte:

Fontes de financiamento	Milhares de contos	Percentagens
Total	**17 224,7**	**100**
Fontes nacionais	*12 174,7*	*70,7*
Estado	5 914,7	34,3
Administração Central	2 240	13
Administração provincial	2 779,7	16,1
Administração local	270	1,6
Fundos e empresas	300	1,7
Caminho de ferro da Beira	325	1,9
Instituto de crédito e empresas seguradoras	500	2,9
Tomada de títulos da dívida pública	500	2,9
Empréstimos	p. m.	p. m.
Particulares e empresas	5 760	33,5
Autofinanciamento	5 210	30,3
Tomada de acções e obrigações e de títulos de dívida pública (incluindo obrigações de fomento)	550	3,2
Fontes externas	*5 050*	*29,3*



CAPITULO IV

Descrição dos programas de investimento

I) Agricultura, silvicultura e pecuária

1. Evolução recente e problemas actuais

125. No que se refere à agricultura, as culturas sobre as quais é possível, mediante intervenção adequada, conseguir obter mais rápidos efeitos reprodutivos são as culturas do algodão, caju, coqueiro, amendoim, banana e outros frutos e as culturas de regadio, que incluem, nas suas rotações, o trigo, o arroz, o milho, a batata, as forragens e o algodão.

126. O fomento do algodão constitui empreendimento que se pode considerar autónomo e exequível. Apenas há a notar que as brigadas de apoio e os serviços de assistência a esta cultura podem ser aproveitadas para igualmente colaborarem no apoio a outras culturas: quenafe, amendoim, trigo (nas zonas de regadio) e milho.

127. Quanto ao caju, verificou-se ser um dos produtos relativamente ao qual se podem obter melhores resultados apenas mediante a limpeza das árvores e assistência técnica. A acção a exercer pode ser extensiva igualmente ao amendoim e, eventualmente, a outros produtos.

128. A recessão actualmente verificada quanto ao coqueiro deve-se fundamentalmente à deterioração da qualidade do material vegetal, à propagação com sementes degeneradas obtidas do material já deteriorado e, por isso, à diminuição da relação amêndoa-fruto nos coqueiros de Moçambique, o que reflecte baixa de rendimento. As perspectivas no mercado mundial não se apresentam, tão-pouco, favoráveis. Contudo, no Sul do Save a acção da

Brigada de Fixação das Populações Rurais tem conseguido, pela criação de viveiros e venda de plantas, introduzir novos palmares, por exemplo, no distrito de Gaza.

Os problemas a encarar são, pois, fundamentalmente os seguintes:

Investigação das doenças e da melhoria das variedades;
Fomento do povoamento do coqueiro;
Melhoria de fabrico da copra por parte das pequenas empresas familiares.

Esta acção deveria ser concertada com a que se desenvolve para outros produtos pelos diversos serviços e brigadas encarregadas da extensão agrícola.

129. O amendoim, cujo fomento é da competência do Instituto dos Cereais, liga-se mais com outros produtos como o caju e o algodão, etc., quer pelas zonas de produção, quer pelas condições ecológicas requeridas.

Para esse produto entende-se que será preferível fomentar a produção por apoio e intensificação da actuação já actualmente desenvolvida e que consiste em acção junto dos agricultores, multiplicação e distribuição de sementes, experimentação agronómica e descasque mecânico, para o que bastará concertar a actividade do Instituto dos Cereais, com apoio dos sistemas de extensão já criados e dos que se propõem, nomeadamente para o caju.

Verificou-se, em virtude das acções a desenvolver relativamente ao caju, incidindo em zonas onde a produção de amendoim é a mais importante, que será possível a utilização simultânea da estrutura de apoio ao fomento do caju a este produto e ao amendoim, como se disse.

130. Certas zonas onde se poderá actuar no sentido do fomento dos citrinos apresentam-se, também, susceptíveis de ser abrangidas pelos projectos do fomento bananícola. Entendeu-se assim que haveria que conceder prioridade ao fomento da bananicultura e considerar o dos citrinos como dependente daquele na execução.

Verificou-se, no entanto, que, em conjunto, os programas para o fomento das frutas só terão viabilidade se os problemas de comercialização puderem ser resolvidos em perspectivas global e especializada. Nesse sentido, entendeu-se que seria condição *sine qua non* da viabilidade prática dos projectos de fomento frutícola, com especial relevo para o caso da bananicultura, a constituição de um organismo, com acção à escala de toda a província, que se ocupasse da comercialização desses produtos.

131. No que se refere ao fomento dos cereais e outros produtos a incluir nas rotações verificou-se, no caso do arroz, que a acção a desenvolver deveria incidir sobre três zonas. Dessas, porém, apenas uma poderá ser considerada com desenvolvimento: a do Baixo Maputo. Este projecto exigia, aliás, rotações de culturas e tinha implicações na produção de trigo e milho. Por outro lado, a política de assistência técnica e alargamento de áreas de produção terá de ser enquadrada no domínio da acção do Instituto dos Cereais, dado que à Brigada do Arroz, hoje a actuar naquela região e dependente da Junta Provincial de Povoamento, competem sòmente as instalações dos agricultores e obras de adaptação a regadio.

Estudos levados a efeito quanto ao fomento da produção de trigo levaram à conclusão de que só interessava, do ponto de vista do custo de produção, produzir trigo em integração com outras culturas, num esquema amplo de pequenos regadios. Com este projecto conseguir-se-á alcançar não só uma produção de 48 000 t de trigo em 1973, como de 72 000 t de arroz, 66 000 t de milho e ainda importantes produções de algodão e forragens.

Prevê-se, pois, a realização de um projecto conjunto que procura conciliar as metas de produção dos três projectos dos cereais sob a forma de regadio, minimizando o investimento total.

132. A resolução do problema da maceração é condição *sine qua non* do fomento em grande escala da cultura do quenafe.

A produção do quenafe é de cerca de 5000 t de fibra, podendo subir até algumas dezenas de milhares de toneladas sem conflito com o algodão ou outras culturas (apesar de requerer terrenos de natureza idêntica àqueles que servem ao algodão), visto existirem terras em quantidade suficiente. O fomento assentará fundamentalmente na assistência técnica à produção agrícola, o que pode ser conseguido com os serviços de extensão que igualmente assistem o arroz, o algodão e outros produtos.

133. Quanto a outras culturas (açúcar, tabaco, chá, sisal, batata, rícino, gergelim, mapira, mafurra, mandioca, mexoeira, aleurites, etc.), entende-se que a acção das entidades competentes se deve orientar no sentido de, pelo menos, manter os ritmos de crescimento actuais e resolver problemas mais instantes.

134. No que respeita ao povoamento florestal, que é de considerar nas zonas da Penhalonga, Espungabera e Tsetsera, apenas se põe o problema da localização defi-

nitiva, verificando-se que as zonas escolhidas para povoamento florestal são compatíveis e complementares de zonas prioritárias de povoamento.

135. No campo do fomento pecuário, o problema que apresenta maior premência diz respeito à bovinicultura dirigida para a produção de carne, embora haja que considerar igualmente a suinicultura, a avicultura e a bovinicultura dirigida para a produção de leite. Não é de esquecer a possibilidade de se fazer o aproveitamento de algumas espécies de animais selvagens.

É de encarar a necessidade de resolver problemas ligados à pecuária, que são considerados factores importantes e responsáveis pelo estrangulamento da sua expansão, nomeadamente os problemas de abeberamento, de sanidade e de comercialização, de cuja resolução satisfatória depende a possibilidade de se intensificar o povoamento programado das espécies pecuárias.

136. No campo do abeberamento torna-se necessário prever investimentos para aplicação na construção de represas, poços e furos.

Do ponto de vista de sanidade pecuária, os problemas postos são o da erradicação da tuberculose, nas regiões do Chimoio e da Manhiça, e o da brucelose. A profilaxia constitui também problema prioritário, cuja resolução implica a ampliação do programa de construção de tanques carracicidas, especialmente nas zonas onde há maior concentração de efectivos.

137. O povoamento do Norte da província com espécies bovinas destinadas a produção de carne e de leite constitui objectivo muito importante, o que exigirá a intensificação de acção dos postos de fomento pecuário.

Outro problema a encarar prioritàriamente é o da produção avícola, a desenvolver convenientemente, centrada em Nampula. A melhoria das condições de exploração das espécies suínas, arietinas e caprinas constitui, por seu lado, problema da maior relevância.

138. A realização do fomento pecuário implica condições essenciais à criação de organismos de comercialização dos produtos pecuários, cuja orgânica terá de ser estudada, em especial, nos aspectos de uma possível integração na Direcção dos Serviços de Veterinária e da conjugação desse organismo de comercialização com o proposto para os produtos agrícolas e, por outro lado, uma acção coordenadora, fiscalizadora e de administração, por parte da Direcção dos Serviços de Veterinária, sobre a execução conjugada das medidas de fomento da pecuária.

139. No que se refere ao povoamento, há que dar continuidade aos esquemas existentes, introduzindo-lhes as alterações convenientes.

140. Quanto ao colonato do Limpopo, há que considerar, em especial, a barragem do Massingir, a levar a cabo no rio dos Elefantes, afluente do rio Limpopo, e que permitirá regularizar os caudais com vista ao aproveitamento em regadios do vale do Limpopo para jusante da sua confluência com o rio dos Elefantes, de modo a solucionar também o problema da carência de água de rega que se estava a verificar no referido colonato.

141. É aconselhável também a reconversão de regadios existentes, dedicados a culturas arvenses, e a criação de novas áreas adaptadas a regadio, que, com investimentos não muito elevados, conduzirão ao aumento da produção das culturas nelas praticadas e à fixação de agricultores à terra, em agricultura estável e progressiva.

As regiões em que se pretende fazer aquele tipo de rega estão seleccionadas, atendendo às infra-estruturas já existentes, e são as dos rios Maputo, Incomáti, Limpopo, Save, Búzi, Pungue e regiões subplanálticas de Manica e da Zambésia.

142. No que se refere ao povoamento agrário, as zonas prioritárias situam-se especialmente nas regiões dos distritos do Norte, onde se faz sentir a necessidade de fixação de colonos e onde existem as condições ecológicas mais favoráveis, exigindo menores investimentos, pois é possível fazer culturas em sequeiro.

143. Os problemas postos, para além da necessidade de obter ocupação humana mais intensa, são os seguintes:

A valorização, por povoamento orientado, da zona potencialmente mais rica do distrito de Cabo Delgado, à volta de Montepuez;

O aproveitamento das regiões de Mecanhelas e Lioma, no Niassa, esta já com muita área derrubada e sem caça;

A ocupação, por povoamento orientado, da zona de Vila Cabral, também no Niassa;

O apoio nas zonas planálticas da Angónia, Macanga, Marávia e Zumbo, destinado a fomentar a colonização livre com base na agricultura de sequeiro. na criação e engorda de gado, na exploração leiteira e na criação de suínos com base no milho;

O aproveitamento programado com base em povoamento livre e orientado na região alta de Manica

e Sofala, com boas condições ecológicas, situada numa zona fronteiriça e que pode garantir o abastecimento da zona litoral, tanto mais que se trata de região servida por vias de comunicação para a drenagem dos produtos para o litoral.

O aproveitamento pecuário da região limitada pela fronteira, rio Limpopo e rio Save, que, embora de baixa pluviosidade, permite a criação de gado em regime extensivo e a cultura de regadios.

144. Em suma, na óptica do povoamento foram consideradas prioritárias as zonas seguintes, que se definem como «zonas de povoamento»:

A_1 — Zona de altitude em regra superior aos 1000 m, dentro das divisões administrativas de Vila Cabral, Maniamba e Muemba.

A ocupação desta zona deverá fazer-se à base de explorações de gado em regime intensivo, da fruticultura das regiões temperadas, da cultura da batata e de produtos hortícolas (possìvelmente para serem industrializados no local, tal como parte dos produtos da exploração animal) e da tentativa de ligação com o caminho de ferro e alargamento a A_2 (subzona com altitudes compreendidas entre 800 m e 1000 m, aproximadamente, onde não é possível, para já, a criação de gado; a cultura base seria a do milho, possìvelmente, para ser utilizado pelos agricultores da zona A_1 na criação de gado).

D — Zona subplanáltica, abrangendo grande parte dos postos de Balama, Namuno, Montepuez (sede), Chiure e Anouabe, Mirrote, Eráti (sede), Alua e ainda os postos de Ocua, Meloco e Meza. Zona aproveitada em cultura de sequeiro com base no algodão.

F — Zona que abrange Mecanhelas e parte dos portos de Lioma e Molumbo, a ser explorada em regime de sequeiro.

G — Zona planáltica do Norte do distrito de Tete (Angónia, Macanga, Marávia e Zumbo), a ser aproveitada com agricultura de sequeiro, tendo como culturas de suporte o milho, a batata e o tabaco. Zonà com aptidão para a criação e engorda de gado de carne. Será de encarar a exploração leiteira onde haja disponibilidade de água para rega, bem como ainda a exploração de suínos com base no milho. (Considera-se ainda, nas zonas com precipi-

tação superior a 1000 mm, o povoamento florestal com vista à industrialização).

K — Zona planáltica do Baruè, Chimoio, Manica e Mossurize.

M — Zona interior, de menor pluviosidade, compreendida entre os rios Limpopo e Save. O aproveitamento desta zona deve fazer-se com base na criação de gado de carne em regime extensivo, desde que seja solucionado o problema da água para abeberamento.

Dentro desta zona e na região de pluviosidade mínima que se situa junto da fronteira da Malvérnia admite-se a possibilidade de criação do carneiro caraculo, desde que trabalhos experimentais verifiquem a sua viabilidade.

145. Com vista apenas ao estudo mais completo das suas possibilidades e das formas viáveis de aproveitamento económico, consideram-se ainda:

B — Zona constituída pelas baixas aluvionares dos rios Messalo e Muera, com uma área de cerca de 50 000 ha, regáveis a partir de uma barragem a ser construída no Messalo. O aproveitamento seria, pois, em grande regadio.

Como culturas de suporte consideram-se o arroz, o quenafe e o algodão.

E — Zona que abrange o vale do rio Malema a jusante de Entre-Rios e cujo aproveitamento seria feito com base no grande regadio, tendo como suporte a cultura do algodão (solos fortes), tabaco (solos mais leves) e, acessòriamente, a horticultura.

Nesta zona será de aconselhar a associação com a produção leiteira, em regime intensivo, e criação de gado suíno.

L — Compreende as zonas aluvionares do rio Save, normalmente de pequena extensão. A zona não está devidamente estudada, mas julga-se que o seu aproveitamento se pode fazer com pequenos regadios (bombagem), tendo como culturas de suporte o algodão, o quenafe, o arroz e o milho.

Torna-se necessário e urgente o estudo conjunto da bacia do rio Save — que pode recomendar a construção de uma ou mais barragens — em consequência dos grandes aproveitamentos de regadio que estão a processar-se na bacia do mesmo rio, na Rodésia.

146. O fomento do povoamento comporta outras modalidades de apoio, além das que visam especificamente esquemas de natureza agrária. Põe-se, pois, no âmbito do Plano, o problema de procurar facilitar a fixação de elementos alienígenas em outras actividades produtivas mediante:

Créditos para pequenas iniciativas, destinados, sobretudo, a apetrechar os artesãos, através do fornecimento de ferramentas e matérias-primas, sendo o reembolso a médio prazo.

Créditos a médias iniciativas, que serão previstos para um montante máximo individual de 300 contos, a reembolsar a longo prazo.

Adiantamentos a custo de passagens para o ultramar. O reembolso, em princípio, sem juros, será efectuado a médio prazo.

Estas modalidades de apoio ao alienígena deverão, na parte aplicável, ser extensivas a elementos naturais ou já radicados na província, como contribuição positiva à promoção dos sectores mais activos e empreendedores das populações moçambicanas.

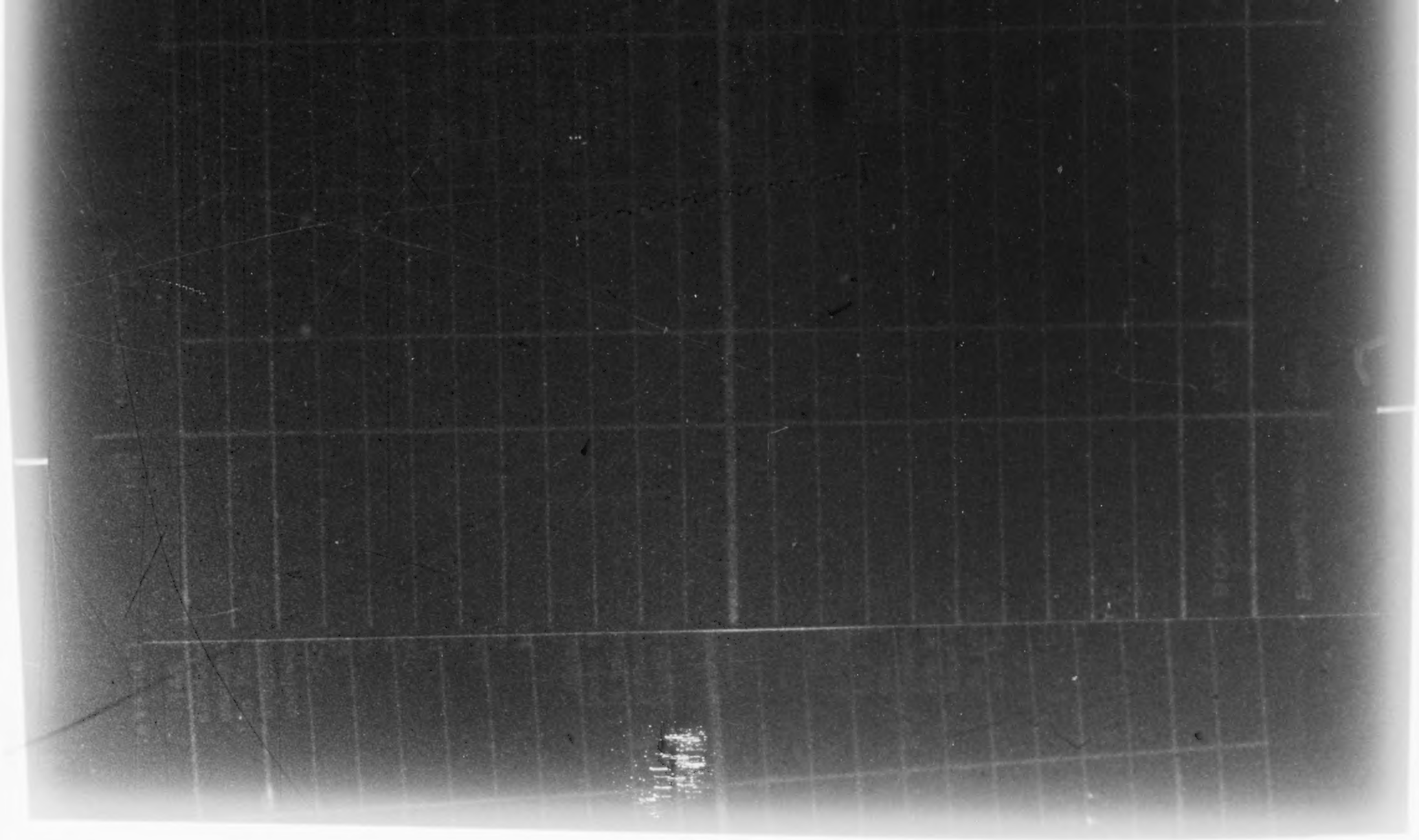
A solução dos diversos e variados problemas dos colonos recomenda também a criação de um serviço de procuradoria, no âmbito da Junta Provincial de Povoamento.

2. Objectivos

147. Em referência aos empreendimentos a realizar no subsector da «Agricultura e silvicultura», os aumentos de produção visados constam do mapa a seguir apresentado. Salienta-se que se considerou apenas aquilo que poderia ser objecto de quantificação, não se tendo referido actuações específicas em relação a determinadas culturas ou produtos, que terão certamente reflexos ao nível da produção, mas não podem ser objecto da avaliação em bases seguras.

Projectos	Valor de produção adicional — Contos	Volume de produção — Toneladas
Algodão	496 714	181 875 contra 100 000
Caju	280 000 de castanha ou 544 000 de amêndoa e óleos.	200 000 contra 130 000
Milho (sequeiro)	118 000	446 000 contra 372 000
Regadios, trigo e arroz	318 810	Arroz — 60 000 contra nestas áreas em 1965. Milho — 38 900 contra 22 áreas em 1965. Trigo — 19 300 contra 14 áreas em 1965. Algodão — 23 150 contra áreas em 1965. Forragens — 218 100 nestas áreas em 1965.
Amendoim	105 000	120 000 contra 73 000
Banana	30 000	116 000 contra 16 000
Citrinos:		
Melhoria de produtividade	17 000 anual a partir de 1973	18 000
Novos plantios	42 770 (1980)	1300 em 1967 15 300 em 1968
Silvicultura	Resinosas — 30 000 de madeira em 1985 ou 3 286 000 em 1985.	750 000 m³ de madeira em equivalente em: Pasta química — Pasta mecânica — Painéis de fibra — Painéis de estilhas —

Nota. — Todos os valores se referem, salvo indicação em contrário, à melhoria da situaç



Novas áreas beneficiadas — Hectares	Novas empresas	
	Pequenas	Médias
111 000	Valorização das existentes.	1000.
–	Valorização das existentes.	Não se prevê.
97 700	104 400	448.
–	–	
35 200	7000	390.
–	–	
–	–	
–	–	
–	Valorização das existentes.	Não se prevê.
8 000	Imprevisível	190.
–	–	
1 000	–	
–	Imprevisível	31.
22 500 (1973)	–	Prevê-se uma sociedade de economia mista.

nte a 1965.

148. No que se refere à pecuária, os objectivos visados são:

a) No domínio dos bovinos de corte, atingir, em 1973, um efectivo de 1663,7 milhares de cabeças, que, confrontando com a existência em 1965 (1133), representa um acréscimo de 46,8 por cento no período do III Plano de Fomento.

b) Para os bovinos leiteiros, o objectivo para 1973 consiste em proceder ao aproveitamento de 1 milhão de litros de leite provenientes da pecuária tradicional, avaliados em 1800 contos, prevendo-se para esse efeito a instalação de postos de recepção e o aumento do número de cabeças de bovinos leiteiros (mais 8200), com a correspondente produção leiteira, calculada em 16,4 milhões de litros anuais, em 1973, avaliados em cerca de 30 000 contos.

c) Através do aproveitamento racional das espécies selvagens existentes na área de Marromeu para a produção de carne, peles, marfim e outros subprodutos, sob a forma de «ranchos de caça», atingir valor de produção anual de 7540 contos.

149. No campo do povoamento, a meta a atingir consiste numa média anual, no período do III Plano, de 12 500 indivíduos imigrados, contra os 6000 indivíduos esperados pela evolução normal.

Para esse efeito, conta-se com:

A criação de um ritmo anual de entrada de 2500 indivíduos, com viagens financiadas por crédito, o que, no final, em 1973, permite estimar como entrados cerca de 15 000 indivíduos;

O desenvolvimento da produção e instalação de novas famílias nas «zonas de povoamento», com carácter imperativo para um mínimo cauteloso de cerca de 1650 famílias, conforme o constante do quadro que se segue. Há que contar também que, através dos projectos incluídos no sector agrário, se encontra a oportunidade de colocação directa de um mínimo de 2200 famílias. Daqui resulta um total de indivíduos que se pode estimar em 17 000, a entrar no sexénio.

Para os projectos regionais do Mutuáli e do Muda e Save, relativamente aos quais deve ser feita a ressalva de que a parte das famílias a instalar é considerada no projecto dos regadios, a estimativa dos resultados que se pretende atingir em 1973 é a seguinte.

Metas imperativas em 1973 quanto a empresas médias a criar em «zonas de povoamento»

	Valor de produção adicional — Contos	Volume de produção adicional — Toneladas	Valor acrescentado adicional — Contos	Novas áreas beneficiadas — Hectares	Novas empresas médias — Número
Vila Cabral, Maniamba, Muemba e Catur	5 000 — milho 25 000 — batata 7 500 — trigo	5 000 — milho 10 000 — batata 2 500 — trigo	9 000	60 000	300
Balama, Namuno, Melaco, Montepuez, Eráti, Alua e Ocua	180 000 — algodão	26 000 — algodão	100 000	150 000	900
Mecanhelas, Lioma e Molumbo	50 000 — algodão	10 000 — algodão	30 000	60 000	300
Boruè, Chímoio, Manica e Mossurize	–	–	–	–	150
Região entre a fronteira, rio Limpopo e rio Save	–	–	–	–	–
Outras	–	–	–	–	–
Mutuáli	14 305	–	8 000	150 000	164
Muda e Save	38 870	Arroz — 7 200 Milho — 2 400 Trigo — 1 200 Algodão — 1 440 Gado — 8 390 cabeças	18 000	352 200	877

Nota. — Todos os valores se referem, salvo o que respeita ao volume de produção, à melhoria de situação em 1973 relativamente a 1965.

Resultados quanto a famílias a valorizar ou instalar nos campos de fomento agrário e povoamento

Projectos e medidas	Total
Projectos e medidas de fomento:	
Algodão:	
Autóctones (*a*)	–
Não autóctones	1 000
Regadios:	
Autóctones	7 000
Não autóctones	390
Milho:	
Autóctones	107 400
Não autóctones	448
Caju e amendoim (*a*)	–
Bananas:	
Autóctones (*b*)	–
Não autóctones	190
Citrinos:	
Secção A (*a*)	–
Secção B	–
Autóctones	–
Não autóctones	31
Silvicultura:	
Autóctones	600
Não autóctones	50
Pecuária:	
Autóctones	400
Não autóctones (*c*)	–

(*a*) Valorização das empresas existentes.
(*b*) Não avaliado no projecto.
(*c*) Não avaliado; previsto nas medidas de povoamento.

Notas:

Não autóctones — número de famílias que é possível instalar: cerca de 4000.
Autóctones — número de famílias beneficiadas, residentes na área ou não: cerca de 120 000.

3. Medidas de política

150. No que se refere à produção agrícola as medidas cuja realização se considera indispensável para alcançar os objectivos definidos são as seguintes:

a) Quenafe

Apoio à resolução do problema da maceração do quenafe através de:

Estabelecimento de centros de maceração em lugares estratégicos, a explorar por cooperativas e agricultores ou por entidades privadas;

Investigação dos problemas agronómicos desta cultura, sobretudo no relativo a melhoramento de variedades, estabelecimento de centros de multiplicação de sementes e respectiva rede de distribuição;

Assistência técnica a esta cultura, em geral, pelas mesmas estruturas que assistirão às culturas de algodão e do arroz;

Crédito aos agricultores para a cultura e para aquisição de máquinas.

b) Coqueiro

Estudo, com alta prioridade, pelo Instituto de Investigação Agronómica, dos problemas de variedades, fertilizações e, sobretudo, de sanidade (gangrena terminal do coqueiro);

Intensificação de propaganda entre os pequenos empresários no sentido de se proceder a novas plantações, de preferência ordenadas, e de serem dispensados cuidados culturais às plantas existentes;

Divulgação de ensinamentos sobre as melhores formas de produção da copra.

c) Açúcar

Intensificação da produção das unidades açucareiras já instaladas;

Aceleração da montagem e arranque das unidades em vias de estabelecimento;

Orientação da produção, em face do nível de vida da população do ultramar, no sentido do fabrico de tipos de açúcar de baixos preços, permitindo consumo directo de ramas amarelas.

d) Arroz

Estudo do problema das relações entre o produtor de arroz das médias empresas no Sul e os seus financiadores — os industriais de descasque.

e) Amendoim

Intensificação da acção de fomento da cultura, apoiada nas estruturas e nas propostas já existentes para o fomento de caju e dos cereais;

Garantia de preços mínimos, em especial nas regiões do Norte;

Mais racional distribuição da produção do amendoim industrializável pelas unidades fabris, evitando transportes desnecessários e deterioração de preços do produtor;

Investigação agronómica dos problemas interessando esta cultura, especialmente em matéria de multiplicação e distribuição de sementes;

Estudo da solução, a breve trecho, pelo organismo competente, do problema do descasque do amendoim, que hoje é feito manualmente pelo agricultor.

f) Mandioca

Melhoramento do rendimento por hectare, pela procura de melhores variedades e utilização de melhores técnicas culturais;

Análise do problema da necessidade de se promover diversificação de produções;

Entrada em actividade da fábrica de Dongane, apta a produzir farinha de mandioca;

Estudo da possibilidade da incorporação de farinha de mandioca nas massas alimentares e no pão.

g) Citrinos

Análise das produções por planta das regiões citrícolas de Inhambane e de Maganja da Costa, formadas essencialmente por pequenas empresas (que, em conjunto, possuem 1,1 milhão de plantas), a fim de possibilitar a futura propagação e o melhor aproveitamento da fruta, através de inquéritos pela Missão de Inquérito Agrícola;

Análise dos custos de estabelecimento e de manutenção dos pomares nas duas principais regiões ci-

trícolas (Lourenço Marques e Vila Pery), com vista ao conhecimento dos custos de produção da fruta e da rentabilidade do capital investido;

Pesquisa agronómica dos citrinos pelo Instituto de Investigação Agronómica, especialmente no que diz respeito à introdução de novas variedades, fertilidade do solo, economia da água e defesa fiitossanitária das plantas e frutos, e elaboração da carta de aptidão das principais regiões citrícolas;

Estudo, pelo Instituto de Investigação Agronómica, das possibilidades de incorporação dos sumos nas bebidas gasosas e do fabrico de bebidas alcoólicas cítricas (já produzidas em Angola).

h) Ananás

Prospecção de mercados, especialmente do europeu, quanto a preços de consumo de produtos industrializados a partir do ananás;

Estudo da cultura do ananás em Moçambique, nomeadamente nos aspectos de variedades, regiões ecológicas, técnicas culturais e outros conhecimentos indispensáveis para a futura promoção de uma campanha de fomento da cultura;

Estudo tecnológico das variedades cultivadas e inclusão do ananás dentro de um esquema de industrialização de outros frutos.

i) Papaia

Estudo das perspectivas do consumo da papaia no espaço português, na Rodésia e na República da África do Sul.

j) Abacate

Estudo das perspectivas da colocação do abacate de Moçambique na Europa, com vista a, no caso de tal estudo conduzir a resultados positivos, ser possível lançar as bases técnicas do cultivo.

l) Manga

Estudo das técnicas de conservação que permitam o transporte por via marítima para os mercados europeus e das condições para futura instalação de plantações ordenadas.

m) Outras culturas

Estudo pelo Instituto de Investigação Agronómica dos seguintes problemas:

Cultivares, práticas culturais, utilização da mão-de-obra, áreas ecológicas, etc., tendentes a aumentar a produtividade das culturas seguintes: sisal, chá, tabaco, gergelim, batata, aleurites, girassol e soja;

Da mecanização da cultura do sisal, de colaboração com os agricultores;

Da produtividade da mão-de-obra utilizada na cultura do sisal, de colaboração com os agricultores e com o organismo encarregado dos problemas do trabalho;

De culturas a introduzir como intercalares do sisal, de forma a contribuir para a amortização do custo do estabelecimento da cultura;

Da tecnologia do chá e do tabaco;

Das regiões com aptidão para a produção de batata de semente.

Igualmente se entende que os organismos encarregados da extensão actuem no sentido de:

Apoiar as culturas de mafurra, gergelim e rícino, de forma a aumentar o interesse dos agricultores pela cultura, o que só será viável com a melhoria da estrutura de comercialização destes produtos;

Fornecer cultivares melhorados aos agricultores;

Divulgar entre os agricultores as práticas culturais recomendadas pelo organismo de investigação.

151. No que diz respeito à silvicultura, as medidas previstas compreendem o apoio, por todas as formas possíveis, às iniciativas privadas tendentes à industrialização da madeira e seus subprodutos.

152. No âmbito da pecuária há a considerar como medidas essenciais:

Concentração na Direcção dos Serviços de Veterinária da responsabilidade da execução das medidas de fomento pecuário e da administração dos investimentos;

Avaliação da mão-de-obra especializada necessária e sua preparação com antecedência, através da Direcção dos Serviços de Veterinária;

Estudos da pecuária nas diversas regiões da província, com vista ao conhecimento em pormenor dos problemas de produção, circulação e consumo, tais como:

Possibilidade de povoamento pecuário das regiões ecològicamente favoráveis ao desenvolvimento das espécies, nomeadamente bovinos, suínos, arietinos e animais de capoeira;
Necessidade de apoio pecuário ao povoamento humano;
Comercialização de gado e suas carnes;
Necessidade de consumo interno;

Recolha dos elementos necessários aos estudos específicos nos campos da produção, comercialização e consumo;
Estudo da possibilidade de expansão da criação de arietinos e caprinos nas regiões ecològicamente favoráveis;
Estudo das melhorias a introduzir no campo da comercialização de carnes, tendo em consideração que se julga serem importantes a criação de talhos onde se faça a venda exclusiva de arietinos, caprinos e miudezas de bovinos e suínos, e a introdução destas espécies nas feiras de gado já existentes ou a criar;
Estudo do programa de compras de harmonia com as épocas mais favoráveis para o criador ultramarino, enquanto não foram completadas as cadeias de frio que permitam armazenamento até aos limites tecnològicamente aconselháveis;
Política de preços ao produtor, de modo a fomentar o desenvolvimento pecuário no território;
Classificação das carcaças por categorias, a fim de que a preços mais elevados correspondam qualidades superiores, de modo a estimular o melhoramento da produção;
Estudo pormenorizado dos problemas relacionados com transportes marítimos especializados e dos fretes;
Estudo dos problemas relacionados com a criação de modalidades de crédito e pecuária;
Revisão da extensão de terras pedidas e concedidas, com vista ao seu dimensionamento adequado para fins pecuários, o qual deve ser superior ao das que se destinam à exploração agrícola;
Estudo do problema de transporte de gado nos navios costeiros, e revisão das tarifas;

Criação de um organismo de comercialização dos produtos pecuários, a estudar quanto a uma possível integração ou não na Direcção dos Serviços de Veterinária, e conjugação desse organismo com o organismo de comercialização proposto para os produtos agrícolas.

153. Nos aspectos essenciais do desenvolvimento agrário deve ser considerada a melhoria da estrutura dos serviços de apoio à actividade agrária, sem aumento de encargos.

154. Quanto à assistência técnica à actividade agrária, as medidas a considerar são:

Localização de estações e postos experimentais agrários nas regiões que os planos de povoamento e desenvolvimento agrário aconselharem;

Apetrechamento das estações e postos agrários para experimentação, de modo a poderem prestar um eficiente apoio técnico aos serviços de extensão, e, por outro lado, sempre que possível, poderem as suas áreas de cultivo servir de quintas-modelo aos agricultores e criadores da região;

Dotação das estações e postos agrários com fundos de maneio;

Assegurar que os estabelecimentos de investigação e experimentação estejam aptos a fornecer sementes e plantas seleccionadas, a experimentar técnicas de cultivo mais rentáveis, bem como a experimentar as espécies e raças animais que permitam, na respectiva região, maior rentabilidade e a possibilitar a utilização de reprodutores pelos criadores;

Coordenação da actividade dos serviços de agricultura e de veterinária, especialmente a nível local, com o objectivo de obter uma racional e rentável actividade das explorações agro-pecuárias, quer de dimensão média, quer de pequenas empresas, através da extensão, assistência técnica e vulgarização agrária;

Aumento do número de unidades do pessoal técnico dos serviços de extensão, especialmente as de mais baixos escalões, com conveniente qualificação e preparação para a sua missão junto do agricultor e criador;

Entrega das funções burocráticas a pessoal de remuneração menor e de mais fácil recrutamento que o pessoal técnico dos serviços de extensão;

Atribuição de «fundos de maneio» aos serviços de extensão para que possam manter-se essencialmente dinâmicos na sua actividade;

Concentração da assistência técnica, de acordo com as disponibilidades de pessoal técnico, nas regiões em que os programas de povoamento ou de expansão de culturas aconselham prioridade.

155. No tocante ao ensino agrário, as medidas a considerar são as seguintes:

Incremento da formação de técnicos agrários e pecuários a diversos níveis, especialmente monitores, feitores e regentes agrícolas;

Instituição de escolas agrárias rudimentares junto às estações e postos agrários, para prepararem monitores e feitores agrícolas;

Ministração, paralelamente ao ensino especificamente agrário, de conhecimentos que habilitem os futuros monitores agrícolas a serem úteis instrumentos na utilização das técnicas do desenvolvimento comunitário;

Preparação destes centros de ensino para receber estagiários de diferente preparação e etnia, eventualmente os colonos metropolitanos, para se habituarem aos costumes e às culturas que terão de agricultar nas regiões em que se instalarem;

Utilização dos técnicos dos variados serviços de apoio à actividade agrária nas funções docentes mediante gratificações;

Atribuição de verbas para organização, nas estações e postos agrários, de centros de ensino agrário, e destinadas a suportar os encargos com instalações, gratificações e remunerações ao pessoal docente, material didáctico e alimentação dos respectivos alunos.

156. Na mecanização agrária consideram-se as seguintes medidas:

Preocupação de aconselhar a utilização da tracção animal, sempre que ela seja possível;

Incentivos às empresas privadas especializadas e idóneas para explorarem, por aluguer, parques de máquinas, nas regiões onde haja núcleos de agricultores e criadores que tal justifique;

Fomento, apoio e preparação, pela Junta Provincial de Povoamento, das associações agrícolas, para poderem assumir com rentabilidade a responsabilidade dos parques de máquinas;

Preocupação de tirar a maior rentabilidade do capital imobilizado em maquinaria agrícola, com o objectivo de reduzir tal capital e racionalizar o aproveitamento das máquinas.

157. Na rubrica «Crédito agrário», as medidas a considerar são:

Actuação da Caixa de Crédito Agrícola em estreita colaboração com os fundos de fomento agrário, com o objectivo de, em conjunto, satisfazerem as necessidades de capital do sector privado. Os fundos deverão ter a seu cargo os investimentos necessários, mas não directa ou seguramente rentáveis, bem como a participação financeira em empreendimentos produtivos de interesse comum a dados conjuntos de agricultores ou criadores de gado. Quando as verbas desses fundos não permitirem uma tão larga função, deverão então garantir à Caixa o risco de pagamento das amortizações dos empreendimentos daquele tipo que financiou.

158. Ainda no tocante aos actuais fundos de fomento agrário, as medidas a considerar são:

Revisão de todos os actuais fundos de fomento agro-pecuário quanto à sua estrutura, administração, aplicações e receitas, atribuindo-se-lhes autonomia administrativa e financeira e, se possível, criando-lhes um regime idêntico, se não for viável fundi-los racionalmente, com o fim de evitar a prejudicial pulverização e por vezes incorrecta aplicação das receitas que, como fundos destinados ao fomento, devem integrar os seus objectivos dentro dos mais genéricos dos Planos;

Inclusão no âmbito desses fundos da contribuição para a estabilização dos preços dos produtos agrários, em benefício do produtor e sem graves reflexos no consumidor e industrial internos;

Actuação da administração dos fundos em estreita colaboração entre si e a Caixa de Crédito Agrícola, nos termos recomendados anteriormente;

Comparticipação mais lata de todo o produtor agrário no aumento das receitas dos fundos, já que estes terão por exclusiva finalidade movimentar e beneficiar directamente a produção agrária.

159. No campo da industrialização dos produtos agrários, as medidas a considerar são:

Estudos prévios — de planificação da industrialização dos produtos agrários, quanto à possibilidade e via-

bilidade económica da aplicação da desidratação àqueles produtos na província;

Dinamização, por meio de uma política de financiamentos e comparticipação financeira, da industrialização dos produtos agrários e, quando possível, canalização da industrialização complementar da produção agrária para as organizações de agricultores e criadores, especialmente de base cooperativa;

Apoio administrativo, através dos órgãos especializados, como a Caixa de Crédito Agrícola, aos empreendimentos de tipo cooperativo, quer recomendando os gerentes que garantam a exploração desses empreendimentos, quer acompanhando a exploração desses mesmos empreendimentos.

160. Quanto ao sector privado e às associações agrícolas, as medidas a considerar são:

Atribuição aos serviços e entidades oficiais das funções que não puderem ser canalizadas para o sector privado (associações agrícolas);

Apoio e dinamização, através da acção dos serviços, das estruturas privadas, para que estas, a curto e médio prazo, possam assumir a generalidade das funções ligadas à produção agrária, que, em princípio, devem ser imputadas às associações agrícolas;

Revisão da actual legislação sobre associações agrícolas, de modo a abranger os agricultores de subsistência e empresariais, tendo em consideração o condicionalismo específico de Moçambique.

161. No campo da coordenação da actividade agrária, consideram-se as seguintes medidas:

Institucionalização de uma estreita coordenação entre todas as entidades ligadas à produção agrária, quer a nível provincial, quer, especialmente, a nível regional;

Mentalização de todo o sector agrário, quer o próprio sector produtivo, quer o de apoio à produção, a todos os níveis de funcionários, para uma eficiente e estreita colaboração;

Execução do programa de política agrária para a província, independentemente das mutações dos dirigentes do sector agrário;

Concentração nas regiões e sectores prèviamente planeados da actividade sincronizada de toda a estrutura de apoio ao desenvolvimento agrário, de

modo a poder tirar-se o máximo rendimento com os meios disponíveis.

162. No que diz respeito ao povoamento, as medidas a considerar são:

Revisão da política de povoamento, especialmente a da colonização dirigida, tendo em consideração as diversas experiências já existentes na província;

Dinamização, pela Junta Provincial de Povoamento, da colaboração de todos os outros serviços do Estado, bem como do sector privado, para a execução do programa de povoamento;

Estudo, a nível central, provincial e local, das diversas soluções de colaboração entre as Forças Armadas e a Junta Provincial de Povoamento no sector do povoamento;

Criação do serviço de colocação de colonos na Junta Provincial de Povoamento, com as seguintes funções específicas:

Estabelecer um inventário das necessidades de pessoal das actividades privadas, organismos oficiais e autarquias;

Divulgar na metrópole e na província as possibilidades de absorção da mão-de-obra reveladas pelo inventário referido;

Promover o recrutamento de colonos;

Dirigir um centro de recepção de colonos com o fim de os acolher, orientar e ajudar; a garantia de instalação e alimentação será oferecida por este centro, prevendo-se, contudo, que os colonos reembolsarão o Estado, uma vez colocados e em condições de suportar o pagamento dos encargos que com eles foram assumidos;

Encarar o estudo da criação de centros de adestramento destinados aos colonos não profissionalmente qualificados;

Revisão da legislação vigente sobre a concessão de terrenos;

Concessão aos colonos recém-chegados, pelos serviços oficiais, de prioridade absoluta e máxima urgência nos assuntos que por eles sejam postos, visando-se assim o maior desembaraço em tudo que, directa ou indirectamente, diga respeito à sua fixação;

Promoção, em moldes práticos e eficientes, de uma assistência técnica nas pequenas explorações mineiras, devendo os Serviços de Geologia e Minas facultar a assistência preconizada logo que as medidas que se referem ao campo mineiro o permitam,

dado que se trata de um activo meio de povoamento;

Fixação dos preços dos produtos resultantes das actividades dos colonos;

Estudo de tarifas de fretes rodoviários, de modo a tornar certas áreas atraentes e susceptíveis de fixar colonos.

4. Investimentos

163. Os investimentos previstos são os constantes do mapa seguinte:

Agricultura, silvicultura e pecuária

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Fomento dos recursos agro-silvo-pastoris	441 100
Fomento agrícola	287 100
Algodão (sequeiro)	79 800
Caju	45 000
Milho	61 600
Bananas	95 000
Citrinos	5 700
Fomento silvícola	1 500
Plantação de resinosas	1 500
Fomento pecuário	152 500
Bovinos de corte	77 200
Bovinos leiteiros	21 600
Suínos	1 700
Animais de capoeira	2 500
Brigadas de apoio aos Serviços de Veterinária	47 800
Animais selvagens	1 700
Esquemas de regadio e povoamento	1 695 000
Projectos de regadio (trigo, arroz, milho, algodão, Savo e Muda)	279 200
Zonas de povoamento prioritário	298 300
Zona D	130 000
Zona F	43 500
Zona A	52 000
Zona G	10 000
Zona K	15 000
Zonas B e E	14 000
Zona L	6 000

Empreendimentos	Contos
Esquema de ocupação da região do Mutuáli	19 300
Esquema de aproveitamento das regiões do Muda e Save	8 500
Brigadas da Junta Provincial de Povoamento	261 500
Brigada do Limpopo	145 000
Barragem de Massingir	400 000
Missão do Zambeze	210 000
Outras formas de povoamento além do agrário	101 000
Serviços de procuradoria	2 000
Créditos a pequenas iniciativas	7 300
Créditos a médias iniciativas	31 100
Adiantamento do custo de passagens para o ultramar	60 600
Total	2 136 100

II) Pesca

1. Evolução recente e problemas actuais

164. A pesca em Moçambique tem apresentado até agora incidência pouco significativa no conjunto das actividades económicas, sendo ainda circunscrito o âmbito dos conhecimentos actuais acerca dos recursos ictiológicos das águas do Índico ocidental que banham as costas da província. Há, porém, elementos que indicam uma fauna marítima muito abundante.

O esforço da pesca desenvolvido nas zonas de Quelimane, Inhambane e Lourenço Marques tem pertencido mais à iniciativa individual dos pescadores metropolitanos (poveiros) que ao pescadores autóctones.

No lago Niassa, onde as disponibilidades das águas são reconhecidas e vêm sendo já exploradas pelo Malawi, a actividade piscatória é exercida pelos autóctones.

165. Apesar de reduzido o esforço até agora desenvolvido, no último decénio parece revelar-se crescente interesse pela pesca. Assim, além da elevação sensível do número de pescadores, que passou de 6858 em 1953 a 19 689 em 1965, acusando um aumento de 287 por cento, também tem vindo a crescer o número e a tAB das unidades utilizadas. Com efeito, o número total de embarcações aumentou de 1592 em 1953 para 5385 em

1965, isto é, mais do triplo. As embarcações a motor passaram de 23 em 1953 para 129 em 1965, com um valor de cerca de 13 tAB em média por unidade. As embarcações à vela ou a remos, cujo quantitativo mais do que triplicou (1569 em 1953 e 5256 em 1965), possuíam uma tAB média de 1,4 t por unidade.

166. Ao contrário, porém, as quantidades desembarcadas, de acordo com os elementos disponíveis, mostram-se estacionárias, o que revela o baixo grau de produtividade do sector.

A pesca desembarcada foi, no período de 1961–1965, a que consta dos números seguintes, tendo cerca de metade das quantidades neles referidas sido escoada em fresco e o remanescente absorvido pelo autoconsumo e preparação rudimentar de peixe seco ou fumado:

Pesca desembarcada

	Toneladas
1961	3 285
1962	3 256
1963	3 425
1964	4 428
1965	4 181

167. A mão-de-obra utilizada no sector (cerca de 20 000 pessoas em 1965) representa apenas cerca de 4 por cento da população activa da província.

2. Objectivos

168. Podem sintetizar-se assim os objectivos a atingir:

1) Melhoria dos métodos de pesca, tendo em vista o substancial acréscimo da dieta proteica de origem animal e a regularização do consumo interno;
2) Intensificação do povoamento piscícola nas águas interiores e produção rural em tanques de cultura;
3) Intensificação dos estudos de biologia piscatória, designadamente a nível de reconhecimento dos recursos potenciais e apoio tecnológico para expansão acelerada do sector;
4) Modernização dos barcos e artes de pesca local;
5) Fomento do aproveitamento industrial dos recursos marinhos, litorais, pelágicos ou demersais, com a utilização de aparelhos de pesca que os factores ecológicos recomendem;
6) Montagem, nos centros de maior relevo, de frigoríficos que favoreçam a recepção e distribuição

de pescado, bem como oficinas de salga e secagem de peixe;

7) Incentivos e apoio à instalação de novas empresas de pesca e de transformação do pescado;

8) De entre o sector particular, ressalta o investimento respeitante a uma empresa, cujo total se divisa de grande envergadura e que se lançou já na exploração dos recursos ictiológicos das águas da província, que tem como objectivos:

   a) A exploração de crustáceos ao longo da costa (centralizando Vilanculos), com mercados assegurados na República da África do Sul e nos Estados Unidos da América, compreendendo a instalação de uma rede frigorífica e de conservação;

   b) O lançamento para o peixe grosso (enlatamento), estando em construção instalações fabris na Beira, Porto Amélia e Inhassoro.

Ainda no sector particular, convém destacar a formação de empresa, que terá por principais objectivos a pesca de crustáceos (lagostas e camarões) no litoral moçambicano, com embarcações e artes apropriadas às suas diferentes modalidades. Tais empresas têm ainda como objectivos o abastecimento do mercado interno e externo, com os produtos referidos, em fresco e congelados, e o abastecimento de peixe grosso, fresco e congelado, proveniente de frota do alto, metropolitana, que operasse nos mares da África do Sul e que em Lourenço Marques descarregaria parte do seu pescado, sendo, para o efeito, constituída naquela cidade uma instalação de congelação e armazenagem de peixe com capacidade apropriada ao volume do produto necessário ao abastecimento da província e possibilidades de exportação dos excedentes. Aquelas empresas terão nos seus intentos, em 2.ª fase, industrializar os produtos da pesca (a salga e secagem, o fabrico de conservas e a farinação e extracção de óleos de peixe).

3. Investimentos

169. As verbas a despender pelo sector público durante o Plano são as que se mencionam nos «Estudos de biologia piscatória». Quanto aos investimentos de origem privada, sobre os quais não foi possível dispor de elementos completos, é de assinalar, no entanto, como projecto já em realização, o empreendimento da Arem — Sociedade dos Armadores das Pescas em Moçambique, em cujo âmbito estão previstos investimentos da ordem

dos 50 000 contos no período do III Plano de Fomento, para aquisição de embarcações e instalações frigoríficas e fabris.

III) Indústrias extractivas e transformadoras

1. Indústria extractiva

1. Evolução recente e problemas actuais

a) Aproveitamento dos meios de obtenção de água doce

170. A situação actual no que se refere ao problema do abastecimento de água às populações rurais e ao gado não é ainda satisfatória, tendo reflexos nas condições de vida da população e na manutenção e qualidade dos efectivos pecuários existentes. Verifica-se ainda a insuficiente articulação das diferentes entidades públicas com responsabilidades na orientação deste sector.

Foi considerado fundamental para o desenvolvimento do Sul do Save e para a exploração do gado bovino de Tete a resolução do problema de abastecimento de água

Há que considerar-se igualmente a situação do problema do abastecimento de água de pequenos núcleos populacionais.

Os problemas a encarar são de ordem muito diversa. De facto, há que proceder a estudos hidrogeológicos de base, sem os quais são forçosamente pouco produtivos, por vezes impossíveis, os trabalhos para a execução das captações. Por outro lado, há que tomar as necessárias medidas para que as captações mantenham a sua eficiência, havendo também que definir o regime e ritmo a que deve obedecer a sua execução.

No que se refere a estudos hidrogeológicos, o problema assume feição muito diversa, conforme a região de que se trate. De facto, se para o Sul do Save existem elementos que, para cada zona, permitem já o equacionamento de cada problema de pesquisa, há agora necessidade de o completar com estudos hidrogeológicos de pormenor e realizar os projectos de captações. No distrito de Tete, o conhecimento é muito mais imperfeito e em grande parte dos outros distritos a informação é pràticamente inexistente.

171. Havendo que seriar o programa de objectivos a atingir, consideram-se problemas prioritários todos os que respeitam à investigação de base e de pormenor, e à maior coordenação entre a acção dos diversos serviços interessados. Esta coordenação tem de existir, quer ao nível dos próprios estudos, quer nos trabalhos concretos de captações a efectuar, quer ainda no regime de conservação das captações.

b) Fomento mineiro

172. Os investimentos a efectuar pelo sector público vêm justificados e descritos no capítulo dos objectivos.

173. Durante a vigência do Plano caberá à iniciativa privada a parte mais importante no fomento da indústria extractiva. Os principais objectivos em que se espera um considerável aumento de investimentos são:

1) A pesquisa e exploração de ilmenites;
2) Petróleo e gás;
3) Carvão;
4) Minerais pegmatíticos;
5) Minerais da bacia do Zambeze;
6) Ferro;
7) Perlite e montmorilonite e outros.

2. Objectivos

a) Aproveitamento dos meios de obtenção de água doce

174. Prevê-se a efectivação dos seguintes trabalhos:

Realização de 100 sondagens mecânicas e 10 000 geoeléctricas de pesquisa e prospecção, para resolver todos ou a grande maioria dos problemas de captação das zonas sobre que incide o estudo; as duas mais necessitadas são as do Sul do Save e do Tete.

Realização de projectos:

De represas de terra;
De poços e respectivas instalações superficiais anexas.

Conservação das captações:

Conservação anual de cerca de 1800 captações e respectivos sistemas elevatórios.

b) Fomento mineiro

175. Os objectivos visados subdividem-se pelo sector público e pelo privado:

Sector público

Os objectivos e investimentos visados nos seis anos do Plano são:

	Contos
Jazigos de ilmenite de Pebane	31 000
Prospecção regional	12 000
A transportar	43 000

	Contos
Transporte	43 000
Pesquisa e reconhecimento mineiro	16 000
Apoio laboratorial	8 000
Valorização de minérios e transformação industrial	5 000
Total	72 000

a) Entre as medidas de fomento que se consideram necessárias para que se retome em bases ampliadas a exportação de ilmenite figura a abertura à navegação da barra do porto de Pebane e apetrechamento da ponte-cais, o que se estima venha a custar 21 000 contos, aos quais haverá que acrescentar o encargo anual de 2500 contos com a manutenção do porto e do cais.

O encargo de 31 000 contos compõe-se assim de 21 000 a despender até ao fim de 1969 com o porto e cais e de 10 000 contos que são os encargos de conservação durante 1970 a 1973.

A estes investimentos haveria que acrescentar cerca de 80 000 contos com equipamento mineiro a efectuar pelas entidades mineiras privadas (20 000 em Pebane e 60 000 em Moebase).

Como resultado exportar-se-iam cerca de 93 000 contos de ilmenite anualmente.

b) A prospecção regional consistirá no estudo geológico aprofundado, geofísico e geoquímico de alguns objectivos que já foram objecto de cartografia geológica e prospecção geral e revelaram especial interesse.

Prevê-se, assim:

1) Estudo das formações da série do Fingoé para definição de mineralizações de cobre;
2) Estudo das formações de Umkondo com idêntica finalidade;
3) Prospecção regional das formações básicas e ultrabásicas do Atchiza com a finalidade de encontrar minérios de níquel e de crómio;
4) Estudo dos complexos carbonatíticos do tipo de Palabora;
5) Estudo das ocorrências de bauxites.

Tornando-se difícil definir com precisão o exacto investimento para cada um destes objectivos, prevê-se o dispêndio total de 12 000 contos durante os seis anos do Plano.

c) O objectivo da pesquisa e reconhecimento mineiro consistirá na assistência técnica aos pesquisadores, pre-

vendo-se também que a iniciativa dos trabalhos possa ser do Estado, quando as circunstâncias tal aconselhem. De entre os objectivos que poderão vir a ser contemplados há a referir:

Estudo dos jazigos de carvão da bacia Chicoa-Zumbo;
Estudo das reservas dos jazigos de ferro titanado de Machedua, Inhantipissa e outros;
Estudo do manganés da Foia;
Estudo do estanho do Inchope;
Estudo da fluorite de Maringoé e outras;
Estudo da grafite do Itotone;
Estudo de calcários cristalinos;
Estudo do ouro de Tete;
Estudo da cianite do Barué;
Estudo do zircónio de Tete;
Estudo do talco de Manica.

Também neste caso não é possível prever o dispêndio por objectivo, até porque não se sabe antecipadamente qual a parte que virá a caber à iniciativa privada, pelo que se fixa a verba global de 16 000 contos nos seis anos do Plano.

d) O apoio laboratorial terá como finalidade a efectivação de análises e estudos laboratoriais de apoio à cartografia geológica e ao fomento mineiro em geral. Tais análises serão feitas nas instalações centrais dos serviços de minas, para o que se prevê a verba global de 8000 contos durante os seis anos do Plano.

e) Para valorização de minérios e transformação industrial, prevê-se o dispêndio de 5000 contos durante os seis anos do Plano. Os principais objectivos são os estudos relacionados com:

1) Obtenção de óxido de tântalo;
2) Produção de ferro-ligas;
3) Coqueificação de carvões;
4) Obtenção de criolite artificial;
5) Lapidação de pedras semipreciosas e sua comercialização;
6) Criação de um núcleo de informações técnicas;
7) Preparação e especialização de pessoal;
8) Estudo de transportes e tarifas.

Sector privado

a) As ocorrências ilmeníticas das regiões de Pebane e Moebase poderão ser valorizadas e contribuir para importante acréscimo do valor da produção mineira da província logo que seja convenientemente aberta à navegação a barra e porto de Pebane e apetrechada a sua ponte-cais,

obras estas que ficaram previstas nos investimentos do sector público. O equipamento das minas, a efectivar pelas empresas mineiras, pode estimar-se em cerca de 80 000 contos, valor este que figura no quadro final dos investimentos e que não inclui, por agora, outros gastos com a exploração dos jazigos, por não ser fácil prever, de momento, o ano do Plano em que se iniciará.

b) Espera-se que durante a vigência do Plano procedam as pesquisas intensivas de petróleo e gás, pelo menos cinco companhias ou grupos de companhias especializadas nestas operações, que exercerão a sua actividade ao longo de toda a faixa costeira sedimentar e na plataforma continental adjacente. De momento torna-se difícil prever com exactidão o que virão a despender durante a vigência do Plano, uma vez que os seus gastos dependerão em ampla medida dos êxitos alcançados.

c) É de prever que durante a vigência do Plano se continuem a investir, na pesquisa e exploração do carvão já conhecido, quantias da mesma ordem de grandeza das que foram gastas nos últimos anos e também se prevê que continuem a ser estudados por entidades privadas novos jazigos de carvão cuja existência se conhece. Atribui-se a estes objectivos uma verba global de 200 000 contos, na qual já se incluem os investimentos com a exploração e tratamento da actual empresa concessionária, mas não com uma industrialização subsequente como seria a coquefacção, pois de momento não existem elementos suficientemente comprovados que permitam melhor previsão.

d) A pesquisa e exploração de minerais pegmatíticos, tais como berilo, columbo-tantalites, turmalinas e outros, deverá prosseguir, durante a vigência do Plano, a ritmo comparável ao do passado. Para a microlite prevê-se, porém, um considerável acréscimo de produção, pelo que se estima para o conjunto destas actividades o investimento global de 168 000 contos, incluindo todas as despesas de pesquisa, exploração e concentração, mas não os gastos que poderão vir a efectivar-se com a metalurgia e lapidação, para o que, aliás, existem já alguns anteprojectos.

e) A área da bacia do Zambeze desperta grande interesse aos pesquisadores mineiros, sobretudo depois de se ter resolvido construir o importante empreendimento de Cabora Bassa, que virá a exercer relevante papel no fomento de toda a área da bacia a que fica afecto. É assim de prever a efectivação de pesquisas de minerais de cobre, níquel, crómio, fluorites, minerais pegmatíticos e outros na região, não faltando interessados que desejam, na sequência de outras pesquisas e estudos efec-

tivados pelo sector público, continuar a investir. Para estas novas actividades prevê-se uma verba de 72 000 contos, a gastar com pesquisa e exploração durante os seis anos de vigência do Plano, montante este que não inclui qualquer gasto que venha a verificar-se com a industrialização das matérias-primas que venham a explorar-se.

f) A pesquisa e exploração de minérios de ferro por para o que existem, aliás, já alguns anteprojectos, julga-se parado. Não considerando quaisquer investimentos com a montagem em separado. Não considerando quaisquer investimentos com a montagem da indústria siderúrgica, para o que existem aliás já alguns anteprojectos, julga-se que o investimento em pesquisa, exploração e beneficiação, de 50 000 contos durante a vigência do Plano, é valor possível e prudente.

g) A montmorilonite e a perlite são dois minerais que apresentam grande interesse mineiro futuro, tendo-se em vista a crescente procura, a situação dos jazigos e a qualidade dos minérios. Espera-se que a respectiva produção aumente consideràvelmente durante o Plano, pelo que se estima o investimento de 162 000 contos com pesquisa, exploração e tratamento durante a sua vigência.

h) Para terminar, atribui-se a verba de 75 000 contos à pesquisa e exploração de outros minérios, incluindo o estanho da região do Inchope, que se espera venha a ser objecto de trabalhos de pesquisa e eventual exploração durante a vigência do Plano, e também outros minerais, como a bauxite, amianto, colcopirite, granadas, amazonite e a bismutite.

3. Medidas de política

a) Aproveitamento dos meios de obtenção de água doce

176. Da falta de organismos coordenadores dos problemas suscitados pelas necessidades de abastecimento de água das populações rurais e gados e sua satisfação e de organismos responsáveis pela conservação das captações existentes resulta a multiplicidade de serviços públicos que têm competência para se dedicar ao estudo e à solução destes problemas e resulta também mau aproveitamento dos meios de acção existentes, porquanto os planos de trabalho são elaborados ao sabor das solicitações da iniciativa privada, sem um critério de selecção dos problemas por ordem prioritária e sem possibilidades de se dispor da totalidade da informação colhida.

Prevê-se, assim, para este sector, a coordenação da informação e da acção dos organismos interessados e competentes. Sem essa coordenação não é possível atingir plenamente os objectivos traçados no projecto, pelo que se considera necessária a criação de comissões distritais de águas e de uma comissão ou gabinete coordenador provincial, em que estariam representados os serviços e organismos interessados.

Nestas condições, deverão ser criadas:

Comissões distritais de águas nos distritos de Lourenço Marques, Gaza, Inhambane, Tete e, eventualmente, Manica e Sofala, responsáveis pela conservação das captações existentes, pela recolha de elementos quanto às necessidades de abastecimento pela recomendação de prioridades, e pela proposta da forma de pagamento da execução das captações pelos utentes;

Orgão coordenador ao nível provincial, funcionando junto de um dos serviços interessados, com o fim de coordenar os elementos e propostas provenientes das comissões distritais e propor os planos de acção e os serviços a que devem ser cometidos.

b) Fomento mineiro

177. Entrará a funcionar, no início do Plano, o Fundo de Fomento Mineiro Ultramarino, órgão central que tem como única função financiar operações de fomento mineiro em todo o ultramar português, nelas incluídas a cartografia geológica e a prospecção geral. Os financiamentos a que o Fundo procederá decorrerão em paralelo com outros financiamentos atribuídos ao fomento mineiro da província, através do Plano de Fomento.

Espera-se que a actuação do Fundo, orientada por departamentos centrais do Ministério com ampla colaboração das províncias, possa contribuir de forma mais rápida e esclarecida para a intensificação do fomento e seu enquadramento na perspectiva nacional.

2. Indústrias transformadoras

1. Evolução recente e problemas actuais

178. A actividade industrial de Moçambique tem vindo a caracterizar-se desde 1961, por uma evolução favorável do valor da sua produção. Esta evolução, que pode considerar-se moderada até 1964, apresenta um ritmo de expansão notável nos anos de 1965 e 1966. No fim do sexénio, o valor da produção industrial traduz-se por um acréscimo de 82 por cento em relação a 1961.

Anos	Valor da produção industrial — Milhões de escudos	Índices — 1961 = 100
1961	1 953	100
1962	2 202	112
1963	2 423	124
1964	2 754	141
1965	3 076	157
1966	3 564	182

O grupo das indústrias alimentares tem vindo a dominar sempre e em larga escala a actividade industrial de Moçambique. Com efeito, no sexénio considerado, nunca a contribuição das indústrias alimentares desceu abaixo de 36 por cento do cômputo total do produto da indústria moçambicana. As indústrias dos produtos químicos, derivados do petróleo, produtos minerais não metálicos e têxteis, constituem também grupos dominantes da actividade industrial da província.

As indústrias das bebidas e dos tabacos desenvolveram-se também a bom ritmo e atingem já valor significativo.

Produção das principais indústrias transformadoras

Valores em milhões de escudos

	1961		1962		1963		1964		1965		1966	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Indústrias alimentares	751	38,5	926	41,7	882	36,4	1 000	36,3	1 154	37,5	1 475	41,4
Bebidas	127	6,5	151	6,8	176	7,3	206	7,5	194	6,3	256	7,2
Tabaco	170	8,7	160	7,2	180	7,4	178	6,5	186	6	202	5,7
Têxteis	106	5,4	135	6,1	231	9,5	241	8,8	230	7,5	223	6,3
Calçado e têxteis em obra, excepto vestuário	9	10,5	57	2,6	93	3,9	104	3,8	96	3,1	97	2,7
Madeira	11	0,5	14	0,6	17	0,7	19	0,7	26	0,8	33	0,9
Mobiliário metálico	–	–	6	0,3	12	0,5	18	0,6	16	0,5	18	0,5
Borracha	20	1	28	1,3	39	1,6	49	1,8	34	1,1	37	1
Produtos químicos	238	12,2	240	10,8	265	10,9	382	13,9	503	16,4	413	11,6
Tintas e vernizes	–	–	13	0,6	19	0,8	23	0,8	39	1,3	43	1,2
Derivados de petróleo	327	16,7	305	13,7	316	13,1	326	11,8	337	11	487	13,7
Produtos minerais não metálicos	175	9	159	7,2	163	6,7	77	6,4	216	7	224	6,3
Fabricação de produtos metálicos	19	1	21	0,9	18	0,7	22	0,8	31	1	27	0,7
Construção de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico	–	–	5	0,2	12	0,5	9	0,3	14	0,5	29	0,8
Total	1 953		2 220		2 423		2 754		3 076		3 564	

179. Como pode verificar-se pelo mapa anexo, o capital investido no sector industrial de Moçambique durante os últimos seis anos foi de cerca de 2 milhões de contos, que pode considerar-se verba substancial. Tal investimento demonstra o interesse com que a iniciativa privada encara este campo de actividade.

Quanto aos novos empregos criados na província e na actividade industrial, os números expostos mostram-nos que a indústria contribuiu em boa medida para a absorção do acréscimo de mão-de-obra disponível ao longo dos anos considerados. Com efeito, o número de novos lugares previstos nas indústrias instaladas durante o sexénio ultrapassou os 31 000 lugares.

Anos	Pessoal previsto	Capital investido — Contos
1961	11 234	634 764
1962	7 026	469 702
1963	3 398	168 491
1964	2 781	217 251
1965	3 493	304 003
1966	3 190	222 309

2. Objectivos

180. Prevê-se que seja feito por entidades privadas, neste sector, no período do III Plano de Fomento investimento bruto da ordem dos 5210 milhares de contos.

Dado o tipo do planeamento escolhido — indicativo no sector industrial —, é indispensável que os organismos oficiais promovam e apoiem a actividade privada, com o objectivo de não afastar do previsto o investimento verificado *a posteriori*.

3. Medidas de política

181. As medidas necessárias neste sector são:

Pesquisa, por organismo estadual, de novas oportunidades industriais, com o objectivo de as divulgar;

Adopção, para cada caso, dos meios de protecção ou estímulo adequados;

Estudo dos problemas de formação de pessoal especializado, e melhorar e expandir as actividades de formação acelerada de mão-de-obra especializada;

Melhoria das condições de oferta de crédito a longo prazo;

Estabelecimento de sistemas de assistência técnica e financeira às pequenas e médias empresas;

Prospecção de mercados;

Apoio à criação de empresas especializadas em estudos económicos e de organização;

Criação das bases necessárias para o fomento das actuais e de futuras zonas de «desenvolvimento industrial»;

Apoio às oportunidades industriais a surgir no seio das definidas «zonas de povoamento»;

Utilização das capacidades desaproveitadas nas indústrias transformadoras dos produtos agrícolas e pecuários e preenchimento das capacidades normais de laboração de algumas instalações industriais previstas;

Estudo do artesanato, dadas as possibilidades que encontra já na província e considerando as vantagens que advirão do exercício desta actividade em meios rurais e nas cinturas urbanas, com vista a poder vir a considerar-se o seu desenvolvimento.

182. Enumeram-se como possíveis «zonas de desenvolvimento industrial» as seguintes:

Zona de Lourenço Marques

Constitui já o maior centro industrial da província, dispondo de infra-estruturas razoáveis, ainda susceptíveis de serem melhoradas.

Zona de Inhambane

A existência do porto de mar, a proximidade de Lourenço Marques e o facto de ter boas ligações rodoviárias permitirão o fomento da indústria de transformação de produtos agrícolas.

Zona da Beira

Excelente porto de mar, testa de caminho de ferro e estradas internacionais, a Beira pode considerar-se como o segundo centro industrial da província. À excelente posição geográfica, no centro da província, há a acrescentar ainda, como factor favorável ao desenvolvimento industrial, a localização na zona de influência da barragem do Revuè, com amplas disponibilidades de energia que podem ser utilizadas em território nacional.

Zona de Vila Pery

A actividade industrial da zona atinge já uma certa relevância. Zona pertencente ao *hinterland* da Beira, goza das facilidades de comunicação e das disponibilidades de energia que se referiram a propósito da Beira.

Zona de Quelimane

Região votada por excelência ao exercício das indústrias agrícolas: açúcar, chá, sisal, copra, etc., oferece também boas perspectivas para o desenvolvimento industrial.

Zona de Tete

Região de minérios onde avulta já a extracção do carvão, pode considerar-se com amplas possibilidades para a radicação da indústria pesada. O caminho de ferro permite a ligação à Beira, podendo contar ainda com amplas disponibilidades de água, sendo notáveis as possibilidades de produção de energia hídrica.

Zona de Nacala

Excelente porto de mar e testa de caminho de ferro, possui já algumas actividades industriais, tendo condições naturais para se tornar um centro de desenvolvimento industrial de relevo.

Zona de António Enes

A actividade industrial já existente servirá de embrião para a criação de indústrias complementares de agricultura.

3. Investimentos

183. Apenas com carácter indicativo, admite-se que seja feito pelas entidades privadas, neste sector, no período do III Plano de Fomento, um investimento bruto da ordem dos 5210 milhares de contos, assim repartidos:

1968	650
1969	725
1970	810
1971	900
1972	1 005
1973	1 120

Além disso, há que considerar os investimentos a efectuar pelos organismos oficiais na promoção e apoio da actividade privada e na entrada de novas unidades industriais.

Os investimentos previstos no sector das indústrias extractivas e transformadoras são os que se indicam no quadro seguinte.

Indústrias extractivas e transformadoras

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Indústrias extractivas	1 130 500
Aproveitamento dos meios de obtenção de água doce	58 500
Estudo dos meios de obtenção de água doce	57 600
Conservação das captações	900
Fomento mineiro	1 072 000
Sector público	72 000
Jazigos de ilmenites de Pebane	31 000
Prospecção regional	12 000
Pesquisa e reconhecimento mineiro	16 000
Apoio laboratorial	8 000
Valorização de minérios e transformação industrial	5 000
Sector privado	1 000 000
Pesquisa e exploração de ilmenites	80 000
Pesquisa e exploração de petróleo e gás	(*a*) 200 000
Pesquisa e exploração de carvão	200 000
Pesquisa e exploração de minerais pegmatíticos	168 000
Pesquisa e exploração de minerais vários na área da bacia do Zambeze	70 000
Pesquisa e exploração de minerais de ferro	50 000
Pesquisa e exploração de perlite e montmorilonite	162 000
Outros minerais não especificados	70 000
Indústrias transformadoras	5 372 000
Estudos	12 000
Ampliação, renovação e criação de novas indústrias	5 210 000
Aquisição de acções e obrigações (sociedades de financiamento)	150 000
Total	6 502 500

(*a*) De harmonia com contratos celebrados posteriormente à aprovação do Plano de Fomento, os investimentos na pesquisa e exploração de petróleo bruto deverão atingir montante muito mais elevado do que aquele que há presente no Plano.

IV) Indústria de construção e obras públicas

1. Evolução recente e problemas actuais

184. A indústria de construção e obras públicas, de relevante importância em todas as províncias ultramarinas, assume, no caso de Moçambique, especial interesse,

pela proporção particularmente elevada que os investimentos infra-estruturais têm assumido nos seus planos de fomento.

O produto do sector apresenta, no período de 1953–1962, um acréscimo médio anual da ordem dos 4,8 por cento, a que corresponde relativa estabilidade no que se refere à sua posição relativa no conjunto do produto interno da província.

185. A contribuição prevista da indústria para o III Plano de Fomento pode estimar-se em 800 milhares de contos. No valor global participam, em especial, os sectores dos transportes e comunicações, melhoramentos rurais, habitação e urbanização, educação e investigação e saúde.

Há ainda que considerar o outro âmbito de acção desta indústria, ou seja o que diz respeito à construção civil: só nos centros urbanos mais importantes foram levados a cabo, no período, 2834 edifícios, no valor total de 1688 milhares de contos; espera-se que este esforço seja intensificado no III Plano de Fomento.

186. Existem na província empresas especializadas em número e com a organização técnico-financeira adequados para assegurar cabalmente a maior parte das necessidades sentidas em matéria de obras públicas e construção, não tendo, no passado, faltado, sempre que conveniente, o interesse de empresas metropolitanas e estrangeiras pela obtenção de contratos de empreitada.

Por outro lado, o facto de a indústria moçambicana se encontrar já em condições de fornecer grande parte dos materiais e produtos exigidos dá ao sector um papel de particular interesse como estimulante do crescimento económico interno.

187. A problemática do sector cifra-se na dificuldade de dispor de mão-de-obra especializada e nas condições satisfatórias de financiamento de um mais alto grau de continuidade na sua actividade.

2. Objectivos

188. Define-se como objectivo a alcançar a resolução dos problemas que acima foram enunciados.

3. Investimentos e medidas

189. Não há lugar à inscrição específica de investimentos no sector, visto que os investimentos que através dele se vão a efectuar dizem respeito aos vários sectores interessados.

190. Registar-se-á, pois, sòmente um conjunto de medidas, cuja concretização permitirá resolver ou minorar os problemas postos. Assim, prevê-se:

a) Acções de formação profissional do quadro do ensino técnico e no da formação acelerada da mão-de-obra qualificada;

b) Intensificação dos estudos e trabalhos de investigação aplicada, a cargo, principalmente, do Laboratório de Ensaio de Materiais, com vista a melhorar o nível de produtividade da indústria, a reduzir os respectivos custos e a alargar a participação das produções locais na construção e obras públicas;

c) Programação das obras públicas em moldes que permitam assegurar maior especialização das empresas concessionárias e maior continuidade de trabalhos;

d) Definição de esquemas de financiamento adequados a uma actividade de construção sem interrupção por falta de meios financeiros a custos mais razoáveis.

V) Melhoramentos rurais

1. Evolução recente e problemas actuais

191. Através deste sector não se procura a obtenção de rendimentos, mas sim assegurar condições adequadas de vida às populações. Incidindo o programa a estabelecer sobre abastecimento de água de povoações, represas e poços, electrificação, urbanização, esgotos e saneamento, há que ter a preocupação de que corresponda aos melhoramentos absolutamente necessários para atender a necessidades inadiáveis, segundo escala rígida de prioridades.

O largo escopo das necessidades a satisfazer impõe, em qualquer caso, que se procure não só melhorar o grau de eficiência na utilização dos recursos financeiros e técnicos disponíveis, mas também ampliar, tanto quanto possível, os meios mobilizáveis para o efeito.

192. É, pois, desejável intervenção estadual que permita acelerar a promoção social, especialmente das populações que vivem em meio rural, criando-se para esse fim uma estrutura administrativa que promova a coordenação dos serviços que têm intervenção no problema da promoção. Deve, por outro lado, procurar-se que a população contribua directamente para a sua promoção económica e social, obtendo-se «investimentos humanos» que permitam acelerar o desenvolvimento económico-social.

193. Em economias menos evoluídas predomina, na generalidade, a actividade agrária e o autoconsumo.

É por isso que se considera tão importante actuar em meio rural, melhorando as técnicas produtivas, e, simultâneamente, ir aproveitando a mão-de-obra em subemprego visível e aquela que vai ficando disponível pelo aperfeiçoamento técnico, pelo menos enquanto a população não ingressar num sistema económico monetarizado.

A mobilização deste subemprego traz um maior aproveitamento do potencial humano existente, tornando-se mais úteis à Nação os recursos humanos desaproveitados.

194. A relação entre o consumo e o investimento, nestes casos, situa-se numa posição intermédia entre o ponto de vista clássico e o keynesiano, pois é possível aumentar a formação de capital sem diminuir nem aumentar o consumo, no caso de se considerar só a mobilização da população em subemprego visível.

195. Os serviços de Moçambique já procuram actuar neste campo de promoção, embora de uma forma não coordenada, sendo desejável uma acção dinamizadora e coordenada dos vários serviços com fundamento em programas concretos de actuação para as diversas regiões do território.

196. Actuam mais directamente junto das populações os Serviços de Saúde, com os seus programas de educação sanitária; os Serviços de Educação, com os serviços extra-escolares envolvendo o ensino de adultos, a promoção da mulher, etc.; os Serviços de Obras Públicas, com a realização de melhoramentos locais; os Serviços de Administração Civil, com outros objectivos, incluindo também obras locais; os serviços de extensão agrícola e pecuária (Serviços de Agricultura, Instituto do Algodão, Instituto dos Cereais, Serviços de Veterinária, Junta Provincial de Povoamento), através de intervenção de vários tipos, apoiados por vezes em monitores e visando a organização da produção, a melhoria das técnicas culturais, a comercialização, etc.

O problema que se põe consiste em assegurar que tais serviços actuem em dadas regiões, tendo na base da sua actuação um programa comum em que todas as acções a empreender se coordenem, e, por outro lado, que se procure obter a participação da população através do fornecimento do seu esforço em trabalho e, até, em contribuição monetária, quando a população o desejar e quando aquele for necessário para obter a satisfação do que a população considera como suas necessidades.

197. O desenvolvimento comunitário, como processo, tem os seguintes elementos principais:

Um programa planeado com alvo central nas necessidades totais da comunidade;
O encorajamento da auto-ajuda, que é a base de todo o programa;
Assistência técnica efectiva de organismos estaduais ou de organizações voluntárias;
Integração das várias especialidades, para ajudar as comunidades.

Estes quatro elementos são os pilares em que assenta o processo de desenvolvimento da comunidade, segundo as técnicas de desenvolvimento comunitário.

É necessário, porém, notar-se que o sucesso dos programas só será possível se se adaptar o estado de espírito dos técnicos ao tipo de trabalho que vão realizar.

É evidente que se faria um regadio muito mais rápido recorrendo a maquinaria que recorrendo ao transporte de terra à cabeça ou abrindo valas à pá e picareta.

O bom senso e a necessidade de empregar pouco capital no investimento dirão quando se deverá dar uma ajuda com máquinas, mas só supletivamente.

É caso para ponderar o das dezenas de furos e poços para obtenção de água feitos no Sul do Save pelos serviços públicos, em que se montaram bombas manuais, e que estão, na maioria, inactivos, em virtude de a população não procurar evitar que as crianças os inutilizem, fazendo ver que tudo aquilo, sendo do Estado, é para benefício da própria população.

Uma obra em que estivesse integrado o suor do rosto das populações seria certamente conservada.

198. A procura dos investimentos humanos faz-se com o objectivo de se poder multiplicar o «dinheiro» que se mobiliza para os Planos, pois, com base numa coordenação de serviços, procura-se ir buscar directamente ao esforço dos homens, especialmente dos que vivem em meio rural, a obtenção de realizações que se teriam de relegar para mais tarde, se houvesse que esperar até o Estado ter «dinheiro» disponível para as fazer.

199. Entende-se que a população aderirá melhor ao esforço se sentir as obras que realizar com essas pequenas ajudas como sendo suas ou realizadas para seu benefício directo, imediatamente perceptível: o caso de uma ponte que possibilita a ida do gado, durante todo o ano, ao tanque-banheiro; o celeiro feito em termos de se não perder um terço da produção; a estrada que vai facilitar a passagem do médico ou da ambulância; a enfermaria

ou maternidade que permite cobrir directamente os riscos de uma futura necessidade de assistência; o edifício para a escola, etc., são normalmente necessidades perfeitamente sentidas pela população e, em geral, há adesão das comunidades para a sua realização.

200. Em Moçambique verifica-se larga margem de subemprego entre as populações rurais autóctones, quer por razões de ordem técnica, quer em consequência das características da própria actividade agrícola numa grande parte da província (a época das culturas é limitada pela estação chuvosa), quer ainda por razões de ordem social.

Ora, é perfeitamente possível mobilizar o subemprego visível, isto é, excluindo o subemprego técnico, tal como é definido com base na limitação de produtividade, e, consequentemente, dos réditos individuais por insuficiência de ordem técnica.

Deverá, portanto, tentar-se, através de uma estrutura administrativa, promover a coordenação de certos serviços provinciais com o objectivo de canalizar o subemprego visível com vista a obterem-se obras de interesse para as comunidades.

2. Objectivos

201. Visa-se instituir um sistema coordenador, orientador e estimulador da promoção social, desejando-se sòmente, através desse sistema, atingir investimentos humanos com o valor global de 100 000 contos durante o período de 1969 a 1973. Excluem-se deste valor de 100 000 contos os investimentos do tipo similar que estão programados no sector agrícola.

Além disso, já no que se refere a empreendimentos realizados pelos métodos usuais, prevê-se o abastecimento de água, a electrificação e saneamento de povoações, destacando-se, em especial, a zona de Vila Pery.

3. Medidas de política

202. Nada impede, actualmente, que a população promova os investimentos do seu interesse e que os resultados do investimento se integrem no património comum. O pagamento directo ou indirecto pela população de despesas de funcionamento e com remuneração de agentes, como professores, enfermeiros, etc., comporta já problemas a resolver, especialmente quando esse pagamento seja só parcial.

Haverá, por isso, que proceder às convenientes adaptações legislativas, com o objectivo de que os investimentos

humanos, quando realizados, não fiquem por utilizar, dada uma eventual dificuldade que surja no pagamento de parte das despesas de funcionamento.

4. Investimentos

203. Os programas de investimentos em melhoramentos rurais são os seguintes:

Melhoramentos rurais

Programa de investimentos

Empreendimentos	Total
Abastecimento de água	52 000
Represas e poços	10 000
Electrificações	8 000
Urbanização	6 000
Encargos gerais	17 000
Organização do desenvolvimento comunitário	20 700
Total	113 700

VI) Energia

1. Evolução recente, situação actual e perspectivas

204. A visão integrada dos problemas energéticos constitui o problema de compatibilização mais importante que se põe neste sector.

Por sua vez, a relação com outros sectores é forçosamente muito estreita, dado que a energia constitui uma infra-estrutura básica de toda a actividade económica. Não constituindo a produção de energia um fim em si mesmo, mas simplesmente um serviço prestado, é evidente que todo o trabalho de programação tem de ser conduzido no sentido de assegurar a satisfação dos consumos previstos nos restantes sectores de actividade.

205. A este respeito, deve salientar-se a dificuldade de realizar previsões de consumo com razoável segurança, já que as características próprias do território, o dinamismo do crescimento de certos centros populacionais, os próprios valores do consumo reduzidos de que se parte, implicam uma dissemelhança temporal muito grande nos ritmos de crescimento do consumo.

Por vezes, acontece que a simples montagem de uma ou duas unidades industriais em dada zona faça subir sensìvelmente o consumo de energia eléctrica nessa zona. Mesmo no que se refere aos centros urbanos mais importantes da província, são muito falíveis as previsões de consumo que se fazem nesta altura.

Este facto obrigou a que se procurasse utilizar todos os elementos conhecidos que de algum modo podem influir no ritmo de crescimento dos consumos das diferentes regiões da província, muito particularmente no que se refere a novas instalações industriais, mesmo que não sejam objecto de decisões definitivas.

Deste conjunto de circunstâncias derivam dois pontos importantes:

O primeiro refere-se ao carácter de relativa incerteza que revestem os planos de investimento, não quanto aos empreendimentos, mas no que se refere às datas de entrada em serviço, já que são pouco seguras as previsões de consumo de que parte. De notar que, em caso de previsões pessimistas, há que antecipar investimentos, o que, independentemente do carácter de maleabilidade a conceder ao calendário anual proposto (donde deriva a necessidade da sua revisão periódica), implica que os respectivos estudos tenham sido já levados a um grau de adiantamento que não permita soluções de improviso.

O segundo ponto refere-se à necessidade de conceder uma especial atenção à melhoria dos métodos de estabelecimento de previsões do consumo e, particularmente, à possibilidade de se utilizarem todas as informações sobre a evolução da actividade económica da província que, de algum modo, possam contribuir para uma mais correcta previsão. Há também a salientar a vantagem em que essas previsões sejam regularmente divulgadas, como meio de proceder à sua elaboração numa base cada vez mais perfeita.

206. A compatibilização do programa de novos empreendimentos no campo da energia eléctrica, com as previsões da evolução da actividade industrial nas zonas que foram consideradas com potencialidade para um maior desenvolvimento industrial, foi realizada especialmente com vista a definir as necessidades em matéria de infra-estruturas básicas nas zonas de desenvolvimento industrial.

207. Atenta a necessidade de impulsionar a instalação de novas unidades industriais no Norte da província,

houve que precisar as condições de que dependeria a expansão industrial ao longo do eixo Nacala-Nampula.

O problema assume particular relevância para a programação no campo da energia eléctrica, dado que esta tem constituído, de certo modo, factor limitante, podendo considerar-se elevadas as tarifas a que é fornecida para a indústria.

No que se refere a Nampula, reconhece-se que as possibilidades de melhoria significativa neste campo estavam estreitamente associadas à execução do aproveitamento do Alto Molócuè.

No que se refere a Nacala e à zona Monapo-Namialo, põe-se a opção entre a preferência pelos empreendimentos que se localizassem mais para o interior, aproveitando o interesse que esses centros começam a assumir para a indústria e criando-lhes condições para uma expansão vigorosa, ou a conce tração em Nacala dos maiores esforços no período do III Plano de Fomento.

Entrará brevemente em exploração uma central térmica a *fuel-oil* em Nacala, que deverá ser ampliada durante o período do III Plano, ainda que não esteja determinada a dimensão da ampliação, já que esta estará dependente do crescimento do parque industrial da vila, bem como da decisão final de irradiar da sua central uma rede de transporte que sirva a zona de Monapo-Namialo. A duplicação da potência instalada na central dará à sua exploração condições económicas muito favoráveis, convindo, portanto, criar condições para que o consumo de energia eléctrica na zona atinja valores verdadeiramente significativos.

É nesta perspectiva que se integra a instalação da rede de transportes ligando Nacala ao Monapo e o Monapo a Namialo. Na verdade, poderia admitir-se, atendendo à relativa extensão da rede de transporte — cerca de 100 km —, a hipótese alternativa do estabelecimento de uma central localizada no Monapo, o que modificaria a preferência para Nacala, já que o Monapo apresentava, sob vários aspectos, condições mais favoráveis.

A análise comparativa a que se procedeu leva a considerar mais vantajosa a instalação da rede de transporte que, aliás, poderá ser o primeiro passo para um esquema regional de transporte de energia que virá a materializar-se pelo seu prolongamento para o Lumbo e ilha de Moçambique e pela interligação, em Nampula, com a rede a servir pelo aproveitamento hidroeléctrico do rio Molócuè.

A análise referida contribuiu, em parte, para as conclusões a que se chegou ao tratar das zonas de desenvol-

vimento industrial. Ao mesmo tempo, essas conclusões vieram conceder especial importância à criação e desenvolvimento das infra-estruturas de energia eléctrica na zona de Nacala, importância que é reflectida pelos empreendimentos relativos a esta zona contidos no III Plano de Fomento.

208. Outros problemas de compatibilização se levantam no que respeita aos aproveitamentos de fins múltiplos, relativamente aos quais há que proceder a acerto de posições com os problemas da agricultura.

O problema põe-se especialmente no caso dos aproveitamentos hidroeléctricos dos rios Messalo e Malema, que terão igualmente finalidades hidroagrícolas. Estes aproveitamentos serão estudados no período de 1968 a 1973, esperando-se iniciar a construção do primeiro no final do período. A conjugação com os estudos que ao mesmo tempo tinham sido propostos com o objectivo de regularização do rio e de rega leva a alterar a data do início dos estudos e, correspondentemente, da construção. É muito importante a estreita conjugação entre os estudos de produção de energia e de possibilidades hidroagrícolas relativas a estes aproveitamentos.

209. Há também que proceder a harmonização quanto à proposição de um programa de inventariação de recursos hidráulicos. De facto, um dos trabalhos consiste precisamente na definição de prioridades para o estudo das bacias hidrográficas, devendo, para esse efeito, utilizar-se critérios que tenham em vista simultâneamente as finalidades hidroagrícolas e de produção de energia.

210. Para além das realizações orientadas estritamente no sentido de assegurar a satisfação dos consumos normais de energia eléctrica da província, surge, como factor central da política energética global de Moçambique e como empreendimento autónomo, de efeitos decisivos no seu processo de desenvolvimento económico, a realização do aproveitamento de Cabora Bassa. Este aproveitamento, cuja produção interessa vários países vizinhos, terá na sua fase final uma potência instalada em duas centrais de 3000 MW, atingindo a produção de 18 000 milhões de kilowatts-hora a preços registados dos mais baixos.

O Zambeze e seus afluentes apresentam perspectivas fora de série. Só o Zambeze pode fornecer em quatro escalões 50 000 milhões de kilowatts-hora.

A realização deste empreendimento dispensará o do Alto Molocué e levará a rever as soluções estudadas para o abastecimento da região de Lourenço Marques.

211. Problemas mais delicados se levantam no que se refere ao transporte de combustíveis para a costa da província e ao transporte do carvão de Moatize.

O primeiro destes problemas diz respeito à necessidade de proporcionar às centrais térmicas disseminadas pela província a possibilidade de produzirem energia eléctrica a preços bastante inferiores aos obtidos em muitas outras centrais deste tipo consumindo gasóleo, o que se reconheceu estar intimamente dependente do fornecimento do *fuel-oil* a granel em condições favoráveis. A primeira solução encarada consistiu na aquisição de um petroleiro para este fim, solução que necessitava correspondentes instalações de armazenagem de produtos petrolíferos em alguns portos da província.

Para resolução do problema foi possível utilizar o método da programação linear, de cuja aplicação resultaram conclusões opostas a esta solução.

Em linhas gerais, esta conclusão, conjuntamente com a possibilidade revelada no decorrer dos estudos sobre movimentação de *fuel-oil*, pela utilização dos navios de longo curso, deu um novo aspecto ao problema, que terá de ser analisado em profundidade.

212. Por sua vez, ligado ao campo das actividades extractivas, verifica-se que o carvão de Moatize tem defrontado problemas de comercialização cuja resolução não parece fácil. Atendendo a vários factores de incerteza, não foi possível, como era desejo inicial, definir uma «zona de influência» para o carvão de Moatize, a tornar posteriormente operacional por medidas de política apropriadas. Reconhece-se, todavia, que não é possível fornecer-lhe base mínima de competitividade económica com outros combustíveis utilizados na produção de energia por via térmica, se não forem revistos profundamente certos factores determinantes desta situação. Entre eles avultam as tarifas de caminho de ferro actualmente praticadas, os encargos que oneram o armazenamento e manuseamento do carvão nos diversos portos da província e os próprios preços praticados pela navegação de cabotagem.

O problema, porém, necessita de ser integrado numa óptica mais geral, conjugando todos os elementos que envolvem a exploração das minas de carvão de Moatize em condições económicas, o que constituía precisamente uma das principais atribuições dos estudos relativos a indústrias extractivas.

2. Objectivos

213. Os objectivos a visar neste sector consistem fundamentalmente em:

Garantir, nas convenientes condições técnico-económicas, a satisfação dos consumos de energia efectuados;

Promover, pela realização do empreendimento de Cabora Bassa, a criação das condições de base para aproveitamento dos recursos naturais da região;

Assegurar a possibilidade de utilização eficiente e económica dos carvões de Moatize;

Melhorar o nível dos custos da produção das centrais térmicas;

Inventariar as possibilidades de aproveitamento hidroeléctrico e hidroagrícola de abastecimento de água das bacias hidrográficas mais importantes.

3. Medidas de política

214. As centrais térmicas da província, excluída a da Sonefe, consomem produtos petrolíferos — gasóleo, em grande maioria.

Os custos da energia eléctrica produzida por estas centrais são função fundamentalmente do tipo de central, do custo do combustível e do factor de capacidade, mas pode dizer-se, de um modo geral, que os custos são elevados e, em certos casos, desencorajadores para novas instalações industriais.

Sucede que a utilização de grupos electrogéneos consumindo *fuel-oil* pode possibilitar a produção de energia eléctrica a preços bastante inferiores aos obtidos em muitas centrais térmicas consumindo gasóleo, desde que o *fuel-oil* seja fornecido a granel, em condições favoráveis. Dada a importância do assunto, foram especialmente analisados os problemas do transporte dos produtos petrolíferos por cabotagem, seu fornecimento e armazenagem.

Por outro lado, deve ser encarada com todo o interesse a possibilidade de utilização dos carvões de Moatize na produção de energia eléctrica, visto tratar-se de um combustível da província, devendo notar-se, todavia, que as centrais a carvão apenas são susceptíveis de competir com as centrais a *Diesel* a partir de consumos da ordem dos 50 kWh a 60 kWh, dados os maiores encargos de instalação para pequenas potências instaladas.

Nestas circunstâncias, o problema da produção de energia por via térmica terá de ser convenientemente

estudado para cada caso, tendo em vista a possibilidade de utilização de combustíveis da província — carvão de Moatize e refinados de petróleo da Sonarep —, ficando a escolha do combustível a utilizar subordinada ao valor da potência e utilização anual da ponta máxima, bem como às vantagens e desvantagens que em cada caso oferece o uso dos referidos combustíveis, atendendo sempre, porém, a que é do máximo interesse nacional depender o menos possível de fontes externas de energia. Em particular no caso da nova central térmica a instalar para abastecimento da região de Lourenço Marques (C. T. III), que poderá laborar com carvão importado, de origem sul-africana, em boas condições de preço, tem muito interesse considerar a possibilidade de projectar a central de modo a serem consumidos indiferentemente os dois combustíveis — carvão e *fuel-oil*.

215. Considera-se indispensável a resolução a curto prazo do problema do fornecimento a granel de combustíveis, sobretudo de *fuel-oil*, atendendo especialmente aos benéficos efeitos que daí podem resultar nos custos de produção de energia eléctrica de muitas centrais térmicas.

Nestas circunstâncias, se a frota da cabotagem da província não for dotada de um petroleiro com características apropriadas para esta finalidade, recomenda-se que seja devidamente esclarecida a possibilidade de os navios de longo curso transportarem *fuel-oil* a granel.

Sendo isto possível, ficaria assegurado o abastecimento dos portos da Beira, Nacala e Porto Amélia, considerando-se suficientes a frota de cabotagem existente e os transportes rodoviários e ferroviários para o tráfego deste combustível entre os demais portos e para o *hinterland*.

216. O distrito de Manica e Sofala corresponde pràticamente, no que diz respeito a produção e grande distribuição de energia, à área de concessão da Sociedade Hidroeléctrica do Revuè, S. A. R. L.

Nesta área põem-se alternativas de grande importância, para a elucidação das quais não existem ainda suficientes elementos de análise, na escolha dos meios de produção que deverão seguir-se ao alteamento da barragem da Chicamba Real à cota definitiva, nomeadamente:

Outros aproveitamentos na bacia hidrográfica do Revuè (centrais do Mavúzi II, Mavúzi III, etc.);
Aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos no Pungue;
Centrais térmicas, a localizar, possìvelmente, no Dondo ou na Beira.

Acresce que a circunstância de se prorrogar ou não o actual contrato de exportação de energia para a Rodésia vai afectar as decisões que vierem a ser tomadas, mais concretamente as datas em que as novas fontes de produção de energia terão de entrar em serviço.

Nestas circunstâncias, é indispensável, para melhor basear quaisquer opções futuras, que a concessionária apresente, o mais ràpidamente possível, o projecto de obras a executar na zona de concessão.

4. Investimentos

217. Os empreendimentos da iniciativa privada incluídos no sector «Energia» respeitam à produção, transporte, e distribuição de energia eléctrica a cargo das empresas concessionárias, não foram considerados na relação de projectos incluídos no Plano, nem, consequentemente, no quadro de investimentos que a seguir se insere. Não foi possível considerar os investimentos a fazer na refinação e distribuição de combustíveis fósseis pela dificuldade na obtenção de elementos de informação necessários à sua inclusão.

Como simples referência inclui-se «por memória» no III Plano de Fomento o aproveitamento de Cabora Bassa, que será financiado por crédito externo.

Porém, nos respectivos capítulos inscrevem-se dotações necessárias às despesas gerais da execução do plano do Zambeze.

Energia

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Estudos	*86 400*
Inventariação de recursos hidráulicos (comparticipação do sector «Energia»)	34 000
Aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos (comparticipação do sector «Energia»):	
Malema	10 000
Messalo	3 400
Aproveitamentos hidroeléctricos:	
Lúrio	7 000
Rede de transporte e grande distribuição de Nacala	3 000
Gás natural	2 000
Estudos a realizar por concessionárias:	
S. H. E. R.	21 000
Sonefe	6 000

Empreendimentos	Contos
Produção	*569 000*
Aproveitamentos hidroeléctricos:	
Aproveitamento do rio Zambeze em Cabora Bassa	p. m.
Aproveitamento hidroeléctrico do rio Molocué nas quedas de Mutala	270 000
Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do rio Messalo	p m.
Central na barragem de Massingir	p. m.
Obras suplementares na central de Chicamba	30 000
Alteamento da barragem de Chicamba	90 000
Centrais térmicas:	
Ampliação da central térmica de Lourenço Marques — Novo grupo de 15 MW	130 000
Limpopo	15 000
Nacala	30 000
Inhambane	4 000
Transporte e distribuição	*347 000*
Novo meio de abastecimento de Lourenço Marques	70 000
Linhas de transporte de energia de Cabora Bassa	—
Linhas de transporte de energia de Alto Molocué	170 000
2.ª linha Mavúzi-Beira	45 000
Linhas de transporte de energia de centrais térmicas:	
Ampliação da rede de grande distribuição de Lourenço Marques	20 000
Limpopo	10 000
Nacala	30 000
Inhambane	2 000
Cobertura financeira de empreendimentos já realizados	*20 000*
Total	**1 022 400**

VII) Circuitos de distribuição

1. Evolução recente e problemas actuais

218. No que se refere à comercialização, o problema mais instante diz respeito à necessidade de estruturar uma organização que conduza ao funcionamento coordenado dos circuitos de distribuição dos produtos agrícolas e pecuários.

219. Não podem ser também esquecidos os problemas relacionados com o comércio do interior e as disposições legais sobre condicionalismo comercial e especialização do comércio.

220. Para procurar resolver os problemas relacionados com a comercialização dos produtos agrícolas, parece estar indicada a criação de postos de recepção desses produtos, garantindo preços mínimos, fazendo incidir a sua acção onde não haja instalações de armazenagem, as quais passarão também a funcionar nos mesmos moldes dos postos quanto a preços. Assim, possibilitar-se-á aos produtores a colocação dos seus produtos a preços incentivadores da produção, fazendo-os entrar no circuito de economia monetária.

221. A comercialização dos produtos agrícolas requer, além de uma rede de transportes, o apoio de infra-estruturas de armazenagem. A rede de armazenagem programada competirá receber os produtos, assegurar a sua conservação em boas condições até ao consumo e executar as necessárias operações de limpeza, secagem, acondicionamento, classificação, etc., por forma a constituir lotes homogéneos de maior valor comercial e mais fácil venda. Considerou-se, portanto, a necessidade de reajustamento da rede de armazenagem, quer por instalação de novas unidades, quer por ampliação das já existentes, tendo-se previsto o investimento exigido tanto para ampliação, como para construção de armazéns simples e silos.

A construção de armazéns frigoríficos foi prevista nos investimentos a fazer nos sectores dos caminhos de ferro e portos.

222. O trabalho de compatibilização deste sector com os restantes tem de ser norteado pela preocupação de se atender, não só aos planos dos organismos responsáveis pelos problemas de mercados, preços mínimos e armazenagem, mas também às novas exigências determinadas pelas medidas e projectos sobre produção.

223. O programa estabelecido para as principais produções agrícolas da província prevê, nalguns casos, importantes aumentos de produção, desde que sejam facultados os meios indicados como necessários para intensificar a assistência à produção agrícola.

A comercialização de tais aumentos de produção carecerá do necessário apoio às infra-estruturas de trans-

porte e armazenagem da província, sem o que se verificarão situações graves, com reflexos imediatos no sector agrícola; será, pois, necessário procurar determinar as solicitações futuras resultantes da realização do III Plano de Fomento.

De acordo com aqueles projectos, as produções agrícolas a considerar no que se refere a problemas de armazenagem são: amendoim, arroz, milho, trigo e caju.

O caso do algodão não tem de ser considerado, visto que se admite que a indústria assegure a armazenagem requerida pelo aumento de produção previsto, à semelhança do que já faz.

224. A produção de amendoim que é comercializada deve situar-se em cerca de 25 000 t de amendoim descascado. Prevê-se um aumento de produção de 65 000 t de amendoim descascado, das quais 43 000 t seriam industrializadas, supondo-se que as 22 000 t restantes seriam absorvidas pelo consumo das regiões vizinhas.

Haveria, assim, em 1973, um total de 68 000 t de amendoim descascado, que seria comercializado e utilizado no abastecimento da indústria das zonas deficitárias ou, eventualmente, exportado.

225. A produção comercializada de arroz situa-se actualmente ao nível das 50 000 t de arroz em casca. Prevê-se que através da ampliação e reconversão dos regadios existentes na província se obterá um aumento de produção de cerca de 25 000 t de bate, o qual, dadas as condições de produção, pode considerar-se que venha a ser totalmente industrializado. Assim, em 1973 seriam comercializadas 85 000 t de bate.

226. Dado que a maior parte da produção do milho se destina ao autoconsumo, interessa apenas considerar a estimativa das quantidades comercializadas actualmente e das que poderão vir a ser comercializadas em 1973, considerados os aumentos projectados.

Estima-se o quantitativo comercializado na campanha de 1966 em cerca de 102 000 t e os aumentos previstos até 1973 em 56 000 t da cultura em sequeiro e 35 000 t em regadio. Esclarece-se que não se considerou o total do aumento previsto nos projectos elaborados sobre «milho» e «regadios» por se admitir uma certa sobreposição dos mesmos em algumas áreas. Também parte dos aumentos de produção se destina a autoconsumo, nomeadamente nas zonas onde a cultura hoje está pouco divulgada.

O total comercializado em 1973 seria, portanto, da ordem das 193 000 t de milho.

Com base nos elementos existentes, estima-se a localização de áreas para os quantitativos a comercializar em 1973 do seguinte modo:

Milho — Áreas de comercialização

Unidade: tonelada

Designação	Comercialização actual — Toneladas	Aumentos de produção		Total
		Sequeiro	Regadio	
Distrito de Lourenço Marques:				
Vale do Maputo . .	–	–	5 500	5 500
Vale do Incomati	–	–	12 000	12 000
Distrito de Gaza:				
Vales do Limpopo (troço médio e superior), Elefantes e Nuanetze . . .	–	–	10 000	10 000
Distrito de Inhambane:				
Vale do Save . . .	–	–	1 000	1 000
Distrito de Manica e Sofala:				
Planaltos e regiões vizinhas	35 000	14 000	1 500	50 500
Vales do Pungue e Búzi	2 000	–	4 000	6 000
Distrito do Tete . . .	25 000	7 000	–	32 000
Distrito da Zambézia . .	30 000	15 000	1 000	46 000
Distrito de Moçambique	1 000	12 000	–	13 000
Distrito de Cabo Delgado	1 000	2 000	–	3 000
Distrito do Niassa . . .	8 000	6 000	–	14 000
Total . . .	102 000	56 000	35 000	193 000

227. A produção actual de trigo, após as necessárias reservas de semente, deve fornecer um total comercializado, em média, de cerca de 6500 t.

O aumento de produção previsto pela reconversão de actuais regadios e criação de novos pode considerar-se, deduzidas as reservas de semente, em 18 000 t, sendo o total comercializado de 24 500 t.

Em face da produção actual e da distribuição dos aumentos resultantes da cultura em regadio, estima-se que aquele total se localize do seguinte modo:

	Toneladas
Distrito de Lourenço Marques:	
Vale do Maputo	3 200
Vale do Incomáti	7 500
Distrito de Gaza:	
Vale do Limpopo (médio superior)	6 500
Vale do Limpopo (inferior)	4 000
Distrito de Inhambane:	
Vale do Save	500
Distrito de Manica e Sofala:	
Planalto	800
Vale do Búzi	500
Vale do Pungue	1 000
Distrito da Zambézia	500
Total	24 500

228. Para o caju, segundo o projecto elaborado, a produção em 1973 será de 210 000 t de castanha de caju, ou seja cerca de 70 000 mais que a actual. Admite-se que aqueles dois quantitativos se referem a produção comercializada.

Considerando a produção actual e os aumentos previstos, estima-se que em 1973 a distribuição dos quantitativos comerciais seja:

	Toneladas
Zona costeira de Bilene e Massinga	74 000
Distrito de Moçambique	110 000
Distrito de Cabo Delgado	26 000
Total	210 000

229. Considerando as perspectivas de produção e respectivas localizações esquematizadas e atendendo às instalações existentes, definiram-se as exigências quanto a novas instalações de armazenagem. Procedeu-se a este estudo por distritos, considerando, quando justificado, não só o armazenamento da produção própria, como também problemas eventualmente postos pelo abastecimento e distribuição dos mesmos produtos.

Projecto de armazenag

Rede a criar dur

Localização	Tipo de armazenagem	Capacidade — Toneladas	Custo — Contos
Vale do Maputo	Produtos ensacados	4 000	2 000
Lourenço Marques	Silo portuário	20 000	45 000
Vale do Incomáti	Produtos ensacados	8 000	7 000
	Silo	—	—
Área do Colonato do Limpopo	Produtos ensacados	8 000	7 000
	Silo	—	—
João Belo	Produtos ensacados	4 000	2 000
Vale do Save	Produtos ensacados	2 000	1 000
Vale do Búzi	Produtos ensacados	1 500	750
Vale do Pungue	Silo	1 200	2 500
Vandúzi	Silo	5 000	10 000
Vila Pery	Silo	10 000	20 000
Beira	Silo portuário	12 000	25 000
	Produtos ensacados	5 000	2 500
Moatize	Produtos ensacados	2 000	1 000
	Silo	2 000	4 000
Caldas Xavier	Silo	5 000	10 000
Mutarara	Produtos ensacados	2 000	1 000
Quelimane	Produtos ensacados	4 000	2 000
Ribaué	Produtos ensacados	3 000	1 500
António Enes	Produtos ensacados	4 000	2 000
Nacala	Produtos ensacados	3 000	1 500
Montepuez	Produtos ensacados	2 000	1 000
Porto Amélia	Produtos ensacados	2 000	1 000
Vila Cabral	Produtos ensacados	2 000	1 000
Belém	Produtos ensacados	2 000	1 000
Áreas de caju, amendoim, etc.	Produtos ensacados	—	6 000
Total	—	113 700	157 750

Projecto de armazenagem de apoio à produção agrícola

Rede a criar durante o III Plano de Fomento

Capacidade — Toneladas	Custo — Contos	Vias de comunicação	Produtos a armazenar	Observações
4 000	2 000	Estrada	Milho, trigo e arroz	Construção em duas fases.
20 000	45 000	Estrada, caminho de ferro e mar.	Milho e trigo.	
8 000	7 000	Estrada e caminho de ferro	Milho, trigo e arroz	A definir a capacidade de cada tipo a construção em duas fases, primeiro o armazém.
—	—	—	—	
8 000	7 000	Estrada e caminho de ferro	Milho, trigo e arroz.	
—	—	—	—	
4 000	2 000	Estrada	Milho, trigo, amendoim e caju	
2 000	1 000	Estrada	Arroz, milho e trigo.	
1 500	750	Estrada e fluvial	Arroz, milho e trigo.	
1 200	2 500	Estrada e caminho de ferro	Arroz, milho e trigo.	
5 000	10 000	Estrada e caminho de ferro	Milho	A executar em dois anos.
10 000	20 000	Estrada e caminho de ferro	Milho	A executar em dois anos.
12 000	25 000	Estrada, caminho de ferro e mar.	Milho e trigo.	
5 000	2 500	Estrada, caminho de ferro e mar.	Arroz e milho.	
2 000	1 000	Estrada e caminho de ferro	Milho e amendoim	A executar em dois anos.
2 000	4 000	Estrada e caminho de ferro	Milho.	
5 000	10 000	Estrada e caminho de ferro	Milho	A executar em dois anos.
2 000	1 000	Estrada e caminho de ferro	Milho.	
4 000	2 000	Estrada e caminho de ferro	Milho, amendoim e arroz.	
3 000	1 500	Estrada e caminho de ferro	Milho	Construção em duas fases.
4 000	2 000	Estrada	Caju, amendoim e arroz . .	Construção em duas fases.
3 000	1 500	Estrada e caminho de ferro	Caju, amendoim e milho.	
2 000	1 000	Estrada	Amendoim e milho	Construção em duas fases.
2 000	1 000	Estrada	Caju, amendoim e milho.	
2 000	1 000	Estrada	Milho, trigo e batata.	
2 000	1 000	Estrada e caminho de ferro	Milho.	
—	6 000	—	Caju, amendoim, etc. . . .	Locais e capacidade a definir posteriormente.
113 700	157 750			

2. Objectivos

230. Entre os objectivos visados, figura o estudo da estrutura do comércio interno, dos seus circuitos e pontos de estrangulamento e a tomada de medidas de política comercial com base nos conhecimentos adquiridos.

Propõe-se exercer uma actuação concreta nos campos em que for possível detectar problemas que se centrem especialmente na comercialização dos produtos agrícolas, em que toma papel importante a armazenagem.

No que se refere a organismos oficiais que se consideram imprescindíveis para o progresso da província, o problema já foi considerado no sector da «Agricultura», onde se sumariam na criação de um organismo que trate da comercialização das frutas tropicais, com relevo para as bananas, e na integração, neste ou nos organismos actuais, de vários produtos agrícolas que necessitam de apoio estadual organizado para se valorizarem e se expandir a produção.

231. Como consequência das medidas de fomento e dos projectos elaborados no âmbito do sector da «Agricultura», é de prever, em muitos casos, importantes aumentos das principais produções.

A comercialização destes aumentos de produção, apoiada pelas necessárias infra-estruturas de transporte e armazenagem, é a finalidade que se pretende atingir, mas julgou-se necessária a garantia do escoamento dos excedentes comercializáveis a preços mínimos.

Pretende-se, pois, com os postos de recepção de produtos agrícolas a criar, ajudar a resolver os problemas de comercialização anual da produção, a suscitar especialmente em economia de transição, dos seguintes produtos, cujos quantitativos abaixo se julgam fàcilmente atingíveis em 1973:

	Toneladas
Amendoim	68 000
Arroz	85 000
Milho	91 000
Trigo	18 000

Nos distritos do norte do rio Save, onde a influência dos postos de comercialização de produtos agrícolas se vai fazer sentir mais intensamente, os produtos a comercializar podem ser avaliados, em 1973, em:

	Toneladas
Amendoim	56 000
Arroz	25 000
Milho	68 000
Trigo	18 000

232. À armazenagem compete assegurar a conservação dos produtos agrícolas em boas condições até ao seu consumo.

Nas diversas localidades indicadas pelo projecto, pretende-se que, no período de 1968–1973, se proceda à instalação de armazéns e silos com as seguintes capacidades:

Tipos de armazenagem	Capacidade — Toneladas
Armazéns simples para produtos ensacados	56 000
Silos	27 200
Silos portuários	32 000
Total	115 200

Com a realização destas capacidades de armazenagem, a capacidade total disponível será:

Tipos de armazenagem	Capacidade — Toneladas			Percentagem — Aumento em relação à actual
	Actual	A criar	Total	
Armazéns simples para produtos ensacados da D. P. S. E., I. C. M., I. A. M. e entidades privadas	278 830	56 000	334 830	20
Silos	25 000	27 200	52 200	109
Silos portuários	–	32 000	32 000	–

No cálculo da percentagem de aumento de capacidade de armazenagem proposta em relação à capacidade actual não foi considerada a capacidade de armazenagem dos caminhos de ferro e portos, que é de 118 200 t. Assim, aumentar-se-á, no período, de forma estratégica, em relação às produções esperadas, de 20 por cento a capacidade de armazenagem simples e de 109 por cento a capacidade de armazenagem em silos não portuários. Será montado um sistema de armazenagem em silos portuários, presentemente inexistente.

3. Medidas de política

233. É essencial que, pelos organismos oficiais competentes, sejam realizados estudos, os quais, inicialmente, poderão concretizar-se nos seguintes trabalhos:

Análise crítica dos requerimentos em que as empresas solicitem a passagem de alvará correspondente

aos seus estabelecimentos, na medida em que, em muitos casos, esses requerimentos não estão correctos, por incluírem classes do artigo 10.º do Diploma Legislativo n.º 2022, de 5 de Novembro de 1960, que não constam da autorização concedida;

Inventário dos organismos que fiscalizem as empresas por regiões;

Relação entre a concentração das lojas do interior e a natureza das culturas nas diversas regiões;

Inventário dos proprietários ou detentores das lojas do interior, conforme o respectivo grupo étnico.

234. No que se refere à comercialização dos produtos agrícolas, há que estabelecer um programa do estudo e da acção adequados e criar, eventualmente, organismos especializados que coordenem a comercialização, fazendo depender deles não só a fiscalização, como também a programação e venda dos produtos que afluam aos postos de recepção e a eventual exploração da rede de armazenagem afecta a esta actividade.

235. É conveniente, quanto a armazenagem:

Entregar a exploração das novas unidades de armazenagem ao organismo oficial adequado, prevendo-se a sua eventual transferência, quando tal se justifique, para organizações de tipo cooperativo ou com finalidades semelhantes;

Que a utilização das novas instalações seja feita mediante o pagamento de taxas, calculadas segundo critérios idênticos e atendendo não só aos custos de exploração como à amortização dos investimentos feitos, e que essas taxas sejam aplicadas também nos armazéns já existentes;

Estabelecer uma regulamentação geral sobre colheita de amostras, taxas, análise comercial, acondicionamento do produto, etc., para os produtos que ainda a não possuam, considerando na sua elaboração as normas já estabelecidas para o efeito, quer noutras parcelas do território nacional, quer no estrangeiro, de acordo com o que for mais conveniente;

Promover que a Direcção dos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes considere o seu equipamento, a curto prazo, com material rolante adequado ao transporte de cereais a granel, e a execução dos silos portuários que se recomendam em Lourenço Marques e na Beira, para esta última prioritária;

Determinar aos organismos actuantes na extensão agrícola que divulguem, junto dos agricultores situados nas áreas de influência dos silos regionais a instalar, as vantagens dos mesmos, orientando as suas explorações de forma a poderem efectuar a entrega dos cereais produzidos transportando-os a granel;

Dotar as instalações de armazenagem com equipamento indispensável à limpeza, secagem, acondicionamento, desinfestação, etc., dos produtos que sejam armazenados em maior quantidade;

Recomendar que os projectos das novas instalações sejam elaborados de modo a possibilitar a armazenagem de diversos produtos, sempre que viável, em boas condições de conservação, a permitir um manuseio fácil e rápido dos produtos armazenados e que conduzam a instalações tanto quanto possível normalizadas;

Recomendar que a exploração de instalações de finalidades semelhantes se faça segundo regulamento idêntico e observando uma contabilidade de tipo industrial, baseada em adequado plano contabilístico, por forma a ser possível a comparação dos custos de exploração verificados em cada unidade.

236. E conveniente que um organismo encarregado da comercialização estude:

A comercialização do tabaco, tanto no mercado interno como no externo;

A comercialização e disciplina de produção e abastecimento de batata dos mercados consumidores da província, bem como os problemas de transporte;

A melhoria das condições de comercialização da mafurra, gergelim, rícino e, eventualmente, girassol, com vista a tirar-se melhor partido da produção, que, no caso da mafurra, nem sempre é totalmente recoletada.

237. Quanto à comercialização dos produtos agrários, considera-se como medida fundamental:

Estabelecimento de normas sobre a comercialização agrária com vista a:

Assegurar ao produtor um preço conveniente, se não remunerador;

Assegurar ao produtor a venda dos seus produtos por um preço mínimo e, se possível, estável, embora não independentemente da oscila-

ção das cotações internacionais dos produtos agrícolas;

Regulamentar a classificação e embalagem dos produtos agrários, de modo a serem vendidos internamente ou exportados em lotes uniformes, quer quanto ao tamanho, quer quanto aos tipos e qualidades;

Fixar a percentagem na comercialização dos produtos agrários, com vista a evitar a especulação pelos intervenientes nas operações de comercialização;

Criar, se necessário, feiras para produtos agrários, devidamente organizadas e análogas às actuais feiras de gado.

238. Quanto ao sector privado e às associações agrícolas, as medidas a considerar são:

Atribuição aos serviços e entidades oficiais das funções que não puderem ser canalizadas para o sector privado (associações agrícolas);

Apoio e dinamização, através da acção dos serviços, das estruturas privadas, para que estas, a curto e médio prazo, possam assumir a generalidade das funções ligadas à produção agrária, que, em princípio, devem ser imputadas às associações agrícolas:

Assistência técnica especializada aos associados;
Comercialização dos produtos agrícolas.

1501 - 08

Designação	Finalidade	Localização
Comércio interno:		
Estudos relativos ao comércio interno . .	—	—
Recomendação sobre o comércio interno (*a*)	—	—
Comercialização de produtos agrícolas . . .	Postos de recepção com vista a garantir a compra de certos produtos agrícolas nas regiões onde se prevêem problemas de comercialização oferecendo preços mínimos garantidos (*b*)	Mecanhelas, Namapa, Nametil, Mutuáli, Fingoé, Vila Gamito, Vila Coutinho, Morrumbala, Milange ou (Molumbo), Chibabava e Espungabera. Três não localizados . . . . .
Armazenagem de apoio à produção agrícola	Apoio à comercialização da produção agrícola (*c*)	Vale do Maputo . . . . .
		Lourenço Marques (silo portuário)
		Vale do Incomáti (silo) . . . .
		Área do colonato do Limpopo (silo)
		João Belo . . . . .
		Vale do Save . . . . .
		Vale do Búzi . . . . .
		Vale do Pungue (silo) . . . . .
		Vandúzi (silo) . . . . .
		Vila Pery (silo) . . . . .
		Beira:
		Silo portuário . . . . .
		Armazém . . . . .
		Moatize . . . . .
		Vila Caldas Xavier (silo) . . . .
		Mutarara . . . . .
		Quelimane . . . . .
		Ribaué . . . . .
		António Enes . . . . .
		Nacala . . . . .
		Montepuez . . . . .
		Porto Amélia . . . . .
		Vila Cabral . . . . .
		Belém . . . . .
		Áreas do caju e amendoim . . .
Organismo de comercialização dos produtos agrícolas ainda não disciplinados	—	—
Comércio externo (*a*) . . .	—	—

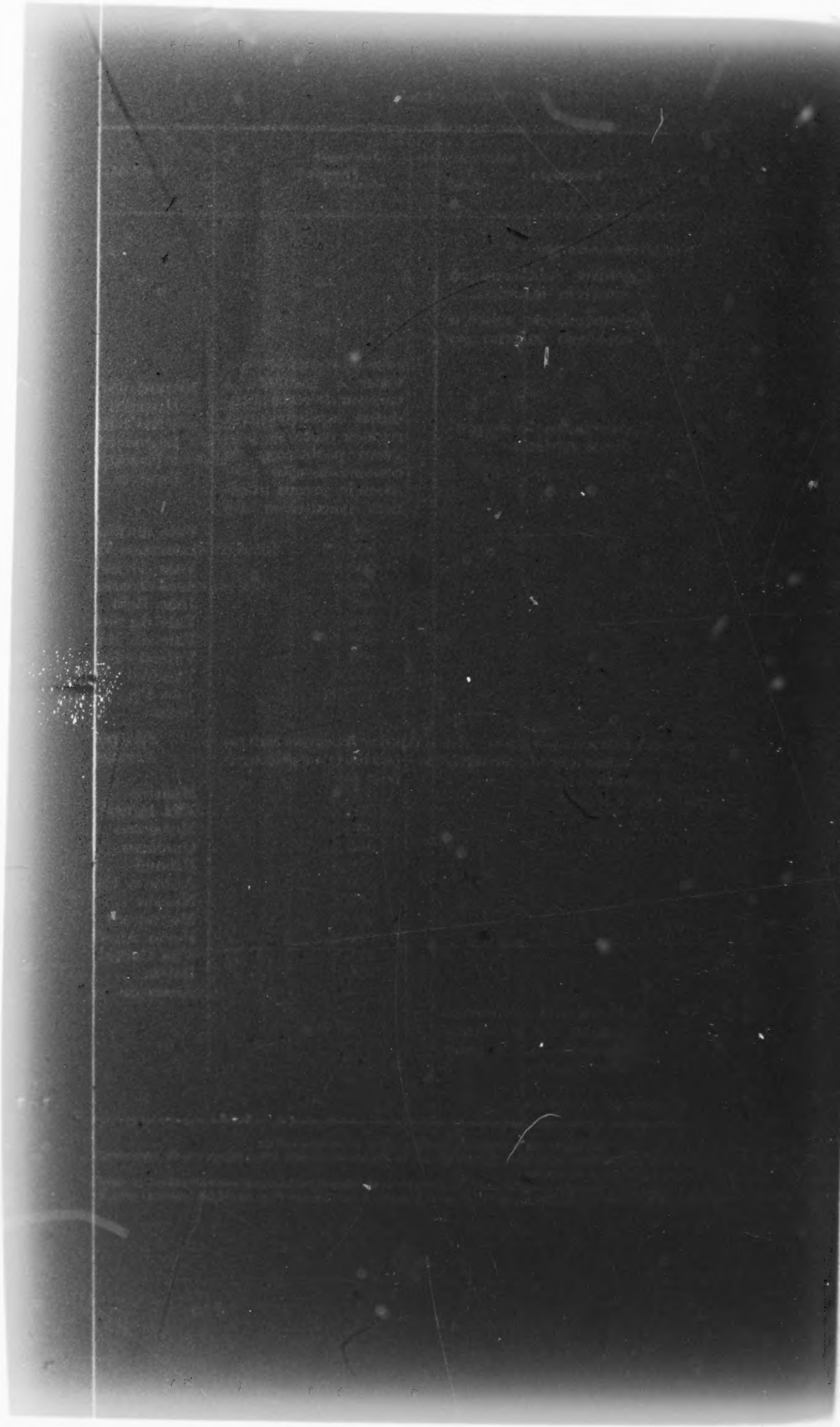
(*a*) Não deu lugar a projecto ou medida. (Ver recomendações).
(*b*) Entende-se que estes postos são os indispensáveis para uma cobertura da comercialização das novas produções criada
como postos de recepção.
(*c*) Foi estudada a construção de silos ou armazéns consoante as necessidades e as vantagens económicas que cada ponto
(*d*) Deste investimento será coberto pelo Plano o quantitativo de 68 500 contos, pela Junta de Comércio Externo e Instit

Quadro sintese

	Localização	Capacidade — Toneladas	Investimentos — Contos	Receitas anuais	Origem de financiamento público	Efeitos directos de funcionamento e instalação sobre outros sectores	Efeitos regionais do projecto
	—	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—	—
com a pro- nas pre- de ofe- íni- (*b*)	Mecanhelas, Namapa, Nametil, Mutuáli, Fingoé, Vila Gamito, Vila Coutinho, Morrumbala, Milange ou (Molumbo), Chibabava e Espungabera. Três não localizados	—	5 330	—	Plano de Fomento — 13 817 contos . . .	Assegurar a colocação de grande parte das produções previstas noutros projectos. Acertou-se a programação de postos com a programação de armazéns e silos do projecto de armazenagem	
	Vale do Maputo	4 000					
	Lourenço Marques (silo portuário)	20 000					
	Vale do Incomáti (silo)	8 000					
	Área do colonato do Limpopo (silo)	8 000					
	João Belo	4 000					
	Vale do Save	2 000					
	Vale do Búzi	3 000					
	Vale do Pungue (silo)	1 200					
	Vandúzi (silo)	5 000					
	Vila Pery (silo)	10 000					
	Beira:						
iza-	Silo portuário	12 000					
grí-	Armazém	5 000	(*d*) 158 500	Receitas anuais não valorizadas; taxas que cobrirão pelo menos as despesas de manutenção e amortização	68 500 contos pelo Plano de Fomento; 20 000 contos pela Junta de Comércio Externo e Instituto dos Cereais e 70 000 contos pelos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes	Satisfação de exigências fundamentais dos programas dos sectores produtivos, particularmente da agricultura	Valorização regional através do apoio dado.
	Moatize	4 000					
	Vila Caldas Xavier (silo)	5 000					
	Mutarara	2 000					
	Quelimane	4 000					
	Ribaué	3 000					
	António Enes	4 000					
	Nacala	3 000					
	Montepuez	2 000					
	Porto Amélia	2 000					
	Vila Cabral	2 000					
	Belém	2 000					
	Áreas do caju e amendoim . . .	—					
	—	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—	—

a cobertura da comercialização das novas produções criadas. Os armazéns da Junta de Comércio Externo, Institutos do Algodão e Cereais e os previstos nos projectos de armazenamento devem funcionar supletivamente

as necessidades e as vantagens económicas que cada ponto geográfico apresenta.
de 68 500 contos, pela Junta de Comércio Externo e Instituto dos Cereais 20 000 contos e 70 000 contos a investir nos silos de Lourenço Marques e Beira pelos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes.



4. Investimentos

239. A montagem de postos de recepção de produtos agrícolas, exigirá a previsão de fundo de maneio, com vista à aquisição dos produtos e despesas de exploração, não sendo fácil indicar um quantitativo, porquanto não se pode conhecer *a priori* as quantidades que irão afluir.

No entanto, refere-se que o fundo de maneio para todos os postos de recepção (os existentes e os que se recomendam) não deverá ser inferior a 150 000 contos, o qual poderá ser encontrado na banca privada.

Considera-se que este problema terá de ser estudado ao nível regional e por produto, o que caberá, portanto, fazer.

Os investimentos previstos para a criação e instalação dos órgãos de comercialização e para a construção da rede de armazéns conduzem ao estudo do quadro seguinte:

Circuitos de distribuição

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Comercialização de produtos agrícolas	*14 800*
Construção das instalações	5 300
Despesas com pessoal e de consumo corrente	8 500
Organismo de comercialização dos produtos agrícolas ainda não disciplinados	1 000
Armazenagem de apoio à produção agrícola	*88 500*
Vale do Maputo	2 000
Vale do Incomáti	7 000
Área do colonato do Limpopo	7 000
João Belo	2 000
Margens do Save	1 000
Búzi	1 500
Pungue (Tica)	2 500
Vandúzi	10 000
Vila Pery	20 000
Beira	2 500
Moatize	5 000
Vila Caldas Xavier	10 000
Mutarara	1 000
Quelimane	2 000
Ribaué	1 500
António Enes	2 000
Nacala	1 500
Montepuez	1 000
Porto Amélia	1 000
Vila Cabral	1 000
Belém	1 000
Áreas de caju e amendoim	6 000
Total	103 300

VIII) Transportes e comunicações

1. Evolução recente e problemas actuais

a) Transportes rodoviários

240. O programa a realizar neste sector tem de encarar a necessidade de transformar todas as zonas da província num conjunto económico interligado.

Para isso, há que prever uma rede de estradas fàcilmente transitáveis, que, acompanhando paralelamente o desenvolvimento da província, permitam o escoamento e o intercâmbio das produções entre as várias regiões. Facilita-se esta ideia de unidade com a conclusão, também prevista, da construção de um eixo sul-norte, em estrada de características definitivas, asfaltada na maior parte do percurso.

Dada a necessidade de intensificar a exploração de extensas regiões nos distritos de Tete, Niassa e Cabo Delgado, deve-se ainda fazer incidir o maior esforço de construção de estradas em especial nos distritos referidos.

Não se podendo atender completamente a todas as necessidades em matéria de rodovias, convinha, pelo menos, tornar acessível todo o território da província com estradas que, embora de terra, sejam transitáveis durante todo o ano. Levando esta preocupação mais longe, elaborou-se também um programa de obras de arte definitivas em estradas nas quais não é possível prever a execução de qualquer outro tipo de beneficiação.

Na medida em que se desconhecem as variáveis que governam a futura organização da zona económica Quelimane-Milange-Nova Freixo-Nampula, haverá que dar preferência apenas a obras de arte definitivas nas estradas que tinham sido consideradas de asfaltar nesta zona, tendo-se, por compensação, considerado a asfaltagem de maior quilometragem no Norte.

Julgou-se muito importante, por outro lado, a necessidade, em muitos casos por motivos extra-económicos, de tornar transitáveis durante todo o ano 4700 km de estradas de interesse local ou regional.

241. A rede de estradas de Moçambique, com uma extensão total de 26 595 km, pode classificar-se em:

Estradas asfaltadas;
Estradas definitivas, de terra;
Estradas provisórias, garantindo passagem durante todo o ano;
Estradas provisórias, não garantindo passagem durante todo o ano.

Também se prevê que as zonas previstas para o povoamento venham a ser dotadas com estradas de características definitivas, totalizando as pavimentadas 1471 km.

b) Caminhos de ferro

242. Os Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique têm procurado não só acompanhar as necessidades do tráfego da província, mas, fundamentalmente, fazer face às previsões do tráfego com origem nos territórios vizinhos. Dado que não menos de 80 por cento do tráfego total vem destes territórios, há um certo grau de incerteza nas previsões a fazer.

No entanto, se se imaginar que, no curto espaço de quatro anos, poderá mais que duplicar a carga manuseada no porto de Lourenço Marques, passando de 8 815 000 t trabalhadas em 1965, para 18 000 000 t previstas para 1969, e que haverá que transportar toda esta carga pelas linhas que afluem a Lourenço Marques a partir de 1969, torna-se evidente o esforço que há a fazer.

As beneficiações que não dizem respeito a portos e linhas afectadas pelo tráfego estrangeiro têm reduzida expressão numérica.

A justificação principal para estes investimentos encontra-se na necessidade de dar vazão ao tráfego internacional. Convém, contudo, referir que a entrada de divisas a provir do sistema de transportes certamente excederá os encargos em divisas estrangeiras decorrentes dos programas a efectuar.

Tratando-se de um programa apresentado pelos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes, que se autofinanciam, em regra, e não sendo possível encarar a reprodutividade caso por caso, admite-se que esta é garantida pelo critério que aqueles serviços seguiram na escolha dos investimentos.

Tratando-se ainda fundamentalmente da expansão dos caminhos de ferro e portos existentes, sendo flagrante, no caso dos portos, que os investimentos vão concentrar-se nos portos de Lourenço Marques, Beira e Nacala, parece, em princípio, que haverá reprodutividade.

O caso do caminho de ferro da Beira, dada a sua condição de independência quanto ao financiamento dos investimentos, não constitui problema a considerar.

Nos outros empreendimentos relativos a caminhos de ferro, julga-se haver margem para restrições do volume de investimento, no caso de tal vir a ser necessário, em particular no que se refere a aquisição de material

circulante, a construção de casas, ao início do ramal do Muende, na linha do caminho de ferro do Tete, e aos investimentos na linha de Quelimane, de tráfego decrescente, como se verifica:

	Toneladas transportadas
1961	109 000
1964	59 000

e) Portos e navegação

243. Do mesmo modo que para os caminhos de ferro, também a acção que incide sobre os portos tem em vista o rápido desembaraço das mercadorias em trânsito, em especial no que se refere ao tráfego internacional.

Paralelamente aos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes, os Serviços de Marinha interferem também na jurisdição dos portos da província, tendo a seu cargo, especialmente, os serviços de pilotagem, reboques, farolagem e balizagem, dragagens e, de um modo geral, todas as operações de carácter marítimo dentro dos portos, quer estes estejam subordinados à administração dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes ou não.

Os Serviços de Marinha concorrem, assim, para o regular funcionamento das intalações portuárias, permitindo que a navegação frequente os portos da província em condições satisfatórias de segurança e rapidez.

d) Transportes aéreos e aeroportos

244. O transporte aéreo é peça importante do desenvolvimento económico dos territórios como Moçambique, em que os centros estão separados por grandes distâncias, impondo-se particularmente aquele meio de transporte para passageiros, e estando a tomar cada vez mais importância o transporte de carga aérea, especialmente para produtos perecíveis. Exige-se, pois, uma infra-estrutura adaptada não só às necessidades actuais, como ainda ao desenvolvimento previsível da província.

e) Telecomunicações

245. Verifica-se situação de saturação nos correios, telégrafos e telefones de Moçambique, pelo que é premente a necessidade da melhoria das comunicações na província.

2. Objectivos

a) Transportes rodoviários

246. Pretende-se atingir, em 1973, os seguintes resultados:

Estabelecimento de uma rede de estradas fàcilmente transitáveis, que, acompanhando paralelamente o desenvolvimento da província, permita o escoamento e o intercâmbio das produções entre as várias regiões;

Prosseguimento da construção do eixo sul-norte e suas ramificações para Tete e Niassa, em estradas de características definitivas, asfaltadas na maior parte do percurso;

Construção de estradas no Norte, especialmente nos distritos de Tete, Niassa e Cabo Delgado, visando a exploração de extensas regiões;

Existência de estradas de características definitivas em todas as zonas previstas para povoamento;

Acessibilidade, por estradas, de todo o território da província, tomando por base o critério adoptado de que, embora sendo algumas de terra, fiquem transitáveis durante todo o ano, começando por executar as obras de arte necessárias;

Substituição de cerca de um terço da frota automóvel dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes por aquisição de 60 camiões e 40 autocarros;

Equipamento conveniente das 5 secções de camionagem automóvel dos mesmos serviços.

Unidade: quilómetro

Tipos de estradas	Existentes no final de 1967	A construir durante o III Plano de Fomento	Total em 1973	Percentagem de aumento no final do III Plano de Fomento
Asfaltadas	1 700	2 300	4 000	135
Definitivas de terra	1 300	600	1 900	46
Apenas construção de obras de arte definitivas	Desconhecido	700	—	—
Beneficiação noutros tipos de estradas, ficando a permitir passagem durante todo o ano	Desconhecido	4 700	—	—

b) Caminhos de ferro

247. Pretende-se atingir os seguintes resultados:

Dar vazão ao tráfego internacional, que se espera venha a aumentar de forma notável, dado que o volume de tráfego interno não pesa nas explorações das várias redes;

Eliminação da exploração das linhas desnecessárias, melhoria da organização e eficiência dos serviços.

c) Portos

248. Os objectivos a alcançar são os seguintes:

Apetrechamento da doca seca da Beira, que permitirá a docagem de todos os navios que se dedicam à cabotagem na costa de Moçambique, bem como dos navios de guerra em serviço na província; prevê-se também a aquisição de equipamento flutuante para os principais portos de Moçambique, além de se considerarem diversos trabalhos de farolagem;

Adaptação do serviço de cabotagem às necessidades reais da província, atendendo-se principalmente aos baixos coeficientes de utilização da frota, à escalagem de portos que o não justificam e à inadequação do tipo de navios.

d) Transportes aéreos

249. O principal objectivo incluído no programa de aeroportos reside em tornar-se possível a navegação aérea nocturna com segurança, mesmo em más condições meteorológicas, donde resulte melhor utilização da frota aérea de Moçambique.

Assim, os aviões das carreiras regulares da Divisão de Exploração de Transportes Aéreos passarão das 2000 horas de voo por avião *F 27* por ano, para 2500 horas, o que corresponde a eliminar o estrangulamento de tráfego que hoje se verifica sem aumento de frota.

A viabilidade dos voos nocturnos implica a necessidade dos melhoramentos considerados mais do ponto de vista de segurança aérea (comunicações, ajudas-rádio, energia e sinalização) do que em melhoramentos nas infra-estruturas, com excepção dos aeródromos que se pretende que estejam feitos de novo no período do Plano: Quelimane, Porto Amélia e Lourenço Marques.

Pretende-se, por aquisição pela Divisão de Exploração de Transportes Aéreos de novos aviões, atender às necessidades da evolução do tráfego, que aumenta de 15 por cento em relação a cada ano anterior.

Está prevista a aquisição de um *Fokker F 27* em 1968; esta aquisição poderá, no entanto, sofrer alteração, se for possível dar concretização urgente, como está previsto, ao voo nocturno. Deste modo, todo o programa de aquisições sofreria um diferimento, pela possibilidade que adviria de voar mais durante as 24 horas.

Prevê-se também o reequipamento geral das oficinas da Divisão de Exploração de Transportes Aéreos.

e) Telecomunicações

250. Os objectivos são os seguintes:

Estabelecimento do equilíbrio da exploração dos correios, telégrafos e telefones de Moçambique;

Melhoria das redes telefónicas urbanas rentáveis de Lourenço Marques e Beira;

Instalação de *telex* na província.

3. Medidas de política

251. Não está definida na província uma política geral de transportes sob a égide da qual se possa proceder à necessária coordenação, por um lado, dos vários tipos de transporte existentes e, por outro, entre os transportes detidos pela administração e os pertencentes a entidades privadas.

Para isso, há que considerar os aspectos respeitantes:

Ao contraste entre caminhos de ferro, quase só votados ao tráfego internacional de exploração remuneradora e orientados na direcção este-oeste (linhas de Ressano Garcia, Goba, Limpopo e Beira), e caminhos de ferro nitidamente deficitários: as linhas de Gaza e Inhambane;

À linha de Tete, cujo interesse dependerá do desenvolvimento do distrito do Tete, o qual, por sua vez, neste momento, está subordinado ao programa de desenvolvimento do Zambeze;

Ao caminho de ferro de Quelimane, cuja viabilidade de existência não se pode ainda julgar, dada a falta de elementos para tal efeito;

À linha de Moçambique, que sofreu prejuízos anuais de tendência crescente (cerca de 160 000 contos de 1960 a 1965, cabendo só a este último ano 33 330 contos), a qual, dada a sua extensão, as regiões que serve e a sua ligação ao Malawi, tenderá certamente para melhor situação;

A um conjunto de portos na província, alguns dos quais com tráfegos irrisórios, todos com tarifas desarmonizadas (pesando as mesmas excessivamente

nos custos de cabotagem) e com uma oferta de serviços em condições muito diversas; julga-se que, especialmente para o norte de Quelimane, é necessário o encerramento de alguns deles, concentrando o tráfego noutros; ligado a este problema, vem o do equacionamento da rede de estradas, que deverá aparecer como consequência lógica;

A um serviço de cabotagem, importante como factor de integração do território, por ser a via actual de transporte na direcção norte-sul, serviço este cujos problemas necessitam de ser reconsiderados em novos moldes;

A uma rede de estradas desligada na direcção norte-sul e não garantindo passagem durante todo o ano em grandes superfícies da província.

Através das medidas previstas, tomar-se-ão em consideração, dentro do possível, os problemas de conjunto, com vista a definir, na medida do possível, uma política geral de transportes.

Dada a evolução que se prevê para a província de Moçambique, é necessário que o tráfego interno passe a ser considerado sob óptica que lhe dê o relevo conveniente, visto até ao presente ter-se dado maior importância aos problemas de tráfego internacional.

252. Têm as verbas referentes aos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes forte incidência no orçamento geral da província.

Corresponde esta participação dos caminhos de ferro a percentagens da ordem dos 35,7 por cento, em média nos anos de 1963–1965.

Dados estes valores muito significativos, pode considerar-se que estes serviços são estratégicos, no aspecto financeiro, na economia da província. Reconhecem os próprios serviços a necessidade de melhorarem a sua produtividade. Deve, portanto, obter-se o mais ràpidamente possível a mais adequada organização dos serviços, esperando-se que daí resultem benefícios financeiros substanciais.

a) Transportes rodoviários

253. Os concursos para a construção de estradas devem ser programados de modo a incluir obras em regiões perturbadas e não perturbadas, com vista a alcançar um nível de custos aceitável pelos empreiteiros. Deve-se ainda explicitar uma política de coordenação relativamente à camionagem dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes e das entidades privadas.

254. Na linha de Ressano Garcia poderá aumentar-se sensìvelmente a capacidade de tráfego, ampliando as possibilidades de recepção e expedição dos comboios, sobretudo na estação de Ressano Garcia. Interessa manter o esforço que se está a fazer no sentido de se melhorar o tipo e a potência de reboque das locomotivas, sendo de prever pequenos melhoramentos no sistema de exploração de algumas estações no que respeita a comando de agulhas, mais vias sinalizadas, etc.

Na linha de Goba, se o aumento de tráfego com a Suazilândia o justificar, deverão levar-se a efeito algumas correcções em perfil, com vista à uniformização dos valores de rampa integral máxima, limitando-se a 15 por cento.

Há que fazer um reajustamento na densidade dos apeadeiros e estações, eliminando alguns e melhorando os restantes, de forma a conseguirem-se boas condições de cruzamento de comboios.

Na linha do Tete, na hipótese de um aumento substancial de tráfego, será indispensável ampliar consideràvelmente a estação de ligação do Trans-Zambezia-Railway (Munhava).

No caso de o tráfego aumentar, haverá que prever a substituição do equipamento por outro mais pesado.

Como é relativamente fraca a densidade de apeadeiros e estações, será de considerar, em caso de necessidade, a sua correcção.

Quando o aumento de tráfego o justificar, será de prever a instalação de sinalização automática.

É importante considerar que esta linha apresenta prejuízos anuais acumulados da ordem dos 96 000 contos no período de 1960 a 1965, cabendo a este último ano cerca de 16 500 contos.

Quanto à rede de Moçambique, dadas as características do traçado, com rampas muito acentuadas, qualquer aumento de tráfego obriga a:

Trabalhos de correcção do perfil, forçosamente muito dispendiosos;

Sistema de tracção permitindo aumentar a capacidade de carga dos comboios: tracção dupla ou locomotivas de grande potência. Esta segunda solução obriga também à substituição do carril de 30 kg por outro mais pesado. Sugere-se, no entanto, havendo um aumento substancial de tráfego, que se proceda a um estudo económico para verificar se não será preferível a introdução da sinalização automática.

A densidade dos apeadeiros e estações é baixa, pelo que convirá conseguir os espaçamentos de 15 km a 20 km.

As explorações ferroviárias de Inhambane e Gaza são muito deficitárias, tendo o prejuízo, no ano de 1965, atingido cerca de 15 por cento do valor do inventário, o que monta anualmente a cerca de 9000 contos (de 1962 a 1965 o prejuízo acumulado é de 36 800 contos).

A zona é bem servida por transportes terrestres, que estão longe do limite da sua capacidade.

Não é de encarar a hipótese de ligação destas explorações à exploração de Lourenço Marques, pelos elevados investimentos necessários e ausência de rentabilidade.

Recomenda-se o encerramento destas linhas como solução mais conveniente.

c) Portos

255. Além da já referida necessidade de se definirem quais os portos necessárias e quais os que podem ser eliminados, pretende-se o estabelecimento de um conjunto de medidas com vista à eficiência dos serviços portuários.

A eliminação de determinados portos de cabotagem não justificáveis permitirá diminuição de despesas de funcionamento e investimento.

Devem prosseguir os estudos relativos à cabotagem, com vista a atingir-se a maior produtividade no subsector.

Entretanto, seria conveniente que entre as empresas detentoras da frota de cabotagem se estabelecesse acordo que levasse a definir escalas nos vários portos, dentro de um plano comum e com o objectivo de lhes serem proporcionadas melhores condições de exploração, resultando daí a eliminação dos baixos coeficientes de utilização da frota actual.

Será ainda necessário encarar-se o problema da adequação do tipo de navios às quantidades de tráfego a transportar.

Deve também ser encarado o problema do transporte de combustíveis líquidos na costa de Moçambique.

d) Transportes aéreos

256. Devem completar-se os quadros dos Serviços de Aeronáutica Civil para haver correspondência entre os altos valores investidos em material e o pessoal para o explorar.

Pretende-se verificar em que medida se poderão restringir os investimentos propostos em aquisição de aviões

para a Divisão de Exploração dos Transportes Aéreos, com uma mais intensiva utilização da frota actual. Aliás, a concretizar-se o voo nocturno, já será possível conseguir um diferimento nos prazos das compras dos novos aviões.

e) Telecomunicações

257. Recomendou-se o estudo do problema dos correios, telégrafos e telefones, do ponto de vista das suas receitas, dado que estas se têm revelado quase insuficientes para um volume de despesa muito pouco compressível, e a adopção de uma contabilidade de tipo industrial.

4. Investimentos

a) Estradas

258. Para a elaboração do programa de estradas, não se consideram, de um modo geral, os projectos de terceira prioridade, segundo o esquema de conjunto estabelecido, com excepção da estrada n.º 221, no troço entre Fingoé e Zumbo, no distrito do Tete, devido à necessidade de garantir um acesso rápido à fronteira.

Descendo a uma análise dos casos de maior interesse, verifica-se que, para dar apoio à zona de povoamento cerca de Vila Cabral (zona A), era necessário o estabelecimento de uma estrada asfaltada de Vila Cabral ao Litundo (estrada nacional n.º 242).

Na mesma estrada, considerou-se também necessário efectuar a asfaltagem do troço Montepuez-Ancuabo, para facilitar as comunicações à zona de povoamento de Montepuez (zona D).

Devido à criação da zona de povoamento de Mecanhelas (zona F), considerou-se necessário proceder à construção de uma estrada definitiva, de terra, de Mecanhelas ao Mulumbo e Lioma.

Dado que se havia concebido trazer a estrada asfaltada de Quelimane até Vila Junqueiro, surgiu a conveniência de se ligar, também por estrada asfaltada, Vila Junqueiro à estrada nacional n.º 8, passando por Lioma, o que satisfaz dois objectivos:

Ligar por boa estrada Vila Junqueiro ao Lioma, facilitando assim a deslocação dos empresários de Vila Junqueiro à zona pecuária de Lioma, que se espera venha a ser desenvolvida por estes mesmos empresários;

Ligar a zona produtora de chá de Vila Junqueiro, por estrada asfaltada, ao caminho de ferro do Niassa.

Note-se que deste modo e nestes casos se atendeu também a motivos extra-económicos.

Dado que no troço de estrada Diaca-Namialo só faltaria ser asfaltado um troço, de Namapa a Nacaroa, considerou-se a asfaltagem destas estradas, ligando assim o Norte por estrada asfaltada, desde Diaca ao porto oceânico de Nacala (1.ª classe), e, simultâneamente, ligando a zona de povoamento de Montepuez ao mesmo porto.

Para que a mobilização de capitais não fosse extremamente vultosa, deixou-se para melhor oportunidade a asfaltagem da estrada paralela ao caminho de ferro do Niassa, Malema-Ribauè, construindo-se uma estrada definitiva, de terra.

Houve também que eliminar terraplenagens em algumas estradas antes consideradas (Nampula-António Enes, Nampevo-Alto Molocué, Muamade-Gilé, Mocuba-Tacuane e Malei-Maganja-Mocubela), ficando as obras nas mesmas limitadas às obras de arte correntes e pontes, o que resultou também do que a seguir se explica.

Os estudos sobre cabotagem levam a considerar que as saídas através de portos da zona de costa entre Nacala e o Chinde constituem questão para a qual, nesta altura, ainda se não dispõe dos elementos de informação suficientes para uma tomada de posição em definitivo.

Assim:

Vai estudar-se ainda, em modelo reduzido, o porto de Quelimane;

As dificuldades de entrada no porto de Pebane só virão eventualmente a ser resolvidas com a execução do projecto relativo à exploração das ilmenites de Pebane e Moebase;

O porto de tráfego local de Moma não oferece condições para ser desenvolvido;

António Enes só oferece condições para continuar a ser um porto de cabotagem.

Deste modo, só se tornará evidente o afastamento, em relação à costa, de uma estrada paralela à mesma, dentro do triângulo Nacala-Quelimane-Alto Molocué, após ser tomada posição quanto aos problemas portuários nesta zona, o que condicionará a futura movimentação das mercadorias dentro da mesma área e quanto à saída pela costa.

Eliminou-se ainda a asfaltagem da estrada n.º 103, Tete-Zobué; eliminou-se a auto-estrada de saída da Beira, assim como a asfaltagem da ligação entre a estrada nacional n.º 1 e Vilanculos e a asfaltagem da estrada entre Chibuto e Caniçado.

As eliminações citadas foram provocadas, em geral, pela necessidade de dar preferência às estradas do Norte e a um predomínio de asfaltagem nestas estradas.

As estradas cuja necessidade foi sugerida pela definição de zonas com más infra-estruturas de transporte estão parcialmente consideradas nos casos:

Do Niassa e Cabo Delgado, pela estrada que, de Porto Amélia, faz ligação a Vila Cabral;
No caso da Zambézia, pela estrada Beira-Quelimane;
No caso do distrito do Tete, pela estrada Tete-Zumbo.

Nestas zonas, coincidindo com as necessidades extra-económicas, programou-se uma rede de estradas de baixo custo que garantissem passagem todo o ano, fazendo-se o mesmo para as manchas mal servidas de meios de transporte dos distritos de Moçambique, Manica e Sofala, Inhambane e Gaza.

Deste modo, ao mesmo tempo que se garante a circulação nestas manchas, possibilita-se, nos casos em que isso é viável e conveniente, fazer-se um alargamento da rede de postos de recepção e armazenagem de produtos agrícolas e facilita-se a deslocação de gado, bem como a sua mais fácil assistência nas zonas com pecuária.

Convém salientar que a extensão deste tipo de estradas (de interesse regional e interesse local) que se propõe melhorar atinge 4700 km (3300 km e 1400 km, respectivamente).

Pretende-se fazer 2300 km de estradas asfaltadas e 600 km de estradas definitivas de terra.

Deseja-se chamar a atenção para a circunstância de se terem previsto obras de arte definitivas em 700 km de estradas onde não foi possível considerar beneficiações do traçado.

Sabido que a inexistência de um simples aqueduto pode constituir ponto de estrangulamento grave, procurou-se, pelo menos, minorar o problema de certas vias de transporte, e, por isso, considerou-se a execução de cerca de 4700 km de beneficiações noutras estradas, de modo a possibilitar a circulação nas mesmas durante todo o ano. Os investimentos em estradas e em pontes totalizam cerca de 1 500 000 contos.

Dadas as possibilidades, a explorar, de mobilização de recursos adicionais para financiar o III Plano, prevê-se

que se encontrem meios financeiros para levar a cabo programa mais amplo, no montante total de 2 229 000 contos, assim repartidos:

Pontes	380 500
Estradas	1 641 500
Expropriações	27 000
Encargos gerais	180 000

259. Os empreendimentos previstos são, por distritos, os seguintes:

a) Pontes

1) Compromissos assumidos que transitam do Plano Intercalar de Fomento

Inhambane:

EN 1 — Ponte sobre o rio Save.

Manica e Sofala:

EN 1 — Pontes sobre os rios Búzi e Revuè.

2) Obras a iniciar

Niassa:

EN 242:

Marrupa-Lugenda-Litundo.
Limite do distrito-Marrupa.

EN 249:

Vila Cabral-Nova Guarda.
Vila Cabral-Maniamba.

ER 537 — EN 249-Unango.

Cabo Delgado:

EN 106 — M'torro-Porto Amélia.

Moçambique:

EN 8:

Variante de Nampula.
Ribaué-Malema.

EN 105 — Nacala-Monapo.
EN 106 — Namialo-Nacaroa.
EN 238 — Nampula-Nametil.
EN 239 — Nametil-António Enes.

Zambézia:

EN 7 — Namacurra-Chitungo.
EN 104:

Chitungo-Mocuba.
Nampevo-Alto Molocué.

EN 231 — Nampevo-Moliquela-Gurué.
EN 225 — Vila Fontes-Nicuadala.
EN 226 — Malei-Maganja.
EN 229 — ER 473-Mocuba-Lugela-Tacuane.
ER 480 — Mugeba-Gilé.
ER 485 — Maganja-Mocubela.

Tete:

EN 103:

Pontes sobre os rios Zambeze e Mazoé.

EN 221 — Fingoé-Zumbo.
EN 223 — EN 103-Vila Coutinho.

Manica e Sofala:

EN 6 — Três viadutos tipo Chicumbane na Baixa do Pungue.
EN 215 — EN 1-Inchope-Gorongosa.
EN 215 — Gorongosa-Vila Paiva-Vila Fontes.
EN 216 — Vila Pery-Sussundenga.

Inhambane:

EN 212 — Govuro-Vilanculos.
EN 252 — EN-Inhassoro.

Gaza:

EN 208 — Barragem do Caniçado.

Lourenço Marques:

EN 201 — Ponte do Maputo (Salamanga).

b) Estradas

Abreviaturas

TOAC — Terraplenagens e obras de arte correntes.
PA — Pavimentação asfáltica.

BPPTA — Beneficiações permitindo passagem todo o ano.
EN — Estradas nacionais.
ER — Estradas regionais.
EIR — Estradas de interesse regional.
EIL — Estradas de interesse local.

1) Compromissos assumidos que transitam do Plano Intercalar de Fomento

Manica e Sofala:

EN 1 — TOAC e PA — Rio Save-Inchope (250 km) (Projecto concluído).

Inhambane:

EN 1 — TOAC e PA — Maxixe-Rio Save (354 km) (Projecto concluído).

Tete:

EN 221 — TOAC — Matema-Fingoé.

2) Obras a iniciar

Niassa:

EN 242:

TOAC e PA — Vila Cabral-Litundo (86 km)
TOAC — Marrupa-Rio Lugenda-Litundo (200 km).
TOAC — Limite do distrito-Marrupa (82 km).

EN 249:

TOAC e PA — Vila Cabral-Nova Guarda (40 km).
TOAC e PA — Vila Cabral-Maniamba (84 km).
ER 537 — TOAC e PA — EN 249-Unango (35 km).
EN 255 — TOAC — Mecanhelas-Mulumbo (60 km).
EIR — Diversas estradas ligando povoações no distrito.

Cabo Delgado:

EN 243 — PA — Sunate-Macomia-Diaca (220 km)
EN 106:

TOAC e PA — Metorro-Rio Lúrio (75 km)
TOAC e PA — Metorro-Porto Amélia (100 km).

EN 242:

TOAC — Metorro-Montepuez (125 km).
TOAC e PA — Limite do distrito-Montepuez (130 km).

EIR — Mataca-Quissanga.

Moçambique:

EN 8:

TOAC e PA — Variante de Nampula (8 km).
TOAC — Ribué-Entre-Rios (110 km).

EN 105—TOAC e PA—Nacala-Monapo (62 km).
EN 106:

TOAC e PA — Namapa-Nacaroa (90 km).
TOAC e PA — Namialo-Nacaroa (64 km).

EN 231 — TOAC e PA — Mutuáli-Limite do distrito (20 km).
EIR — Diversas estradas ligando povoações no distrito.

Zambézia:

EN 7 — TOAC e PA — Namacurra-Chitungo (79 km).

EN 104:

TOAC e PA — Chitungo-Mocuba (29 km)
PA — Mugeba-Nampevo (30 km).

EN 231 — TOAC e PA:

Nampevo-Moliquela-Vila Junqueiro (142 km)
Lioma-Vila Junqueiro (50 km).
Lioma-Limite do distrito (55 km).

ER 474 — TOAC — Molumbo-Lioma (65 km).
EN 225 — TOAC e PA:

Vila Fontes-Campo (50 km).
Campo-Nicuadala (60 km).

EIR — Diversas estradas ligando povoações no distrito.

Tete:

EN 103 — TOAC — Tete-Moatize (24 km).
PA — Changara-Tete (100 km).

EN 221 — TOAC:

Fingoé-Zumbo (220 km).
Matema-Cruzamento de Cabora Bassa (120 km).

EN 222 — TOAC — Tete-Matema (84 km).
EN 223 — TOAC — EN 103-Vila Coutinho (118 km).

EIR — Diversas estradas ligando povoações no distrito.

Manica e Sofala:

EN 6 — TOAC e PA:

No acesso aos viadutos na Baixa do Pungue (6 km).

EN 102 — PA:

EN 6 — Vila Gouveia (110 km).
Vila Gouveia-Changara (150 km).

EN 215:

TOAC e PA — Inchope-Vila Paiva de Andrade (81 km).
TOAC e PA — Vila Paiva-Vila Fontes (200 km).

EN 216 — TOAC e PA — Vila Pery-Sussundenga (60 km).
EIR — Diversas estradas ligando povoações no distrito.

Inhambane:

EIR — Diversas estradas ligando povoações no distrito.

Gaza:

EN 205—TOAC e PA—Macia-Folgares (48 km).
EIL — Diversas estradas ligando povoações no distrito.

Lourenço Marques:

EN 4 — TOAC e PA — Moamba-Ressano Garcia (38 km).

EN 251 — TOAC e PA — Lourenço Marques-Moamba (46 km).

EIL — Diversas estradas ligando povoações no distrito.

b) Transportes rodoviários

260. Os empreendimentos considerados para o sexénio de 1968-1973 compreendem a aquisição de material automóvel (camiões e ónibus) e aquisição de equipamentos oficinais e a construção de casas para o pessoal.

261. Tal programa provém de:

Haver necessidade de renovar a frota da camionagem automóvel, hoje composta de mais de 300 unidades, camiões e autocarros, visto as disponibilidades financeiras não terem tornado possível a substituição progressiva de viaturas que há muito ultrapassaram o seu limite de vida (a medida inclui a aquisição de 60 camiões de carga e 40 autocarros);

Ser necessário equipar convenientemente as oficinas das cinco secções da camionagem automóvel;

Haver necessidade de construir casas para o pessoal da camionagem, quer nas localidades onde se situam as sedes de cada uma das cinco secções, quer nos pontos terminais de algumas carreiras muito longas.

c) Caminhos de ferro

262. Consideraram-se melhoramentos no traçado e beneficiações no material, com relevo para a aquisição de locomotivas mais potentes e de vagões apropriados ao tipo de mercadorias a transportar. Procurou-se, assim, atender fundamentalmente ao aumento do tráfego previsto, oriundo dos países vizinhos.

Irá incidir o principal esforço em caminhos de ferro, na rede de Lourenço Marques, caminho de ferro da Beira, caminho de ferro do Tete, caminho de ferro de Moçambique e caminho de ferro de Quelimane, atendendo-se também às necessidades da rede interna.

No que se refere ao tráfego interno, fizeram-se várias recomendações, pois será possível trazer economias ao subsector se se fecharem algumas linhas de caminho de ferro.

263. Os investimentos previstos em caminhos de ferro distribuem-se pela rede de Lourenço Marques, rede da Beira, rede de Quelimane e rede de Moçambique.

Há, além disso, a considerar a construção do ramal de Marracuene, a renovação, melhoria e reequipamento do Trans-Zambezia-Railway e a construção da linha de Nova Freixo-fronteira do Malawi, empreendimentos estes que será possível quantificar.

d) Portos e navegação

264. Estão previstas beneficiações nos acessos portuários e facilidades de manobra no interior dos portos.

O maior esforço incidirá nos portos de Lourenço Marques, Beira e Nacala, tendo ainda sido considerado o apetrechamento da doca seca da Beira, cujas dimensões permitirão docar qualquer dos navios de cabotagem existentes ou mesmo qualquer dos navios de guerra actualmente em serviço ou previstos para actuar na costa de Moçambique.

Também no caso dos portos — tal como para os caminhos de ferro —, no que se refere ao tráfego interno, se fizeram várias recomendações, pois será possível trazer economias ao subsector se se fecharem alguns portos de tráfego diminuto, o qual pode ser desviado sem afectar a economia da província.

265. Por compatibilização deste programa com os dos outros sectores, verificou-se que sòmente no aspecto de armazenagem seria necessário considerar a construção de um silo para cereais, no porto da Beira, com a capacidade de 12 000 t e cujo custo se estimou em 25 000 contos. Por isso, tal empreendimento foi incluído no programa de investimentos dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes.

Ligado ao problema dos transportes dos cereais daqueles pontos até ao porto da Beira, surgiu a necessidade de se recomendar o equipamento com material ferroviário adequado para transportes a granel nos percursos Vila Pery-Beira e Tete (Moatize e Caldas Xavier)-Beira.

266. No programa dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes está prevista a criação de um silo para cereais no porto de Lourenço Marques, para servir os territórios vizinhos.

Considera-se, por isso, que os silos a construir nos vales do Incomáti e Limpopo disporão de material ferroviário adequado para transporte a granel até ao porto de Lourenço Marques, podendo os cereais provenientes

daquelas e de outras zonas do Sul e do Norte utilizar aquele silo.

267. Quanto aos Serviços de Marinha, pretende-se que se equipem no essencial, incidindo grande parte do programa para o sexénio no apetrechamento da doca seca da Beira, prevendo-se também a aquisição de equipamento flutuante para os portos de Lourenço Marques, Beira, Nacala e Quelimane, além de diversos trabalhos de farolagem.

O programa para o sexénio envolve também a aquisição de dois rebocadores e uma dragueta de sucção, além de várias embarcações para balizagem, pilotos e polícia marítima. Isto no que respeita a equipamento flutuante.

268. Os totais dos investimentos previstos em portos abrangem os portos de Lourenço Marques, Beira, Nacala, Quelimane e outros.

d) Transportes aéreos e aeroportos

269. Com o programa estabelecido procura-se fundamentalmente:

Conseguir a utilização dos aeródromos em qualquer altura do ano, independentemente das condições meteorológicas;
Tornar possível o voo nocturno;
Operar com aviões de capacidade ajustada às necessidades do tráfego;
Aumentar as condições de segurança.

Obter-se-á assim um melhor aproveitamento do material, havendo apenas que estabelecer a necessária correspondência com o pessoal da exploração.

Quanto aos aeródromos, prevê-se maior actuação, durante o III Plano de Fomento, nos de Mocímboa da Praia, Porto Amélia, Vila Cabral, Vila Coutinho, Lumbo, Nampula, Tete, António Enes, Quelimane, Vila Pery, Beira, Vilanculos, Inhambane, João Belo, S. Martinho do Bilene e Lourenço Marques.

No que respeita à D. E. T. A. (Divisão de Exploração dos Transportes Aéreos), dada a evolução do tráfego, dirige-se o programa para um aumento de frota e respectivo equipamento oficial.

270. Como pelos Serviços de Aeronáutica Civil foi apresentado um programa de investimentos em aeroportos, elaborado em conjunto com os utilizadores dos aeródromos (elementos dos serviços dos transportes aéreos da província — D. E. T. A. — e dos táxis aéreos), os respectivos

programas (Aeronáutica Civil e D. E. T. A.) surgiram já compatibilizados entre si e atendendo à complementaridade do serviços dos táxis aéreos.

É de salientar que a concretização urgente do apetrechamento dos aeródromos que possibilite o voo nocturno terá a vantagem de diferir o programa de compras de novos aviões, o que levou a considerar-se como urgente a execução daquele apetrechamento, previsto na medida de fomento relativa a aeródromos.

Não houve que proceder a compatibilização com outros sectores, visto que os serviços da D. E. T. A. que tratam das carreiras aéreas consideram que os programas que têm permitem ir correspondendo às necessidades crescentes de tráfego.

271. O plano de acção dos Serviços de Aeronáutica Civil diz respeito a aeroportos e no período de 1968 a 1973 o seu programa considera-se dividido nas seguintes finalidades: áreas de manobra, edificações e montagens, segurança aérea, equipamento e serviços gerais.

272. No que se refere a material de voo, os empreendimentos previstos compreendem a aquisição de novos aviões e a aquisição de equipamento.

273. A aquisição de novos aviões será imposta pelas necessidades da evolução do tráfego, que vem aumentando de 15 por cento em cada ano, conjugada com as tendências da construção aeronáutica e a política de material de voo que vêm seguindo as companhias dos territórios limítrofes que mantêm acordos de tráfego em *pool* (South Africa Airways e Central Africa Airways); permite, além disso, ligações mais apropriadas aos aviões da T. A. P. que estabeleçam as ligações de longo curso da província com o exterior (a programação inclui a aquisição de um *Fokker F 27 — Friendship*); verifica-se ainda a necessidade de equipar as oficinas da D. E. T. A. (inclui equipamento e ferramentas para instalação da oficina de reparação de motores de turbina e outro equipamento oficinal de carácter geral).

274. Em estudo de base se consideram investimentos para o estudo dos fluxos do tráfego interno com vista à recolha de elementos para o estabelecimento de uma política geral dos transportes internos (estrada, caminho de ferro, cabotagem e avião), visto ser necessário obter maior rentabilidade dos investimentos por coordenação entre estes e a oferta de melhores serviços. Por isso se prevê a realização daquele estudo.

e) Telecomunicações

275. O programa estabelecido visa a melhoria das redes telefónicas urbanas rentáveis (Lourenço Marques e Beira) e a instalação de centrais *telex* também nestas duas cidades.

f) Meteorologia

276. Previu-se nesta rubrica:

A actualização de equipamento para que as observações de altitude com radiossonda possam acompanhar a evolução da técnica e satisfazer os requisitos futuros da exploração aeronáutica e dos trabalhos da análise e previsão do tempo; esta actualização deverá ser feita de forma coordenada, a nível nacional, nomeadamente em ligação com a dos estabelecimentos congéneres da metrópole e do ultramar, de modo a atender-se às condições de fabrico de material fixo e de abastecimento de material de consumo corrente (radiossondas);

A introdução do sistema A. P. T. para recepção directa das informações fornecidas pelos satélites meteorológicos;

A participação de Portugal no Decénio Hidrológico Internacional (1965–1975), iniciativa da U. N. E. S. C. O., com o apoio de diversas organizações internacionais, entre as quais a F. A. O. e a O. M. N. Trata-se de um empreendimento de grande escala, destinado a obter, segundo um programa de âmbito mundial, informações de base que contribuam para o progresso da ciência hidrológica e, portanto, para o bem-estar das populações, pelo aproveitamento racional dos recursos de água; dentro do programa geral, competem aos vários serviços meteorológicos observações e estudos no campo da hidrometeorologia.

277. Os investimentos previstos são, pois, os seguintes:

Transportes, comunicações e meteorologia

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Transportes rodoviários	*1 545 500*
Estradas	1 231 200
Pontes	255 300
Camionagem	59 000

Empreendimentos	Contos
Caminhos de ferro	*1 516 600*
Lourenço Marques	549 900
Tete	376 000
Beira	325 000
Quelimane	38 500
Moçambique	227 200
Renovação da via e equipamento do TZR	p. m.
Construção do ramal de Marracuene	p. m.
Construção da ligação Nova Freixo-Fronteira do Malawi	p. m.
Portos e navegação	*1 768 000*
Serviços de terra	1 707 400
Porto de Lourenço Marques	875 700
Porto da Beira	613 900
Porto de Nacala	187 800
Porto de Quelimane	15 000
Outros portos	15 000
Serviços de rio e mar	60 600
Porto de Lourenço Marques	4 000
Porto da Beira	29 000
Porto de Nacala	2 000
Porto de Quelimane	600
Farolagem	6 000
Equipamento de dragagem	7 000
Estudos em modelo reduzido	12 000
Transportes aéreos e aeroportos	*448 500*
Aeroportos	246 500
Mocímboa da Praia	5 800
Porto Amélia	20 100
Vila Cabral	5 100
Vila Moutinho	6 500
Lumbo	500
Nampula	14 600
Tete	4 900
António Enes	600
Quelimane	40 700
Vila Pery	10 500
Beira	19 000
Vilanculos	19 500
Inhambane	11 900
João Belo	500
S. Martinho do Bilene	10 000
Lourenço Marques	67 400
Outros	8 900
D. E. T. A.	202 000
Aquisição de novos aviões	185 000
Aquisição de equipamento	17 000

Empreendimentos	Contos
Telecomunicações	*150 000*
Ampliação da central e rede telefónica de Lourenço Marques e seus satélites	95 000
Ampliação da central e rede telefónica da Beira e seus satélites	40 000
Central telex de Lourenço Marques	10 000
Central telex da Beira	5 000
Meteorologia	*32 000*
Total	5 460 600

VIII) Turismo

1. Evolução recente e problemas actuais

278. Das zonas com interesse relevante sob o ponto de vista turístico, as que, pelas infra-estruturas já existentes, permitem esforço de promoção com investimento relativamente reduzido são as seguintes:

Ponta do Ouro, reserva do Maputo, lagoas da Bela Vista;
Zona de influência de Lourenço Marques;
S. Martinho do Bilene, Chongoene, lagoas de Zavala, cabo das Correntes, Inhambane;
Vilanculos, Inhassoro, Bazaruto, Bartolomeu Dias;
Zona de influência da Beira;
Parque Nacional da Gorongosa.

Actuando imediatamente nestas zonas, há a certeza de virem a melhorar-se as condições em locais dos mais receptivos no panorama turístico da província e que beneficiam já de um afluxo considerável de turistas.

Outro problema que importa considerar desde já é o da formação de pessoal de hotelaria.

279. Este sector implica vários problemas de compatibilização sectorial.

Considera-se possível encontrar solução para tais problemas, mediante acções que permitam concretizar, convenientemente, empreendimentos, que, enquadrados nos sectores respectivos (casos de estradas, transportes aéreos, planos de urbanização, águas e electricidade, saúde, etc.), têm relevância para o sector «Turismo».

280. Parte das estradas, dos abastecimentos de água e electrificações que, por outros motivos, se torna necessário fazer, coincidem, em muitos casos, com as necessidades do sector «Turismo», como sucede, por exemplo, com as electrificações da Ponta do Ouro, S. Martinho do Bilene, Vilanculos, Inhassoro, a urbanização em Ponta do Ouro, região de Inharrime, Quissico, Chindenguele, Bazaruto, etc.

O caso da estrada da Bela Vista para a Ponta do Ouro constitui um caso diferente, pois a sua inclusão no programa rodoviário justifica-se apenas por razões turísticas, pretendendo-se que nesta estrada se façam as beneficiações necessárias para garantir o trânsito durante todo o ano.

2. Objectivos

281. Com base no movimento de entradas de turistas nos anos de 1962 a 1965, extrapolou-se, mediante uma regressão linear, o volume de turistas, de forma a definirem-se as metas a atingir no período do III Plano de Fomento (1968–1973).

Os valores aproximados da projecção são os seguintes:

	Turistas
1968	258 000
1969	274 000
1970	290 000
1971	306 000
1972	323 000
1973	339 000

Esclarece-se, desde já, que não se tomou a taxa de crescimento do período de 1962–1965, que era de 8,5 por cento, mas fixou-se a taxa de 5,6 por cento para esta linha de tendência dos anos de 1968–1973, bastante inferior, portanto, à que anteriormente se verificou.

Esta prudência na projecção deve-se a não se poder considerar como rígidas as circunstâncias condicionantes do fenómeno turístico em geral. Factores de natureza económica, social e política, nas origens dos fluxos turísticos externos, podem alterar substancialmente o seu volume sem viabilidade de, por medidas internas do mercado receptor do turismo, fàcilmente se poder retomar a posição anterior. Aliás, a curta extensão do período-base da análise do sector não permite que se possa, com relativa certeza, prever a evolução futura do quantitativo de turistas no mercado turístico da província.

Por estes motivos se adoptou uma taxa anual de crescimento de 5,6 por cento e se admitiu que poderão ocorrer flutuações, com efeito negativo, com amplitude

de 10 por cento dos valores estimados, donde resultaram os seguintes intervalos anuais, que se tomam como meta a atingir:

	Turistas
1968	230 000 a 260 000
1969	240 000 a 270 000
1970	260 000 a 290 000
1971	270 000 a 300 000
1972	290 000 a 320 000
1973	300 000 a 340 000

282. Em relação ao número de dormidas foi apurado um valor médio entre 1,55 e 1,91 para 1961 e 2,5 e 2,97 para 1965. Como a abertura da ligação Lourenço Marques-Beira permite o estabelecimento de circuitos turísticos fechados em relação aos fluxos externos mais relevantes (África do Sul e Rodésia), necessàriamente que a média de estada terá de subir. Assim, tomou-se como meta fàcilmente alcançável e seguramente excedível a média anual de três dormidas.

A previsão para o período do III Plano de Fomento é, pois, de:

	Dormidas
1968	690 000 a 780 000
1969	720 000 a 810 000
1970	780 000 a 870 000
1971	810 000 a 900 000
1972	870 000 a 960 000
1973	900 000 a 1 040 000

283. Não é possível, por os dados existentes não o permitirem, estimar-se o desenvolvimento que necessàriamente a indústria hoteleira terá de sofrer para absorver o aumento de turistas. Mas, a verificar-se a projecção referida, tal desenvolvimento será uma necessidade imperiosa.

284. Por outro lado, um incremento como o que se espera terá reflexos fortes e benéficos na balança de pagamentos da província. Assim, calculando-se a despesa média diária do turista em Moçambique em cerca de 450$, estima-se na perspectiva já exposta que as receitas de divisas atingirão:

	Contos
1968	310 500 a 351 000
1969	324 000 a 364 000
1970	351 000 a 391 500
1971	364 500 a 405 000
1972	391 500 a 432 000
1973	405 000 a 459 000

Pelo exposto se vê que, se a saída de divisas resultante da despesa do turismo se mantiver no nível dos 270 000 contos, valor à volta do qual variou no período de 1960 a 1964, serão os seguintes os valores do saldo da rubrica «Turismo»:

	Contos
1968	+ 40 500 a + 81 000
1969	+ 54 000 a + 94 500
1970	+ 81 000 a +121 500
1971	+ 94 500 a +135 000
1972	+121 500 a +162 000
1973	+135 000 a +189 000

3. Medidas de política

285. As medidas a tomar são:

Estudo e reorganização da pesca e caça desportivas, com especial atenção para a fixação, prévia, das espécies de caça a abater anualmente, permitindo assim o estabelecimento, com a antecedência requerida, dos contratos entre as empresas de safaris e os seus clientes;

Realização de campanhas publicitárias no sentido de obter mais económica utilização da capacidade hoteleira fora dos períodos de ponta;

Incentivo da indústria hoteleira e similar, não sòmente quanto ao seu desenvolvimento, como ao seu melhoramento técnico e profissional;

Maior projecção das agências de viagem e turismo no desenvolvimento e promoção do turismo.

Autorização para particulares poderem alojar turistas nas suas residências, desde que sejam satisfeitos certos requisitos, aumentando-se assim a capacidade de recepção de turistas, já esgotada nos períodos de ponta;

Aplicação de medidas de carácter legal de protecção e fomento do património turístico da província, como seja a declaração de utilidade turística nos casos em que tal seja conveniente;

Promoção da realização de manifestações de carácter cultural, desportivo, recreativo e mundano (necessidade de factores de captação nas épocas fora de estação);

Aproveitamento do património histórico e monumentalista da província e melhor aproveitamento das riquezas da fauna e da flora;

Utilização, como meio de atracção, das actividades regionais e regionalistas (grupos folclóricos, cozinha típica, etc.);

Formação profissional hoteleira ao nível inferior e médio, através da criação de uma escola hoteleira;
Política de trabalho relativamente ao pessoal da indústria hoteleira e similar;
Centralização numa única entidade pública dos aspectos gerais da fiscalização de interesse turístico como medida para obter maior eficiência, coordenação e rendimento.

4. Investimentos

286. Apresenta-se a seguir o programa de investimentos, que não inclui, por não ter sido possível recolher elementos suficientemente completos e seguros, os investimentos a efectuar por empresas privadas:

Turismo

Programa de investimentos

Unidade: milhar de escudos

Designação	Contos
Estudo do aproveitamento do potencial turístico natural da província e visitas de estudo	3 000
Monografias e informações pela imagem e pela rádio	1 000
Comparticipações no custo da construção e apetrechamento da escola hoteleira	1 000
Melhoramento de acessos e de algumas infra-estruturas	5 000
Total	10 000

IX) Educação e investigação

1. Educação

1. Evolução recente e problemas actuais

287. No sentido de, no espaço de vinte anos, se conseguir uma escolaridade generalizada na província, prevê-se que em 1973 se haja atingido uma taxa de escolaridade de, pelo menos, 49 por cento, o que constitui largo passo no intuito de se alcançar o fim em vista.

As campanhas de alfabetização das massas rurais, previstas mormente entre adultos, através dos serviços extra-escolares e dos cursos nocturnos de ensino primário,

permitirão obter um índice mais elevado na luta contra o analfabetismo.

Foi também dada grande atenção às necessidades de pessoal técnico qualificado a todos os níveis no sector agro-pecuário, pelo que se espera, com as escolas a criar, atender às necessidades deste tão importante sector na economia de Moçambique durante o período do III Plano de Fomento.

Nos outros tipos de ensino procurou-se eliminar algumas deficiências no capítulo de instalações, alargando-se mais a malha de cobertura da província. Quanto ao ensino universitário, pretendeu-se contribuir para a continuação da melhoria das construções e aspectos complementares, bem como do equipamento científico.

288. Do ponto de vista da compatibilização com outros sectores, merece realce especial que as necessidades da agricultura, silvicultura e pecuária recomendam que o esforço educacional se dirija de preferência para o tipo de ensino que permita a formação, a diversos graus, de técnicos agro-pecuários.

Para tanto, há a considerar a ampliação das escolas primárias rurais com granjas agrícolas e pecuárias, permitindo que os alunos comecem, desde os primeiros bancos escolares, a aprendizagem e o despertar de interesse pela parte literária, juntamente com as técnicas rurais, próprias do seu meio ambiente.

No caso da formação acelerada de pessoal que mais interessa à indústria de transformação, torna-se indispensável obter apoio das entidades oficiais da metrópole e das privadas de Moçambique.

2. Objectivos

289. Define-se como primeiro objectivo o visar atingir-se em 1973 uma taxa de escolarização de 49 por cento. O número de alunos por professor, no ensino primário, manter-se-á em 75, o que corresponde a cerca de 30 alunos por classe.

Se essa taxa for atingida, ter-se-á dado um passo importante no sentido da escolarização generalizada.

290. Tendo em consideração a taxa de escolarização que se propõe como meta a atingir na vigência do III Plano de Fomento e a estimativa da população escolarizável e admitindo, como hipótese, que a percentagem dessa população é sensìvelmente semelhante em todos os distritos, construiu-se o seguinte quadro, que contém a repartição daquela meta por distritos.

Distritos	População escolarizável (a)	População a escolarizar — 49 por cento
Lourenço Marques e Gaza	302 700	143 000
Inhambane	143 500	67 800
Manica e Sofala	168 500	79 600
Tete	116 400	55 000
Zambézia	311 500	147 200
Moçambique	311 300	147 100
Cabo Delgado	118 200	55 800
Niassa	71 500	33 800
Total	1 543 600	729 300

(a) Adoptou-se a taxa de 49 por cento para o cálculo da população escolarizável, tendo em vista o alargamento desta população com a aplicação ao ultramar do ensino primário complementar.

291. Outro objectivo a atingir consistirá no alargamento da alfabetização pela acção do serviço extra-escolar e dos cursos nocturnos de ensino primário a maior número de indivíduos do que o verificado nos últimos anos. Espera-se, assim, conseguir:

20 000 alunos/ano nos cursos nocturnos do ensino primário;
50 000 alunos/ano por acção do serviço extra-escolar.

292. Quanto ao ensino secundário, tem importância referir que com o programa proposto se propõe dotar a província com uma rede de ensino agrícola e pecuário a nível elementar, secundário e médio que se considera adequada às necessidades esperadas em técnicos destas especialidades, nomeadamente construindo e apetrechando estabelecimentos de ensino secundário onde as necessidades o imponham, como sucede em Vila Pery e outras localidades.

293. Nas demais especialidades do ensino secundário e médio a acção encarada pelo programa visa a melhoria das condições em que funcionam os cursos, quer por aumento dos quadros, quer por alargamento das instalações em que esses cursos são ministrados, possibilitando-se assim dar vazão aos alunos que se prevê procurem esses tipos de ensino.

294. Quanto ao ensino universitário, julga-se ser possível melhorar ainda as condições de funcionamento dos actuais cursos.

3. Medidas de política

295. As medidas neste sector são as seguintes:

Incentivo à educação de adultos, de forma a alcançar a grande massa populacional aglomerada na periferia dos centros urbanos mais importantes;

Favorecer a colocação de casais de professores na mesma localidade, fornecendo-lhes uma residência;

Execução integral, em todas as escolas rurais, dos programas de educação feminina e de divulgação da língua portuguesa entre a massa feminina nativa;

Efectivação de campanha de promoção junto das mulheres, na periferia das cidades, por meio de cursos que especialmente lhes serão destinados, com a duração de 4 a 6 meses e a frequência máxima de 40 elementos por grupo ou turma;

Melhoria pedagógica da formação docente, estendendo-se à província os estágios profissionais em vigor na metrópole;

Organização de cursos periódicos de actualização pedagógica e distribuição às escolas do material didáctico indispensável às exigências de ensino, fomentando-se a utilização de material audiovisual;

Criação de uma comissão técnica permanente para apetrechamento de material didáctico.

296. No quadro seguinte apresenta-se uma visão sintetizada do programa.

Designação (1)	Finalidade (2)	Localização (3)
Ensino primário	Elevar a taxa de escolarização para 49 por cento.	Por toda a província, conforme as carências locais.
Escolas magistério de professores de posto escolar.	Pretende-se que as 12 escolas a cargo das missões possam ser oficializadas, através da constituição de quadros docentes de acordo com a legislação.	Distritos de Lourenço Marques (2); Inhambane; Manica e Sofala; Tete (2); Zambézia (2); Moçambique (2); Cabo Delgado e Niassa.
Serviço extra-escolar . .	Difusão da língua portuguesa falada e escrita e promoção social.	Por toda a província, consoante as carências.
Cursos nocturnos de ensino primário.	Alfabetização de adultos . .	Por toda a província, consoante as carências.
Escolas de regentes agrícolas e de pecuária.	Formação de técnicos, a nível médio, no sector agro-pecuário.	Distrito de Manica e Sofala (Chimoio).
Escolas de práticos de agricultura e pecuária.	Formação de técnicos agro-pecuários a nível secundário.	Distritos de Inhambane, Zambézia e Moçambique.
Escolas elementares agrícolas.	Formação de técnicos agro-pecuários a nível elementar.	Uma escola em cada um dos distritos de Gaza, Manica e Sofala, Zambézia, Tete, Moçambique, Cabo Delgado e Niassa.
Escolas técnicas elementares.	Difusão do ensino técnico e melhoria das condições de ensino.	Lourenço Marques, Beira e Tete.
Escolas comerciais e industriais.	Melhoria das condições de ensino.	Lourenço Marques . . . . .
Ensino liceal	Melhoria das condições de ensino.	Lourenço Marques e Beira
Institutos comerciais e industriais.	Melhoria das condições de ensino.	Lourenço Marques . . . . .
Ensino universitário . .	Melhoria das condições de ensino.	Lourenço Marques . . . . .

	Localização	Justificação económica e social	Dimensão dos empreendimentos	Investimentos em capital fixo	Despesas de funcionamento		Despesas recorrentes
					Pessoal	Outras	
	(3)	(4)	(5)	(6)	(12)	(13)	(14)
za-	Por toda a província, conforme as carências locais.	Pretende-se atingir a escolarização total dentro de 20 anos.	2400 salas de aula	248 000 contos . .	383 600 contos no período do Plano.	30 600 contos no período do Plano.	163 000 contos . .
las am da do- a	Distritos de Lourenço Marques (2); Inhambane; Manica e Sofala; Tete (2); Zambézia (2); Moçambique (2); Cabo Delgado e Niassa.	Pretende-se atingir a escolarização total dentro de 20 anos.	12 escolas	—	30 000 contos no período do Plano.	—	5000 contos . . .
esa ção	Por toda a província, consoante as carências.	Escolarização total e promoção social.	Ensino de 50 000 indivíduos por ano.	—	18 000 contos no período do Plano.	—	3000 contos . . .
. .	Por toda a província, consoante as carências.	Aumento do índice de alfabetização.	Ensino de 20 000 indivíduos por ano.	—	30 000 contos no período do Plano.	—	5000 contos . . .
ível pe-	Distrito de Manica e Sofala (Chimoio).	Obstar à carência de técnicos agro-pecuários.	Uma escola de 400 alunos	10 900 contos . . .	10 000 contos no período do Plano.	11 000 contos no período do Plano.	4200 contos . . .
gro- un-	Distritos de Inhambane, Zambézia e Moçambique.	Obstar à carência de técnicos agro-pecuários.	Três escolas de 300 alunos	33 000 contos . . .	8 400 contos no período do Plano.	11 200 contos no período do Plano.	5600 contos . . .
pe- tar.	Uma escola em cada um dos distritos de Gaza, Manica e Sofala, Zambézia, Tete, Moçambique, Cabo Delgado e Niassa.	Obstar à carência de técnicos agro-pecuários.	Sete escolas de 250 alunos	50 000 contos . . .	17 600 contos no período do Plano.	22 400 contos no período do Plano.	17 500 contos . .
o e de	Lourenço Marques, Beira e Tete.	Melhoramento e aumento das possibilidades de formação técnica.	Três escolas de 1000 alunos	34 500 contos . . .	6 700 contos no período do Plano.	1 800 contos no período do Plano.	11 200 contos . .
en-	Lourenço Marques	Melhoramento e aumento das possibilidades de formação técnica.	Uma escola de 1000 alunos	16 000 contos . . .	2 000 contos no período do Plano.	—	500 contos . . . .
en-	Lourenço Marques e Beira	Aumento e melhoria das possibilidades de formação intelectual.	Dois liceus de 1000 alunos	24 000 contos . . .	—	—	—
en-	Lourenço Marques	Melhoria das condições de formação técnica.	Uma escola comercial e industrial para 600 alunos.	10 500 contos . . .	—	—	1400 contos . . .
en-	Lourenço Marques	Melhoria das condições de formação técnica.	—	100 000 contos . .	—	—	—

Justificação económica e social	Dimensão dos empreendimentos	Investimentos em capital fixo	Despesas de funcionamento		Despesas recorrentes	Efeitos directos sobre outros sectores
			Pessoal	Outras		
(4)	(5)	(6)	(12)	(13)	(14)	(15)
Pretende-se atingir a escolarização total dentro de 20 anos.	2400 salas de aula	248 000 contos . .	383 600 contos no período do Plano.	30 600 contos no período do Plano.	163 000 contos . .	Aumento de oferta de mão-de-obra qualificada ajustada às características económicas das regiões.
Pretende-se atingir a escolarização total dentro de 20 anos.	12 escolas	—	30 000 contos no período do Plano.	—	5000 contos . . .	—
Escolarização total e promoção social.	Ensino de 50 000 indivíduos por ano.	—	18 000 contos no período do Plano.	—	3000 contos . . .	Promoção social o integração cultural da população.
Aumento do índice de alfabetização.	Ensino de 20 000 indivíduos por ano.	—	30 000 contos no período do Plano.	—	5000 contos . . .	Promoção social e integração cultural da população.
Obstar à carência de técnicos agro-pecuários.	Uma escola de 400 alunos	10 900 contos . . .	10 000 contos no período do Plano.	11 000 contos no período do Plano.	4200 contos . . .	Satisfação das necessidades de técnicos agrícolas e pecuários de formação média.
Obstar à carência de técnicos agro-pecuários.	Três escolas de 300 alunos	33 000 contos . . .	8 400 contos no período do Plano.	11 200 contos no período do Plano.	5600 contos . . .	Satisfação das necessidades de técnicos agrícolas com formação secundária.
Obstar à carência de técnicos agro-pecuários.	Sete escolas de 250 alunos	50 000 contos . . .	17 600 contos no período do Plano.	22 400 contos no período do Plano.	17 500 contos . .	Satisfação das necessidades de pessoal qualificado na agricultura a nível elementar.
Melhoramento e aumento das possibilidades de formação técnica.	Três escolas de 1000 alunos	34 500 contos . . .	6 700 contos no período do Plano.	1 800 contos no período do Plano.	11 200 contos . .	—
Melhoramento e aumento das possibilidades de formação técnica.	Uma escola de 1000 alunos	16 000 contos . . .	2 000 contos no período do Plano.	—	500 contos	—
Aumento e melhoria das possibilidades de formação intelectual.	Dois liceus de 1000 alunos	24 000 contos . . .	—	—	—	—
Melhoria das condições de formação técnica.	Uma escola comercial e industrial para 600 alunos.	10 500 contos . . .	—	—	1400 contos . . .	—
Melhoria das condições de formação técnica.	—	100 000 contos . .	—	—	—	Satisfação das necessidades de técnicos de formação superior.

2. Investigação ligada ao ensino

297. Dada a necessidade de se investir em Moçambique, atendendo à mais rápida reprodutividade, é de aconselhar que as instituições que se dedicam à investigação científica e os Estados Gerais Universitários coordenem os seus programas entre si e com as instituições que fazem a investigação básica.

É indispensável que as entidades que tratam de investigação, científica ou básica, elaborem programas orçamentados específicos de investigação dentro de cada instituição.

3. Investigação não ligada ao ensino

1. Cartografia geral

a) Cartografia geral e especial

298. Assentou a programação dos emprendimentos incluídos nesta rubrica na necessidade de se manter a execução da cobertura fotográfica da província, além dos trabalhos de cadastro.

No que respeita à cartografia, a tarefa de maior envergadura continua a ser a elaboração da carta da província, à escala 1/50 000, envolvendo trabalhos de apoio de campo, completagem, toponímia, desenho e impressão, a partir da qual se procederá ao desenho e impressão das cartas 1/250 000, 1/500 000 e 1/1 000 000.

Procura-se que fiquem cartografadas todas as zonas não cobertas a sul do paralelo 14 e, a norte, as zonas consideradas de povoamento.

Quanto ao cadastro, é um problema que apresenta maior acuidade nas regiões em que a propriedade é de constituição antiga ou está pulverizada.

Assim, houve necessidade de se tomarem em consideração, em primeiro lugar, o distrito de Lourenço Marques e certas zonas dos distritos de Gaza, Inhambane, Manica e Sofala, Zambézia e Moçambique.

299. A compatibilização com outros sectores constitui problema muito relevante. No caso das zonas de povoamento a norte do paralelo 14 sul, os trabalhos de cartografia a fazer naquela área deverão incidir sobre as zonas prioritárias.

No caso da restante área da província, nos trabalhos a fazer terão prioridade os que dizem respeito não só às áreas de povoamento, como também às de desenvolvimento agrícola, silvícola, pecuário, industrial e turístico.

Fica, aliás, expresso que o programa de pormenor a estabelecer, tanto no campo da cartografia, como no do cadastro, pelos Serviços Geográficos e Cadastrais, entidade executora neste campo, deverá ser elaborado em colaboração com os utentes e outros departamentos estaduais, com vista a melhor se poder atingir as metas fixadas para cada caso e, portanto, os objectivos do III Plano de Fomento.

Estes problemas são enquadrados, aliás, nos que se tratarem respeitantes ao regime de terras, ligando-se, por isso, intimamente.

300. As dotações que têm sido atribuídas à «Revisão da cartografia geral da província», integrada na rubrica «Conhecimento científico do território», não permitiram uma produção aceitável e económica.

Pensa-se que a solução mais adequada, já hoje aceite em princípio, é a execução parcial dos trabalhos por empreitada, para o que há empresas idóneas, embora se equipem os serviços com material e pessoal, de modo a poder exercer-se a indispensável fiscalização e, simultâneamente, executar-se uma parte dos empreendimentos por administração directa, nomeadamente a restituição, o desenho e a toponímia.

301. Para melhor aproveitamento do equipamento e do potencial humano especializado, há necessidade absoluta de rever as condições de trabalho com vista a acelerar-se a produção. Assim, pelo menos para as operações de restituição e de desenho, é indispensável entrar no regime de tarefa.

302. O quadro junto dá a posição do problema de cartografia.

Cartografia

Designação	Trabalhos executados até 31 de Julho de 1966		Trabalhos executados até 31 de Dezembro de 1967 — Previsão		Trabalhos a executar durante o período de 1968-1974			Trabalhos a executar depois de 1974		
	Discriminação		Discriminação		Discriminação		Estimativa do custo — Contos	Discriminação		Estimativa do custo — Contos
	Quilómetros quadrados	Folhas	Quilómetros quadrados	Folhas	Quilómetros quadrados	Folhas		Quilómetros quadrados	Folhas	
Carta 1/50 000:										
Cobertura fotográfica . .	606 692	928	780 080	1 207	(*a*) 28 814	–	865	18 300	–	549
Apoio de campo	289 832	474	308 935	507	288 140	427	14 407	183 005	273	9 150
Restituição e completagem	263 776	430	275 954	451	321 121	483	6 422	183 005	273	3 660
Toponímia	24 214	48	38 279	72	558 796	862	2 586	183 005	273	819
Desenho	16 753	37	27 624	54	569 451	880	17 600	183 005	273	5 460
Impressão	15 415	34	24 881	49	572 194	885	13 275	183 005	273	4 095
							55 155			23 733
Carta 1/250 000:										
Desenho	–	–	19 315	3	577 760	76	1 140	183 005	23	345
Impressão	–	–	19 315	3	577 760	76	760	183 005	23	230
							1 900			575

Designação	Trabalhos executados até 31 de Julho de 1966		Trabalhos executados até 31 de Dezembro de 1967 — Previsão		Trabalhos a executar durante o período de 1968-1974			Trabalhos a executar depois de 1974		
	Discriminação		Discriminação		Discriminação		Estimativa do custo — Contos	Discriminação		Estimativa do custo — Contos
	Quilómetros quadrados	Folhas	Quilómetros quadrados	Folhas	Quilómetros quadrados	Folhas		Quilómetros quadrados	Folhas	
Carta 1/500 000:										
Desenho	–	–	7 076	1	589 999	17	240	183 005	6	90
Impressão	–	–	7 076	1	589 999	16	160	183 005	6	60
							400			150
Carta 1/1 000 000 (mural):										
Desenho	–	–	360 000	2	420 080	4	120	(*b*)	–	–
Impressão	–	–	–	–	780 080	6	180	(*b*)	–	–
							300			–
							57 755			24 458
							(*c*) 245			(*c*) 42
							58 000			24 500

(*a*) Actualização.
(*b*) Concluída.
(*c*) Arredondamento.

303. O problema do cadastro não apresenta, no conjunto, a mesma urgência que o da cartografia, nem tem, por enquanto, a sua amplitude. Porém, se não for tratado a tempo, poderá vir a traduzir-se numa situação crítica. À parte as regiões em que a propriedade é de constituição antiga ou está pulverizada, os elementos fornecidos pelas demarcações definitivas e pelos correspondentes processos legais são suficientes para identificação da propriedade e análise da sua situação jurídica. São os elementos que constam dos *Atlas de Cadastro* e do *Tombo Geral da Propriedade* e não têm surgido problemas de grande importância. Assim, há necessidade de se tomarem em consideração, em primeiro lugar, o distrito de Lourenço Marques e certas zonas dos distritos de Gaza, Inhambane, Manica e Sofala, Zambézia e Moçambique, fazendo-se a revisão e actualização (conservação do cadastro), corrigindo defeitos e enquadrando tudo num plano de conjunto.

No distrito de Lourenço Marques, com a área de 16 184 km², já foram cadastrados 2562 km² nas regiões do Maputo e da Namaacha. Excluindo a área de 226 km² ocupada pelos forais, restam cadastrar 13 396 km². No programa de trabalho apresentado incluem-se apenas 1000 km².

No distrito de Gaza ainda nada foi feito e há necessidade de se dar início aos trabalhos. Prevê-se a possibilidade de se cadastrar, durante o período, a área de 700 km².

No distrito de Inhambane foram cadastrados 1600 km², tendo sido publicadas onze topo-cadastrais, nove à escala de 1/25 000 e dois à escala de 1/50 000. A continuação dos trabalhos deve abranger, pelo menos, a área de 600 km², trabalho que tem possibilidades de se executar durante o período de 1968–1973.

No distrito de Manica e Sofala deu-se início ao cadastro do Chimoio. Foram cadastrados 265 km². Há necessidade de se rever toda a área das concessões da antiga Companhia de Moçambique. No programa inclui-se a área de 700 km² a cadastrar durante o período.

Foram já iniciados os trabalhos de cadastro no distrito da Zambézia, tendo-se começado pelos arredores de Quelimane, onde a propriedade, de constituição antiga e por vezes duvidosa, está pulverizada. É um dos distritos que parece merecer maior atenção, pelos problemas que podem surgir em consequência da ausência de um cadastro geométrico e jurídico actualizado e correcto. Uma brigada convenientemente constituída poderá cadastrar, durante os seis anos do Plano de Fomento, uma área de 300 km².

No distrito de Moçambique deve continuar-se o cadastro da Lunga e atacarem-se outras regiões em que a ocupação é densa, nomeadamente os arredores de Nampula. Prevê-se o cadastro da área de 300 km².

Quanto aos distritos de Tete, Niassa e Cabo Delgado, não se justifica que se realizem operações de cadastro.

304. No fim de 1967 já tinham sido cadastrados 5200 km² na província.

É necessário cadastrar mais 3600 km² no período do III Plano, nos distrito de Lourenço Marques, Gaza, Inhambane, Manica e Sofala, Zambézia e Moçambique, além das zonas consideradas de povoamento, área essa distribuída do seguinte modo:

	Quilómetros quadrados
Distrito de Lourenço Marques	1 000
Distrito de Gaza	700
Distrito de Inhambane	600
Distrito de Manica e Sofala	700
Distrito da Zambézia	300
Distrito de Moçambique	300
	3 600

305. Para concretização dos programas apresentados torna-se necessário equipar os serviços com mais algum material técnico de campo, material de acampamento e, sobretudo, viaturas.

306. As instalações dos serviços centrais já são hoje insuficientes; as dos serviços distritais são insuficientes e deficientes. Para instalação dos serviços centrais está aprovado um projecto de edifício constituído por dois corpos contíguos, cada um deles com nove pisos. Deste projecto já foram construídos três pisos de um dos corpos, tornando-se necessário a execução de uma 2.ª fase de obras, ampliando-se com dois pisos em altura e dois pisos em superfície.

Numa 1.ª fase, há necessidade de se instalarem definitivamente as repartições distritais de Manica e Sofala e da Zambézia, na Beira e em Quelimane, respectivamente.

b) Carta geológica

307. Nas medidas propostas para o sector das indústrias extractivas não se põe o problema de compatibilização intra-sectorial, dado que as mesmas se dirigem principalmente à cartografia geológica e prospecção regional.

Porém, um factor há a considerar: a prevista escassez de pessoal técnico especializado, o que, no caso do reconhecimento geológico, levou a optar-se já pela solução da empreitada, e não pela administração directa, como interessava.

O programa compreende:

Cartografia geológica na escala 1:250 000 de cerca de 160 000 km² da área cristalofílica nos distritos de Tete, Zambézia, Moçambique e Niassa (entre os paralelos 14 S e 16 S) e levantamento cintilométrico e de magnometria na mesma área.

Da área da província, 58 por cento, ou sejam 455 000 km², é constituído por rochas cristalofílicas, as de maior interesse económico-mineiro. Desses, 118 000 km² foram já cartografados na vigência dos I e II Planos de Fomento. Se no III Plano de Fomento se cartografarem 160 000 km² da área cristalofílica, como está previsto, restarão por cartografar 177 000 km², ou seja, 39 por cento da área cristalofílica total.

2. Hidrologia

308. Considerou-se, através desta rubrica, a continuação dos estudos hidrológicos, mas com ritmo mais rápido, devendo a sua divulgação ser feita de forma regular por meio de anuários impressos.

Para a inventariação dos recursos hidráulicos, é necessário que os elementos hidrológicos essenciais sejam obtidos segundo plano ordenado e coordenado. Adequados registos hidrológicos, estendendo-se por períodos suficientemente extensos, são indispensáveis em qualquer aproveitamento hidráulico.

Por outro lado, dispondo de elementos de confiança, poder-se-á projectar obras hidráulicas com maior segurança, economia e utilidade, daí resultando um melhor benefício económico-social para as populações servidas.

Nestes termos, o objectivo principal é criar meios de modo a conseguir uma ocupação eficiente, tanto em profundidade, como em extensão.

Convirá, pois, tornar possível a realização de cartas hidrogeológicas:

Na escala de 1:500 000, dos três distritos do Sul do Save e do Tete;

De reconhecimento, na escala de 1:500 000, na Zambézia;

Na escala de 1:250 000, preparadas para publicação, aquelas em que o número de pontos de águas existentes o justifique.

309. Não obstante não ser viável definir o programa de trabalhos, é reconhecido que as verbas despendidas com a ocupação hidrológica da província são insuficientes.

Para se poder recuperar, em certa medida, este atraso e se poder também aumentar indispensàvelmente o ritmo dos trabalhos, necessário se torna reforçar bastante as dotações até agora concedidas para o efeito.

3. Investigação aplicada à agricultura e pecuária

310. A intensificação do desenvolvimento económico de Moçambique aconselha dar-se, no sexénio de 1968–1973, à investigação agronómica, a relevância e a projecção necessárias para se conseguir obter os conhecimentos essenciais à realização das obras de fomento agro-silvícola.

A necessidade de intensificar a investigação agronómica levou à criação do Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique, que constitui alicerce indispensável do desenvolvimento agrícola da província, sem o qual as acções do Plano no campo agrícola não poderiam atingir os objectivos pretendidos.

Os trabalhos de investigação que hão-de servir de alicerce à expansão e intensificação dos cultivos destinados ao mercado interno e à exportação serão executados no Instituto de Investigação Agronómica e sectores regionais, como estações experimentais, postos agronómicos e laboratórios regionais.

A intervenção do Instituto de Investigação Agronómica reparte-se em dois campos distintos:

Dar especial atenção às culturas que o III Plano de Fomento visa, tais como: milho, trigo, arroz, amendoim, mandioca, algodão, coqueiro, caju, quenafe, cana-de-açúcar, frutas (banana, ananás e citrinos), chá, sisal, tabaco, batata, gergelim, aleurites, girassol, soja e produtos silvícolas;

Tratar de outras culturas e das de subsistência, tais como sorgo, inhame e batata doce.

311. Por se encontrar o Instituto de Investigação Agronómica na sua face inicial de estruturação e montagem, não tendo sido ainda realizada totalmente a transição legal dos seus técnicos dos serviços e organismos a que pertencem e não tendo sido definidos os respectivos programas de trabalho, a curto e a longo prazo, não é possível discriminar as verbas necessárias, mas apenas estabelecer

um calendário dos dispêndios a efectuar no decurso do III Plano de Fomento.

312. A investigação dos problemas relacionados com a produção pecuária em Moçambique, tendo sempre em vista o aspecto económico e o apoio à acção de extensão dos serviços de veterinária pela produção de vacinas, elementos de diagnóstico e de informação, constituem as missões a cargo do Instituto de Investigação Veterinária.

Foi a necessidade de intensificar a investigação veterinária que levou à criação daquele Instituto, que constitui alicerce indispensável do desenvolvimento pecuário da província, sem o qual as acções do Plano não poderiam atingir os objectivos pretendidos.

Os vários trabalhos propostos executar-se-ão no próprio Instituto de Investigação Veterinária e nos sectores regionais, como estações zootécnicas e laboratórios regionais.

Considera-se a intervenção do Instituto de Investigação Veterinária útil no reconhecimneto do potencial, no aumento e no melhoramento das produções de:

Bovinos de corte, arietinos e caprinos;
Bovinos leiteiros;
Suínos;
Animais de capoeira.

Atendeu-se também à sua interferência nos aspectos relacionados com a conservação da natureza, com o aproveitamento económico das espécies faunísticas e com a introdução de novas espécies.

313. O programa para intensificação da investigação veterinária deverá compreender os seguintes aspectos:

Produção de agentes imunogénicos e de diagnóstico;
Inseminação artificial e investigação dos problemas da infecundidade;
Ensaios de nutrição relacionados com recria, engorda e produção de leite;
Ensaios-adaptação e cruzamentos de raças bovinas e suínas;
Instalação do posto de fomento avícola;
Ensaios de adaptação do búfalo-d'água;
Ensaios de adaptação do carneiro caraculo;
Reconhecimentos e estudos sobre o Parque Nacional da Gorongosa e reserva do Maputo.

314. Criado recentemente, o Instituto não dispõe do pessoal para o seu funcionamento e para apoio de todo o trabalho de investigação a seu cargo.

Esclarece-se que o Instituto de Investigação Veterinária, com o pessoal de que actualmente dispõe, não pode dar cumprimento integral às tarefas previstas.

Estabelece-se, por isso, uma dotação permanente para o pessoal, que permita alargar o seu quadro.

4. Estudos de biologia piscatória e pesca experimental

315. Para o estudo do sector e seu posterior desenvolvimento considerou-se ser necessária a criação da Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Moçambique.

Procurará a Missão estudar os recursos naturais do meio marinho na costa de Moçambique, com vista à sua avaliação e exploração racional, de modo a garantir a estabilidade das reservas e a máxima rentabilidade dos mesmos numa área na qual estudos efectuados recentemente provaram ser de alto valor económico.

Para este fim, a Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Moçambique efectuará estudos sobre:

Natureza, distribuição e densidade dos recursos marinhos vivos, em especial daqueles que se suspeita existirem em abundância nas águas da costa de Moçambique e que têm, ou podem vir a ter, um mercado potencial, sua extensão, limites dos *stocks* e efeitos da pesca;

Melhoramento dos métodos de pesca e, consequentemente, da concepção e desenho dos barcos e artes de pesca, através de demonstrações e experimentação directa com protótipos;

Fomento de cultura de peixes, moluscos e crustáceos em zonas protegidas, quer através de organizações de pescadores, quer de experiências-piloto à escala industrial;

Economia da exploração e comercialização do pescado e produtos de pesca, dando especial atenção aos problemas de manuseamento, transporte e distribuição que dificultam a venda do pescado e produtos da pesca nos mercados da província e outros;

Criação de escolas de pesca e instituições que melhorem a aptidão profissional dos pescadores;

Estabelecimento de um serviço de estatística de pesca que assista aos estudos biológicos e económicos.

316. O programa para o sexénio apresenta um valor médio de dispêndios elevados que, no entanto, parecem justificados, ao anteverem-se valores da exportação, só para o camarão, da ordem dos 300 000 contos anuais.

A produtividade da pesca do camarão parece ser extraordinàriamente promissora em comparação com outras boas regiões do globo para pesca feita em condições semelhantes. Assim:

	Quilograma por hora
Moçambique	60
Golfo do México	30
Austrália	40

Convém ainda lembrar que a exportação da lagosta passará seguramente da fase incipiente actual para valores consideráveis, existindo também esperanças na pesca de tunídeos e pescado branco.

Parece, pois, que os dispêndios previstos poderão ter compensação quase imediata, podendo encarar-se a sua satisfação directa através de taxas a cobrar às empresas de pesca.

É de admitir que a indústria da pesca de Moçambique colabore nas despesas dos programas, depois de estar certa dos benefícios da assistência técnica que se lhe proporcionará.

Os programas de trabalho a executar são os seguintes:

Programa da dinâmica da população

Estudo das variações dos parâmetros biométricos das populações exploradas e em exploração, através da análise bioestatística das capturas, dos desembarques e dos ensaios de pesca comparativos; definição das características e dimensões dos mananciais ou *stocks* que constituem as populações existentes, com o auxílio de métodos biométricos e genéticos; determinação do limite de capturas que corresponde à maximização da rentabilidade (esforço de pesca, unidade de esforço, rendimento horário).

Programa de táctica da pesca

Informação da respectiva indústria sobre a época de arribação, localização das melhores concentrações de pescado, rumo que segue, profundidade a que se encontra o volume provável das capturas, em conjunção com a dinâmica das populações.

Programa de pesca exploratória e experimental

Demarcação de novas áreas de pesca e extensão das actuais; introdução de novos tipos de pesca que visem

espécies ainda não exploradas (atuns, caranguejos e lulas) e de novas técnicas, quando aconselháveis.

Programa de bioceanologia de pescas

Determinação das variações oceanográficas que permitem definir os factores que condicionam a distribuição e o grau de concentração dos cardumes, as rotas de emigração e o comportamento biológico das espécies de valor comercial-base da táctica de pesca.

Programa de tecnologia de artes e barcos de pesca

Melhoria da eficiência das artes, engenhos e barcos utilizados localmente, introduzindo novas técnicas, quando aconselháveis.

Programa de culturas em áreas protegidas

Propagação de moluscos, crustáceos e peixes em zonas interiores e em baías abrigadas, com vista ao abastecimento público ou ao fornecimento de isco vivo aos pescadores.

Programa de tecnologia da transformação

Estudo dos métodos actualmente em uso pela indústria e artesanato, procurando contribuir para o seu melhoramento e introdução de novas técnicas.

5. Estudos de base

a) Estatística

317. Os elementos estatísticos disponíveis para quase todos os sectores da economia da província são ainda incompletos e tècnicamente não satisfatórios. Reputa-se, pois, como indispensável que as lacunas sejam o mais depressa possível colmatadas, de forma a dispor-se de um conjunto de elementos estatísticos que seja de real utilidade para estudos.

Necessitam para isso os Serviços de Estatística da província de equipamento e pessoal técnico qualificado, de tal modo que possuam os instrumentos que lhes permitam atender às solicitações dos demais departamentos da província que carecem dos elementos estatísticos indispensáveis à realização do trabalho que a cada um compete. Mormente no campo do planeamento, estes elementos são base e a contabilidade provincial é fundamental.

318. Nestas condições, considerou-se que, para o efeito de se reunir a documentação estatística necessária à boa coordenação da administração da província e ao estudo dos seus problemas, seria necessário, no decorrer do III Plano de Fomento (1968–1973), prover verba aos Serviços de Estatística Geral que permitisse a realização das operações estatísticas de base e de melhoria das estatísticas correntes que venham a entender-se mais necessárias.

Essa verba teria, pois, por fim possibilitar aos serviços a realização dos inquéritos estatísticos requeridos para os diversos sectores sócio-económicos da província, de cuja necessidade se tem pleno conhecimento, e a aquisição de equipamento indispensável a um alargamento de acção dos Serviços de Estatística e eventualmente à mecanização de outros serviços públicos, à semelhança do que se logrou em Angola.

Além disso é de recomendar:

Que seja aumentado e preenchido o quadro comum e privativo dos Serviços de Estatística Geral da província, de forma a tornar possível dispor-se de todas as informações estatísticas indispensáveis ao estudo e planeamento dos diversos sectores sócio-económicos da província;

Que se inicie, com bases fundamentadas, a elaboração da contabilidade provincial, com uma equipa devidamente preparada.

Faz-se notar que para melhorar a informação corrente estatística relativamente ao sector agrário se consagrou verba que suplementará as dotações da Missão de Inquérito Agrícola.

b) Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica

319. Será necessário dar seguimento a estudos relativos aos vários sectores, quer através de grupos de trabalho *ad hoc* e permanentes, quer pelo recurso a especialistas em regime de colaboração eventual.

Também será necessário proceder à divulgação de trabalhos ou outras publicações que promovam a vivência do Plano, que transmitam a soma de conhecimentos que uma fase de trabalho como a da preparação de um plano proporciona e que possibilitem ainda entrar numa fase de regionalização do mesmo.

c) Estudos regionais

320. Ao abordarem-se problemas relativos aos vários sectores, surgem sistemàticamente dúvidas sobre a futura

orientação do desenvolvimento na zona que se enquadra dentro do quadrilátero Quelimane-Milange-Nova Freixo-Nacala.

O principal elemento de dúvida consiste na falta de visualização de uma futura movimentação de cargas dentro da mesma área, que tem na sua base uma série de condicionalismos não esclarecidos.

Além da dificuldade em definir como se deve orientar uma estrada que, *grosso modo*, ligue Quelimane a Nacala, verifica-se existir no interior da zona um caminho de ferro — o do Quelimane — que tem 146 km de comprimento e que tem vindo a acumular *deficits* de tendência crescente. (No período de 1959 a 1965, os *deficits* acumulados somam cerca de 90 000 contos, sendo, só em 1965, de cerca de 14 000 contos.) Sabe-se que nos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes existe um estudo pelo qual se procurou avaliar a vantagem de prolongar este caminho de ferro até ao caminho de ferro do Niassa, tendo-se chegado a conclusão negativa.

Também não estão definidos, por causa das condições naturais, os portos de saída da zona. Aliás, a correspondente zona de costa possui, como característica, grande instabilidade.

Espera-se, por outro lado, que nas zonas laterais adjacentes se desenvolvam dois portos, Nacala e Chinde, este último ligado à exploração de minérios que venha a concretizar-se em seguimento do aproveitamento hidroeléctrico de Cabora-Bassa. Espera-se também que Nacala venha a tornar-se o terceiro centro industrial da província.

Dentro da zona programa-se um aproveitamento hidroeléctrico no Alto Molócuè.

A Zambézia é a região da província que detém maior valor de produção de produtos agrícolas, estando-se a expandir a criação de gado, feita pelas grandes empresas exploradoras de palmares, admitindo-se que passe em breve a exportar carne congelada de bovino.

Sabe-se da existência de uma saída dos produtos da região que se considera defeituosa, utilizando-se, para o efeito, portos que não parecem coerentes com o critério de utilização das mais adequadas vias de transporte.

Há uma exploração mineira na zona — minérios das pegmatites — que poderá ser mais bem aproveitada. Na costa (Pebane e Moebase), há, potencialmente, possibilidades de explorar ilmenite.

De tudo o que se referiu surge a necessidade de um conhecimento mais perfeito da zona no que se refere aos seus recursos naturais e potencialidades, com o objectivo de se poder integrar o seu desenvolvimento dentro dos problemas gerais da província. Sem este conhecimento

e persistindo as dúvidas, as decisões que se tomem, relativas à zona, são impregnadas de incerteza quanto à sua adequação económica.

Por isso, é necessário que se reúna sobre a região toda a informação disponível, com vista a propor que um corpo técnico, formado por elementos das diversas formações necessárias, estabeleça um esquema de desenvolvimento regional que possibilite a eliminação das dúvidas existentes, o que é fundamental para a necessidade de planear o desenvolvimento da província. Caberá também determinar se esse corpo técnico deverá ser formado com elementos dos serviços públicos ou ser obtido recorrendo a empresas especialistas.

d) Política industrial de produção de carnes

321. Ao estabelecimento de uma política industrial de produção de carnes depara-se uma série de dificuldades que só podem ser resolvidas por investigação e análise completa dos problemas ligados ao sector. Na realidade, haveria que equacionar um conjunto de questões e parâmetros de acção cujo escasso conhecimento impede a formação de uma política. Assim, regista-se que existe um matadouro industrial na Beira, explorado pela respectiva Câmara Municipal, vários matadouros de aves em Lourenço Marques e em Manica e Sofala, um matadouro de suínos, catorze salsicharias distribuídas por seis distritos e uma salsicharia cooperativa no colonato do Limpopo e uma unidade de fabrico de conservas de carne, esperando-se a próxima montagem de outro matadouro na Matola, em Lourenço Marques ou na Machava.

Por outro lado, reconhece-se a necessidade de aumentar a capacidade frigorífica dos actuais matadouros, com vista a uma futura exportação de carne de bovinos pelos portos de Lourenço Marques e Beira, a qual está a ser enviada para a metrópole, julgando-se conveniente e complementar montar junto aos matadouros industriais unidades de produção de conservas de carne. Porém, é necessário definir que tipo de conservas se deverão produzir, atendendo aos mercados existentes e às possibilidades de produção em condições económicas.

322. Para o estabelecimento de uma política industrial coordenada, que defina o tipo de indústrias a instalar, sua localização e capacidade, bem como a gama de produtos a fabricar, seria necessário resolver algumas questões prévias e dispor de um certo tipo de informações técnicas para o esclarecimento das quais não existem técnicos especializados na província, nem nos serviços públicos,

nem na actividade privada. Acontece que tais estudos e tal definição de uma política são urgentes, na medida em que se estão a autorizar matadouros para pequenas espécies e matadouros camarários sem uma submissão a qualquer política industrial.

A adopção de tais decisões conduz a realizações simultâneas separadas na concepção e sem coordenação, o que pode ocasionar o aparecimento de problemas no futuro. Por exemplo, não se definiu ainda se as unidades produtoras de conservas de carne deverão funcionar junto dos matadouros, se a capacidade frigorífica destes deve ser utilizada para outras exportações de congelados, fazendo-se ou não o aproveitamento integral das espécies sacrificadas, etc. Este último objectivo — o aproveitamento integral, no caso das aves — não poderá ser fàcilmente atingido, caso se verifique útil, na medida em que proliferarem os matadouros.

323. Atribui-se, portanto, em 1968, uma verba com vista ao estudo de uma política industrial de carnes na província por recurso à consulta dos especialistas, nacionais e estrangeiros, que se entenda necessários.

Ficaria como incumbência a concretização dos projectos, medidas ou recomendações a formular com vista à criação de um subsector industrial harmónico e completo para os produtos pecuários e derivados. Em particular para o caso dos matadouros de Lourenço Marques e Beira, caberia formular recomendações às respectivas autarquias locais, indicando-lhe as características que tais unidades deverão possuir e propondo o financiamento necessário para as modificações a fazer eventualmente nas instalações actuais

e) Reforma Administrativa

324. O espírito aberto à Reforma Administrativa permite nova perspectiva para a melhoria da eficiência dos serviços públicos.

Refere-se que deve merecer cuidadosa atenção do sector público a eliminação da descoordenação entre vários serviços da província, que se devem considerar como fazendo parte de uma engrenagem que tem por objecto impulsionar o desenvolvimento do território e ajudar os particulares como seus principais motores, e a eliminação do espírito de que a função fiscalizadora predomina na acção dos serviços.

Outra questão muito relevante consiste na produtividade dos serviços ou, melhor, nos resultados dos dispêndios dos vários serviços.

325. Além de se considerar susceptível de se melhorar a produtividade e eficiência dos serviços, é preciso também atender na produtividade, especialmente dos técnicos, que se sabe cada vez mais escassos. Estes, hoje, estão, em parte, absorvidos por funções burocráticas, que podiam ser deixadas a pessoal menos preparado tècnicamente e mais bem preparado no campo burocrático. Além disso, deverá procurar-se multiplicar a actividade dos técnicos de formação superior pela utilização de maior número de técnicos de formação média.

Das funções dos agentes estaduais em geral e das funções dos serviços de fomento em especial, é necessário rever as que podem e devem ser exercidas por pessoal menos qualificado.

Por outro lado, sabendo-se já e prevendo-se também que a situação piorará no que se refere à escassez de pessoal técnico, é preciso encarar que é necessário haver um estatuto especial para este pessoal.

f) Outros estudos

326. Entre os problemas que pela sua importância e acuidade merecem ser devidamente estudados e equacionados destacam-se os respeitantes ao comércio externo e aos fluxos de tráfego interno.

4. Investimentos

327. O quadro seguinte apresenta os investimentos dos trabalhos a executar durante a vigência do Plano:

Educação e investigação

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Ensino	*526 900*
Ensino primário	248 000
Escolas de regentes agrícolas e de pecuária	10 900
Escolas práticas de agricultura e pecuária	33 000
Escolas elementares agrícolas	50 000
Escolas técnicas elementares	34 500
Escolas comerciais e industriais	16 000
Ensino liceal	24 000
Institutos comerciais e industriais	10 500
Estudos Gerais Universitários	100 000
Investigação ligada ao ensino	*5 000*

Empreendimentos	Contos
Investigação não ligada ao ensino	472 700
Cartografia geral	152 500
Cartografia	55 000
Cadastro	15 000
Carta geológica	82 500
Hidrologia	18 000
Investigação aplicada à agricultura e pecuária	121 000
Investigação agronómica	70 000
Investigação veterinária	51 000
Estudos de biologia piscatória e pesca experimental	109 000
Estudos de base	72 200
Estatística	37 200
Elaboração de estudos económicos e projectos, incluindo expediente e publicações (C. T. P. I. E.)	12 000
Estudos regionais	10 000
Política industrial de carnes	1 000
Reforma administrativa	6 000
Outros estudos	6 000
Total	**1 004 600**

XI) Habitação e urbanização

1. Evolução recente e problemas actuais

328. Segundo estimativa feita pela Junta dos Bairros de Casas Populares, cifra-se em cerca de 300 000 o número de indivíduos que vivem actualmente nas zonas de cintura dos mais importantes centros urbanos da província.

Considerando 4,5 como número médio de habitantes por fogo, a repartição das necessidades expressa em fogos é a seguinte:

	Fogos
Lourenço Marques	35 000
Beira	9 000
Quelimane	6 000
António Enes	5 000
Nampula	3 000
João Belo	3 000
Vila Cabral	1 500
Vila Pery	1 500
Inhambane	1 000
Tete	1 000
Total	66 000

2. Objectivos

329. Considerar-se-á, no período do III Plano de Fomento, a criação de, pelo menos, 20 000 novos fogos, a repartir como segue:

	Fogos
Lourenço Marques	6 700
Beira	6 700
Outras localidades	6 600
Total	20 000

Estimam-se em 700 ha as necessidades em terrenos para a construção desses 20 000 fogos.

As características das construções serão diferentes, consoante se situam em Lourenço Marques e Beira ou noutras localidades. Em Lourenço Marques e Beira considerar-se-ão construções de edifícios de 8 fogos, construções unifamiliares e construções para fins comerciais (60 por cento, 20 por cento e 20 por cento, respectivamente), enquanto nas demais localidades predominarão as construções unifamiliares.

Tendo em conta esta diferenciação, aqueles 700 ha virão a distribuir-se como se segue:

	Hectares
Lourenço Marques	150
Beira	150
Outras localidades	400
Total	700

Excepção feita a Lourenço Marques e a Quelimane, considera-se possível a obtenção gratuita dos terrenos necessários.

330. Logo que se tenha concluído a urbanização dos terrenos, considera-se a possibilidade da venda dos mesmos, em condições de preços favoráveis, aos directamente interessados — empreiteiros, cooperativas, etc. —, que se encarregariam da construção das habitações.

331. Quanto a urbanização, trabalhos importantes serão levados a efeito durante a vigência do III Plano de Fomento, nomeadamente abastecimento de água, rede de esgotos e saneamento em Lourenço Marques, Beira e outras localidades mais importantes.

3. Medidas de política

332. As medidas de política para execução harmónica do programa enquadram-se nos seguintes termos:

Assegurar a colaboração das várias câmaras municipais para solucionar os problemas emergentes; rea-

lização de estudo financeiro pormenorizado do problema e que se incremente a apresentação dos necessários planos de urbanização;

Promoção pelos métodos mais adequados de colaboração interna do movimento cooperativo e de outras entidades.

4. Investimentos

333. Os investimentos previstos são os seguintes:

Habitação e urbanização

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Habitações populares	127 000
Urbanização:	
Lourenço Marques (esgotos e saneamento)	200 000
Beira	120 000
Trabalhos diversos	12 000
Total	459 000

XII) Saúde e assistência

1. Evolução recente e problemas actuais

334. Em 1965 existiam, em Moçambique, 414 médicos. A população calculada para esse ano era de 7 135 800 habitantes. Havia, pois, 1 médico para 17 235 habitantes.

Nos anos de 1961–1965 verificou-se a seguinte evolução do número médio de habitantes por médico:

1961	21 000
1962	18 000
1963	17 473
1964	17 732
1965	17 235

A Organização Mundial de Saúde considera desejável, para territórios e países em desenvolvimento, uma proporção de 10 000 habitantes por médico até 1970.

Assim sendo, haveria para a população moçambicana, para 1965, necessidade de 713 médicos, e como nesse ano (1965) o número de médicos existentes na província era de 414, verifica-se que havia *deficit* de 299 médicos.

335. É facto incontroverso que a infra-estrutura sanitária deve assentar nos Serviços de Saúde estaduais, porquanto é ela que pode dar a segura garantia de estabilidade de serviços e de organização médico-assistencial.

Todavia, não deve olvidar-se, nem mesmo relegar-se para plano secundário, a ocupação médico-sanitária de natureza particular.

Porque parece razoável e viável tal pensamento, julga-se poder distribuir o *deficit* verificado tanto por médicos estaduais como particulares.

E, por facilidade de previsão, dir-se-á que, se se distribuir essa quantidade, equitativamente, haverá que concluir que, dos 299 médicos necessários para fazer baixar a taxa de 17 235 habitantes por médico, para 10 000, na população moçambicana de 7 135 800 habitantes, 149 médicos seriam necessários para a ocupação dos Serviços de Saúde, tendo então de contar e prever que outros tantos ocupariam a actividade privada e em empresas particulares.

Calculada a população moçambicana em 8 103 000 habitantes em 1973, ter-se-á *deficit* de 396 médicos e, consequentemente, seria de 198 o número de médicos em *deficit* nos Serviços de Saúde estaduais.

336. Por outro lado, se em 1961 a taxa de habitantes por médico era de 21 000, taxa essa que baixou em 1965 para 17 235, teremos que nesse espaço quinquenal houve especificamente uma baixa de 3765 habitantes por médico.

Se, por extrapolação, se continuar a contar com a mesma descida em curva idêntica, conclui-se que em 1973 haverá, teòricamente, uma taxa de 11 964 habitantes por médico, o que, tendo em conta a correcção devida ao crescimento da população, dará, como referência ao número de médicos requeridos, a necessidade de 676.

337. Em conclusão, atendendo à indicação da Organização Mundial de Saúde, seriam necessários 713 médicos para a população de Moçambique em 1965. Pelo cálculo acima referido há necessidade de 676 médicos em 1973 para a taxa indicada de 11 964 habitantes por médico, o que se considera como meta desejável dentro do condicionalismo presente.

338. O número de enfermeiros em 1965 era de 1360. O número de leitos hospitalares era:

Camas de hospitais gerais	7 155
Camas de hospitais especializados	2 126
Camas de maternidades	2 189
Total	11 470

Logo, existia em média um enfermeiro por 8,4 camas. E, de 1962 a 1965, a evolução foi a seguinte:

Enfermeiros por camas hospitalares:

1962	5,4
1963	6,5
1964	8
1965	8,4

Tendo em vista os números atrás apresentados na sucessão dos anos (1962–1965), ter-se-á de concluir que neste ponto a situação não tem vindo a melhorar.

Em qualquer dos casos, a ocupação da província pelo elemento enfermeiro, tendo em conta o número de leitos existentes, é deficitária em relação às necessidades.

339. Se o número de leitos estacionar (11 470), haverá necessidade de aumentar o número de enfermeiros; igual conclusão, òbviamente, se tirará se também o número de leitos aumentar. Evidentemente que não deve pôr-se a hipótese de baixar o número de leitos.

Assim, tendo em vista os números apresentados por outros países e territórios em estado de desenvolvimento idéntico ao de Moçambique, considerar-se-á satisfatório se a taxa actual de 8,4 leitos por enfermeiro descer 50 por cento em 1973 (4,2).

Se se partir da hipótese de que o número de leitos se mantenha, ter-se-á então a necessidade premente de aumentar o número de enfermeiros (1360 em 1965) para o dobro (2720 em 1973), para que então se verifique a taxa atrás indicada como aceitável, de 4,2 leitos por enfermeiro.

340. Em 1965 havia em Moçambique 11 470 leitos hospitalares entre camas de:

Hospitais gerais;
Hospitais especializados;
Hospitais-maternidades.

A população calculada para esse ano era de 7 135 800 habitantes; logo, em 1965 a população por cama era de 622.

Reportando-nos agora aos anos já referidos, verifica-se:

População por cama hospitalar:

1962	730
1963	706
1964	590
1965	622

O número de leitos hospitalares é insuficiente ainda em relação à população. Muito embora haja países em situação pior do que a de Moçambique, na verdade a maioria apresenta valores que traduzem um maior número de leitos em relação às suas populações.

341. É sabido que estão em curso numerosas construções hospitalares, algumas delas de vulto (tenha-se em conta o Hospital Central de Nampula, os hospitais de dermatologia, de tuberculose — no momento já em funcionamento — e outros ainda que estão planeados).

Natural é que em 1973, muito embora se conte com o crescimento da população, aquela taxa diminua, de modo que a rede sanitária provincial possa cobrir com um maior número de leitos o território moçambicano.

Se a população provável de Moçambique em 1973 for de 8 103 000 habitantes e se se considerar como satisfatório o número de 400 habitantes por leito, haverá que aumentar o actual número de 11 470 leitos (1965) para 20 257 (1973).

Isto, tendo em conta os serviços de saúde e as actividades particulares.

Ora, como se disse em altura própria, o número de enfermeiros necessários seria de 2720 para conveniência da melhoria de serviço, se o número de leitos se mantivesse o mesmo (11 470).

Como agora se vê ser necessário aumentar o número de leitos de 11 470 para 20 257, para que a percentagem de enfermeiros por leito seja óptima só seria possível atingir o n.º 4,2, já achado como razoável, se o número de enfermeiros também aumentasse de 2720 para 4803 em 1973, ou seja, cerca de 100 por cento do número já calculado.

Já ficou referenciado que não havia viabilidade do cálculo do número de enfermeiros de saúde pública. Todavia, julga-se oportuno esclarecer agora um pouco mais este ponto.

Por estimativa, calcula-se haver na província e nos serviços de saúde dez enfermeiros exercendo exclusivamente funções de saúde pública.

Se se atender às necessidades da província, dir-se-á que, tendo em atenção o actual estado embrionário dentro dos serviços de saúde do departamento de saúde pública, as necessidades provinciais resumir-se-ão às seguintes:

Enfermeiros de saúde pública:

Delegacia de Saúde de Lourenço Marques . .	10
Delegacia de Saúde da Beira	5
A transportar	15

Transporte	15
Delegacia de Saúde de Nampula	3
Delegacia de Saúde de Inhambane	2
Delegacia de Saúde de João Belo	2
Delegacia de Saúde de Quelimane	3
Delegacia de Saúde de Vila Pery	2
Delegacia de Saúde de Moçambique	2
Delegacia de Saúde de Vila Cabral	2
Delegacia de Saúde de Tete	2
Delegacia de Saúde de António Enes	2
Delegacia de Saúde de Porto Amélia	2
Delegacia de Saúde de Mocuba	2
Delegacia de Saúde do Limpopo	2
1 enfermeiro de saúde pública para as restantes 66 delegacias de saúde	66
Total	107

E estes 107 enfermeiros de saúde pública seriam incluídos no número total de enfermeiros já referenciado e em *deficit* na província.

342. No que se refere ao número de camas de maternidade por 1000 habitantes, verifica-se que Moçambique ocupa uma posição indubitàvelmente melhor que a grande maioria dos países sul-americanos e africanos.

Assim, pelos números apresentados, 177 maternidades e 1241 leitos para parturientes, ter-se-á de concluir que a situação permanecerá boa se, pelo menos, se mantiver o mesmo número, quer de leitos, quer de maternidades.

Todavia, é ainda de esperar uma melhoria de tal situação, dado que se aguarda a abertura e funcionamento do novo hospital central de Nampula, com a respectiva parte de maternidade, e outras formações sanitárias, que estão de igual modo planeadas.

343. No que diz respeito a percentagens da ocupação e média de permanência nos hospitais gerais da rede sanitária, os dados que foi possível conseguir foram:

Hospital Central de Miguel Bombarda:

1963	19,8
1964	19
1965	14,5

Hospital Central da Rainha D. Amélia:

1963	—
1964	25,6
1965	24,1

Por outro cálculo:

Hospital Central de Miguel Bombarda:

1963	16,9
1964	16,5
1965	14,8

Hospital Central da Rainha D. Amélia:

1963	—
1964	25,6
1965	24,1

Como já se disse, não é possível tomar referências dos hospitais regionais e rurais da província. Consequentemente, teremos de tomar a ilacção dimanante do que se passa apenas nos hospitais centrais de Lourenço Marques e Beira.

É evidente que o condicionalismo da situação dos pequenos hospitais não pode ser posto em comparação com os hospitais centrais, já que as formas de internamento e de assistência especializada e os meios terapêuticos são diferentes, tendo ainda em vista que é diferente também a situação em que o doente chega ao hospital, no mato e na grande cidade.

Mesmo assim, e tendo em conta apenas os números apresentados, dir-se-á que a média de permanência é alta, especialmente no Hospital Central da Rainha D. Amélia. E não custa a crer que, pelo menos, tão alta se apresentará ela nos hospitais regionais e rurais.

Pela dificuldade da previsão, apenas se poderá concluir que será desejável que o Hospital Central da Rainha D. Amélia atinja em 1973 o actual estádio do Hospital Central de Miguel Bombarda (14,8). Quanto a este (Hospital Central de Miguel Bombarda), tendo em vista a tendência dos números, poder-se-á prever que a média de permanência atinja naquele ano um valor entre os 10 e 12.

Tal como sucedeu anteriormente, só foi possível o cálculo de percentagem de ocupação para o Hospital Central de Miguel Bombarda nos anos de 1963, 1964 e 1965:

1963	106,7
1964	119
1965	106

Conclui-se, portanto, que a percentagem de ocupação é alta; isto significa que o número de leitos do Hospital

Central de Miguel Bombarda é insuficiente em relação ao número de doentes.

É universalmente considerada como boa uma percentagem entre 60 e 80 por cento.

Tomar-se-á então como referência desejável para Moçambique esta mesma percentagem.

2. Objectivos

344. O primeiro objectivo consta da melhoria e alargamento da extensão na rede sanitária.

Assim, pretende-se incentivar a acção da campanha contra as endemias (paludismo, lepra, serviços de combate às endemias, tripanossomíases, tuberculose) por se tratar de doenças com elevada prevalência e intensa agressividade social e de imediatos reflexos sobre o bem-estar das populações.

O aumento de população escolarizada leva ao alargamento da acção da saúde escolar.

Da mesma forma, a necessidade de pessoal paramédico, para a cobertura da província, conduz a que se tente aumentar o ritmo de formação deste pessoal na Escola Técnica dos Serviços de Saúde e Assistência.

No que respeita à ampliação da rede de hospitais, incide a acção na construção e alargamento dos diversos tipos de hospitais (centrais, regionais, sub-regionais e rurais), de forma a obter-se a necessária melhoria da rede geral dos Serviços de Saúde e, como reflexo, uma elevação nos indicadores da assistência sanitária da província.

Na assistência materno-infantil procurar-se-á vir a reduzir o coeficiente de mortalidade infantil e materna, bem como o de morbiletalidade da criança e da mãe.

Ainda se tomam em atenção os casos de assistência a inválidos e doentes crónicos, assim como se entendeu participar na construção de um centro de combate ao cancro, para o qual se conta já com donativos privados, e erigir um laboratório farmacológico, que se reputa de interesse para a província pelos reflexos que virá a ter na balança de pagamentos.

345. Na definição dos programas do sector foi seguida a orientação seguinte:

Manter e intensificar a acção das várias brigadas que têm por missão combater as principais endemias que atacam as populações; em particular, foi ma-

nifesto o desejo de não se reduzir de modo algum o combate ao paludismo;

Desenvolver as ramificações periféricas de assistência, por serem as que mais próximas se encontram das populações necessitadas, especialmente as rurais, e serem também aquelas que envolvem menor volume de investimentos e gastos de funcionamento unitários;

Desenvolver a actividade da educação sanitaria, pois se considerou que, se as populações forem instruídas neste campo, poderão reduzir-se apreciàvelmente os problemas que surgem no âmbito da assistência médico-sanitária;

Dar ênfase à formação em maior escala de pessoal paramédico;

Quanto às grandes unidades, não propor novos estabelecimentos antes de se concluírem aqueles que estão em fase de finalização ou de alargamento.

346. Os indicadores de assistência médico-sanitária virão a tomar os seguintes valores, em 1973:

Número de habitantes por médico	11 800
Número de habitantes por cama	430
Número de camas por enfermeiro	4,4

3. Medidas de política

347. Deve proceder-se ao registo da população com vista a assegurar-se uma cobertura integral no que respeita à medicina preventiva e combate às endemias, pois assim poderá alargar-se o período das revacinações.

348. É de toda a conveniência treinar agentes sanitários dos serviços da rede geral, por forma a habilitá-los a colaborar com as campanhas de combate às endemias, e tornar obrigatório um estágio nos hospitais centrais e delegacias de saúde para os profissionais de enfermagem provenientes da metrópole.

349. Deve estabelecer-se, em relação à luta contra a tuberculose, centros-piloto de estudos epidemológicos, vacinação e tratamento, como forma rápida de extensão dos trabalhos a zonas cada vez maiores, e zonas-piloto de assistência à mãe e à criança, onde se faça a preparação de pessoal local.

350. É de pôr em relevo que no campo da saúde se analisaram as regiões alimentares da província e as possíveis carências nas mesmas.

Daí foi possível chegar a umas hipóteses de zonas em que, através de inquéritos aos consumos, se deverão confirmar as deficiências aparentes encontradas, para depois se poder estabelecer um programa de actuação que envolverá não só os serviços de saúde, através das suas campanhas de educação sanitária, mas também os serviços de extensão, com vista a adaptarem-se as produções das regiões às necessidades qualitativas e quantitativas alimentares, e os outros serviços que eventualmente se ligam ao problema educação, obras públicas, etc.

4. Investimentos

351. O quadro de investimentos é o seguinte:

Saúde e assistência

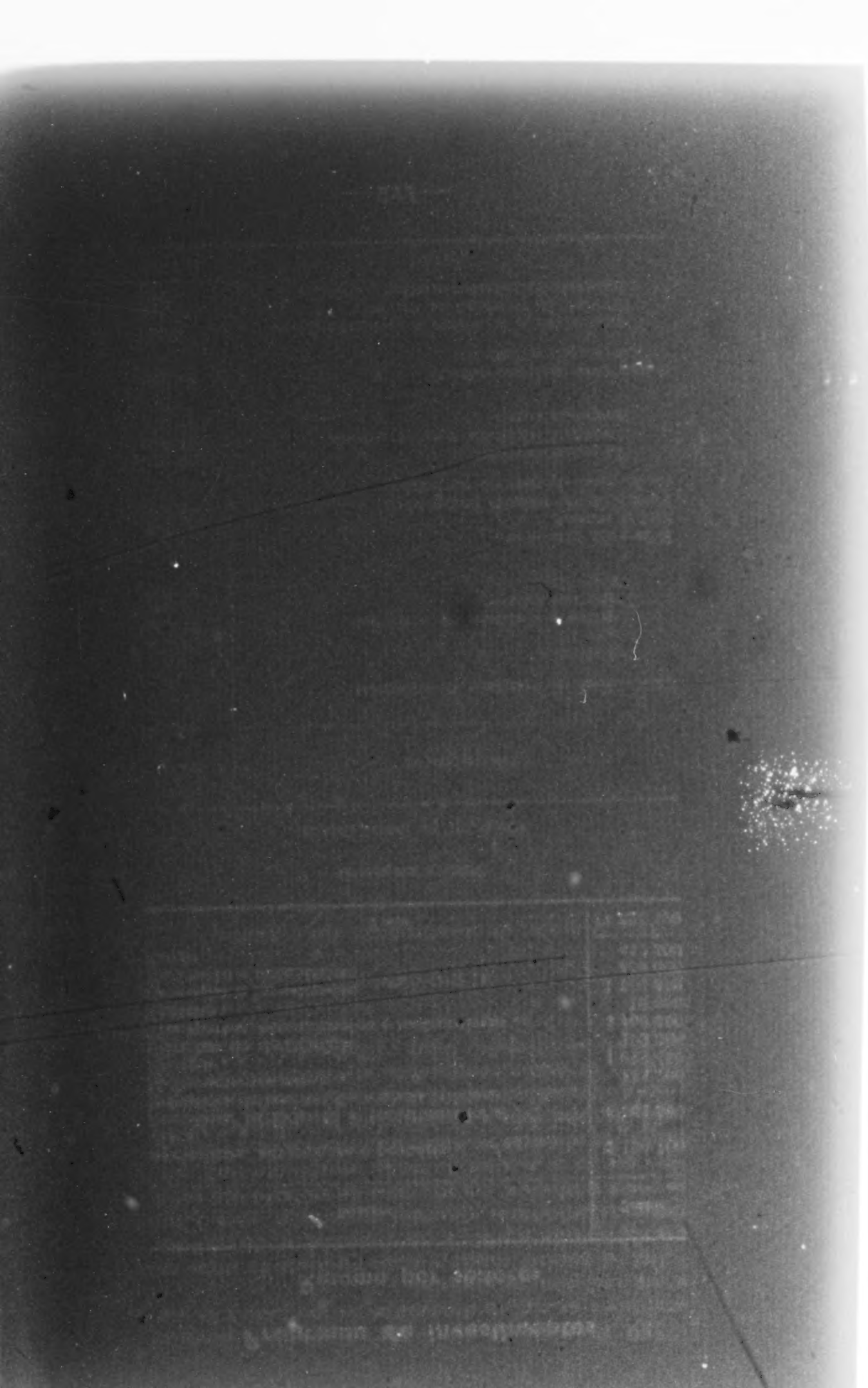
Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Campanhas de combate às endemias:	–
Paludismo	20 200
Lepra	11 200
Estudos e combate de endemias	5 500
Tripanossomíases	27 400
Tuberculose	–
Educação sanitária	300
Saúde escolar	1 000
Formação de pessoal paramédico	
Rede geral do serviço de saúde:	
Hospitais centrais	185 500
Hospitais regionais e sub-regionais	53 300
Hospitais rurais	51 000
Assistência materno-infantil	31 200
Outros empreendimentos:	
Assistência a inválidos e doentes crónicos	6 000
Serviço de combate ao cancro	16 000
Laboratório farmaco-técnico	3 900
Total	412 500

Programa de Investimentos

Resumo por sectores

Sectores	Contos
Agricultura, silvicultura e pecuária	2 136 100
Pesca	p. m.
Indústrias extractivas e transformadoras	6 502 500
Indústrias de construção e obras públicas	–
Melhoramentos rurais	113 700
Energia	1 022 400
Circuitos de distribuição	103 300
Transportes, comunicações e meteorologia	5 460 600
Turismo	10 000
Educação e investigação	1 004 600
Habitação e urbanização	459 000
Saúde	412 500
Total	17 224 700



VI

ESTADO DA ÍNDIA

1. O território da província continua subtraído ao exercício efectivo e pleno da soberania nacional, pelo que se mantém o condicionamento justificativo da publicação da Lei n.º 2112, de 17 de Fevereiro de 1962.

2. Não foi, por isso, estabelecido programa provincial a integrar no presente Plano.